

ÁLVARO BANDUCCI JÚNIOR

**“Nativos” em trânsito: catadores de iscas e o turismo da pesca no
Pantanal Mato-grossense**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Depto. de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Orientador: Prof. Dr. Renato da Silva Queiroz.

São Paulo

2002

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

“Nativos” em trânsito: catadores de iscas e o turismo da pesca no Pantanal
Mato-grossense

Junho/2002

*“Uma palavra lançada à toa
Baterá na franja dos lutos de sangue,
Alguém, perguntará em que estou pensando,
Sorriréi sem dizer que em você
Profundamente” (M. Bandeira)*

À Iris

Abstract

This work searches for understanding the fishing universe in the Pantanal in South Mato Grosso, from the cities of Miranda and Corumbá (at the locality of Porto da Manga), dealing with the relation between the professional fishermen and the tourists who, since the end of the 70's, have started to flow in significant number to the region, stimulating the introduction of hotel infrastructure, the services and the emerging of new labor front next to the rivers and puddles in the Pantanal.

This study aims to verify how the presence of the tourism, like sports fishing, has interfered in the local population life, referring to the social relations, how the local workman deal with the environment or the way he produces his existence. Having as basic focus the alive fishing bait catchers, a new class of workers that set up from the fishing tourism, formed by fishermen who capture small fish and crustaceans to be used as alive bait in sports fishing. The research intends to show the social and cultural meaning of tourism into these individuals lives, the way they enter on the market, their work technique and their identification as professional category and social group possessor of their own identity.

Even trying to reveal the contradictions brought by the presence of the touristic enterprises in the Pantanal – the activity, at the same time that allows some improvements in the condition of the riverside population life and that starts to encourage the nature preservation, can also promote the social exclusion and the environment degradation -, this work proceeds from the presupposition that there are ways of instilling in the rivers of the region, sustainable touristic activities, in other words, activities which are coherent with the population social demands and alert to the necessity of the preservation of the distinct ecosystem in the Pantanal.

Resumo

Este trabalho busca compreender o universo da pesca no Pantanal do Mato Grosso do Sul, a partir dos municípios de Miranda e Corumbá (na localidade de Porto da Manga), abordando a relação entre pescadores profissionais e turistas que, a partir do final da década de 1970, começam a afluir em número significativo para a região, incentivando a implantação de infra-estrutura hoteleira e de serviços e o surgimento de novas frentes de trabalho juntos aos rios e lagoas pantaneiros.

O objetivo deste estudo é verificar de que forma a presença do turismo, em sua modalidade da pesca esportiva, tem interferido na vida da população local, seja no que se refere às relações sociais, seja na maneira do trabalhador local lidar com o ambiente ou no modo de produzir sua existência. Tendo como enfoque básico os coletores de “iscas vivas”, uma nova categoria de trabalhadores que se constitui a partir do turismo pesqueiro, constituindo-se de pescadores que capturam pequenos peixes e crustáceos para servirem de iscas na pesca esportiva, o estudo procura abordar o significado social e cultural do turismo na vida desses indivíduos, o modo como se inserem no mercado, as técnicas de trabalho e a sua constituição como categoria profissional e como grupo social detentor de identidade própria.

Mesmo buscando revelar as contradições que subjazem à presença do empreendimento turístico no Pantanal – a atividade, ao mesmo tempo em que permite algumas melhorias nas condições de vida da população ribeirinha e que começa a incentivar a conservação da natureza, promove a exclusão social e a degradação do ambiente –, este trabalho parte do pressuposto de que existem meios de se implantar nos rios da região atividades turísticas sustentáveis, ou seja, coerentes com as demandas sociais da população local e atentas às necessidades de conservação dos distintos ecossistemas pantaneiros.

Agradecimentos

Como todo trabalho individual, esse também se concretiza e ganha sentido no esforço coletivo, até mesmo o do leitor, que demora-se sobre ele a fim de compreendê-lo e criticá-lo. Antes de tornar-se “público”, porém, houve a leitura demorada, o apoio sincero e o estímulo constante de muitas pessoas amigas e colegas interessados em seu tema central, o turismo.

Nesse sentido, sou imensamente grato a Paulo César Boggiani e Edvaldo Cesar Moretti, que discutiram, em diferentes fases do trabalho, muitas das idéias nele expressas, além de serem seu grande incentivador. Aos amigos do GTTur-UFMS, nosso grupo multidisciplinar de estudos sobre turismo, em cujas discussões pude amadurecer e equacionar a análise sobre o turismo no Mato Grosso do Sul. Ao grupo de discussão de turismo que tem se reunido sistematicamente nos encontros nacionais de Antropologia e que tem solidificado o debate teórico sobre o turismo no interior da disciplina, demonstrando todo o potencial dessa temática na compreensão das relações sociais e até mesmo do fazer antropológico no mundo contemporâneo.

Para realizar a pesquisa contei com o auxílio indispensável de minha instituição, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que me concedeu licença para o doutorado e ofereceu a sua Base de Estudos no Pantanal como ponto de partida para os trabalhos de campo com os pescadores. Da mesma forma, aproveito para agradecer aos colegas de departamento, sobretudo a Alexandra Ayache Anache, nossa chefe, e aos professores David Victor-Emmanuel Tauro e Ana Maria Gomes, pela amizade e convívio solidário, bem como, a Olívia Gonçalves, que nunca poupou esforços para me auxiliar a partir da secretaria do departamento.

Além do apoio institucional da UFMS, pude contar com o auxílio financeiro da Capes, que me concedeu bolsa PICD para a realização do doutorado.

Gostaria de lembrar a ajuda prestimosa dos técnicos da Superintendência de Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul e da Divisão de Recursos Pesqueiros da SEMACT-MS – sobretudo Janice, Francisca e Fânia – sempre atenciosos e solícitos diante de minhas mais diversas reivindicações.

Agradeço imensamente ao Prof. Dr. Renato da Silva Queiroz que, mais do que orientador, mostrou-se amigo quando, além de sua orientação precisa e serena, pude contar com seu apoio no âmbito institucional e com sua imensa solidariedade, fundamentais para poder prosseguir com esse trabalho.

Quero agradecer à Silvana Moretti, Eduardo e Heloisa, pelo carinho e dedicação constantes, a mim e a Iris, sempre que necessitamos de sua amizade, confiança e alento. Ademais deles, à minha família, meus pais, Álvaro e Delma, à Inês e Marta, meus cunhados e sobrinhos, além daqueles que o convívio cuidou de aparentar, Mauro, Boggiani, Edvaldo, e todos os amigos, Ana Lúcia, Athayde e Tânia, bem como à Luciana, ao Marcel, ao “Binho” e “Tuca”, que me permitiram encontrar o equilíbrio para o trabalho e para a vida, quando .

Agradeço, por fim, à Iris, minha esposa querida que, em meio às dificuldades e às obstinadas e intransponíveis lutas pessoais, sempre encontrou forças para incentivar a minha empreitada. Este trabalho, se é produto de meu esforço intelectual, deve muito a seu apoio, às suas primeiras leituras e observações, suas cobranças e estímulo. Se ele pôde enfim se concretizar foi, antes de mais nada, por seu afeto, em nome de seu carinho e do nosso amor.

Aos trabalhadores da pesca, que me receberam sempre com paciência e cordialidade, deixo meu reconhecimento e a certeza de que ainda estaremos juntos na busca por melhores condições de vida e de trabalho no contexto do turismo pesqueiro.

SUMÁRIO

Introdução	8
1. O turismo no Pantanal do Mato Grosso do Sul	25
1.1. A Planície Pantaneira	25
1.2. Dos viajantes aos turistas: as modalidades de visitantes de Corumbá-MS	29
1.3. A implantação da infra-estrutura para o turismo pesqueiro	30
1.4. Os trabalhadores da pesca	35
1.4.1. O turismo no Rio Miranda	35
1.4.2. Passo da Lontra	36
1.4.3. A “Favelinha”	40
1.4.4. Os acampamentos de “isqueiros”	48
1.4.5. Os pescadores e as iscas	57
1.4.6. As técnicas de captura e armazenamento de iscas	63
1.4.7. O Comércio de iscas	70
1.4.8. A coleta e o meio ambiente	76
1.4.9. De pescadores a “Piloteiros”	85
1.4.10. Considerações Preliminares	94
2. Antropologia e turismo	98
2.1. Turismo nas Ciências Sociais	98
2.2. O turismo na Antropologia	100
2.2.1. As distintas abordagens do turismo	103
2.2.2. Antropologia brasileira e turismo	107
2.3. Turismo no Pantanal	120
2.4. Paradigmas da Antropologia do Turismo	125
2.5. Considerações Preliminares	133
3. Turismo e sustentabilidade	135
3.1. A noção de Desenvolvimento	138
3.2. Globalização e a nova ordem internacional	140
3.3. Efeitos da internacionalização do capital na estrutura sócio econômica do Pantanal	146
3.4. Crise ambiental e as críticas ao modelo capitalista de desenvolvimento	148
3.5. “Sustentabilidade”: novo paradigma do desenvolvimento ou mero clichê?	153
3.5. O debate acerca da sustentabilidade do turismo	161
3.6. “Nativos” em trânsito	172
3.7. Pesca e ambiente	179
Turismo e memória nos rios do Pantanal: uma possível conclusão	186
Bibliografia	208

Introdução

Na Bacia do Alto Rio Paraguai, seja às margens do curso principal deste rio ou naquelas dispersas através de seus afluentes, vivem numerosas comunidades de pescadores que têm no rio sua principal fonte de sustento¹. A pesca no Pantanal, praticada tradicionalmente por trabalhadores ribeirinhos em associação com a pequena lavoura, é uma atividade que, numa região dominada pelo latifúndio pastoril, abrigou aquele segmento da população que não encontrou trabalho nas fazendas de gado e que, junto aos rios, conseguiu estruturar sua vida com autonomia e garantir sua subsistência. O papel socioeconômico da pesca profissional na região pantaneira é considerável, pois, além gerar renda para as famílias dos pescadores, mobiliza o setor de comércio e serviços da periferia das pequenas cidades da região. Estima-se que no Mato Grosso do Sul existam aproximadamente 3.500 pescadores profissionais em atividade (Cf. PCBAP, 1997a:61), ainda que nem todos atuem na Bacia do Rio Paraguai². Deve-se observar, entretanto, que este número não contempla a grande massa de pescadores que desenvolve suas atividades sem registro legal, bem como aquelas famílias que têm na pesca uma atividade secundária, com caráter de subsistência, voltada para suplementar a produção das roças e da criação de animais.

De acordo com a Lei Estadual Nº 1.826, de 01 de janeiro de 1998, pescador profissional é a categoria de trabalhador que pratica a pesca com finalidade comercial e com autorização de órgão estadual competente. Esta definição coincide com a da categoria de “pescador artesanal”, descrita por Diegues (1995) em seu estudo sobre os trabalhadores da

¹. No rio Paraguai, no trecho em que corta o Mato Grosso do Sul, existem atividades de pescadores nas cidades de Corumbá e Porto Murtinho, além de vilas e comunidades como Albuquerque, Porto Esperança, Porto Morrinho, entre outras. Em seus afluentes mais piscosos agrupam-se diversas comunidades de pescadores, como na cidade de Miranda, de Aquidauana e de Coxim.

². A quantidade de pescado capturado fornece uma noção do número de profissionais em atividade nos rios pantaneiros. De acordo com os dados do PCBAP, os rios Paraguai, Miranda e Aquidauana, sem contar seus tributários menores, “forneceram 74,8% de todo o pescado de origem profissional, desembarcado em Mato Grosso do Sul, no ano de 1995” (1997a : 64).

pesca no litoral brasileiro. Segundo este autor “é preciso não confundir o pescador artesanal com o pescador de auto-subsistência pois os pescadores artesanais produzem principalmente para a venda e, como todo pequeno produtor, são dependentes do mercado, através da teia de intermediários e ‘marchantes’. É um pequeno produtor que participa diretamente do processo da pesca, dono de um cabedal enorme de conhecimentos e dos instrumentos de trabalho, operando seja em unidades familiares seja com ‘camaradas’ ou companheiros” (1995: 86)

Mesmo que possuindo sua dinâmica própria, regulada pelo mercado, pelas modificações do ecossistema regional e pelo aprimoramento das técnicas e instrumentos de trabalho, a relação desses pescadores com o rio ocorreu de forma equilibrada, fundada numa longa convivência com as águas pantaneiras e seus diferentes ciclos, o que permitiu, por sua vez, o desenvolvimento de técnicas, saberes e comportamentos relativos à pesca bastante adaptados às características ecológicas da região. Conforme salientam Catella et al., a conservação dos recursos pesqueiros do Pantanal deve-se em grande medida ao modo como estes profissionais atuam nos rios pantaneiros, à relação de proximidade que mantêm com as águas e ao conhecimento do ecossistema que acumularam ao longo de gerações (Cf. Catella et al., 1996: 37).

A presença desta atividade no contexto pantaneiro, no entanto, vem sendo constantemente ameaçada no Mato Grosso do Sul. De um lado, a exploração intensa e desordenada das terras do entorno pantaneiro, resultante do projeto de desenvolvimento agrícola abraçado pelo Estado, que privilegia a monocultura intensiva em detrimento do pequeno produtor, traz sérios prejuízos para o ecossistema e para o modo de vida da população local. Os efeitos desta política afetam sobretudo a área central da planície pantaneira, mais exatamente as pequenas propriedades, colônias de agricultores e

comunidades de pescadores do Rio Taquari (MS), que foram atingidas diretamente pelo assoreamento deste rio, a partir do início dos anos de 1970.

De outro lado, a política estadual de pesca nas últimas décadas no Mato Grosso do Sul tem sido consideravelmente restritiva em relação às atividades dos pescadores profissionais (PCBAP, 1997a: 63 e Catella et al.: 38), beneficiando, em contrapartida, a atuação dos turistas da pesca esportiva. Com o crescimento vertiginoso desta atividade, que passa a competir seriamente com os profissionais pela captura do estoque pesqueiro, sobretudo quando a legislação impede o uso de aparelhos mais eficientes de captura, como determinados tipos de redes e tarrafas, a pesca profissional torna-se menos produtiva e, com isso, menos atraente, fazendo com que muitos trabalhadores abandonem a profissão. Como, num universo de 263 espécies de peixes (Cf. Britsk, 1999), a pesca costuma se concentrar em apenas algumas consideradas nobres, como o pacu (*Piaractus mesopotamicus*), o pintado (*Pseudoplatystoma corruscans*), o cachara (*Pseudoplatystoma fasciatum*), o dourado (*Salminus maxillosus*) e o piavuçu (*Leporinus sp*), a disputa por este tipo de pescado tende a se acirrar ainda mais nos rios do Pantanal, na medida em que cresce o fluxo de turistas, e o conflito entre pescadores profissionais e amadores, por sua vez, tende a se agravar.

O turismo tornou-se um problema recorrente no Brasil quando o assunto é a pesca. Tanto o litoral brasileiro quanto as águas interiores se ressentem da presença crescente do empreendimento turístico que tem interferido significativamente no modo de vida das populações pesqueiras. Estudos sobre as comunidades caiçaras no litoral brasileiro (Breton & Plante [1977], Calvente [1995, 1997], Nascimento [1995], Luchiari [1997], entre outros) e sobre os pescadores de água doce (Moreira et al. [1995], Silva e Silva [1996], entre outros) remetem à presença do turismo, senão como fenômeno desagregador do modo de vida tradicional, ao menos como atividade que tem interferido consideravelmente nas relações sociais e de trabalho das comunidades de pescadores.

Processo semelhante vem ocorrendo na região do Pantanal, tanto no Mato Grosso (V. Silva e Silva, 1996) quanto no Mato Grosso do Sul (V. Banducci Jr., 1999, 2001 e Moretti, 1999, 2000, 2001). A presença constante de pescadores esportivos, desde o final dos anos de 1970, tem interferido de forma significativa na vida da população ribeirinha da região. Se o turismo desempenha, de um lado, um papel importante no incremento da economia, ao criar as novas frentes de trabalho e movimentar o comércio das pequenas cidades pantaneiras, de outro ele traz impactos negativos para as atividades dos pescadores artesanais, seja por interferir no meio ambiente, exercendo forte pressão sobre o estoque pesqueiro, seja por modificar sua cultura, impondo uma dinâmica diferente à vida da população ribeirinha.

Uma das intervenções mais significativas do turismo da pesca no Pantanal, no entanto, diz respeito à coleta e comercialização de “iscas vivas”, que ele incrementa e dissemina por toda a região. A demanda dos pescadores esportivos por “iscas vivas”, pequenos peixes e crustáceos que servem de alimento para as espécies nobres, muito utilizado nas pescarias por ser o meio mais eficiente para atrair o pescado da região, tem sido de tal monta que a exploração das baías e corixos³ pantaneiros intensificou-se a ponto de despertar a atenção de ambientalistas para a grau de degradação desses ecossistemas aquáticos, além de mobilizar centenas de famílias de trabalhadores de baixa renda, até mesmo de fora do Pantanal, para atuar nesta atividade, criando novas demandas e pólos de exclusão social.

Os catadores de iscas, ou “isqueiros”, como são conhecidos na região, são trabalhadores pobres que, sem perspectivas de trabalho nas pequenas cidades pantaneiras, se aventuram nas baías da planície em busca do pescado para vendê-los aos turistas. Vivendo em condições precárias, acampados sob pontes de concreto ou em barracos de lona preta, e enfrentando toda sorte de adversidades, os “isqueiros” situam-se no centro de um conflito de

³. “Baía” é o nome que o pantaneiro dá às lagoas da região, podendo ser elas perenes ou temporárias. Algumas delas apresentam água salobra, sendo denominadas “salinas”. Os pequenos cursos de água, de vazão intermitente e que fazem a drenagem de rios e lagoas no período das cheias, recebem o nome de “vazantes”.

interesses: ao mesmo tempo que atendem à demanda de um segmento do turismo, o pesqueiro, que sem seu trabalho não se realiza, provocam o descontentamento de outro grupo de agentes do turismo, aquele voltado para os atrativos naturais. Acontece que a simples presença destes trabalhadores às margens de rodovias e rios, expondo sua pobreza e vida precária, já é suficiente para macular a imagem de “paraíso” que os empresários se esforçam por vender do Pantanal. De outro lado, o modo como estes trabalhadores interferem no ecossistema das baías, sem técnicas de manejo de eficiência garantida e sem uma preocupação maior com a conservação do ambiente, tem sido apontado como prejudicial à natureza pantaneira e, como tal, tem nutrido o desejo de alguns segmentos da sociedade, como agentes do governo e empresários do turismo, de afastá-los da região.

Pouco se conhece desse universo social: a inserção dos distintos grupos no contexto pantaneiro, a maneira como produzem sua existência e as relações que mantêm entre si e com o rio e as baías da região. Este trabalho procura abordar tais questões a partir da análise do encontro desses personagens ligados ao turismo da pesca: o pescador profissional, o piloto, o turista esportivo e o “isqueiro”. Seu interesse mais amplo é o de revelar o modo como o surgimento recente do turismo pesqueiro tem afetado a vida da população ribeirinha e, mais especificamente, a sua maneira de conceber e lidar com o meio ambiente pantaneiro. O trabalho parte de um levantamento e caracterização dos trabalhadores do rio e das baías pantaneiras, com ênfase na categoria dos catadores de iscas vivas – seu conhecimento acerca do ecossistema regional, suas técnicas de trabalho e a maneira como se relacionam com o ambiente –, para então contrapô-los à maneira como os turistas concebem e se relacionam com o ambiente e o homem local e, a partir daí, buscar compreender o modo como o contato entre estes sujeitos tem influenciado a cultura dos trabalhadores da pesca e a relação da população ribeirinha com o ambiente pantaneiro.

“Corixos”, por sua vez, diferenciam-se destas por constituírem-se em cursos de água de vazão contínua, ainda que com volume e leito variáveis (Cf. Valverde, 1972, in: Britsk, 1999 e Ab’Saber, 1988).

Em outros termos, a partir do estudo do impacto do turismo sobre a população ribeirinha, que vive (ou atua temporariamente) em território sob a jurisdição das Colônias de Pesca Z-1 e Z-5⁴, no Pantanal do Mato Grosso do Sul, este trabalho pretende analisar o modo como o turismo pesqueiro tem se implantado no Pantanal e sua interferência no contexto social da região. Ele procura abordar não apenas a maneira como o turismo afeta a população local, mas também as contradições que subjazem ao seu desenvolvimento na região, sejam aquelas de caráter ambiental ou social, sejam as decorrentes de fatores econômicos ou políticos, e que têm colocado alguns dilemas para o desenvolvimento da atividade na planície pantaneira.

Por fim, a questão que estará permeando todo esse debate diz respeito ao lugar da população nativa no contexto das experiências turísticas no Pantanal e o modo como a atividade tem interferido no ambiente local. A presença dos nativos na determinação do empreendimento turístico e a busca de um equilíbrio da atividade com as populações e o ambiente em que se realiza tem sido objeto de preocupação de muitas políticas públicas voltadas para o turismo e tem se constituído em tema de debates entre pesquisadores e planejadores da atividade. Desse modo, o que irá se analisar neste estudo será, em última instância, a existência ou a possibilidade de implantação de uma experiência turística inclusiva, com a participação das comunidades locais e em seu proveito, e ambientalmente equilibrada, com o mínimo de impacto sobre a natureza, no contexto pantaneiro. Da mesma forma que se estará discutindo o papel da antropologia na reflexão e na concepção de experiências turísticas dessa natureza.

⁴ - "Segundo o IBAMA, a zona pesqueira é o espaço geográfico sob a jurisdição de uma Colônia de Pesca, instituição jurídica que congrega, por associação, os pescadores profissionais e amadores de uma região"(Santana, p. 142). No Mato Grosso do Sul, em 1994, existiam seis zonas de pesca, sob a jurisdição das Colônias de Pesca Z-1 a Z-6, respectivamente. As Colônias pesquisadas neste projeto são: Z-5, com sede na cidade de Miranda e Z-1, com sede na cidade de Corumbá. Nesta última, os levantamentos se realizaram na vila de Porto da Manga.

O pressuposto do qual parte esse estudo é o de que, como potencialidade, o turismo dispõe de meios para constituir-se num empreendimento sustentável, isto é, coerente com as demandas sociais da população local e atento às necessidades de conservação dos distintos ecossistemas pantaneiros. O que se observa na prática, porém, é que no âmbito da pesca, a atividade ao mesmo tempo em que cria condições para promover melhorias nas condições de vida dos povos pantaneiros e a conservação da natureza, promove a exclusão social e a degradação do ambiente.

Abordagem teórica

Se o turismo aparece como uma imposição empírica no estudo da pesca no Pantanal, tal como em outras áreas pesqueiras do Brasil, ele também incita uma série de indagações teóricas que subjazem à sua prática e que são fundamentais no debate antropológico contemporâneo. O turismo é retratado muitas vezes como a expressão do efêmero, uma experiência fortuita de contato entre pessoas e culturas, mas, ao mesmo tempo, do modo como está constituída a sociedade ocidental moderna – centrada na mobilidade frenética de pessoas e coisas; na troca incessante de informações; no individualismo e no consumo desenfreado – a atividade turística representa, em muitos aspectos, a essência da contemporaneidade. O mundo vive a experiência da globalização, que se caracteriza sobretudo pela compressão do espaço-tempo que, segundo Gomez (2000), obriga indivíduos, organizações sociais e comunidades a estabelecer contatos próximos e a reconhecer dependências mútuas, o que, por sua vez, “provoca mudanças e conflitos, emergência de novas formas sociais e culturais, interdependência crescente da economia mundial, um grande número de pessoas e idéias percorrendo o mundo graças aos avanços nas comunicações e transportes... tudo isso impulsionando movimentos tendentes à homogeneização cultural – similitude, em distintos

lugares, da alimentação, tevê, arquitetura, música, roupas, valores etc. – e a uma simultânea diversidade – pressões para autonomia ou identidades culturais locais e regionais” (Gómez, 2000: 135). Discutir o turismo implica, desse modo, em lidar com temas caros à cultura das sociedades capitalistas, justamente no momento em que padrões valorativos, comportamentos e gostos do Ocidente se difundem rapidamente através do mundo, ignorando credos e fronteiras, tendo na atividade turística um de seus mecanismos mais eficientes de expansão.

O modo como as sociedades locais representam, processam e assimilam esses contatos, o grau de interferência nas culturas nativas, além dos impactos no território e nos padrões de produção da vida material têm despertado, de forma crescente, a atenção dos pesquisadores do social para a questão do turismo. Os impactos da atividade nas comunidades receptoras constituem o principal objeto de preocupação desses teóricos. No entanto, o turista, comumente um personagem urbano, detentor de distintos interesses e sensibilidades, também começa a despertar a sua atenção, da mesma forma que a viagem como experiência vulgar e intrínseca às sociedades industriais. A motivação para a viagem, seu objetivo, o processo de deslocamento, o contato com o “outro”, o sentido do retorno, entre outros aspectos (V. Cohen, 1974) têm instigado a investigação no campo das Ciências Sociais, e a temática turismo, gradativamente adquire *status* de objeto científico na Sociologia e na Antropologia Social.

A mobilidade, que fundamenta a experiência turística, tem estimulado reflexões teóricas importantes no interior da Antropologia, a começar do fato de que esta ciência tem na viagem um elemento central de seu método investigativo. O antropólogo, como o turista, é um viajante e, cada vez mais, sua experiência de deslocamento é questionada, quanto a seu significado e a extensão de seus resultados, diante da infinidade de outras experiências semelhantes praticadas pelo cidadão comum. O que faz da viagem acadêmica uma fonte especial de autoridade? Onde o turismo acaba e onde começa o chamado trabalho de campo?, se pergunta Urry (1997). Se o estudo de campo preserva em suas técnicas especiais um grau

de autoridade não atingido pela experiência vulgar de viagem, essas indagações servem, por seu lado, para revelar – e nos alertar - que, como viajante, o turista também está atento ao mundo exterior e que, conforme argumenta Urry, detém habilidades para decodificar informações comparáveis às dos pesquisadores acadêmicos.

Diante da percepção do antropólogo como viajante ele próprio, a ponto de permitir paralelos entre sua experiência acadêmica e a do viajante popular, a noção de “nativo”, como um sujeito estático e isolado, torna-se objeto de questionamento na Antropologia. As sociedades estão em movimento. O informante, tanto quanto o turista, vivencia experiências de contato com o estrangeiro, do trato com o novo e o inusitado. Nesse termos, Appadurai (1995) se questiona acerca da existência do “nativo”, como aquele indivíduo confinado a seu lugar de origem, isolado do contato com o mundo. Desse modo, é preciso que as categorias de análise comportem essa dinâmica de relações, que não sejam estanques e parciais, como diz Clifford (1997), a ponto de congelar a vida das pessoas. Deslocamentos, interações, interferências, espaços transversos são categorias que, num universo de contato cada vez mais íntimo entre o local e o mundo externo, se impõem à noção de cultura, exigindo um esforço de atualização da investigação antropológica. Talvez seja esta uma das contribuições mais importantes que o turismo, como tema da Antropologia vem trazer, à interpretação da cultura.

Outro aspecto importante de se ressaltar é o do sentido da comparação, como método, no contexto da globalização e dos contatos intensificados pela compressão espaço-tempo no mundo moderno. O exercício comparativo constitui-se num dos recursos mais fecundos da Antropologia, é a partir dele que a Ciência estabelece generalizações. A comparação é inerente à disciplina desde o momento em que esta se vale do método etnográfico: em campo o pesquisador compara a sua cultura com os valores e costumes com que se defronta. O procedimento comparativo, entretanto, é recuperado em moldes inovadores, pela crítica pós-moderna, mediante o emprego da noção de “justaposição”. George Marcus (1994) lembra que

os fenômenos tidos convencionalmente como "mundos distantes" hoje se manifestam, em função do desmembramento do global no particular, como parte integrante de situações locais. Ainda que este debate tenha desdobramentos teóricos mais amplos e problemáticos - como a hesitação de se estabelecer uma autoridade analítica ou conceitual sobre o objeto, que leva à confecção do que o autor denomina de "textos confusos" - o importante a se reter aqui é o alerta para a complexidade na qual se envolve o objeto da antropologia.

Se anteriormente o paradigma hermenêutico já havia induzido os antropólogos a "estranharem" os seus próprios procedimentos, questionando os critérios de objetividade do positivismo e a autoridade do observador, concebendo um método pautado no encontro de horizontes⁵, a Antropologia de inclinação pós-moderna alerta para a complexidade que hoje envolve esse encontro, já que as referências locais comportam e mobilizam, no diálogo com o pesquisador, significados próprios de referências globais. Como diz Marcus, a compressão do espaço e tempo, que tem definido muito da condição dos povos no mundo de hoje, "levanta o problema de como se dar vida cotidiana a um relato em que se traz o relacionamento ou o contato com o que antes era incomparável; o global, ou aspectos do processo global, agora está contido no local, e os significados puramente locais não são mais um objeto de estudo suficiente" (Marcus, 1994:16).

Por outro lado, se a comunicação acima dos limites da cultura é um fenômeno recorrente nos dias de hoje, no momento em que se propõe estudar as relações num contexto de turismo, deve-se ter claro que o processo de globalização não necessariamente é destruidor da diversidade cultural. Cabe ao pesquisador superar a idéia da cultura como estática - e, como tal, incapaz de lidar com a mudança - e procurar as respostas criativas dadas pelas

⁵. "A relação que se estabelece entre os sujeitos da pesquisa antropológica, o pesquisador e o pesquisado, sob a perspectiva hermenêutica é dialógica. Imerso numa única temporalidade, o fazer etnográfico resulta no encontro de horizontes, ou, numa linguagem hermenêutica numa 'fusão de horizontes', em que, ao abrir-se para a integração do Outro, os saberes, do observador e do observado, se influenciam, proporcionando o exercício da intersubjetividade" (Banducci Jr., 1997: 32). Para uma perspectiva mais ampla da presença do paradigma hermenêutico na Antropologia V. Cardoso de Oliveira (1988 e 1995) e Azzan Jr. (1993).

comunidades locais ao contato intercultural proporcionado pela globalização. De acordo com a perspectiva compreensiva, a busca do significado na Antropologia implica em tornar-se permeável ao outro, colocar-se numa relação dialógica. No momento em que o global aproxima este “outro” do nós, o apego do antropólogo ao seu padrão de referência, que é aquele dado pelo debate acadêmico, deve ser ainda mais intenso, sob o risco de encontrar no “outro” apenas a si mesmo e não penetrar na dialética do local e do global.

Por fim, um estudo etnográfico que trata do contato entre culturas as mais diversas, em um contexto marcado pelo avanço do mercado turístico, deve necessariamente considerar que esse universo não apenas contém em si aspectos do mundo global, ali introduzidos pelo turismo e pelos meios de comunicação, mas também é, ele próprio, parte do imaginário global, já que veiculado como um produto à disposição do turismo ocidental. Tem-se, então, um contexto de interação em que o “nativo” ao mesmo tempo em que expressa, consome e reproduz uma visão de si mesmo.

Área da pesquisa

A pesquisa se concentra numa área de ocorrência do turismo pesqueiro e da atividade de coleta de iscas vivas que se estende da cidade de Miranda até a localidade de Porto da Manga, em Corumbá, no Pantanal do Mato Grosso do Sul. Nessa região, em que ocorre a confluência dos pantanais do Abobral/Rio Negro, do Miranda e do Nabileque, localizam-se as comunidades de Porto da Manga, do Passo da Lontra, bem como os acampamentos de “isqueiros” da rodovia BR-262, próximos ao Morro do Azeite, no Km 293. O contato mais prolongado com os catadores de iscas e com pescadores deu-se exatamente nessas localidades.

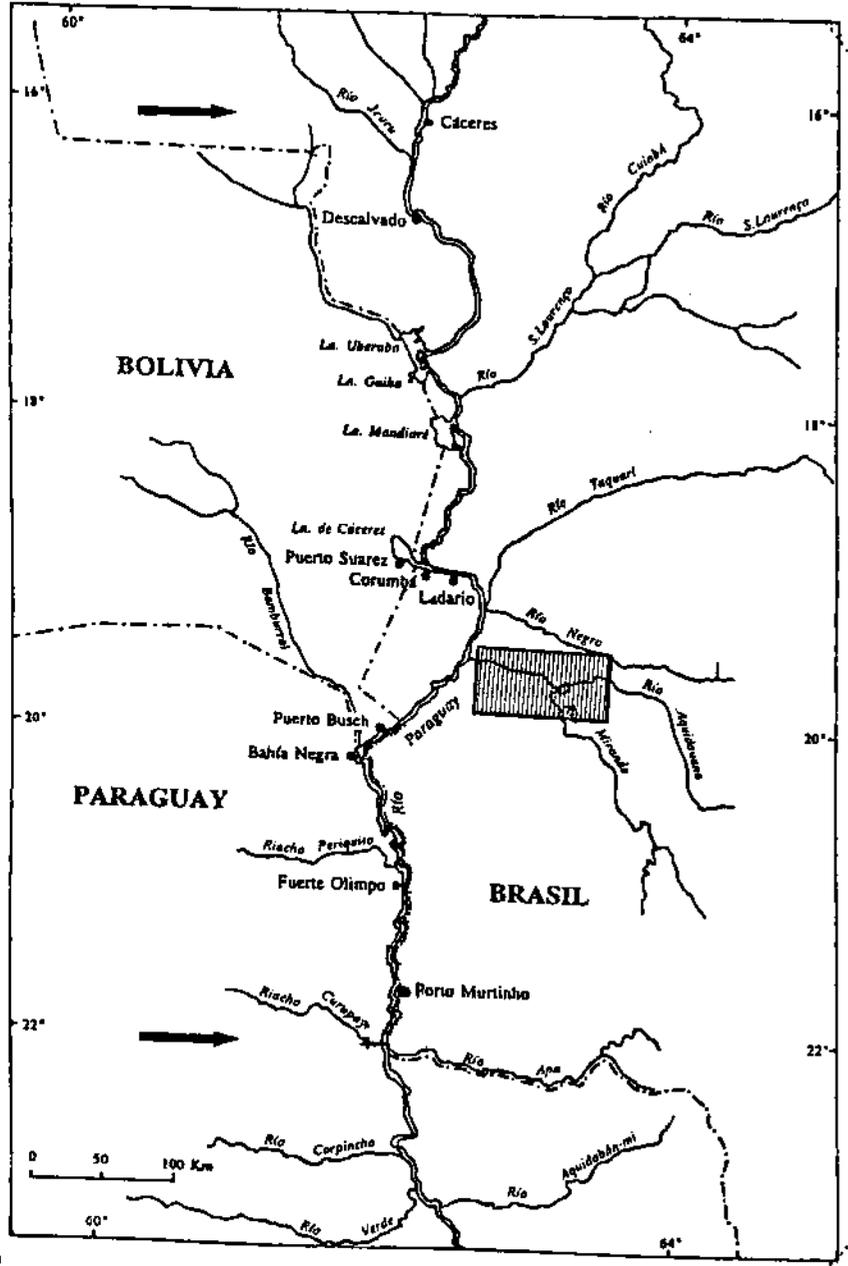
Apesar de estabelecer essa região como área focal da pesquisa, levantamentos de dados e observações empíricas foram realizados em uma vasta extensão do rio Paraguai, principal eixo fluvial da região, desde a cidade de Cáceres, no Estado do Mato Grosso, até as proximidades do rio Apa, no Mato Grosso do Sul, que demarca o limite Sul da planície pantaneira. Sendo assim, além de Miranda e Corumbá, os municípios abrangidos pela pesquisa são Porto Murtinho e Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, e Cáceres, no Mato Grosso (V. Figura 1, p. 20 e Figura 2, p. 21).

A oportunidade de estabelecer contato com as comunidades, e conhecer parte da realidade de uma grande porção do rio Paraguai, resultou de um convite para participar de uma expedição científica cujo objetivo era avaliar os impactos da Hidrovia Paraguai-Paraná, mais precisamente, do tráfego de barcaças no leito do rio Paraguai e sobre a população ribeirinha⁶. Durante 13 dias, num pequeno barco para turistas da pesca, seis pesquisadores, um fotógrafo e 5 tripulantes desceram o rio desde a cidade de Cáceres, no Mato Grosso, até Porto Murtinho, no Mato Grosso do Sul, num percurso de mais de 1.200 Km. Na ocasião foi possível visitar algumas comunidades ribeirinhas, aplicar questionários e realizar entrevistas, que permitiram avaliar o modo como vem se estabelecendo o empreendimento turístico nesta imensa região do Pantanal. Foi possível observar, da mesma forma, o grau de abrangência da atividade de captura de iscas que, a partir do rio São Lourenço, que demarca os limites entre os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, demonstra ser uma prática generalizada nas comunidades ribeirinhas⁷.

⁶ Mediante esforço da Coalizão Rios Vivos foi possível integrar a equipe de pesquisadores que, sob o patrocínio da WWF, participou da expedição científica no rio Paraguai com o objetivo de avaliar os impactos da Hidrovia Paraguai-Paraná no ecossistema hídrico da região. A equipe oficial era composta de um engenheiro naval, um hidrólogo, dois geólogos, uma bióloga e um fotógrafo.

⁷ É preciso ressaltar que a captura de iscas vivas é proibida no Mato Grosso, sendo que muito das iscas consumidas pela pesca esportiva naquele Estado provém do Mato Grosso do Sul, que as exporta também para outros Estados como São Paulo e Paraná, conforme será visto mais adiante.

Figura 1: Rio Paraguai e seus afluentes no Pantanal Mato-grossense, compreendendo o trecho entre Cáceres-MT e Porto Murtinho-MS, percorrido durante a pesquisa.



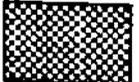
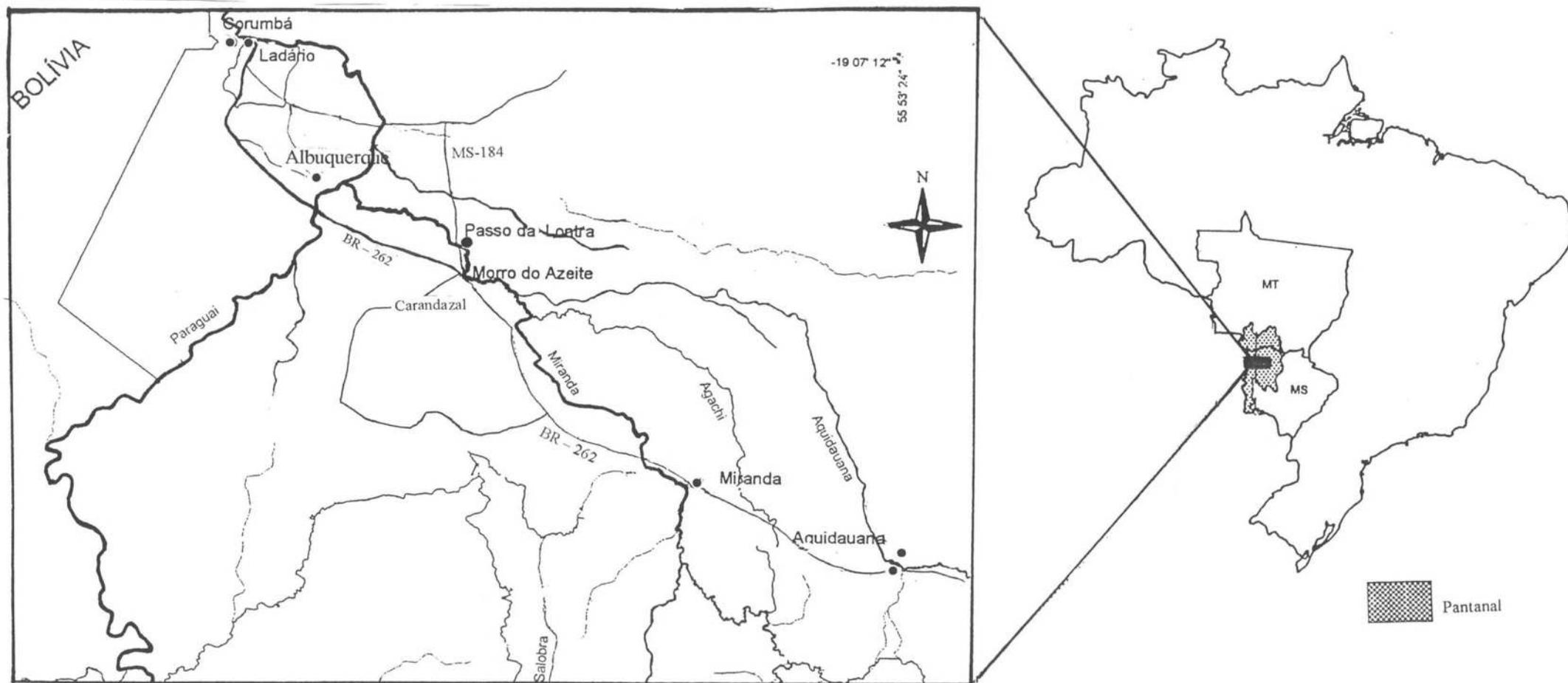
 Pantanal
 Área de concentração da pesquisa
 FONTE: Humedales para las Americas.

Figura 2. Detalhe da área de concentração dessa pesquisa, entre as cidades de Miranda e Corumbá, Pantanal do Mato Grosso do Sul.



Fonte: Subprojeto Coleta de iscas vivas no Pantanal, bases para a sustentabilidade

Muitos grupamentos humanos estão surgindo junto ao rio em função dessa atividade. Logo após a foz do rio Vermelho, em terras sul-mato-grossenses, um grupo de famílias, composto de irmãos, primos e cunhados, estabeleceu moradia, depois de abandonar a roça pouco produtiva, e dedicava-se exclusivamente à captura de iscas. Trabalhadores de fazendas de gado e comunidades de agricultores encontraram na coleta de iscas uma atividade secundária que os auxilia na complementação da renda familiar. Por toda a extensão do rio Paraguai a exploração das iscas é perceptível e não apenas em território brasileiro. Na margem paraguaia do rio, no Pantanal do Nabileque e de Porto Murtinho, diversas comunidades indígenas, Chamacoco sobretudo, mas também Ayoreo, vivem, da mesma forma, da captura de iscas, além da lavoura, da pesca profissional e do turismo. A maior parte dos dados relativos ao turismo no rio Paraguai e às atividades dele decorrentes provém dos levantamentos realizados nesta expedição.

No Pantanal do Abobral/Rio Negro, a Base de Estudos do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, BEP-UFMS, às margens do rio Miranda, serviu de apoio para os levantamentos de campo realizados na região do Passo da Lontra, nos acampamentos da BR-262 e no Porto da Manga, localidades que estão inseridas numa Unidade de Conservação ambiental, em processo de regularização por parte do governo do Estado do Mato Grosso do Sul, denominada “Estrada Parque”, abrangendo as rodovias MS-184 e trechos da MS-228, o que torna bastante conflituosa a presença dos moradores dessas vilas na região.

O tempo de permanência em campo variou conforme o avanço do trabalho. A princípio foram gastos dois meses de levantamentos e convivência entre os pescadores, catadores de iscas e moradores da vila do Passo da Lontra, no ano de 1998. Após esse período, as visitas a campo tornaram-se mais breves, geralmente de uma semana a quinze dias, ainda que com uma frequência regular, ao menos uma vez a cada dois meses, durante um período de três anos, do início de 1997 ao primeiro semestre de 2001. Desse modo, foi

possível avaliar todo o processo de instalação dos acampamentos dos trabalhadores na BR-262 e os distintos períodos de trabalho, que incluíam momentos de exploração mais intensa das baías até fases de grande inatividade, ciclos estreitamente associados à presença dos turistas, cujo fluxo tende a aumentar significativamente apenas nos períodos de feriados prolongados, como carnaval, semana santa, semana da pátria e férias escolares de julho. As visitas em períodos variados foram importantes, da mesma forma, por permitir uma perspectiva mais ampla das espécies exploradas e das técnicas de exploração, bem como das relações sociais que se estabelecem nesses acampamentos conforme aumenta ou diminui o número de trabalhadores envolvidos na coleta.

Outras visitas foram realizadas em locais distantes do Passo da Lontra, com o objetivo de contrastar o modo como ocorre a atividade em distintos locais no Pantanal. Desse modo, ademais da excursão realizada através do rio Paraguai, algumas localidades foram visitadas com mais vagar, permitindo a aplicação de questionários e a realização de algumas entrevistas com trabalhadores, empresários do turismo e pescadores amadores. Este é o caso da Vila de Albuquerque, distrito de Corumbá, da cidade de Porto Murtinho e da localidade de Porto Morrinho, todos à margem do rio Paraguai, no Estado do Mato Grosso do Sul.

A participação no Projeto “Coleta de iscas vivas no Pantanal, base para a sustentabilidade”, parte integrante do Projeto Alto Paraguai (ANA/GEF/PNUMA/OEA)⁸, foi decisiva para o acesso a diversas comunidades ribeirinhas – tais como: Águas do Rio Miranda, Vila Salobra e Porto da Manga –, bem como para o levantamento do número de trabalhadores da isca, das condições de trabalho em distintas regiões e para uma visão mais ampla do comércio regular das iscas realizado por casas especializadas.

⁸. Esse projeto, que conta com financiamento de agências internacionais, é fruto da parceria entre a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e a organização não-governamental Ecoa-Ecologia e Ação, com sede em Campo Grande-MS, e tem como objetivo organizar os trabalhadores da isca do Pantanal-MS para que disponham de representatividade junto às instâncias oficiais que definem a política da pesca no Estado, e aperfeiçoar os procedimentos de captura a fim de minorar os impactos que provoca no ambiente da região.

No total foram aplicados 140 questionários e realizadas 30 entrevistas com trabalhadores da pesca – pescadores profissionais, piloteiros e catadores de iscas – de ambos os sexos e diferentes idades, moradores das mais distintas áreas abrangidas pela pesquisa. Junto aos turistas da pesca foram aplicados 80 questionários e realizadas 20 entrevistas. Empresários e agentes governamentais ligados ao turismo também foram entrevistados, da mesma forma que empregados de hotéis, barcos pesqueiros (durante uma expedição realizada no rio Paraguai, em novembro de 1999) e estabelecimentos voltados para o turismo da pesca. As entrevistas seguiram um roteiro pré-estabelecido que objetivou, sobretudo, avaliar o conhecimento dos trabalhadores da pesca e dos turistas acerca do ecossistema regional e levantar os problemas socioeconômicos decorrentes das relações sociais estabelecidas entre esses personagens no ambiente pantaneiro.

Quanto aos levantamentos em fontes secundárias, no que diz respeito a documentos o informações oficiais, os dados pesquisados foram obtidos em órgãos estaduais que tratam da questão ambiental, como a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Cultura e Turismo e a Companhia Independente de Polícia Militar Ambiental de MS – CIPMA-MS, bem como na Superintendência do Turismo do Mato Grosso do Sul.

1. O turismo no Pantanal do Mato Grosso do Sul

A modalidade turística que mobiliza maior número de visitantes no Pantanal do Mato Grosso do Sul e que mais gera divisas para os municípios da região é a pesca esportiva. A atividade, que cresce ininterruptamente entre as décadas de 1970 e 1990, gerou uma demanda por infra-estrutura física e de serviços satisfeita na maior parte das vezes de forma improvisada, sem um planejamento ambiental e sem compromisso com a melhoria das condições de vida dos trabalhadores da região. Este capítulo, ao mesmo tempo em que descreve o contexto sócio-espacial no qual se desenvolve o turismo pesqueiro nos Municípios de Corumbá e Miranda, no Mato Grosso do Sul, analisa as contradições e os conflitos que emergem com a implantação dessa atividade no contexto regional e o modo como interfere na economia, nas relações sociais e no ambiente pantaneiros.

1.1. A Planície Pantaneira

O Pantanal é uma das maiores planícies alagáveis do mundo, com 138.183 Km² (PCBAP, 1997b) distribuídos entre os Estados de Mato Grosso (MT) e Mato Grosso do Sul (MS), além de uma pequena parcela em território boliviano e paraguaio. As terras elevadas do Planalto Central e do Planalto Meridional delimitam sua área em território brasileiro ao Norte, ao Leste e ao Sul, enquanto a Oeste o Pantanal tem o rio Paraguai como limite.

Conhecida internacionalmente como uma área de elevado grau de conservação ambiental, com grande diversidade biológica e natural, a planície é considerada uma espécie de santuário natural, com aproximadamente 1.700 espécies vegetais, 322 espécies de aves, mais de 260 espécies de peixes, 80 de mamíferos e dezenas de espécies de répteis e anfíbios. Nela localizam-se importantes centros urbanos regionais, como Cáceres – MT e Corumbá e

Miranda – MS, além de abrigar diversos grupos indígenas, tais como os Terena e os Kadiuéu. Sua economia está centrada na pecuária de corte, tradicionalmente praticada de forma extensiva em grandes latifúndios pastoris; na extração de minérios; e, mais recentemente, na atividade turística que, segundo estimativas de Ziffer e Lourival (1993, p.3), já contabiliza metade da receita proveniente da pecuária, algo em torno de US\$ 30 milhões anuais.

O clima no Pantanal é tropical, semi-húmido, com temperatura média de 25°C. O regime de precipitação caracteriza-se por um ciclo bastante definido: um período chuvoso, concentrando 80% das chuvas anuais, que ocorre entre os meses de outubro e março, e um período seco, entre abril e setembro. A precipitação varia entre 800 e 1200 mm (PCBAP, 1997b). Com solo argiloso ou composto por sedimentos arenosos, que implica em baixa capacidade de absorção de águas, e com declividade variando entre 0,07 a 0,5 cm/Km no sentido Norte-Sul (Cf. WWF, 2001), que resulta em baixa capacidade de escoamento, a planície pantaneira constitui-se num grande repositório de águas da Bacia Hidrográfica do Alto rio Paraguai. Com áreas sujeitas a inundações periódicas e outras de inundação ocasional, a paisagem pantaneira se constitui num dinâmico labirinto de fluxos e depósitos fluviais e lacustres, que recortam as terras altas desenhando, entre capões e cordilheiras cobertos com vegetação de savanas e matas de cerrado e cerradão, um cenário singular no espaço natural brasileiro. Na verdade, como lembram Boggiani e Coimbra (1996), “o que se denomina Pantanal são paisagens diversificadas dentro da planície, ou seja, o Pantanal, ... é um conjunto de pantanais distintos relacionados principalmente às sub-bacias hidrográficas do Rio Paraguai” (1996 : 19).

O rio Paraguai constitui-se no grande canal de drenagem da planície pantaneira, tendo como principais afluentes os rios Jauru, Cuiabá, São Lourenço, Piquiri, Taquari, Negro, Miranda e Apa (Britski, 1999). O rio Miranda, com 697 Km de extensão (Mato Grosso do Sul, 1994: 30), nasce nas encostas da Serra de Maracaju e desemboca na margem esquerda

do rio Paraguai. Seu principal afluente é o rio Aquidauana. De acordo com Resende et al. “os rios que atravessam áreas de baixa declividade, como o rio Miranda [e o próprio rio Paraguai] na planície pantaneira, são meândricos, com mudanças freqüentes de curso, ocasionando a ocorrência de muitos braços mortos ou meandros abandonados” (1996: 9). Estes depósitos aquáticos, da mesma forma que as vazantes e corixos, que no período das secas costumam seccionar-se numa infinidade de pequenos lagos, servem de morada para diversas espécies de peixes, de onde os trabalhadores da isca extraem o produto de seu pescado. Além dessas baías os “isqueiros” concentram suas atividades em caixas de empréstimo⁹, próximo às rodovias que cortam a região. No período das cheias esses terrenos escavados recebem águas dos rios e de outros cursos d’água e, juntamente com elas, os peixes que para ali se dirigem em busca de alimentos e de condições favoráveis para sua reprodução¹⁰.

Como o rio Miranda possui afluentes que nascem no Planalto da Bodoquena, tal como o rio Formoso, uma das principais atrações turísticas da cidade de Bonito, suas águas são abastecidas com o carbonato de cálcio dissolvido, procedente do maciço calcário das terras da Bodoquena, adquirindo assim um sabor salobro (Cf. Boggiani & Coimbra, 1996). Em decorrência desta “disponibilidade química, as lagoas desta região são preferencialmente procuradas pelos moluscos, que ali secretam suas grandes e espessas conchas carbonáticas” (Idem, 1996: 19). Da mesma forma que pequenas espécies de peixes e alguns tipos de crustáceos, estes moluscos são utilizados como iscas, sendo capturados por “isqueiros” para serem comercializados junto aos turistas.

⁹. Caixas de empréstimo são as depressões artificiais resultantes da extração de terra para a construção dos aterros destinados às estradas de rodagem.

¹⁰. De acordo com Resende et al. “o período da enchente é a principal época de alimentação e crescimento dos peixes de rios com planícies de inundação [...]. A reprodução ocorre nesse período, quando os jovens encontram alimento abundante e o crescimento da vegetação aquática fornece abrigo contra os predadores [...] Conforme as águas se retraem (secam), as perdas de peixes freqüentemente são enormes, devido ao aprisionamento de muitos deles em águas empocadas, os quais são comidos por inúmeras aves ictiófagas ou se transformam em presas de peixes predadores maiores que se alimentam fartamente à medida em que os peixes presas abandonam os alagados e retornam ao rio principal” (Resende et al., 1996: 7). Da mesma forma, estes peixes são presas fáceis dos catadores de iscas.

As inundações periódicas do Pantanal, além de abastecer as baías, que abrigam as principais espécies que servem ao comércio de iscas, desempenham importante papel no equilíbrio do ambiente pantaneiro, procedendo à limpeza dos campos, eliminando pragas e vegetações invasoras. Da mesma forma, o ciclo das cheias é apontado como um dos principais fatores controladores e moderadores da ação humana e de seus impactos sobre o ambiente da planície, desde que iniciado, no século XIX, o processo de ocupação efetiva da região pela população não índia, através da atividade pastoril.

Foi na interação com um meio hostil, no modo como adaptou sua economia e sua vida aos ciclos naturais pantaneiros, que a população local, apesar de sua presença secular na região, conseguiu estabelecer um convívio equilibrado com o ambiente do Pantanal, fosse na atividade pecuária, na pequena agricultura ou na pesca profissional. Mudanças impostas a partir de fora da planície, tais como a monocultura de soja, que devastou imensas áreas no entorno pantaneiro e provocou o assoreamento de rios nas terras baixas do Pantanal; a pesca predatória patrocinada por grandes frigoríficos; ou mesmo a presença crescente do turismo; aliados a transformações internas das relações econômicas e de trabalho sobretudo no latifúndio pastoril¹¹, serviram para provocar ruídos nessa relação de equilíbrio dos homens com o ambiente local.

O grau de interferência dessas mudanças no contexto da pesca, tanto no que se refere ao modo dos indivíduos relacionarem-se com o ambiente como as relações que estabelecem entre si, é objeto de preocupação desse estudo. O interesse é analisar como esse processo de transformações se desencadeia com a chegada do turismo e de outros fatores empreendimentos econômicos exógenos, os rumos que ele tem tomado e as suas consequências para a população que vive do rio e do pescado das baías e corixos.

¹¹. V. a esse respeito Banducci Jr. 1996.

1.2. Dos viajantes aos turistas: as modalidades de visitantes de Corumbá-MS

No final do século passado e início deste, surgem no Pantanal as primeiras estruturas hoteleiras destinadas a receber os viajantes que começam a se dirigir de forma sistemática para a região. A cidade de Corumbá, fundada em 1778 no centro do Pantanal, foi o pólo aglutinador das atividades econômicas tanto da região pantaneira quanto de todo o sul do antigo Estado de Mato Grosso¹². Como centro comercial de importância considerável na Bacia do rio Paraguai, Corumbá, desde o início do século, recebia um fluxo regular de viajantes provenientes de Cuiabá, a capital do Estado; do Rio de Janeiro, capital Federal; além de países vizinhos como Paraguai e Argentina, atraídos pelos negócios com tanino, couro, charque e pele de animais silvestres. Neste período a cidade dispunha de uma pequena infraestrutura hoteleira destinada a abrigar o viajante que vinha à cidade a negócios.

Se até então eram sobretudo os interesses comerciais que atraíam os visitantes, no final da década de 1930 Corumbá passa a se constituir também em pólo de atração cultural. De um lado, os filhos de fazendeiros da região vinham para o centro urbano em busca de estudo; de outro, a cidade começava a atrair visitantes em certas datas festivas, como no carnaval, para o qual acorriam foliões até mesmo da Bolívia (Cf. PCBAP; 1997a: 606), e que se transformou em tradição regional, considerado, ainda hoje, o mais alegre e popular do Estado. A atividade turística, no entanto, como empreendimento econômico estruturado, se constitui de forma efetiva no Pantanal apenas nas décadas de 1960 e 1970, quando começam a afluir para a região grupos organizados de estudantes, principalmente do Estado de São Paulo, com o objetivo de praticar turismo educativo (Cf. PCBAP; 1997a: .606), e os primeiros grupos de pescadores esportivos, atraídos pela alta piscosidade dos rios da bacia do Alto Paraguai.

¹². O Estado do Mato Grosso foi dividido no ano de 1979, sendo então criado o Estado do Mato Grosso do Sul, que reteve a maior parte do território pantaneiro.

De início, a pesca no Pantanal, pela distância e precariedade da estrutura instalada, significava uma grande e, muitas vezes, perigosa aventura; porém, esta modalidade de turismo acabou por se consolidar na região, incentivando a implantação de infra-estrutura hoteleira e de apoio, tornando-se atualmente a maior atividade de lazer de toda a planície pantaneira. De acordo com dados do SCPESCA/MS, se no período de 1979 a 1983 o Pantanal recebeu algo em torno de 17.000 e 20.000 turistas da pesca por ano, entre os meses de maio de 1994 e abril de 1995 este número mais que dobrou, verificando-se a presença de 46.161 pescadores esportivos distribuídos pelos rios da região (Catella et al.; 2000a: 37). O volume das visitas manteve-se em ordem ascendente até o ano de 1999, quando registrou-se a presença de 58.966 pescadores esportivos na região¹³. Os dois últimos anos, no entanto, registraram uma queda considerável no número de pescadores esportivos, sendo que visitaram a região 42.847 pescadores no ano de 2000 e 35.168 em 2001¹⁴. Diversos são os fatores que contribuem para esse fenômeno; mais adiante eles serão analisados com mais vagar.

1.3. A implantação da infra-estrutura para o turismo pesqueiro

A infra-estrutura destinada a atender especificamente o turismo pesqueiro começa a ser instalada no Pantanal do Mato Grosso do Sul no ano de 1972, quando surge, nas proximidades de Porto Morrinho, junto à rodovia BR-262 e distante aproximadamente uma centena de quilômetros de Corumbá, o primeiro hotel-pesqueiro da região (Cf. PCBAP, 1997a), inicialmente um local destinado a atender aos amigos do “Severino”, proprietário do

¹³. A evolução no número de pescadores amadores em visita ao Pantanal pode ser observada até o ano de 1998 através dos registros dos relatórios do SCPESCA/MS. De acordo com os dados, no ano de 1996 vieram ao Pantanal 51.561 pescadores esportivos (Catella e Albuquerque, 2000a: 36); em 1997, 57.172 (Catella e Albuquerque, 2000b: 40) e em 1998, 56.713 (Catella et al., 2001: 44). Os dados referem-se não exatamente à totalidade dos pescadores que visitaram a região, mas àqueles que passaram pelos postos da Polícia Militar Ambiental e lacraram o pescado, ou seja, que registraram o produto da pesca.

¹⁴. Os dados relativos aos anos de 1999 a 2001 foram gentilmente cedidos por técnicos do setor de Recursos Pesqueiros da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Cultura e Turismo - SEMACT/MS e pertencem a relatórios do SCPESCA/MS ainda em fase de elaboração.

local e logo transformado em hotel voltado para a pesca esportiva. Em 1978 o Hotel do Severino já havia triplicado sua capacidade, mudando inclusive de nome, tornando-se “Paraíso dos Dourados” (Cf. PCBAP, 1997a), atualmente desativado. A partir daí diferentes tipos de alojamentos foram instalados próximos ao Rio Paraguai e seus principais afluentes, desde hotéis-pesqueiros e barcos-hotéis sofisticados, até campings e pesqueiros totalmente destituídos de conforto, destinados a atender turistas dos mais diversos segmentos sociais.

A falta de planejamento e o improviso, fosse por parte dos empresários ou da administração pública, caracterizaram a implantação da infra-estrutura destinada ao atendimento do turismo no Pantanal. Muitos dos hotéis e pousadas pesqueiros que existem na região eram inicialmente pequenos alojamentos, residências ou ranchos de pesca que, com o passar dos anos, sofreram reformas e ampliações para abrigar um número cada vez maior de turistas. As construções, em muitos casos um aglomerado de blocos em meia água anexados à estrutura precedente, não se ativeram, com raras exceções, às peculiaridades da arquitetura local, fosse quanto ao uso de materiais regionais, fosse na adaptação dos edifícios ao clima do Pantanal. Ao contrário, erguidos em alvenaria segundo um padrão comum de construções simples e modestas, em que prevalece o uso de materiais econômicos – algumas exceções pecam pelo excesso, como hospedagens no formato aberrante de chalés suíços – os estabelecimentos são de tal forma mal planejados que necessitam de refrigeração (em alguns casos até de iluminação) artificial permanente, o que eleva o consumo de energia, geralmente fornecida por motores a combustão. Ao gasto de combustível soma-se o desconforto do barulho dos motores, pois, nos espaços abertos do Pantanal, mesmo que instalados distantes dos alojamentos, essas máquinas produzem um ruído tão estridente que acabam por perturbar aqueles que procuram um ambiente de maior harmonia com a natureza, ou mesmo aqueles que desejam ter um sono livre dos ruídos urbanos.

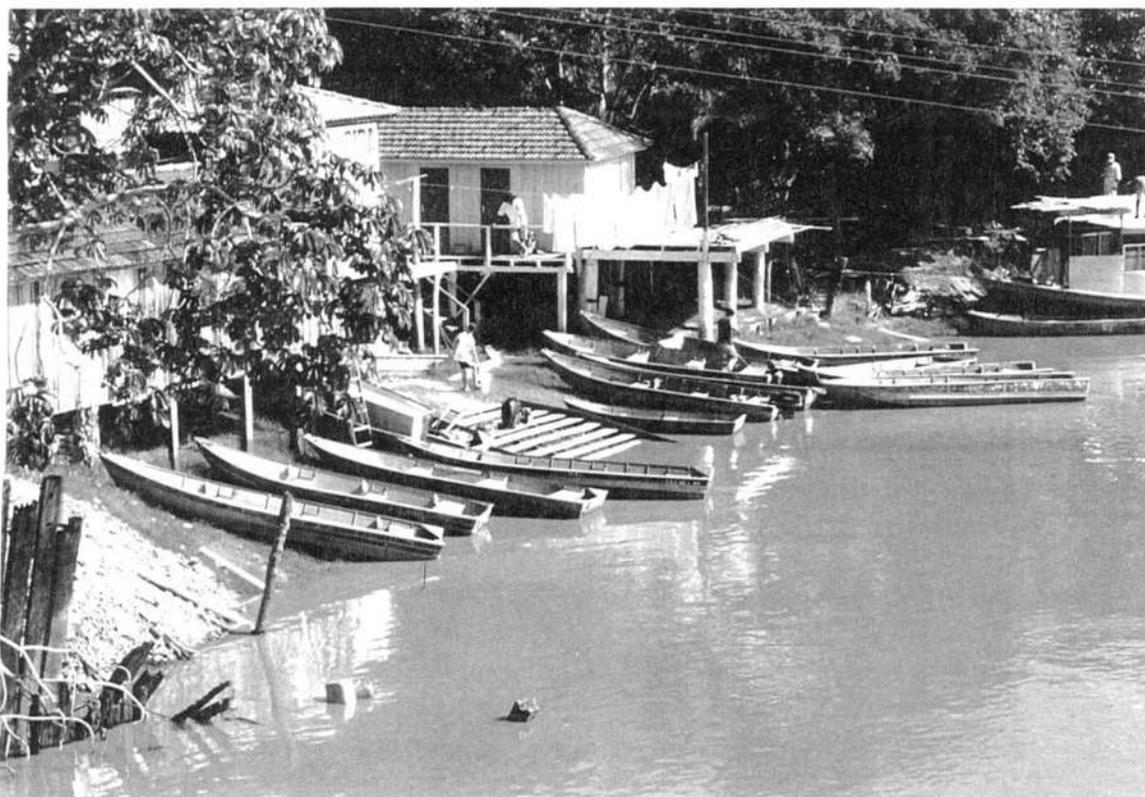


Foto 1. Ocupação das margens do rio Miranda por hotel pesqueiro.
A construção avança no sentido do rio.



Foto 2. Barcos de pesca (voadeiras), aportados diante de hotel pesqueiro no rio Miranda instalado próximo à margem, destruindo a mata ciliar.

Muitos desses imóveis foram construídos extremamente próximos das águas, provocando desmatamentos e contribuindo para intensificar o processo erosivo das margens desprovidas de vegetação. Um sistema eficiente de esgotamento sanitário praticamente inexistente nesses alojamentos, sendo os dejetos lançados diretamente nos rios. Da mesma forma, o sistema de tratamento de lixo é ineficiente, sendo que o material não orgânico é depositado em buracos escavados no solo e, posteriormente, queimado e coberto com terra, enquanto o lixo orgânico é, muitas vezes, lançado aos rios.

Os hotéis e pousadas pesqueiros, que nos municípios de Corumbá e Miranda somam 71 estabelecimentos (Cf. Moretti, 1998: 20 e PCBAP; 1997a), sem contar os ranchos de pesca e as pousadas de múltipla função, empregam mais de 600 funcionários¹⁵. Os serviços não especializados e de baixa remuneração, como os de camareiras, cozinheiras, garçons, auxiliares de cozinha, entre outros, costumam ser executados por trabalhadores das próprias cidades pantaneiras, enquanto que atividades mais especializadas, como gerência e administração hoteleira, ficam a cargo de pessoas melhor treinadas, geralmente provenientes de outras localidades. Com isso, repete-se no Pantanal um padrão comum de implantação do empreendimento turístico em áreas naturais ocupadas por populações nativas. No litoral brasileiro, com a chegada do empreendimento turístico, é recorrente o processo de expulsão das população caiçara de suas áreas de origem, próximas às praias, ocupadas por imóveis voltados para o turismo. À população, por sua vez, resta preencher os cargos que não exigem qualificação e cuja remuneração é ínfima, enquanto que os postos de serviço que exigem preparo técnico são entregues a trabalhadores melhor treinados vindos dos grandes centros urbanos¹⁶.

¹⁵. Estes dados referem-se apenas aos estabelecimentos do município de Corumbá, que somam 49 unidades (Cf. Moretti, 1998), devendo o total ser pelo menos 30% superior a este valor.

¹⁶. Este debate será retomado adiante no capítulo sobre Turismo e Antropologia no Brasil. Para maiores detalhes sobre os impactos do empreendimento turístico nas sociedades litorâneas V., entre outros, Justus, 1996; Luchiari, 1997; Martins, 1995; Rodrigues, 1997b e Serrano & Bruhns, 1997.

A presença do turismo pesqueiro, além das atividades de hotelaria, contribuiu para o surgimento de novas atividades na região pantaneira, que acabaram por se constituir em grande pólo de atração de trabalhadores das cidades próximas. Atividades como as de piloteiro, os condutores de barcos para os turistas da pesca, e de “isqueiros”, catadores de pequenos peixes e crustáceos, destinados a servir de iscas nas pescarias, são algumas das ocupações que mobilizam o fluxo de mão-de-obra das cidades para as vilas ribeirinhas no período da pesca, que abrange os meses de fevereiro a outubro. A partir de novembro a pesca torna-se proibida devido à piracema, período de reprodução dos peixes.

A chegada do turismo no Pantanal coincide com o processo de urbanização intenso ocorrido na região a partir da década de 1970. A política de desenvolvimento agrícola do Estado, que privilegiou o grande empreendimento monocultor em detrimento do pequeno proprietário tradicional, provocando a concentração de terras e mecanização acelerada da lavoura, aliada à crise que se abateu sobre a pecuária regional em função da ineficiência do modelo de criação extensiva praticado na planície, resultou num significativo processo migratório campo-cidade e na conseqüente urbanização acelerada dos pequenos municípios pantaneiros. Estes centros urbanos, no entanto, não dispunham, como ainda hoje não dispõem, de postos de trabalho suficientes para satisfazer à demanda resultante desse processo, passando a vivenciar assim problemas como desemprego, subemprego e prática de atividades ilícitas, como a caça ao jacaré, atualmente controlada, e a pesca predatória.

Desse modo, o turismo surge num momento de crise da economia regional e logo se transforma em foco de atração para os trabalhadores que não encontraram nas cidades pantaneiras a oportunidade que necessitavam para vender a sua força de trabalho. No momento em que consolida sua vocação econômica na região, o turismo começa a provocar um movimento inverso àquele iniciado na década de 1970, ou seja, a mão-de-obra passa a se deslocar da cidade para o campo, não mais com destino às áreas de plantio ou pecuária, porém

em busca dos empregos sazonais oferecidos nas comunidades ribeirinhas que surgem em decorrência do fluxo turístico. Para se ter uma noção da dimensão deste processo, basta salientar que, somente no rio Miranda, um dos principais afluentes do Rio Paraguai, três novos vilarejos se ergueram em função do turismo pesqueiro: Salobra, Paço da Lontra e Águas do Miranda.

1.4. Os trabalhadores da pesca¹⁷

Descrito o padrão básico do turismo pesqueiro na Bacia do Alto Rio Paraguai, resta observar mais de perto como ele ocorre no rio Miranda, bem como as novas frentes de trabalho a que dá origem e as condições de vida desses trabalhadores. A região do Passo da Lontra, em que se procedeu aos levantamentos mais detalhados de campo, servirá de referência para se compreender o turismo pesqueiro no Pantanal do Mato Grosso do Sul.

1.4.1. O turismo no Rio Miranda

O rio Miranda, como de resto toda a bacia do Paraguai, é considerado altamente piscoso e o fato de não sofrer grandes alterações com as cheias que anualmente atingem a região permite que a pesca seja ali praticada durante quase todo o ano, excetuando-se o período de defeso, quando ocorre a piracema, entre novembro e fevereiro, e a pesca é proibida. Em termos de volume de pescado, o Miranda é o segundo rio da bacia do Paraguai. De acordo com dados do PCBAP (1997b: 64), no ano de 1995 o rio Paraguai (520t) e o Miranda (212t) forneceram 76,3% do pescado proveniente da pesca esportiva desembarcado no Mato Grosso do Sul. No ano de 1998, o quadro se mantém com pequena evolução, sendo

¹⁷. Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada na 21ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, em abril de 1998 na cidade de Vitória-ES, e publicada na Revista de Geografia da UFMS (Cf. Banducci, 1999).

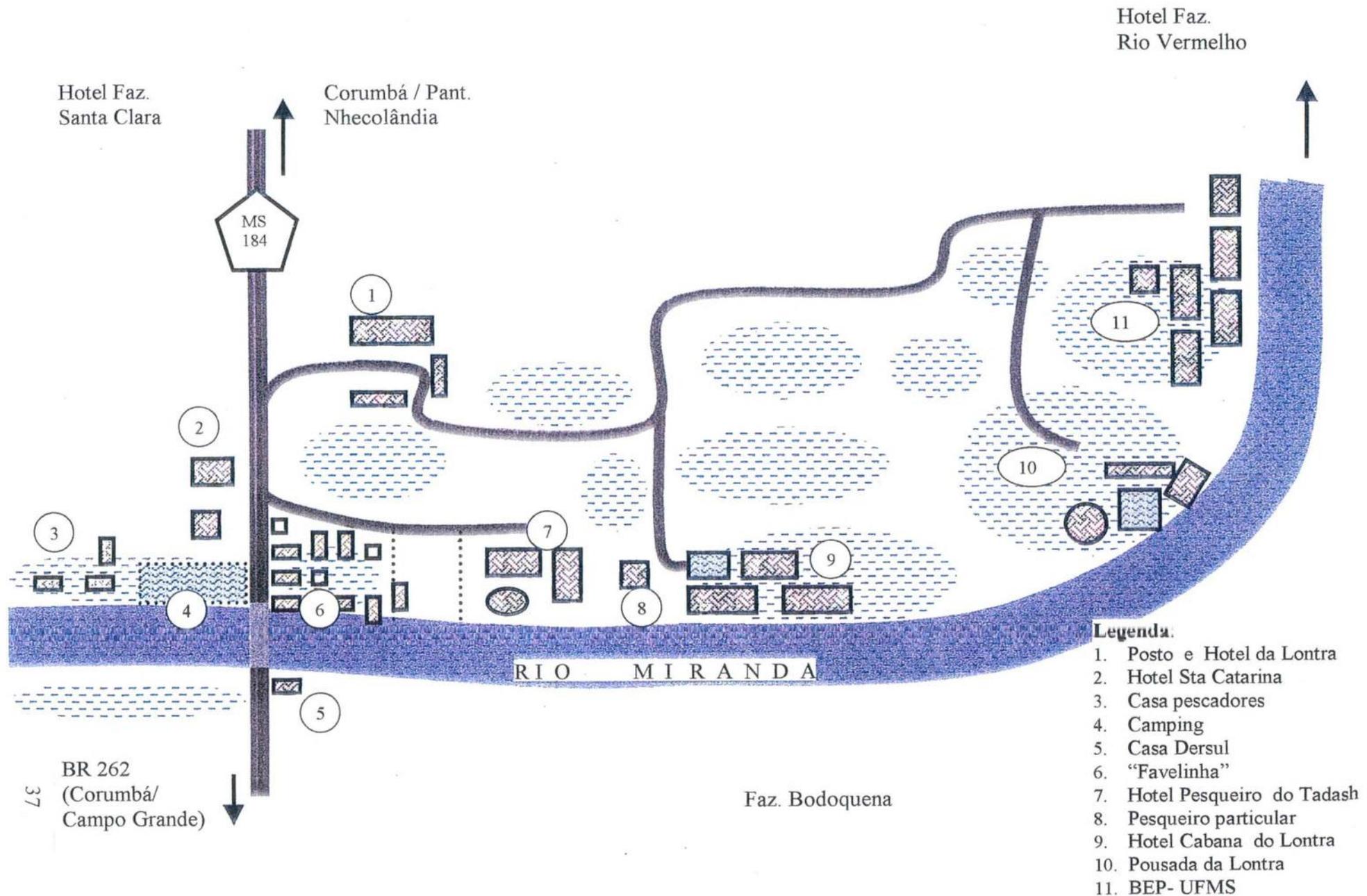
que o rio Paraguai (695t), com 56,2%, e o rio Miranda (346t), com 27,9%, totalizaram 84,1% do pescado desembarcado por pescadores esportivos no Estado (Cf. Catella et al., 2001). Estes dados demonstram que o fluxo de pescadores esportivos é bastante intenso neste rio e apontam para o significado do turismo na economia do município. Para se ter uma noção maior da importância desta atividade no contexto urbano de Miranda basta observar que mesmo os locais destinados ao lazer da população local, como bares e restaurantes, têm nos turistas seus maiores freqüentadores. A cidade possui 5 estabelecimentos no ramo de alimentação, como restaurantes e congêneres (churrascaria, pizzeria, lanchonete e bares). Estes estabelecimentos têm no turismo 62% de sua clientela, enquanto 19% constitui-se de outras modalidades de viajantes (empresários, caixeiros-viajantes, entre outros) e os demais 19% de freqüentadores provenientes da população local (PCBAP, 1997a: 642).

A influência do turismo pesqueiro em Miranda não se exerce apenas na sede do município, mas se faz sentir por quase toda a extensão do rio. É sobretudo desta cidade que partem os trabalhadores para se empregar nos hotéis e pousadas situados nas margens do rio Miranda, mesmo aqueles localizados em outros municípios. Durante nove meses do ano estes trabalhadores mudam-se para as vilas que concentram maior fluxo de turistas e ali permanecem, empregados na hotelaria ou nos serviços de apoio, como pilotagem e captura de iscas, regressando à cidade, em pequenos intervalos de tempo, para descanso, e no final da temporada de pesca.

1.4.2. Passo da Lontra

O Passo da Lontra é uma pequena área situada à beira do Rio Miranda, no Pantanal do Abobral, Município de Corumbá-MS, no ponto em que o rio se encontra com a rodovia MS-184 (V. Figura 3, p. 37). Sendo o Miranda um rio altamente piscoso, a presença de pescadores

Figura 3: Croqui do Passo da Lontra, Pantanal do Mato Grosso do Sul (2000)



amadores já se fez sentir na região no momento em que seu acesso foi propiciado pela construção da rodovia. Os primeiros pescadores que se aventuravam até o local tinham que armar acampamento numa área antes destinada a abrigar os trabalhadores responsáveis pela extensão da rede elétrica entre as cidades de Três Lagoas e Corumbá, que mais tarde foi transformada em área de camping regular, ainda ativo. A partir do final dos anos de 1970, o Passo da Lontra tornou-se pólo de atração para o turismo da pesca desportiva quando lá se instalou, em 1978, um pequeno hotel voltado para atender basicamente a esta atividade.

A origem do nome “Passo da Lontra” encerra uma controvérsia na localidade. Segundo alguns informantes ali era área de passagem de comitivas de gado e quem fazia a travessia dos animais no rio era um senhor de apelido Lontra¹⁸, daí o nome do lugar ser Passo *do* Lontra. Outra versão diz que no local, em que há um retiro da fazenda Bodoquena¹⁹, acontecia, de fato, a travessia de gado, mas que essa ficava à cargo dos moradores do retiro. A região era então conhecida como Passo *das* Lontras, em função da existência de grande número desses animais na área do retiro. Ainda hoje, rio acima, a montante da MS-184, é possível encontrar alguns bandos de lontras tanto no rio Miranda quanto no rio Vermelho, seu afluente. De qualquer modo, o nome oficial, que se encontra nos registros e documentos do Estado, é Passo da Lontra.

Desde a instalação dos primeiros serviços de hospedaria até os dias de hoje a localidade sofreu um processo contínuo, ainda que não regular, de crescimento, tendo lá se instalado um posto de gasolina, mais tarde também com atividades hoteleiras; uma outra área de camping, melhor estruturada que a anterior, contando com barcos e plataformas elevadas

¹⁸ . No Pantanal era comum a presença de canoieiros especializados em proceder à travessia de gado nos rios da região. Eles se instalavam nos locais de passagem das comitivas de gado (que são os grupos de vaqueiros que conduzem as boiadas entre fazendas do Pantanal ou destas para o mercado) e, além da pesca e dos roçados, viviam da renda parca do trabalho de travessia do gado nos rios mais perigosos.

¹⁹ . Retiros são espécies de postos avançados, instalados em áreas distantes das sedes dos latifúndios, em que os peões se instalam quando da necessidade de trabalhar o gado nos campos remotos. Eles podem ser habitados permanentemente, quando então um retireiro dispensa atenção mais constante ao gado da área sob sua responsabilidade, ou constituírem-se apenas em ranchos de habitação esporádica, ocupados conforme a necessidade de se trabalhar o gado.

para o abrigo das águas; além de dois novos hotéis equipados para atender basicamente o turismo da pesca. Atualmente a região conta com 5 hotéis pesqueiros e duas áreas de camping. O fluxo de turistas desencadeou, por seu lado, uma demanda por mão-de-obra até então inexistente na região, cuja economia centrava-se exclusivamente na pecuária de corte. São atraídos, das pequenas cidades próximas, pessoal de hotelaria, como arrumadeiras, cozinheiras e gerentes; pessoal de serviços gerais, como atendentes de bares, postos de gasolina e posto telefônico; além de “piloteiros”, como são denominados os condutores de barcos encarregados de conduzir os pescadores que não dispõem de embarcações próprias ou de licença para pilotá-las.

O afluxo de trabalhadores se acelerou rapidamente a partir de meados da década de 1980, quando houve um incremento do turismo pesqueiro em todo o Pantanal, desencadeando com ele a demanda por iscas vivas para a pesca, o que contribuiu para o surgimento de uma nova frente de trabalho até então pouco explorada comercialmente na região. Se, a princípio, o pescador esportivo podia capturar sua própria isca, com o auxílio de tarrafas, a Portaria N.º 059 de 06/12/1983, da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE, proíbe o uso desse petrecho, limitando-o ao pescador profissional, de quem o turista deve adquirir sua iscas, estimulando o seu comércio²⁰. Bastante lucrativa, se comparada ao padrão de renda regional, a captura de iscas rapidamente se expandiu, incentivando o deslocamento de um grande número de famílias das pequenas cidades e fazendas pantaneiras para diversas áreas pesqueiras da planície.

No Passo da Lontra a presença desses novos trabalhadores, juntamente com o de piloteiros e pescadores, foi de tal forma significativa que resultou na constituição de um pequeno núcleo humano que, por sua aparência desordenada e pelo caráter precário das

²⁰. Deve-se salientar que alguns pescadores amadores ainda insistem em utilizar tarrafas para capturar iscas, com o objetivo, segundo relataram, de baratear a pescaria. Muitos deles, além de multas, têm o petrecho apreendido.

construções, foi logo denominado, pelos próprios moradores, de “Favelinha”²¹. Esse núcleo, que começou a se formar no final dos anos de 1980, cresce consideravelmente a partir de 1993, quando trabalhadores da cidade de Miranda resolvem mudar-se para a região, seja em caráter definitivo ou para passar os meses da estação de pesca. O turismo da pesca esportiva no Lontra estimulou, da mesma forma, a ocupação da BR-262, que liga Campo Grande, a capital do Estado, a Corumbá, no centro do Pantanal, nas proximidades do Morro do Azeite, ponto em que esta rodovia se liga à MS-184. Para estes locais convergem hoje trabalhadores de Miranda, Corumbá, Aquidauana e Campo Grande onde, durante nove meses do ano, dedicam-se à coleta de iscas e, como ocorre na “Favelinha”, também à pilotagem de barcos e, de forma secundária, à pesca profissional. No período de defeso – o meses em que a pesca é proibida devido ao fenômeno da piracema – eles costumam regressar às cidades de origem nas quais sobrevivem de “pequenos bicos” ou permanecem totalmente ociosos, em “férias forçadas”, como dizem, em decorrência da falta de empregos.

1.4.3. A “Favelinha”

A pequena vila de trabalhadores se instalou, desde pouco mais de dez anos, na margem direita do rio Miranda, junto à ponte da MS-184, em uma antiga caixa de empréstimo comprimida entre o rio, a estrada e dois terrenos de propriedade particular, sendo um deles ocupado por um hotel. Toda a área, abrangendo a vila do Lontra e o terreno dos hotéis, não passa de um pequeno apêndice incrustado nas terras de uma grande propriedade local, a fazenda São Bento. Na verdade, é o latifúndio que domina o cenário da região. Na margem oposta do rio Miranda, por incontáveis quilômetros a jusante ou a montante, encontram-se as

²¹. Além desta vila no Passo da Lontra duas outras surgiram às margens do rio Miranda, com características semelhantes de ocupação e do mesmo porte: a Vila Salobra e Águas do Miranda.

terras da fazenda Bodoquena, que até a recente divisão em duas propriedades contava com aproximadamente 300.000 hectares..

A “Favelinha” possui 25 moradias, com algumas outras ainda em construção. Erguidas sobre palafitas, que alguns denominam “elevado”, para evitar a invasão das águas no período das cheias (geralmente de março a junho), as casas são feitas de madeira e cobertas com lonas plásticas sobre as quais dispõem folhas de palmeiras, coletadas na beira da estrada, que têm por função amenizar o calor, muito intenso na região. A madeira para a construção das bases sobre as quais se erguem as casas é geralmente obtida da ponte construída pelo DNER pois, no período de reformas ou manutenção da mesma, os moradores costumam se apropriar, às escondidas, do madeirame empilhado nas margens para posterior remoção.

Contrastando com a estrutura sólida, composta de grossas colunas de aroeira e assoalho de vigas resistentes, as paredes das casas ou “barracões”, como as denominam os próprios moradores, são erguidas com todo o tipo de material disponível no momento de sua construção, como tábuas, compensados, restos de caixotes e lonas plásticas. Apesar de haver umas poucas casas inteiramente construídas de boa madeira - demonstrando não apenas o esmero do proprietário, mas um nível de renda superior à média da comunidade - muitas delas não apenas se erguem com material alternativo, mas permanecem, durante anos, sem paredes ou com apenas um cômodo fechado, aguardando a oportunidade do proprietário concluir a construção. Mesmo sem erguer uma parede sequer ou não assentando o piso da moradia, a posse do terreno fica assegurada àquele que previamente fixou-lhe as estacas de madeira, delimitando sua área. A presença das palafitas é, por si mesma, um atestado de propriedade, cuja legitimidade se assenta nas regras da precedência, que todos acatam sem a necessidade e a possibilidade de regulamentação legal. A construção das casas, realizada geralmente no período da proibição da pesca, de novembro a janeiro, serve para empregar uma pequena parte da mão-de-obra liberada com a piracema, além de desencadear um comércio informal de

materiais de construção alternativos, impulsionado pelas sobras de outras casas e pelo excedente das madeiras da ponte que porventura restaram acumuladas nas mãos de um morador .

A “Favelinha” abriga, na alta temporada de pesca, que vai de junho a setembro, algo em torno de 200 moradores, contando os familiares que acompanham muitos dos trabalhadores até a região. As pessoas que não possuem casas próprias abrigam-se nas casas de familiares ou de amigos, sendo bastante comum armarem barracas de lona preta ou barracas de “camping” sobre o piso das casas ainda não construídas, e nelas permanecerem durante toda a alta temporada de pesca. No período da piracema a grande maioria dos trabalhadores migra para suas cidades de origem, retornando gradativamente após o reinício da temporada de pesca.

Sem contar com a menor infra-estrutura de saneamento, a população da “Favelinha” vive num ambiente insalubre que tende a prejudicar principalmente as crianças. Já houve, inclusive, registro de morte infantil por tuberculose no local. A água escura que abastece as casas vem do rio Miranda e serve tanto para atender aos serviços domésticos, como lavagem de roupa e utensílios de cozinha, quanto para o banho, para cozinhar e para beber. Como a vila fica rio abaixo, isto é, a jusante e bastante próxima dos hotéis, que despejam seus esgotos sanitários *in natura* nas águas do Miranda, o perigo de contaminação por doenças é constante. Uma moradora, por exemplo, disse haver contraído parasitas enquanto consumia da água do rio. O problema somente foi superando quando da troca da água para o consumo pela do hotel vizinho, que é abastecido por um poço artesiano.

O núcleo não possui energia elétrica e a luz que serve algumas poucas moradias é proveniente de três pequenos geradores a combustão que pertencem a particulares, servindo suas residências e a de alguns familiares. Isto não impede, entretanto, que muitas casas possuam geladeiras a gás e televisores ou aparelhos de som a bateria. O esgotamento sanitário



Foto 3. Moradias da “Favelinha” e terrenos demarcados por vigas de madeira.



Foto 4. O período de defeso é aproveitado para a auto-construção na “Favelinha”.



Foto 5. Contraste entre a estrutura sólida da casa e o restante da construção com material alternativo. As águas permanentes tornam o ambiente na “Favelinha” bastante insalubre.



Foto 6. Ocupação de espaço acontece antes mesmo de se poder erguer a moradia.

também inexistente no local. A vila possui apenas dois banheiros, um deles com chuveiro e fossa séptica, em compartimentos separados, que atende a quatro famílias, e outro, recentemente construído, também com chuveiro e sanitário, porém, de propriedade de uma única família e não possui fossa séptica, sendo os dejetos lançados diretamente no rio. Os demais moradores servem-se dos banheiros dos hotéis próximos, se mantêm com eles algum vínculo empregatício, ou então se servem das áreas de mato que dominam o entorno do núcleo populacional. Os banheiros são, aliás, grandes causadores de atritos entre os moradores da vila. Como são de propriedade particular, ainda que um deles tenha sido construído por um grupo de famílias pioneiras no local, eles são de uso exclusivo destes proprietários e seus familiares mais íntimos. Esta proibição causa revolta nos demais moradores e desencadeia uma série de comentários depreciativos acerca dos vizinhos privilegiados, não contribuindo, porém, para que tomem a iniciativa de construir novas instalações sanitárias para o restante da comunidade. Por fim, o lixo é jogado pelos moradores em local previamente determinado onde é queimado e enterrado, o que não impede de se encontrar sob muitas casas garrafas plásticas, restos de alimentos, iscas mortas, equipamentos de pesca, entre outros detritos.

Os atendimentos médico e odontológico são prestados à população em intervalos mensais por técnicos, professores e alunos de medicina e odontologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no posto de saúde instalado na Base de Estudos dessa instituição e distante 2,5 km da vila. Para tratar da saúde os moradores da vila preferem, no entanto, dirigir-se à cidade de Miranda, a aproximadamente 100 km do Passo da Lontra, pois, além do intervalo entre as visitas dos profissionais da universidade ser grande, muitas vezes acontece de um médico ou dentista deixar de ir regularmente até a Base, o que gera uma insegurança e insatisfação quanto ao serviço prestado. Na Base de Estudos da UFMS funciona também uma escola rural de 1ª a 4ª séries do Primeiro Grau, pertencente ao Município de Corumbá, que

atende, no período da pesca, de fevereiro a outubro, os filhos dos trabalhadores da vila, dos trabalhadores de hotéis e fazendas da região.

Na medida em que o núcleo humano crescia, situações de conflito entre seus moradores e outros habitantes do Passo da Lontra tornaram-se inevitáveis, sobretudo em se tratando de empresários locais que tinham seus interesses atingidos. Trabalhadores que dispunham de algum recurso, apressaram-se em instalar nas suas casas um pequeno comércio informal de bebidas e gêneros de primeira necessidade, voltados basicamente para suprir a demanda da comunidade. Com isto, entraram em desacordo com o proprietário do posto de gasolina que também dispõe de uma espécie de armazém para atender aos turistas e à comunidade local e que reclama da concorrência desleal, já que seu estabelecimento arca com impostos.

Por seu lado, alguns proprietários de hotéis, preocupados com o turismo ecológico, atividade que tende a crescer na região ao lado do turismo da pesca, reclamam da presença da vila à beira da rodovia MS-184, transformada pelo governo estadual em Unidade de Conservação, denominada “Estrada Parque”. Eles alegam que a vila, além de atrapalhar o turismo contemplativo, pois destoa na imagem “imaculada” da natureza pantaneira, traz problemas de ordem ambiental já que seus moradores se utilizam dos recursos naturais da região, provocando pequenos desmatamentos e espantando os animais com sua mera presença ou com atividades de caça. Um proprietário de hotel já se dispôs a doar um pequeno trecho de suas terras para a transferência da vila, porém, ainda que o projeto pudesse trazer benefícios aos moradores, já que legalizaria os terrenos e os aproximaria da rede de energia elétrica, ele desagrada à maioria, pois afasta-os da beira do rio, dificultando em muito o seu trabalho.

O empreendimento turístico, ao mesmo tempo em que cria a demanda por serviços de apoio à pesca, demonstra estar pouco preocupado com as condições sociais e ambientais em que os trabalhadores exercem seu trabalho. No momento em que os arranjos improvisados

pelos trabalhadores, pessoas de origem humilde, vai de encontro a seus interesses, agem simplesmente no sentido de inviabilizar sua permanência no local. Esta atitude dos empresários se repete em outras áreas do Pantanal. Na Br-262, a presença dos trabalhadores da isca junto à rodovia também contradiz os interesses dos empresários de turismo, sobretudo aqueles cujo empreendimento está voltado para o turismo de natureza, na medida em que, como na “Favelinha”, profanam a imagem do paraíso natural intocado, como querem vender o Pantanal.

Conflitos internos também existem na vila do Passo da Lontra, e não são poucos. Há intrigas entre os moradores, críticas ao comportamento dos colegas no trabalho, nas relações de vizinhança e atitudes pouco cordiais, discussões decorrentes de atritos comuns no convívio diário. Alguns isqueiros mais antigos, que também armazenam e comercializam as iscas, muitas vezes chegam, de forma desleal, a dificultar o trabalho dos mais novos e menos aparelhados, deixando de comercializar seus pescados, que se perdem, ou ameaçando denunciá-los à Polícia Militar Ambiental quando se tornam concorrentes mais fortes e não se encontram totalmente legalizados. Da mesma forma, a convivência diária com uma população flutuante, seja de trabalhadores ou turistas, impõe algumas restrições a práticas domésticas comuns em pequenas vilas, como por exemplo a criação de animais. Segundo uma moradora é impossível dispor de animais domésticos para o consumo no Passo da Lontra, pois os roubos são constantes. Há denúncias de invasão de casas e de arrombamento de carros de turista cuja autoria é apontada como sendo de pessoa do local. Um morador, que já havia praticado delito grave, foi pego roubando o molinete de um turista e, em decorrência disso, foi preso novamente, pois se encontrava em condicional. Esses fatos deixam claro que as relações de vizinhança se estabelecem em meio à desconfiança, à insegurança e ao conflito.

Outro fator de atritos entre os moradores são as bebedeiras constantes na vila. É comum os turistas deixarem de presente para os piloteiros as bebidas que não consumiram

durante os dias de pescaria. Com isso, mesmo aos mais abstêmios, o acesso ao álcool é bastante facilitado. Por seu lado, o consumo de bebida é uma espécie de diversão naquele meio em que o lazer praticamente inexistente. Fora o trabalho, que ocupa os moradores por períodos irregulares de tempo, a distração do lugar é o jogo de cartas, é a televisão (para aqueles que a possuem) e a bebida, consumida sem restrições quanto à quantidade e ao horário. Os danos da bebida, no entanto, não são poucos, pois o consumo de álcool resulta não raro em brigas, ameaças de morte e, freqüentemente, ressentimentos.

Entretanto, na vila que se constrói aos poucos, com pessoas vindas, cada vez em maior número, das mais diversas procedências existe lugar também para a solidariedade. Apesar das intrigas as mulheres trocam quitutes, hospedam amigos, os homens bebem e pescam juntos e em casos de necessidades mais urgentes, como doenças, o auxílio não é negado por muitos dos vizinhos. Um pescador, que reside no Passo com seus nove filhos, teve a casa incendiada por descuido de uma das crianças. A vila se mobilizou e, juntamente com o auxílio de turistas, ele pôde não apenas recuperar seu barraco, como adquirir bens que antes não possuía. Em meio às controvérsias e aos conflitos a pequena vila se mantém erguida e, a cada ano, incrementada em número de casas e habitantes.

1.4.4. Os acampamentos de “isqueiros”

O viajante que deixa a cidade de Miranda, pela BR-262, em direção a Corumbá, logo se depara com um fluxo inusitado de bicicletas através de longos trechos totalmente despovoados da rodovia. São os trabalhadores da isca que, no início da manhã ou no final da tarde, se dirigem às baías próximas da estrada para praticar a coleta ou retornam para a cidade a fim de comercializar seu produto. Estes trabalhadores moram na periferia de vilas e cidades pantaneiras e percorrem diariamente enormes distâncias através da rodovia para realizar sua

atividade. Muitos deles preferem deixar os centros urbanos e viver em acampamentos improvisados ao longo da estrada, nos quais passam grande parte do ano trabalhando, longe da família e dos amigos.

A maior concentração destes acampamentos ocorre no trecho da rodovia próximo ao entroncamento da MS-184, na região conhecida como Morro do Azeite. Os primeiros indicadores da presença dos “isqueiros” são as pequenas tabuletas afixadas em muradas de pontes anunciando a venda de iscas vivas²². Sob estas mesmas pontes estão armados os seus acampamentos. No espaço junto ao barranco, delimitado pela parede de concreto que serve de sustentação do aterro – caixão de aterro –, os “isqueiros” instalam seus aposentos, ocupados por trabalhadores individuais ou por grupos de famílias. No lado oposto da parede, junto ao curso d’água, está a cozinha. Ali também se encontram os tanques escavados no solo, que servem para armazenar as iscas, e os instrumentos utilizados na coleta. Nestes acampamentos os catadores de iscas se abrigam, praticam a coleta, armazenam e comercializam suas iscas.

O local, antes desabitado e inerte, com a presença dos “isqueiros” passa a ser “humanizado”. As pontes recebem nomes, como Cruzinha, do Mamão, Quebrada, Esquecida, e passam a ser utilizadas segundo novas funções. Se a parte inferior está reservada ao trabalho, reposição de energia e ao descanso, a parte superior é o espaço da sociabilidade, uma espécie de “sala” dos “isqueiros”. Sobre as pontes eles se agrupam para conversar, observar o movimento dos automóveis e, em algumas delas, embalados pelo álcool e pelo som de toca fitas, chegam a improvisar bailes noturnos, no meio da pista, indiferentes aos perigos da rodovia.

Um pouco mais adiante o viajante irá se deparar com outros grupos de “isqueiros”, concentrados próximo ao Morro do Azeite. Esses trabalhadores vivem em barracas

²² Na verdade, com a regularização da captura de iscas através da Lei N. 1.910 de 01 de dezembro de 1998, a “lei da isca”, os coletores estão proibidos de comercializar as iscas junto ao consumidor final, necessitando para isso de licença do IBAMA, e como tal, as placas que eram comuns nos acampamentos, indicando haver o

localizadas à margem da estrada, em clareiras próximas a baías e a caixas de empréstimo. A estrutura dessas cabanas é feita com madeira extraída de árvores da região e coberta com lona preta sobre a qual colocam, algumas vezes, folhas de palmeiras visando o conforto térmico. Elas não possuem paredes laterais e em seu interior encontram-se apenas giraus, alguns fazendo o papel de camas, com colchões e mosquiteiros, e outros de mesa e prateleiras, sobre as quais depositam pequenos fogareiros e os mantimentos. Tanto quanto os acampamentos das pontes, estes também são provisórios, isto é, devem ser desmontados assim que termina o período de pesca. Como são erguidos com a concessão da Polícia Militar Ambiental, uma das exigências é que os “isqueiros” eliminem, quando partem para as cidades, qualquer evidência de sua permanência no local. Isso, porém, nem sempre acontece, já que é comum encontrar vasilhas plásticas, latas, pedaços de lonas, pilhas de lanternas, entre outros resíduos no terreno onde estiveram acampados.

A ocupação desses acampamentos, tanto das pontes quanto da área dos barracos de lona, não obedece a uma ordem pré-estabelecida; porém, há uma certa constância na disposição espacial que acaba por definir uma lógica que orienta os assentamentos todos os anos. Na BR 262, sobretudo próximo ao Morro do Azeite, são comumente ocupadas, no sentido Campo Grande – Corumbá, dez pontes da rodovia, numa distância aproximada de 24 Km entre a primeira ponte, a do Cristo, e o posto da Polícia Militar Ambiental, no início da MS-184. A partir da ponte do Cristo é possível perceber uma mudança significativa na paisagem pantaneira, indicando a presença maior de corixos, vazantes e baías próximas à estrada. Desse modo, além da proximidade com o Passo da Lontra, esses locais são ocupados por serem os mais apropriados para captura de iscas nessa região²³. As dez pontes que

produto para venda, desapareceram, restando algumas poucas colocadas clandestinamente, em horários apropriados para chamar a atenção dos turistas.

²³. Alguns acampamentos são montados na estrada do Carandazal, a MS 325, que encontra a BR 262 exatamente no Morro do Azeite. Devido, porém, aos atritos com fazendeiros, que não querem a presença de “isqueiros” na área próxima de suas propriedades, os trabalhadores da isca preferem manter o acampamento nas margens da rodovia federal e explorar as baías do Carandazal deslocando-se até elas de bicicleta todos os dias.

compõem o espaço de acampamento dos “isqueiros” podem ser ocupadas, a princípio, por ordem de chegada quando da abertura da pesca. Como a isca deve estar disponível aos primeiros pescadores que se dirigem ao Pantanal com a abertura da pesca – e muitos deles vêm nos primeiros dias como que para saudar o início da temporada – os catadores costumam iniciar suas atividades ao menos com uma semana de antecedência da data oficial da liberação da pesca. A rigor isto é proibido, mas, na prática, se eles não procedem dessa maneira não têm como atender a esses pescadores “precoce”. Como nesse período o movimento de turistas é ainda pouco expressivo, geralmente se deslocam para a região somente aqueles trabalhadores que se dedicam exclusivamente à isca e que permanecerão todo o ano acampados. Como é importante estar bem localizado e bem alojados, os lugares que eles ocupam no correr dos anos costumam ser os mesmos e sempre os mais apropriados.

Desse modo, a disposição espacial dos catadores de iscas nessa área obedece a uma ordem de precedência que tem sido determinada pelo costume. Quanto mais próximo do Morro do Azeite, distante apenas 2,5 Km da MS-184 e junto à estrada do Carandazal, melhor localizado o acampamento. O pescador de iscas que se acomoda nessa área tem acesso facilitado às baías do Carandazal, às caixas de empréstimo da BR 262 e, ainda que seja proibido – em havendo necessidade e furtivamente – às baías da “Estrada Parque”²⁴. Do mesmo modo, como no posto da Polícia Militar Ambiental existe telefone público, a proximidade facilita o contato com os familiares e com possíveis compradores. As pontes mais distantes desse núcleo são geralmente ocupadas posteriormente e conforme a ordem de chegada dos trabalhadores. Mesmo assim, é comum o pescador de iscas escolher o mesmo local de acampamento, caso as condições naturais se mostrem favoráveis, isto é, estando as baías e os corixos com bastante água e havendo nelas muitas iscas.

²⁴ . No de 2000 uma seca prolongada se abateu sobre o Pantanal. Sem condições de capturar iscas nas baías ressequidas próximas à BR, alguns “isqueiros” dirigiam-se às escondidas até a MS 184 onde escavavam, com enxadas, as baías em busca de mussum, um peixe que no período da seca se enterra na lama construindo longos

Além da precedência existe outro critério de distribuição e ocupação dos acampamentos na área contígua ao Morro do Azeite, a melhor localizada. Os “isqueiros” que montam barracos de lona, ademais de constituírem um grupo ligado por redes de parentesco e por relações fortes de amizade, distinguem-se dos demais trabalhadores pelo modo como se comportam nos acampamentos. Como muitos dos coletores que acampam nessa área são adeptos da religião Adventista, sendo inclusive denominados por “crentes”, costumam ser mais discretos que os demais, pois não apreciam festas e bailes e não consomem álcool. Nem todos professam essa mesma religião; porém, aqueles que preferem uma vida de trabalho mais regrado, sem excessos de álcool, a não ser para esquentar o corpo antes de entrar nas baías, e sem muitas algazarras, acabam se aproximando desse acampamento. Isso não constitui uma regra, já que nos momentos de maior movimento de turistas, quando a captura de iscas atrai uma infinidade de trabalhadores para os acampamentos da rodovia, as pessoas se acomodam nos espaços possíveis, não necessariamente naqueles que desejam. Por seu lado, os “isqueiros” que acampam nas pontes, sobretudo aquelas bastante próximas ao Morro do Azeite, sejam homens ou mulheres, ao contrário dos vizinhos, são afeitos às bebidas e às festas, entendendo-se por estas os bailes que improvisam sobre as pontes nas noites em que há pilha suficiente para manter ligado o toca-fitas e álcool o bastante para manter embalados os bailarinos.

“... aquilo lá liga o som ...qué dizer, já são umas pessoa diferente, já são tipo de pescadores que já pesca... Porque a gente pesca, na realidade, aqui, porque precisa, mas eles já pesca através da bebida, só prá bebe. Aquela cachaçada toda deles lá, aqui é o contrário.

túneis nos quais permanecem até a volta do período das águas. Pequenos orifícios no solo denunciam os “esconderijos” dos peixes. Com a enxada os coletores escavam até encontrar a isca.

...É outro tipo de pescador, ... tanto é que a gente nem se enturma mais com eles. É outro povo, qué dizer, somos da mesma profissão, fazemos a mesma coisa, mas a gente já não se enturma mais com eles devido isso, que eles já bebem, pode sê que a gente não bebe e eles podem querer estranhá com a gente, então a gente evita esses contatos assim” (H., isqueiro, 25 anos).

As diferenças entre os dois grupos são nítidas e, com exceção do futebol, que jogam juntos no campinho por eles formado num terreno plano e seco próximo à rodovia, e dos negócios, já que frequentemente comercializam iscas entre si para completar as cotas solicitadas pelos intermediários, os dois grupos se mantêm distantes e com certa reserva em relação aos vizinhos. Se os “isqueiros” dos acampamentos de lona recriminam as bebedeiras dos acampados nas pontes, esses, por sua vez, consideram os primeiros como pessoas “tristes”, que não sabem se divertir.

Vale ressaltar, entretanto, que o modo como esses trabalhadores consomem álcool, tal como no Passo da Lontra, sem se importarem com a hora do dia e sem respeitarem os períodos de trabalho²⁵, resulta de fato em sérios riscos de vida. A maior parte dos relatos sobre acidentes graves, anotados durante a pesquisa, aconteceu justamente com esse grupo. Um trabalhador diz ter sido atacado por ariranhas quando pescava bêbado. Outro, mais velho, de apelido bastante sugestivo – “Gambá” –, conforme foi narrado por seus colegas em tom de pilhéria – e confirmado pelo autor –, após consumir várias doses de cachaça, resolveu pescar iscas. Na baía, atirou-se sobre um jacaré acreditando tratar-se de um peixe, um “pintado dos grandes”, como relatou. O grau de alcoolismo do trabalhador não permitiu que previsse o perigo, sendo mordido na perna e tendo de ser socorrido às pressas em Miranda.

²⁵. Nos depoimentos percebe-se que os próprios colegas de trabalho se admiram com o modo como algumas pessoas consomem álcool: “... Agora tem muita gente aqui prá frente que bebe, bebe prá encrenca, viu!... Tem um tal de “Quebra-Copo” que ele deve tá acampado na segunda ponte ali, ele bebe, rapaz, a semana toda... mas bebe demais, viu!” (R. isqueiro, 20 anos).

A despeito das diferenças entre os grupos de “isqueiros”, não há registro de atritos graves entre eles, exceção feita a uma briga entre dois trabalhadores pela posse de um local de pesca. Um deles, com passagem pela polícia por assassinato, se irritou com o parceiro que havia dias reclamava da invasão de seu espaço de pesca, já que ali estava cevando para pescar com anzol. Na última discussão, acabou por esfaquear o rapaz que, não suportando os ferimentos, morreu no acampamento. O criminoso fugiu para Miranda e, aos poucos, a normalidade voltou a reinar no Morro do Azeite. Não há como controlar, nessas áreas, a presença de pessoas de má índole, o que torna ainda mais insegura a vida nos acampamentos.

Ainda que passem a maior parte do ano nos acampamentos, os catadores de iscas consideram-nos apenas seu local de trabalho, enquanto a cidade é o lugar de moradia. Mais do que o esforço despendido na coleta é o caráter sazonal da atividade e a insegurança relativa ao seu futuro que sustentam essa opinião. O cotidiano árduo, penoso das baías também contribui para que os coletores não desenvolvam um sentimento de pertencimento, uma relação de afetividade mais ampla e consistente com o lugar. Sem infra-estrutura sanitária, sem luz, sem água encanada ou de boa qualidade para beber, já que consomem a água parada das baía, sem conforto, sem lazer, senão aquele associado ao álcool e ao improvisado, sem proteção para o frio e sem recursos para enfrentar as noites de calor intenso, comuns no Pantanal, os acampamentos são concebidos como local de passagem, no qual se despendem breves períodos da vida a serem transpostos em momento oportuno. No entanto, por anos seguidos, homens e mulheres, velhos e crianças enfrentam neles toda sorte de adversidades, levando uma vida anfíbia, imersos nas lagoas em busca de peixes e crustáceos, e pagando com a saúde – muitos deles, com sua juventude – a ousadia de desafiar os perigos dos corixos e das baías pantaneiras.



Foto 7. O primeiro indicativo da presença dos “isqueiros” sob as pontes da BR-262.

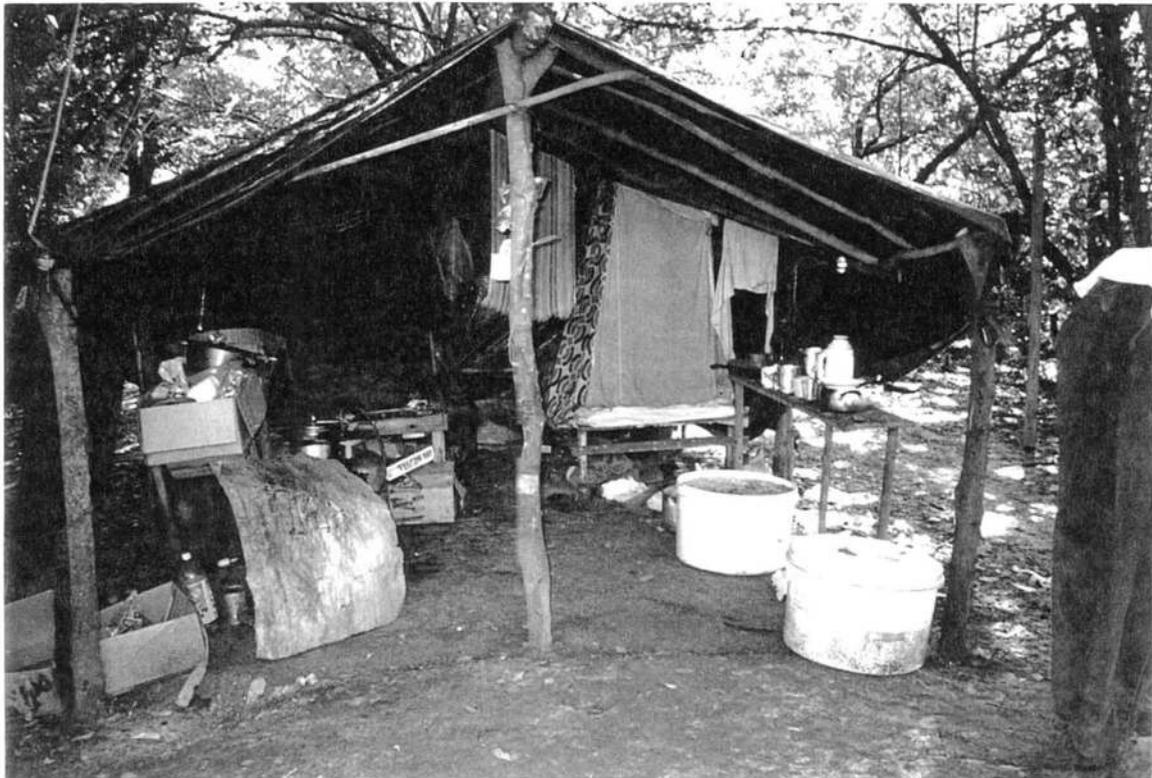


Foto 8. Acampamento de “isqueiros” no Morro do Azeite, ao lado da rodovia BR-262

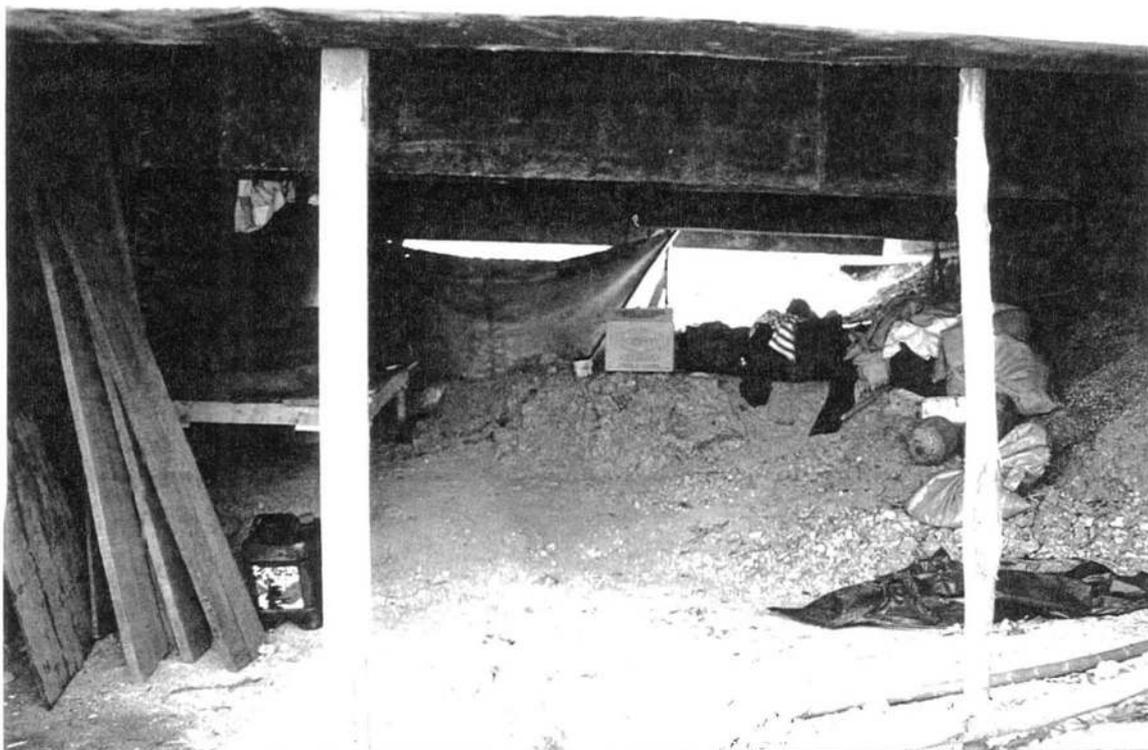


Foto 9. Acampamento de catadores de iscas sob ponte da BR-262.



Foto 10. Trabalhador exhibe suas compras em acampamento sob ponte da BR-262, adquiridas com a renda de um mês de coleta.

1.4.5. Os pescadores e as iscas

Este trabalho, ainda que aborde várias atividades ligadas ao turismo pesqueiro, tem nos trabalhadores da isca o objeto central de sua análise. A captura de iscas é considerada uma atividade de pesca. Os trabalhadores para procederem à coleta devem dispor de licença de pescador profissional, emitida pelo Ministério da Agricultura²⁶, que substituiu o IBAMA nessa função (Instrução Normativa N.º 5, de 18 de janeiro de 2001). Muitos deles são filiados a Colônias de Pesca, como a Colônia Z-1, em Corumbá, na qual, considerando a área de abrangência desse estudo, se filiam sobretudo os catadores de iscas da região do Porto da Manga, e a Colônia Z-5, em Miranda, na qual são filiados os trabalhadores de Miranda e do Passo da Lontra. Há, entretanto, uma parcela considerável que atua sem licença de pescador, seja porque tem na captura de iscas uma atividade secundária, seja porque entende tratar-se de uma ocupação transitória, de pouca duração.

Os levantamentos de campo mostram que os trabalhadores da isca têm origem diversa, ainda que suas histórias de vida exibam um padrão comum de mobilidade, de privações e marginalização. A composição étnica dos catadores de iscas corresponde à dos estratos mais humildes da sociedade brasileira, isto é, são negros, índios e, em sua maioria, mestiços – de brancos, negros e índios – miscigenados muitas vezes com o elemento paraguaio, que

²⁶ Existe um esforço por parte do governo do Estado do Mato Grosso do Sul, através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Cultura e Turismo – SEMACT, por controlar a emissão de carteiras de pesca em seu território, evitando com isso, que pessoas não ligadas à pesca recebam a licença de pescador profissional e pratiquem assim a pesca de forma desonesta, pois não estariam sujeitos a cotas que controlam a quantidade de pescado no turismo. O governo iniciou um cadastramento de pescadores em todo o Estado, cujos dados não dispôs ainda à comunidade, a fim de controlar, através de registro e emissão de carteiras de pesca, o número e as licenças de pescadores no Estado. Até o momento, porém, a SEMACT não conseguiu fazer com que a Polícia Ambiental aceite seu documento como prova de registro do pescador, já que a exigência de documentação federal precede a da licença estadual. Assim sendo, para não receberem multas da polícia do Estado e dos fiscais do IBAMA, os pescadores devem registrar-se junto ao Ministério da Agricultura, ao qual têm que pagar uma taxa anual para obter a licença de profissional. Muitos pescadores possuem as duas carteiras, tanto do órgão federal quanto a estadual, porém, caso sejam abordados pela fiscalização, devem necessariamente apresentar a primeira. A licença de pesca do Ministério da Agricultura, renovável a cada dois anos, é importante para o trabalhador, pois através dela os pescadores garantem o salário desemprego no período de defeso. De posse da carteira estadual, obtêm cestas básicas na mesma época da piracema.

descendem de famílias de pequenos agricultores, de pescadores artesanais ou de trabalhadores das fazendas de gado.

Muitas dessas famílias, que possuíam pequenas propriedades próximas aos grandes rios, perderam suas terras em decorrência da grande cheia de 1974, que se constituiu numa enorme calamidade para a economia pantaneira, inundando permanentemente grandes áreas de pastagem e lavoura (V. Proença, 1992: 131). A esses pequenos proprietários e seus familiares não restou outra alternativa senão voltar a empregar-se nas fazendas de gado, quando nelas encontravam serviço, ou migrar para as cidades. Desses trabalhadores, uma parcela acabou se dedicando à pesca artesanal, já que esta era uma atividade praticada juntamente com a criação de gado e a lavoura junto aos rios Paraguai e Taquari, no Mato Grosso do Sul. Outros porém, migraram para fora da região ou nela permaneceram, à margem da sociedade, realizando tarefas que exigiam baixa qualificação, esforçando-se inutilmente por retornar à lavoura. A essas pessoas vieram se somar outros trabalhadores também vindos do campo, expulsos pelo processo de mecanização da lavoura ou pela crise que se abateu sobre a pecuária pantaneira. Foram sobretudo esses os trabalhadores atraídos para o mercado da isca.

Mesmo sendo uma atividade de pesca – e uma prática tradicional e regular entre os pescadores profissionais, já que se utilizam da coleta para obter iscas para suas pescarias, dispondo inclusive de petrechos específicos para esta finalidade²⁷ – os dados revelam que os trabalhadores da isca originam-se, em sua maioria, do universo campeiro. Atividades rurais, tais como o pastoreio, a lavoura e a empreita, representam 32% das atividades de origem desses trabalhadores. A pesca aparece em segundo lugar, com 15% do total. Além delas, outras atividades se destacam, como o trabalho doméstico, 11,5%; serviços ligados ao turismo, 9%; indústria, 6%; a captura de iscas, como primeira atividade desenvolvida pelo

trabalhador, 6%; e 20,5% que desenvolvem serviços diversos, tais como mecânica, tapeçaria, carvoaria, entre outros²⁸.

Os dados revelam, em última instância, que o surgimento recente da coleta de iscas como atividade comercial, que juntamente com o turismo aparece no final dos anos de 1970, vem atender uma demanda por serviços de uma parcela significativa da população que migrou do campo para a cidade e que está vivendo à margem do mercado de trabalho, realizando atividades de baixíssima remuneração ou até mesmo sem perspectiva alguma de colocação no mercado, como é o caso dos trabalhadores mais idosos ou com problemas de saúde e sem assistência do Estado, conforme deixa transparecer o depoimento que se segue:

“Não, porque em 90 eu levei esse acidente, rodada de cavalo. Eu trabaiano lá na fazenda, né? Laçou uma vaca lá e a danada rastô eu, com a égua e tudo, derrubou em cima ... assim, derrubou, quebrou esse braço; meu braço virou prá trás. Aí, me pegaram, levaram prá Campo Grande, eu fiquei lá 26 dias, depois, removeram prá Aquidauana. ...Aí os filho falou, olha, o senhor num fica prá lá, vem ficá aqui. Eu tinha uma casinha lá. Então o cê vende sua casinha [de Bodoquena], muda aqui prá perto de nós, porque se você num pega emprego aí, num faz nada, dá prá pescar um peixinho, pescar uma isca, vender prá o turista, dá prá cê sobreviver”.(S.J., isqueiro, 63 anos)

²⁷. Conforme o Decreto Estadual N.º 7.362/93, de 18 de agosto de 1993, fica proibido o uso de qualquer petrecho de malha (rede ou tarrafa), nos rios do Estado, exceção feita à tarrafa para isca, medindo até 2 m de altura, de uso exclusivo do pescador profissional.

²⁸. Os dados aqui elencados procedem de levantamentos realizados por essa pesquisa, somando um total de 50 questionários aplicados entre os “isqueiros” dos Municípios de Miranda e Corumbá, e de levantamentos feitos pelo Projeto “Coleta de iscas vivas no Pantanal, base para a sustentabilidade”, parte integrante do Projeto Alto Paraguai (ANA/GEF/PNUMA/OEA), que somam 102 questionários aplicados nos Municípios de Miranda, Corumbá e Porto Murtinho. Como alguns dados se sobrepõem, o número de entrevistas aqui contabilizadas é de 140. Desse total 72,8% são do sexo masculino e 27,2% do sexo feminino. Observou-se também que, dos trabalhadores entrevistados, 71% são procedentes do próprio Estado do Mato Grosso do Sul; 8,6% do Estado de São Paulo e 3% de Minas Gerais. Do Nordeste brasileiro originam-se 6,4% dos trabalhadores e do Sul apenas 1,4%. Do Paraguai vêm 5,7% dos “isqueiros” e 2% da Bolívia.

Entre os “isqueiros” entrevistados, 25,7% possuem idade superior a 50 anos, ou seja, praticamente um terço dos trabalhadores da isca encontra-se acima da idade ideal em que se pode conseguir uma boa colocação no mercado de trabalho brasileiro. A mesma proporção de trabalhadores, ou seja, 25,7%, possui idade entre 30 e 40 anos e outros 25,7, entre 18 e 30 anos. Aqueles trabalhadores com idade variando entre 40 e 50 anos compõem 19,2% dos “isqueiros”, registrando-se a presença de menores trabalhando com a isca, que correspondem a 3,6% do total de entrevistados.

Somado ao fator idade, a escolaridade dos catadores de iscas é outro indicador da dificuldade que encontram na inserção no mercado de trabalho. Em geral trata-se de pessoas com baixa formação escolar, sendo que 25% dos entrevistados são trabalhadores analfabetos e, desconsiderados estes, 59,3% não completaram o 1º Grau²⁹. Desse modo, percebe-se que a captura de iscas é uma atividade que atrai justamente a parcela da população para a qual as portas do mercado de trabalho têm insistentemente se fechado.

Dados sócio-econômicos apresentados no relatório do Plano de Conservação da Bacia do Alto Rio Paraguai – PCBAP (1997b) apontam, de forma convergente em suas diversas temáticas (aspectos econômicos, trabalho, condição de vida etc.), para um situação próxima à estagnação da economia dos municípios da Bacia do Alto Paraguai - BAP, entre eles os municípios de Corumbá e Miranda, além de Porto Murtinho, que compreendem as áreas de estudo desta pesquisa. Dentre outros fatores o relatório evidencia a alta concentração de renda na região, a queda na oferta de empregos e a participação decrescente dos municípios que compõem a BAP na massa de lucros e salários gerados no Mato Grosso do Sul como um todo, além de apontar para dados preocupantes relativos aos índices econômicos de municípios específicos, como é o caso de Corumbá, cujo PIB comercial de 1985 foi inferior ao de 1970. Como o setor predominante da atividade econômica deste município é o setor terciário, torna-

²⁹. Os demais dados sobre escolaridade são: 7,9% possuem o 1º Grau completo; 5,7% o 2º Grau incompleto e apenas 2,1% possuem o 2º Grau completo.

se evidente a situação crítica por que atravessa a economia local (V. PCBAP, 1997 b: 608-660). Da mesma forma, segundo dados da Secretaria de Estado de Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLANCT-MS, 1999), é expressiva a porcentagem dos chefes de domicílios particulares que recebem até três salários mínimos no Estado de Mato Grosso do Sul. No município de Corumbá 82,14% dos chefes de domicílio têm rendimento até três salários mínimos, enquanto que em Miranda este índice é de 86,25% e em Porto Murtinho é de 89,74%.

Nesse universo de crise, a chegada do turismo da pesca torna-se um grande atrativo para esses trabalhadores expulsos de outros setores, como da agricultura e da pecuária, e que não possuem qualificação para disputar postos de trabalho melhor remunerados no contexto urbano. Quando teve início a atividade de captura de iscas no Pantanal e era reduzido o número de trabalhadores no mercado, o rendimento médio de um “isqueiro” podia chegar a R\$ 40,00 ao dia, na alta temporada de pesca, superando em muito o valor do salário mínimo nacional, à época por volta de R\$ 80,00. Os pioneiros da isca, conseguiram, muitos deles, reunir uma boa economia e investir em barcos e tanques e até mesmo em casas especializadas na venda de iscas, o que lhes permitiu controlar esse comércio, tornando-se difícil para aqueles que chegaram mais tarde competir nesse mercado em igualdade de condições. A grande maioria dos catadores de iscas permanece indefinidamente numa condição instável, com baixos rendimentos, ou fazendo investidas arriscadas como autônomos. Como dizem alguns informantes:

“Rapaz, vc sabe o que é que acontece? Na época em que esses cara, onde chegô esses nível que eles tão, foi a época que era de ganhá dinheiro... e hoje em dia acabô isso” (C., isqueiro,)

“Hoje em dia o isqueiro não passa de sê um isqueiro... E os isqueiro que já tão bem de situação são os que começaram antes, há uns vinte anos atrás, então, qué dizê, há uns vinte ano atrás a isca dava dinheiro, o turismo não era tão explorado, né?” (H., isqueiro, 25).

Os dados das entrevistas demonstram que, dos trabalhadores da isca que declararam a renda, 37,1% ganham até 1 salário mínimo; 43,6% mais de 1 a 2 salários e 7% ganham acima de 2 até 3 salários. Desse modo, 87,7% dos “isqueiros” ganham até 3 salários mínimos³⁰. A captura de iscas, que por algum tempo representou efetivamente a oportunidade de ascensão social para uma parcela da população que vivia na pobreza – através dos ganhos com a isca muitos trabalhadores conseguiram construir casas de alvenaria, aparelhá-las com eletrodomésticos e até abrir outros negócios –, acabou por equiparar-se, em termos de rendimento médio da população, ao dos municípios pesquisados, que é bastante baixo. Com essa renda, os trabalhadores mantêm apenas um padrão mínimo de vida para suas famílias. No entanto, como as cidades continuam não oferecendo oportunidades de emprego, esse valor ainda constitui-se em atrativo para que milhares de trabalhadores se desloquem às baías pantaneiras.

Não há um levantamento oficial do número de pessoas envolvidas com a coleta de iscas. Mesmo as Colônias de Pescadores, às quais os trabalhadores estão filiados, não têm registros da atividade principal de seus filiados, se a pesca ou a coleta. Ainda que houvessem esses dados eles dificilmente expressariam a realidade, pois muitos catadores de iscas atuam sem a licença de pescador. Na região do Passo da Lontra, Morro do Azeite e Porto da Manga, no entanto, com base nos levantamentos de campo, é possível estimar uma média anual de 200 “isqueiros” trabalhando diretamente com a coleta, sem contar seus familiares. Se forem somados a esta estimativa os trabalhadores de outras localidades pantaneiras³¹, além daqueles ligados ao comércio e a outros serviços indiretos decorrentes da isca, pode-se atingir a casa

³⁰. Acima desse patamar de rendimento aparecem: 7% ganhando mais de 3 até 5 salários e apenas 1,5% ganhando acima de 5 salários mínimos.

³¹. A captura de iscas ocorre por toda a região pesqueira do Pantanal, no interior de fazendas, em comunidades próximas aos rios; porém, a maior concentração dos “isqueiros” se dá em locais como Miranda, Vila Salobra, Porto Morrinho, Porto da Manga, Corumbá e Porto Murtinho.

dos milhares de trabalhadores, o que nos dá uma noção da amplitude desta atividade e de sua importância para a economia local.

1.4.6. As técnicas de captura e armazenamento de iscas

São diversas as espécies de peixes utilizadas para isca no Pantanal e o trabalho de captura varia conforme o tipo de pescado e a época do ano. As “iscas brancas”, tais como o lambari (*Astyanax* sp.), o corimbatá (*Prochilodus lineatus*), a sardinha (*Triportheus paranensis*), o chimboré (*Ieporinus* sp.) e o sairu (*Psectrogaster curviventris*), são capturadas no próprio rio com o auxílio da tarrafa de isca – uma malha em forma de cunha, medindo 2,00 m de diâmetro, com pesos de chumbo nas extremidades e presa ao meio por um fio que o pescador segura para poder puxá-la para fora d’água, recolhendo o pescado – cujo uso é vetado aos pescadores amadores, sendo exclusivo dos profissionais. Mesmo pertencendo a essa categoria, os “isqueiros” costumam pescar pouco esse tipo de iscas, dedicando-se mais às espécies próprias dos *habitats* das baías e corixos, muito apreciadas pelos peixes nobres do Pantanal, como o dourado, o cacahara e o pintado. Desse modo, com o uso de varas de bambu, pescam o jeju (*Hoplerythrynus unitaeniatus*), ou “jejum” como costumam denominá-lo, isca bastante resistente ao ser armazenada, muito usada na pesca do dourado. De acordo com os informantes, existem três tipos de jejum: o amarelo ou bananinha, o listrado e o preto, pouco apreciado por ser muito grande, com 25 a 30 cm. Além desse peixe, o cascudo (*Liposarcus anisitsi*) também é comumente pescado no anzol e no período diurno, tal qual o jejum. Com o auxílio de petrechos especiais capturam-se nas baías espécies como o mussum (*Symbranchus vulgaris*), peixe que possui o formato de uma serpente, manifestando-se no Pantanal em diversos tipos, tais como o mussum-boi, bastante espesso; o mussum-cavalo e o mussum-amarelo, que atingem até um metro de comprimento; e o mussum-bicudo, utilizados

na pesca do pintado. Também capturam o cabojinha ou cambota (*Callychthys callychthys*), o papaião e ligeirinho³², além do cará (*Chaetobranchopsis australis*), Acará-açu (*Astronotus ocellatus*) e a tuvira (*Gymnotus cf. carapo*), que junto com o jejum é uma das iscas mais procuradas no Pantanal. Espécie abundante na região, a tuvira é indicada sobretudo para a pesca de peixes de couro, como o cachara e o pintado. Pouco resistente ao transporte e armazenamento, costuma trazer prejuízos para o pescador, pois, como diz um informante, “a tuvira é morredera prá daná!”, exigindo dos “isqueiros” maiores cuidados ou o dispêndio de mais tempo de captura para a reposição. Além desses peixes, costumam capturar, para a pesca do pacu, o caramujo (*Pomacea* sp.) e o caranguejo (*Dilocarcinus paguei paguei*), que pode ser de dois tipos: o caranguejo amarelo e o caranguejo vermelho³³.

O trabalho de captura é na verdade uma grande aventura cotidiana. Envolve riscos financeiros, já que uma boa coleta não é algo garantido; físicos, seja nos encontros com animais ou em possíveis embates com peões de fazendas quando invadem as propriedades; além dos mais diversos tormentos que vão desde insetos até o frio e a fome. Os perigos são tantos que uma informante disse certa vez preferir a coleta noturna, pois só assim não percebe a presença dos jacarés ao redor das baías, não vê o lodo cobrindo seus pés quando entra na água, evitando desse modo tomar consciência do perigo que ronda seu trabalho, podendo então realizá-lo, como afirma, com mais coragem.

³². Não foi possível identificar essas duas espécies na taxonomia científica; no entanto, trata-se de pequenos peixes de aparência muito próxima à do cascudo, com cabeça arredondada e grande e cauda afimilada. Tanto o ligeirinho quanto o cabojinha são bastante rápidos e possuem a capacidade de andar sobre a terra firme, conforme disseram alguns informantes, mudando-se de baías que se secam para outras que oferecem condições de habitabilidade. Segundo um pescador, estas iscas são de pouca procura, pois são utilizadas somente quando as águas estão muito sujas. Como apreciam a lama, dirigem-se direto para o fundo do rio, deparando-se com o pintado.

³³. Além dessas espécies de peixes e crustáceos, os pescadores esportivos costumam utilizar como iscas minhocas (minhocão, minhoca goiana, entre outras), frutas e “bolinhas”, feitas com massa de trigo azedo, ótimas para pegar pacu. Essas iscas são caseiras ou adquiridas no mato e nas casas especializadas em venda de iscas. Como a preferência alimentar dos peixes varia muito, a compra antecipada de iscas nas casas comerciais de cidades como Campo Grande e Miranda, pode ser arriscada, pois, chegando no rio, os peixes podem estar comendo outra espécie que não aquela comprada. Para evitar prejuízos os pescadores deixam para comprar as iscas nos hotéis ou com os “isqueiros” das baías – o que proporciona um rendimento um pouco melhor para esses trabalhadores –, ou então se utilizam de redes de informação, que incluem hotéis, outros pescadores, fornecedores de iscas, para auxiliá-los na decisão de qual isca adquirir.

Conforme foi dito, algumas iscas, como o jejum, são pescadas com vara de bambu e anzol, mas, a grande maioria é coletada com o auxílio de telas, armações de ferro, de 1,80 m por 1,00 m em média, na qual se prende uma tela de nylon bastante fina; dessas telas verdes utilizadas para vedar janelas impedindo a entrada de insetos. Além de leves e resistentes, são fáceis de ser encontradas e muito baratas. Neste tipo de coleta os “isqueiros” devem trabalhar em duplas, um em cada extremidade da tela, o que os obriga a associarem-se. Desse modo, os “isqueiros” formam pares que acampam juntos, coletam juntos e dividem o lucro da comercialização.

Ainda que esta seja a forma mais comum, mais produtiva e menos trabalhosa de captura, existe a possibilidade do pescador trabalhar individualmente. Para isso utiliza-se de uma tela especial, conhecida como “parabólica”, devido ao formato idêntico ao da antena de mesmo nome. Diferente da anterior, a “parabólica” é montada numa estrutura circular feita de madeira resistente e flexível, com aproximadamente 1,30 m de diâmetro. Duas hastes da mesma madeira são cruzadas, arqueadas e fixadas na estrutura principal, de tal modo que forneçam à base circular uma espécie fundo côncavo. Do mesmo modo, uma haste arqueada é presa do lado oposto às anteriores. A tela é presa à estrutura circular e atada às hastes envergadas do fundo, dando-lhe profundidade e o formato abaulado das antenas parabólicas. Numa das extremidades da tela, ou melhor, da madeira circular, são instalados flutuadores, garrafas plásticas de refrigerantes. Na pesca, a parte da tela com os flutuadores é mantida submersa, presa pelo pé do “isqueiro” que se apoia numa das hastes do fundo. No momento em que sente a presença dos peixes, o pescador libera o petrecho que, ao flutuar, aprisiona as iscas. Esse instrumento é mais difícil de manejar e menos eficiente que a tela comum, utilizada por duplas de pescadores.

Existem duas modalidades básicas de captura feita com as telas: a de “quebra” e a de “chama”. A primeira é realizada no período diurno e visa a captura tanto de peixes quanto de

caranguejos. Para tanto, dirigem-se às baías e começam a explorá-las a partir das bordas, preferencialmente nos locais em que a água está pela cintura ou um pouco mais alta. As baías muito rasas são mais trabalhosas, pois exigem que os “isqueiros” despendam muito esforço abaixando-se até a água. Do contrário, as partes muito fundas, além de perigosas, exigem muitas vezes que os pescadores pratiquem a coleta de longe, jogando a tela e puxando-a com o auxílio de uma corda. Esse tipo de captura só é utilizado em último caso, quando há encomendas e as baías muito cheias não permitem que o trabalho se desenvolva de forma regular.

O procedimento da captura consiste em submergir a tela nas águas das baías e erguê-la rapidamente em seguida, trazendo em seu bojo as plantas e os animais capturados. Os camalotes – macrófitas aquáticas típicas do Pantanal, às quais as iscas são encontradas associadas, pois nelas se alimentam e se abrigam – são então retirados da tela, suas raízes rompidas, “quebradas”, e atiradas para o lado, permitindo que os peixes ou caranguejos que restaram na tela sejam pegos com a mão e armazenados em galões plásticos ou latas de 20 litros próprias para esse fim. Geralmente levam mais de um galão para poder separar os caranguejos e caramujos dos peixes, pois os primeiros vivem sobre a vegetação macrófita, exigindo que no galão haja plantas, e os últimos em meio a suas raízes submersas, o que requer um recipiente com água. Este tipo de captura costuma interferir bastante na vegetação das baías, provocando danos, uma vez que manuseadas, as plantas acabam tendo suas estruturas, tais como raízes e pecíolos, quebrados (Cf. Vieira, 2000). Terminada a coleta, os galões são transportados até o acampamento, geralmente na garupa das bicicletas utilizadas para se chegar até as baías mais distantes, e armazenados nos tanques destinados a cada espécie.

Existem diversas situações de coleta. Os “isqueiros” do Morro do Azeite, por exemplo, praticam a captura nas baías próximas aos acampamentos ou, quando muito,

utilizam-se das bicicletas para chegar até as baías mais produtivas. Outros, porém, residindo em vilas como o Passo da Lontra e Porto da Manga, localizadas respectivamente nas margens dos rios Miranda e Paraguai, bem como da “Estrada Parque”, em que a atividade é proibida, têm de sair diariamente de barco em busca das iscas, podendo ou não permanecer acampados na beira das baías. Essa situação será descrita a seguir tendo como parâmetro um morador hipotético do Passo da Lontra..

A segunda modalidade de coleta é a de “chama”, realizada no período noturno, visando sobretudo a captura da tuvira. Para este tipo de coleta o “isqueiro” deve dispor de “iscas” para as iscas, ou seja, do alimento que servirá para atrair os peixes das baías. Neste caso, a mais indicada é o cupim, encontrado nas árvores próximas dos acampamentos ou das margens dos rios.

Quando saem de barco para fazer a coleta de “chama”, geralmente no período vespertino, os “isqueiros” já ficam atentos às margens em busca de algum cupinzeiro nas árvores próximas. Assim que os encontram, desembarcam e preparam-se para a coleta. Para tanto, levam uma lona ou recipientes plásticos, uma espécie de balde com 50 cm de diâmetro, sobre os quais o cupinzeiro é derrubado com a ajuda de um bastão. Assim que chega ao chão, se apressam em cortar o cupinzeiro com a ajuda de um facão. Batem os pedaços cortados uns contra os outros e o cupim cai na lona, ou na vasilha. Em seguida, basta virar a lona dentro de uma lata de 40 litros para que o cupim ali permaneça armazenado, junto com o pó de sua casa. Muitas vezes o cupim está localizado muito alto nas árvores, o que demanda mais trabalho e tempo dos coletores.

De posse do cupim já podem dirigir-se até às baías, que não necessariamente estão próximas às margens do rio. Sendo assim, encostam o barco na margem e iniciam a caminhada até a baía, que pode demorar até 15 ou 20 minutos, não devendo ser muito distante porque a isca deverá ser transportada até o barco e os recipientes em que são armazenadas

pesam consideravelmente. O trajeto do Passo da Lontra até a baía, incluindo a coleta do cupim, costuma demorar de três a quatro horas, chegando ao seu destino entre 5:00 e 5:30 da tarde.

Assim que chegam organizam o acampamento, armando barraca de camping e preparando algo para comer antes de iniciar o trabalho de coleta. Se não armar acampamento, como diz uma informante, “é suicídio, a onça ataca”. Como não podem levar consigo armas de fogo, já que a caça na região é proibida, têm de se proteger com outros recursos dos possíveis ataques do animal, que se são raros, não são impossíveis. Ainda que proibida a caça, a posse de armas de fogo por parte de alguns poucos moradores da “Favelinha” pode ser evidenciada pelo hábito, de alguns deles, de consumir carne de caça como complemento alimentar, o que demonstra não apenas possuírem armas, mas praticarem ilegalmente a caça, a despeito da presença da Polícia Militar Ambiental a menos de 10 Km.

As baías escolhidas são aquelas cobertas com bastante vegetação aquática, que indica a presença de muitos peixes. Após entrarem na água, o que costumam fazer sem proteção alguma de roupas ou equipamentos, a primeira providência é preparar a “cama”, que consiste em cortar um quadrado do camalote, no tamanho suficiente para submergir a tela. As plantas cortadas são depositadas ao lado e, após a imersão da tela, repostas em seu lugar. Logo em seguida os cupins são jogados sobre o camalote e os “isqueiros” começam a estalar os dedos junto à água reproduzindo o som de alimento caindo sobre sua superfície. Daí o nome de pesca de “chama”, já que o “isqueiro” é quem deve atrair, ou “chamar”, a isca para a sua tela. Em pouco tempo começam a sentir a presença dos peixes que roçam suas pernas e aproximam-se para alimentar-se dos cupins. Este processo demora em torno de 5 minutos. Quando sentem que há bastante peixe sobre a tela submersa levantam-na rapidamente e iniciam imediatamente o trabalho de remoção dos camalotes para desimpedirem a coleta do

pescado. Com as mãos, recolhem o pescado da tela e o depositam em galões com água da baía, no qual serão transportadas até o acampamento.

Em seguida o processo se reinicia. Se a noite encontra-se muito clara, em função da lua, os isqueiros costumam jogar sobre os camalotes “amassados” uma lona plástica preta que é para deixar o local mais escuro impedindo as iscas de vê-los e com isso se espantarem. Uma atividade de coleta muitas vezes demora até seis horas de trabalho ininterrupto dentro d’água. Quando está muito frio, acendem fogueiras e, de tempos em tempos, deixam as baías para se aquecerem junto ao fogo, retornando em seguida para a água, num vai-e-vem nocivo, que exige em demasia do organismo, exposto a extremos de temperatura.

De volta para o acampamento as iscas são depositadas em recipientes plásticos, com capacidade entre 20 e 40 litros, e posteriormente transportadas até a vila onde são imediatamente comercializadas ou, acaso disponham de tanques de amianto ou alvenaria, armazenadas à espera de um comprador que se demora muito a aparecer, pode comprometer toda a produção³⁴.

Não é raro os isqueiros coletarem cobras e jacarés em suas telas. As primeiras são pegas com as mãos e atiradas para longe. Segundo os informantes, as pessoas picadas por estas cobras d’água não sofrem maiores danos que uma pequena febre e dores de cabeça sem seqüelas. Os jacarés, entretanto, além de causarem estragos na tela, podem atacar as pessoas causando ferimentos mais graves. Segundo alguns trabalhadores, eles não exitam em matar a pauladas os jacarés que os atacam. Não bastasse esses percalços, são atacados por sanguessugas, e nos acampamentos, por carrapatos e mutucas, além dos mosquitos. De outro lado, o contato permanente com as águas paradas das baías provoca reumatismo, dermatoses e

³⁴. Nos acampamentos da BR 262, as iscas são acondicionadas em tanques escavados no solo, recobertos ou não por lonas plásticas, a fim de conservar a água por mais tempo, ou são armazenadas em tanques muito duráveis feitos com a caixa, ou melhor, as paredes internas de geladeiras, reformadas para esse fim e adquiridas na cidade por aproximadamente R\$ 30,00. As iscas são mantidas também em viveiros feitos de telas de *nylon* e protegidos com madeira – nos fundos e laterais – dos ataques de jacarés e piranhas. A água dos tanques escavados ou das caixas, deve ser renovada a cada 2 ou 3 dias, sob o risco de se perder todo o estoque. Alguns “isqueiros”, para

micoses que não sendo tratadas causam danos irreparáveis aos pés. Muitos são os “isqueiros” que possuem as unhas dos pés totalmente destruídas pelos fungos.

O fato é que estes trabalhadores não dispõem de proteção adequada para realizar suas atividades. Sem vestimentas especiais trabalham geralmente descalços e com camisas e calças de algodão, o que os deixa não apenas vulneráveis às doenças, mas também aos animais e ao frio, que é intenso no Pantanal. Ao entrarem nas baías tomam o cuidado de arrastar os pés para evitar cortes e perfurações; fora isso, estão expostos a todo e qualquer perigo. O grande tormento dos “isqueiros”, no entanto, e que eles são unânimes em apontar, são os insetos. Os ataques de pernilongos beiram o insuportável. As pessoas são literalmente cobertas por nuvens de pernilongos e não há como se proteger. Eles se cobrem com panos, se debatem, agitam camisas sobre o rosto e as costas, mas nada disso adianta. As pessoas ficam cobertas pelos insetos que, dependendo da espécie, perfuram até mesmo calças *jeans* com suas picadas. O tormento é maior no momentos da pesca, quando não podem utilizar repelentes, outro recurso que, por si mesmo, apresenta resultados pouco satisfatórios na região.

1.4.7. O Comércio de iscas

O preço das iscas difere segundo as espécies e também de acordo com a relação entre a demanda do turismo e a oferta de peixes nas baías e rios da região. A mais cara costuma ser o mussum, vendida para o comerciante de iscas a R\$ 0,40 ou R\$ 0,50, conforme o tamanho, a quantidade e a disponibilidade, que o repassa a R\$ 2,00 para o turista. Em seguida vem o caranguejo (*Dilocarcinus paguei paguei*), indicado sobretudo para a pesca do pacu, vendido a R\$ 6,00 a dúzia para o turista. A tuvira, o jejum e o cascudinho têm o preço variando entre R\$ 0,40 e R\$ 0,80 para o turista. O “isqueiro”, aquele que de fato captura as iscas, recebe um

evitar que as iscas acondicionadas por muito tempo nos tanques morram pela ação de parasitas, costumam adicionar à água o CS 180, um vermífugo próprio para aves.



Foto 11. Pesca de “quebra”: “isqueiros” preparam-se para erguer a tela com os camalotes, em suas raízes se abrigam peixes que servem de iscas.



Foto 12. Coletor de iscas retira o camalote da tela para poder apanhar as iscas.

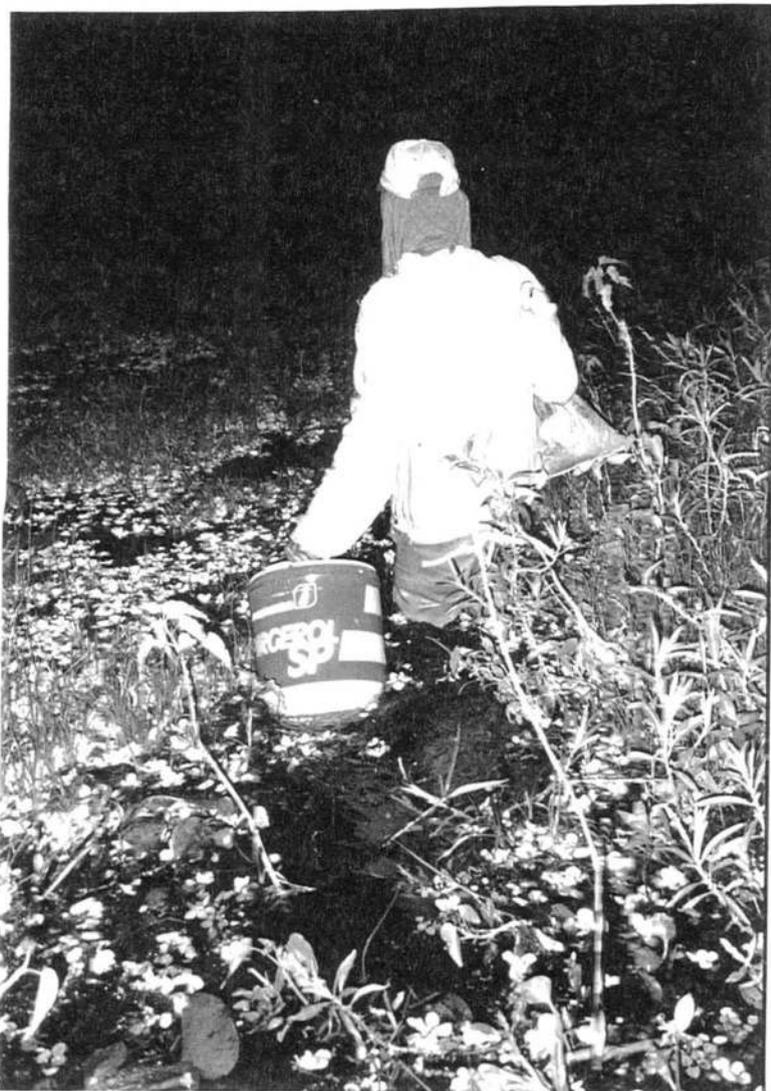


Foto 13. “Isqueiro” entra na baía à noite para praticar a pesca conhecida como de “quebra”.



Foto 14. Pesca da “quebra”, com o uso de uma lanterna coletor procura iscas na tela.



Foto 15. A pesca solidária.

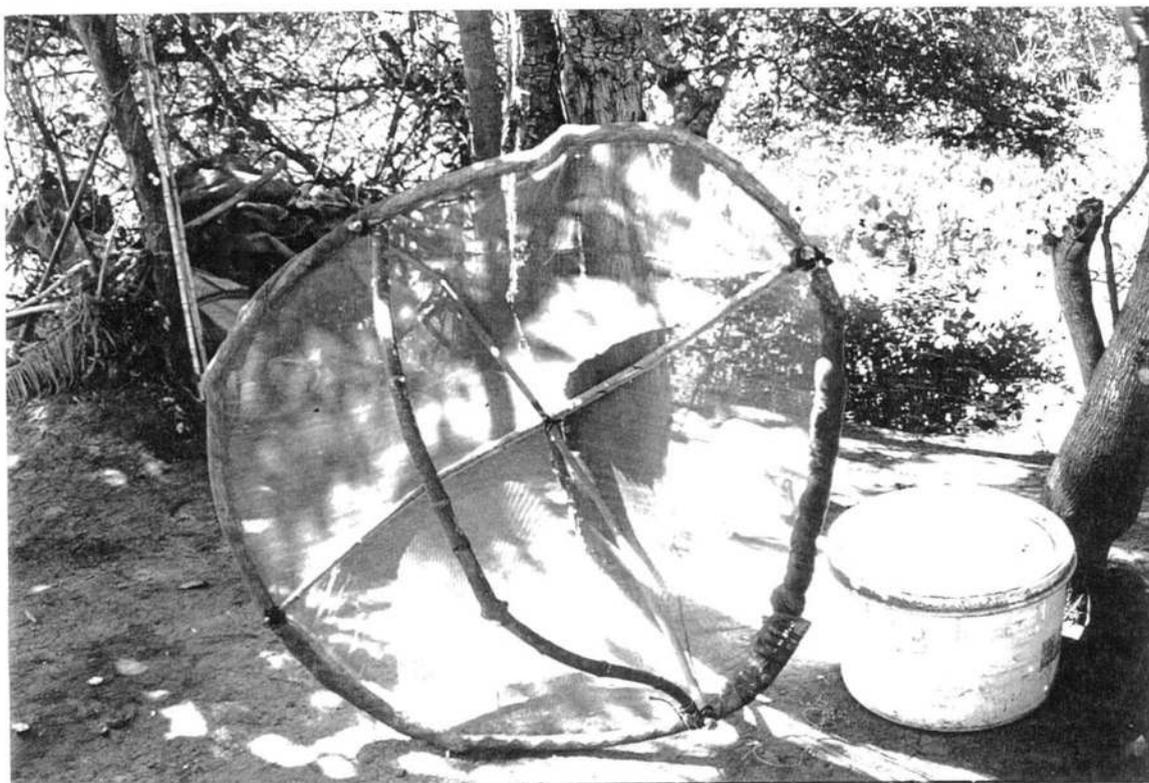


Foto 16. Parabólica, tela com que se pratica a captura individualmente.

valor bem menor por cada exemplar coletado. No caso da tuvira, um “isqueiro” contratado recebe entre R\$ 0,08 e R\$ 0,15 por isca. Quando é autônomo consegue um preço mais elevado, algo em torno de R\$ 0,20 se a isca é vendida ao comerciante e entre R\$ 0,25 e R\$ 0,30 se vendida diretamente ao turista. O comerciante local, que mora no Passo da Lontra ou no Porto da Manga e contrata os isqueiros da região, geralmente um coletor de mais posses, que dispõe de instrumentos de coleta (barcos, motores e petrechos), meios para armazenar as iscas (tanques e bombas d’água), além de licença do Ministério da Agricultura para transportá-las e comercializá-las, pode vender suas iscas diretamente para os turistas ou para outros comerciantes especializados, atuando, neste caso, como uma espécie de atravessador, pois se coloca entre o coletor e o proprietário das casas de iscas. No caso da tuvira, que está nos servindo de exemplo, este “isqueiro intermediário” recebe em torno de R\$ 0,20 por exemplar se vende para o comerciante e entre R\$ 0,40 a R\$ 0,70 se o vende para o turista.

Este rendimento, no entanto, não está ao alcance de todo e qualquer coletor de iscas. Conforme foi dito, para praticar a coleta é necessária uma licença de pescador expedida pelo Ministério da Agricultura que, além de regulamentar a atividade, garante o seguro-desemprego no período de defeso³⁵. Muitos trabalhadores não possuem essa licença, não podendo desfrutar, pois, do direito ao salário-desemprego; trabalham de forma ilegal e escondidos da fiscalização da Polícia Militar Ambiental, o que dificulta sua atuação como autônomos. Nesse caso, devem empregar sua força-de-trabalho junto a terceiros, geralmente proprietários de casas de iscas, que têm condições de transportá-los aos locais mais afastados para trabalhar. De outro lado, com a instituição da “lei de iscas” (Lei N. 1.909, de 01/12/1998) os catadores irônica ou tragicamente ficaram impossibilitados de estocar e comercializar suas iscas. De acordo com a lei, o comércio exige uma licença especial expedida, na época de sua

³⁵. No período da piracema o governo fornece aos pescadores, com três ou mais anos de profissão, regulamentada por carteira, o seguro-desemprego. Este benefício, segundo alguns pescadores, demora tanto a chegar a suas mãos e requer tanta burocracia e gastos com deslocamentos, que acaba por se tornar

promulgação, pelo IBAMA e pela SEMA/MS, resultando em sérias penalidades para aquele que infringir suas determinações, tais como suspensão de registro por um ano, multas e apreensão do produto, o que não é raro ocorrer na região. Inclusive, vários trabalhadores do Morro do Azeite receberam em 1999 um auto de infração, com multas que variam de R\$ 500,00 a R\$ 700,00, após vistoria da Polícia Militar Ambiental, por estocarem iscas para o comércio nos acampamentos. Eles somente poderiam capturar as iscas para entregá-las diretamente a quem possuísse a licença para o transporte, armazenamento e comércio, ou seja, para os intermediários.

Com isso, o trabalho com iscas, além de ser extremamente perigoso e insalubre, não necessariamente traz benefícios diretos para aquele que realiza a captura propriamente dita, ficando o lucro da venda do pescado nas mãos dos intermediários e comerciantes. Isto faz com que o “isqueiro” tenha no comércio a sua maior aspiração. Para realizá-la, entretanto, deve investir não apenas no estabelecimento comercial em si, mas na construção de tanques apropriados, sistema de oxigenação da água etc., além de ser obrigado a recolher impostos para o Estado. Tudo isso demanda recursos de que poucos dispõem. Mesmo aqueles trabalhadores do Passo da Lontra ou do Porto da Manga em melhores condições financeiras, realizam seus empreendimentos à base do improvisado. As iscas são geralmente armazenadas em caixas d’água de 500 ou 1000 litros, o que acarreta muitas perdas, aumentando não apenas o prejuízo do proprietário, mas também os danos ambientais, por requerer uma constância maior na captura das iscas. Estes pequenos comerciantes são os mesmos que atuam como intermediários entre os “isqueiros” e o comerciante final, proprietário das casas de iscas nas cidades e beiras de estradas. Dispondo de barcos ou meios para alugá-los, eles contratam o serviço de “catadores” do próprio Porto da Manga, Passo da Lontra ou do Morro do Azeite e atendem aos pedidos dos comerciantes maiores e dos hotéis, ficando com uma parte da renda.

desinteressante, sendo preferível para eles aguardar o reinício da temporada de pesca sem despendendo gastos com deslocamentos para conseguir, “em vão”, o seguro.

O “isqueiro” que não possui licença para o comércio e que não tem condições de armazenar grandes volumes de pescado, ou seja, a grande maioria dos trabalhadores de iscas, vive uma situação mais instável e penosa. Ele se vê obrigado a comercializar rapidamente a sua produção antes que esta pereça³⁶. Procura fazê-lo diretamente com o turista, correndo o risco de ser multado, pois somente assim obtém bons rendimentos. Entretanto, na falta deste, acaba tendo de negociar com o intermediário, o que reduz bastante seus ganhos, ainda mais que este nem sempre está disposto a comprar toda a sua produção e, quando o faz, costuma estipular ele próprio o preço. Para os trabalhadores do Passo da Lontra e do Porto da Manga há ainda um agravante. Para conseguir iscas eles têm que se deslocar até as baías mais distantes e pouco exploradas, o que só é possível com o uso barcos com motor de popa. Tendo muitas vezes que alugá-los ou arcar com a despesa do combustível, seu ganho é ainda mais reduzido.

1.4.8. A coleta e o meio ambiente

De acordo com os dados levantados por meio das entrevistas, durante uma estação de pesca alguns trabalhadores chegam a explorar mais de 20 baías, sendo que este número depende da oferta de iscas encontradas e da facilidade de acesso. Outros há que não visitam mais do que 3 baías, desde que tenham boa produtividade. Segundo informaram os coletores, no ano de 1999 cada um capturou em média 3.800 exemplares de iscas de várias espécies. Um dos que mais capturou no ano atingiu um total de 42.200 iscas, entre tuvira, mussum, jejum, caranguejo e outras. A diferença dos números se deve ao fato de que muitos dos trabalhadores entrevistados não praticam a coleta de forma sistemática, mas sim, associada a outras

³⁶. Mesmo nas baías, os “isqueiros”, a despeito da Lei, continuam armazenando suas iscas em tanques por eles improvisados. Sem este recurso eles não podem estocar nem mesmo para vender aos intermediários. Esse forma de armazenamento por si só já representa um prejuízo para o trabalhador, pois a perda de iscas no período de armazenamento gira em torno de 20%, conforme informações dos pescadores.

atividades. A tuvira e o jejum são as iscas mais exploradas, com respectivamente 4.530 e 4.670 exemplares capturados em média. Em seguida vem o caranguejo, com uma média de 3.480 exemplares, o que demonstra um volume considerável de espécimes coletados.

A legislação pesqueira do Estado do Mato Grosso não permite a captura de iscas para fins comerciais em seu território³⁷. Como o turismo pesqueiro é uma atividade importante na economia pantaneira, sendo fonte de emprego e renda para muitos trabalhadores, como ocorre na cidade Cáceres, os pescadores esportivos precisam ser abastecidos com iscas, importadas sobretudo do Mato Grosso do Sul. Centros fornecedores de iscas, como Porto Murtinho, Miranda e Corumbá, exportam grandes quantidades de pescados, como tuvira, mussum e caranguejo não só para o Mato Grosso como também para Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rondônia, entre outros Estados. De acordo com os levantamentos de campo, realizado junto aos proprietários de casas iscas da região pesquisada³⁸, no ano de 2000 foram exportadas do Mato Grosso do Sul 4 (quatro) milhões de iscas. Sabendo de antemão que há uma desconfiança por parte dos comerciantes em revelar os verdadeiros números de suas transações comerciais, e não tendo sido possível coletar dados relativos ao comércio informal de iscas vivas, como o que ocorre entre pequenos comerciantes que capturam o pescado e comercializam diretamente com os atravessadores de outros Estados, verifica-se que este número é muito maior do que o informado. Ainda mais se forem somados a essa quantia as iscas comercializadas internamente, seja com os hotéis ou com os turistas, sem passar pelas casas de iscas. Desse modo, é possível ter uma noção mais abrangente da

³⁷. Essa proibição, no entanto, não impede que a coleta seja praticada no Estado. Os barcos de turismo pesqueiro são obrigados a apresentar notas das iscas que transportam. Estas mesmas notas, que garantem o controle por parte da fiscalização, são o álibi dos agentes de turismo. De posse das notas, adquiridas com a importação de iscas ou por outros meios, os estoques de iscas são repostos durante as viagens, pelos próprios empregados das embarcações. Assim, um único documento fiscal serve para legalizar diversas cargas de iscas, ou ainda, a mesma nota, de acordo com informações de empregados de lanchas de turismo pesqueiro, pode ser utilizada por mais de uma embarcação quando fiscalizadas nos rios, num eficiente sistema de auto ajuda.

³⁸. Esses dados foram coletados em associação com o projeto "Coleta de iscas vivas, bases para a sustentabilidade" e além das cidades abrangidas pela pesquisa incluem Campo Grande e Corumbá.

dimensão econômica da captura de iscas no mercado regional. Resta saber a dimensão dos impactos dessa extração sobre os ecossistemas aquáticos do Pantanal.

Os estudos sistemáticos sobre o nível de interferência da atividade dos isqueiros no ecossistema das baías pantaneiras ainda estão em fase de elaboração e até o momento não existe um quadro consistente que permita afirmar se esta atividade, nos moldes como vem ocorrendo, constitui de fato uma ameaça ao ambiente do Pantanal. Segundo alguns estudiosos da piscicultura pantaneira, a quantidade de peixes extraída das baías, ainda que seja bastante elevada, não chega a trazer prejuízos ao ambiente da região como um todo, pois o fenômeno das cheias tende a repor o estoque de peixes capturados que, no entanto, necessitam encontrar as condições ideais para sua sobrevivência (Cf. Petrese Jr., 1993). Além disso, a ação dos “isqueiros”, apesar de abranger grande parte do território pantaneiro, costuma ser localizada, havendo pontos específicos de exploração mais intensa, já que o acesso às baía ainda é restrito, devido à distância, às barreiras naturais para se chegar até elas e ao fato de estarem em propriedades privadas que, muitas vezes, proíbem a entrada de “isqueiros”. Na BR 262, por exemplo, as baías ou caixas de empréstimo que estão no trecho compreendido pelos 23 Km em que ocorrem os acampamentos dos catadores de iscas, sofrem uma ação bastante intensa desses trabalhadores. As baías mais distantes da rodovia já são bem menos visitadas.

De qualquer forma, o modo como os coletores de iscas intervêm nas baías, retirando e danificando a vegetação hidrófila, que serve de abrigo e propicia alimento para os pequenos peixes que ali vivem, bem como a coleta praticada com o objetivo precípua de extrair o maior número de pescado, sem uma preocupação maior com o manejo, vai de encontro ao apelo pela conservação dos ecossistemas pantaneiros. De acordo como os próprios “isqueiros”, a quantidade de iscas vem se reduzindo a cada ano, obrigando-os a procurar baías cada vez mais distantes e de difícil acesso, o que nem sempre é possível, pelas dificuldades acima elencadas, ou ainda, é tarefa que não está ao alcance de qualquer trabalhador, pois não

possuem transporte adequado para chegar até elas. O problema é que, persistindo o nível e a forma atuais de extração de pescados, a captura pode vir a se tornar inviável economicamente, ameaçando assim a própria sobrevivência dos “isqueiros” na região. Se a isca se torna escassa, seu preço tende a aumentar, estimulando a importação ou mesmo, a fim de manter tal atividade em patamares competitivos, contribuindo para reduzir ao máximo o ganho dos trabalhadores da coleta.

A forma de manejo empregada pelos trabalhadores da isca é aquela ditada pelo mercado. Como as iscas têm um tamanho ideal para se adaptarem ao anzol, não podem ser muito grandes ou muito pequenas. Assim, os “isqueiros” comumente rejeitam os peixes muito jovens ou os adultos de maior porte; porém, não se preocupam em manter um volume mínimo de pescado nas baías, visando regular a sua produtividade³⁹. De outro lado, muitas das espécies não comercializáveis têm seus exemplares mortos quando capturados nas telas. Esse é, com certeza, o destino das pequenas cobras ou dos peixes não utilizados como iscas que teimam em aparecer junto aos demais a cada “telada”, irritando o pescador.

O manejo é um problema recorrente em situações de exploração recente de ecossistemas aquáticos. Em seu estudo sobre a coleta de ostras na reserva extrativista de Mandira, município de Cananéia – SP, Bastos (1997) demonstra que, após a transformação desta região em Unidade de Conservação, muitas alterações ocorreram no modo de vida da população local devido à proibição de práticas econômicas tradicionais, como a agricultura. Sem poder cultivar lavouras, a população restou buscar alternativas de subsistência, dentre elas a coleta de ostras, que hoje é a principal atividade econômica da comunidade. Com um histórico de extração comercial das ostras bastante recente, aproximadamente 20 anos, tal como a coleta de iscas no Pantanal, os trabalhadores do mangue não dispõem de técnicas

³⁹. A Lei N.º 1.910 de 01/12/1998, que regulamenta a extração e comércio de iscas, em seu artigo 7º estipula o tamanho mínimo para a captura das espécies no Mato Grosso do Sul. Essas medidas não são obedecidas pelos “isqueiros” e também não há um rigor da Polícia Militar Ambiental quanto a sua fiscalização, pois, além de ser

elaboradas de manejo das ostras. Eles têm se pautado no tamanho mínimo (5 cm) e máximo (10 cm) estipulados por lei e têm obtido bons resultados. No entanto, como ressalta o autor, “o manejo de ostras é uma atividade relativamente recente para a comunidade, não estando ainda incorporada a um saber patrimonial. O conhecimento, tanto teórico quanto empírico, não se encontra até o momento devidamente consolidado na cultura regional, dando margem a conclusões confusas, como a de que as ostras se moveriam de um galho ou de uma árvore para outra” (Bastos, 1997: 30-40).

Muitos dos “isqueiros” contactados pela pesquisa resistem à idéia de que estariam promovendo uma atividade impactante. Em primeiro lugar, argumentam que a atenção voltada para a captura das iscas, seja pelo governo estadual, seja por parte de Ongs ou empresários, somente ocorre porque eles são pessoas humildes e, como tal, suscetíveis de sofrerem ações punitivas. Os fazendeiros que atiram agrotóxicos nos rios, os empresários que desmatam as áreas em que instalam seus hotéis, entre outros, não são objeto da ação fiscalizadora do Estado, reclamam. Além disso, muitos “isqueiros” argumentam, e novamente com certa dose de razão, que ao secaram as baías, as iscas morrem quase todas, exceção feita ao mussum, que se enterra no solo. Desse modo, explorando ou não essas lagoas, o destino das iscas já estaria traçado. Ainda que isso seja verdadeiro, no caso das baías do Lontra há uma acusação de que os coletores de iscas estariam competindo na captura desse pescado com as aves pantaneiras, já que existe um ninhal próximo ao morro do Azeite e as aves estariam dando sinais de querer abandoná-lo. O que se observa é que garças e tuiuius que costumavam ser encontrados em grande número junto à BR 262 no período de águas baixas, fazendo a alegria dos turistas, têm se manifestado cada vez menos nessa área. As baías da “Estrada Parque”, no entanto, contíguas a esse local, deveriam, a princípio, receber as aves expulsas da rodovia. Talvez não seja a ação dos “isqueiros” que esteja afugentando esses animais. Vale

difícil de realizar tal controle, as medidas estipuladas na lei têm sido freqüentemente contestadas por biólogos e técnicos da SEMACT/MS, demonstrando que foram estabelecidas sem nenhum rigor científico.

lembrar que, além das queimadas, até bem pouco tempo turistas eram levados para conhecer, fotografar e incomodar com sua presença as aves no período de nidificação.

A ação dos coletores não afeta apenas as baías, pois seu entorno também é impactado. Os acampamentos próximos à BR 262 não poderiam ser montados naquele local. A concessão da Polícia Militar Ambiental, que não necessariamente é quem deveria controlar o acesso à área, já que esta pertence ao DNER, se dá em troca de que, ao final da temporada, tudo seja desmontado e que não restem vestígios de presença humana no local. Pois bem, ao se visitar esses acampamentos, após a partida dos “isqueiros” percebe-se um esforço para disfarçar sua passagem pela área, mas, mesmo assim, os descuidos são enormes. Muito objetos úteis são deixados para trás. Há uma preocupação em juntar latas, garrafas plásticas, colocados em buracos no chão ou em tambores de 200 litros que fazem de lixeiras e que ali permanecem receberem um destino adequado. No geral, muito lixo é deixado espalhado: latas de 20 litros, tambores plásticos, telas, roupa suja jogadas no chão, pedaços de lona plástica, sapatos gastos e botinas rotas, chinelos, restos de petrechos de iscas, muitos sacos plásticos e pilhas de lanterna, altamente danosos para o ambiente. Até mesmo uma bateria de automóvel foi encontrada em um dos acampamentos. Isso demonstra a ausência de uma noção mais ampla de cuidados necessários para com o ambiente e com o Pantanal, pois se trata de um patrimônio natural da humanidade.

De qualquer modo o que subsiste a todo esse debate é a necessidade de ações educativas junto aos trabalhadores da isca e mais investigações acerca do real impacto da atividade de coleta na biota das baías pantaneiras. Existe, atualmente, uma pressão crescente de mercado sobre os “isqueiros”. Grandes empresários da pesca começam a expandir seus empreendimentos no ramo da captura de iscas e, com seus preços competitivos, tendem a tornar o trabalho autônomo cada vez menos lucrativo. De outro lado, a produção de iscas vivas em cativeiro, em fase experimental, está próxima de se tornar realidade, o que pode

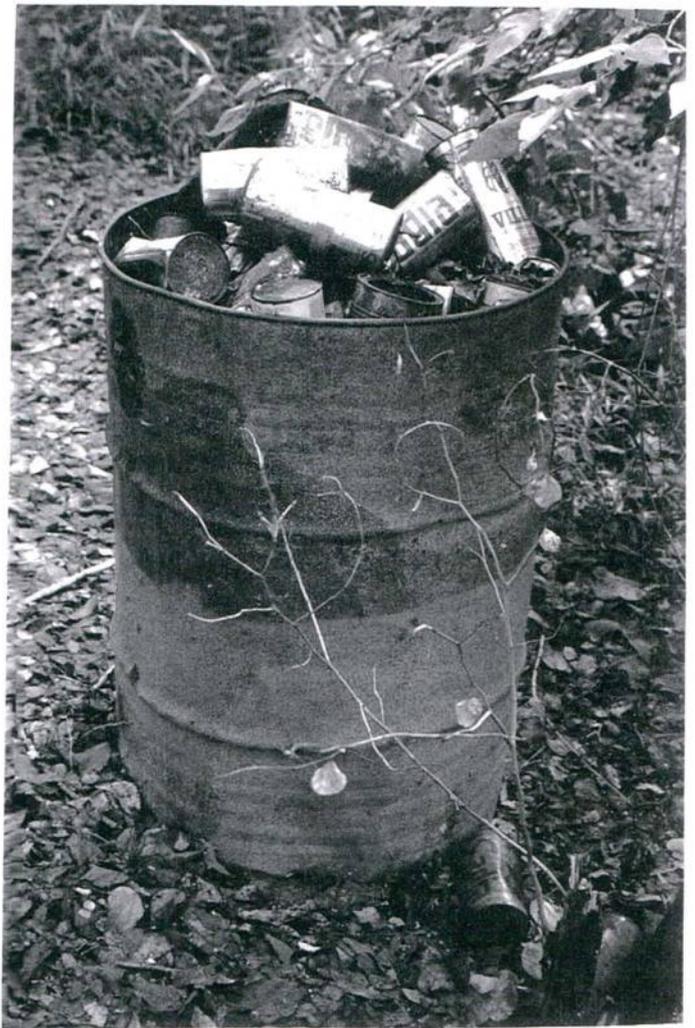
contribuir definitivamente para a derrocada dos trabalhadores sem recursos para competir nesse mercado. Por fim, a queda no afluxo de turistas contribui para afastar esses trabalhadores da atividade e enviá-los novamente para o mercado restrito das cidades pantaneiras.

Trabalhadores pobres, que saíram das pequenas cidades e fazendas de gado exatamente pela falta de perspectiva de trabalho, sem uma tradição de convívio com rios e com o próprio ecossistema do Pantanal, os “catadores de iscas” dificilmente têm condições de se proteger neste mercado. Agindo em função de seu interesse imediato, que é o de se estruturar economicamente, e sem instrumentos adequados de trabalho, os “isqueiros” não reúnem condições, na atual circunstância, de organizar sua atividade com vistas à conservação do meio natural, ou mesmo de desenvolver um sentimento de pertencimento e uma relação de troca com o lugar e, com isso, acabam negligenciando cuidados que se espera que tenham com o ambiente local. A natureza, neste sentido, aparece para eles mais como um obstáculo a ser transposto, um desafio cotidiano à realização de seu trabalho, do que algo que mereça cuidados e respeito. Tal perspectiva, no entanto, depõe contra a sua própria atividade e permanência na região. De um lado, coloca em risco a produtividade das baías; de outro, fornece argumentos para aqueles que os acusam de degradar a paisagem pantaneira.

Desse modo, é necessário um esforço por tornar a atividade dos “isqueiros” mais competitiva, mediante o desenvolvimento de um sistema eficiente de manejo das baías e do emprego de técnicas adequadas de transporte e armazenamento das iscas, reduzindo a perda da produção. Mas, além da melhoria das condições técnicas, estes trabalhadores precisam vislumbrar um futuro minimamente estável para sua atividade e, sobretudo, necessitam encontrar no contexto do turismo pesqueiro condições dignas de trabalho, de moradia e de vida. Somente assim é possível evitar que sejam lançados de volta a um mercado que oferece



Foto 17. Marcas deixadas por “isqueiros” na vegetação macrófita após coleta de “quebra”, em que as plantas são reviradas nas baias.



Fotos 18 e 19. Vestígios deixados pelos trabalhadores da isca em acampamento após retorno para cidade no fim do período da pesca.

poucas oportunidades de emprego, gerando com isso uma crise social sem precedentes na região.

Conforme relatou Bastos, uma experiência de transferência de tecnologia em Ostreicultura para pescadores artesanais, realizada em 1975 junto a moradores da comunidade de Mandira, serviu para aparelhá-los com conhecimento e experiência prática no manejo suficientes para desenvolver a atividade com um mínimo de impacto. Os conhecimentos adquiridos pelos membros da comunidade sobre os organismos por eles explorados, conforme diz o autor, “se não os transformou em ostreicultores, deu-lhes informações suficientes para se constituírem no grupo extrator mais consciente e eficiente de toda a região lagunar...” (Bastos, 1997: 37). Do mesmo modo, experiências semelhantes devem ser proporcionadas aos trabalhadores da isca. O conhecimento que possuem das baías, associado ao domínio de técnicas de manejo pode contribuir para tornar menos impactante a sua presença no ambiente pantaneiro. O projeto “Coleta de iscas vivas: bases para a sustentabilidade (ANA/GEF/PNUMA/OEA)”, numa parceria entre a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e a Ecoa –Ecologia e Ação, tem se constituído em importante passo no sentido do reconhecimento e da inserção desses trabalhadores de forma digna no mercado local. Através de ações do projeto, foi estimulada a formação de lideranças políticas entre os “isqueiros”, que agora dispõem de uma cadeira no Conselho Estadual de Pesca – CONPESCA-MS, ao lado do representante dos pescadores. Isto é bastante significativo, demonstrando o reconhecimento, por parte do Estado, e dos próprios pescadores profissionais, da existência dos catadores de isca como uma categoria independente, com reivindicações específicas. Este mesmo representante dos “isqueiros” no CONPESCA-MS tem participado, por reivindicação da própria categoria, das discussões em torno da Lei N.º 1.910, que não atende aos seus interesses. Da mesma forma, o projeto estuda e divulga novas técnicas de manejo das baías a fim de reduzir os impactos da captura de iscas e uma perspectiva mais ampla das

necessidades de conservação do ambiente, o que implica não apenas em conservar as baías, mas em adotar uma postura conservacionista.

1.4.9. De pescadores a “Piloteiros”

Pescadores profissionais, que trabalham no rio e não necessariamente com a isca, podem ser encontrados no Passo da Lontra, morando na “Favelinha” ou em hotéis para os quais trabalham, na comunidade de Porto da Manga, mas, na área de abrangência dessa pesquisa, aparecem sobretudo na cidade de Miranda. Lá, junto à ponte da rodovia MS-339 que leva à cidade de Bodoquena, na margem esquerda do rio, existe uma pequena comunidade de pescadores que começou a se formar na década de 1960 e hoje conta com aproximadamente 20 famílias que vivem basicamente da pesca profissional. Grande parte desses pescadores possui lanchas pesqueiras, embarcações com motor estacionário, movidos a óleo diesel, e com capacidade para até 6 pessoas, com as quais saem em excursões pesqueiras que costumam durar em média entre 5 e 15 dias, percorrendo um trajeto que vai da cidade até a barra do rio Miranda, quando se encontra com o rio Paraguai.

Sobre os pescadores da região, os dados da pesquisa revelam que 28% têm sua origem na própria pesca. Mesmo sendo um número significativo, quase um terço dos trabalhadores, a pesca, tal como ocorre com os coletores de isca, não é a atividade de origem da maioria dessas pessoas. Os levantamentos mostram que 39% dos pescadores vêm do campo. Desse total, 33% está na atividade há mais de 20 anos e 50% há mais de 15 anos, o que coincide com o período em que se intensifica a mecanização da lavoura no Estado. Apenas um pequeno número de pescadores, 17%, está a menos de 5 anos na pesca. O setor de serviços corresponde a 27,7% da profissão da qual se originam os pescadores, enquanto que 5,5% tinham a pilotagem como atividade principal antes de se dedicarem à pesca.

Com exceção de alguns pescadores ribeirinhos, que possuem pequenos lotes de terra às margens do rio Paraguai, e que associam a pesca e/ou a captura de iscas à lavoura, sendo geralmente esta última a atividade principal da família, os pescadores de Miranda, e das vilas nascidas com o turismo, praticam exclusivamente a pesca, ou a associam com a isca e a pilotagem. São trabalhadores que há muito tempo se viram afastados do universo rural e, ao migrar para as cidades, acabaram por desenvolver ali uma atividade que era secundária em seu contexto de origem.

Os pescadores que vivem nos bairros urbanos, como os da cidade de Miranda, ou em vilas que surgiram com o turismo, caracterizam-se, de acordo com a organização social da produção, por um tipo que se assemelha ao que Furtado (1993) denomina de “pescadores monovalentes”, em oposição aos “pescadores polivalentes”, ou “varjeiros”, do Baixo Amazonas. De acordo com a autora, a categoria dos “varjeiros” corresponde à dos trabalhadores da pesca que vivem fora dos centros urbanos, nas regiões de várzea, em pequenas vilas ou povoados às margens do rio Amazonas, e que ali praticam a agricultura, criam gado, caçam, coletam, entre outras práticas associadas à pesca. Os “pescadores monovalentes”, por seu lado, são sobretudo antigos “varjeiros” que migraram para as cidades, premidos pelos efeitos das enchentes, pela falta de condições básicas para a sobrevivência, pela condição de pobreza, enfim (Cf. Furtado, 1993). Como explica a autora,

“a migração surge, então para as famílias de *varjeiros*, que experimentam [um situação de penúria], como a chance para novas perspectivas de vida; com a esperança de ascender social e economicamente, ou seja, para recuperar as perdas sofridas em sua situação de varjeiro. A cidade, pois, emerge como o lugar para a recuperação sonhada ou de alcance para suas quimeras. Nesses novos lugares enredam-se em novo sistema de vida, de organização do trabalho e relações sociais perseguidas em nome de suas esperanças de ascender socialmente. E nesse enredamento a subordinação vai envolvendo os indivíduos, antes *varjeiros*, e nesse novo instante, convertem-se em pescadores exclusivos, isto é, totalmente dedicados à pesca” [grifo do autor] (Furtado, 1993: 287).

A pesca torna-se a atividade predominante desses trabalhadores, ocupando a maior parte de seu tempo. Ainda que destinado para o auto abastecimento, o produto de seu trabalho tem como destino básico a comercialização. Trata-se, portanto, de trabalhadores que, através da pesca, estão inseridos num processo de produção que os torna altamente dependentes do mercado. No Pantanal, como no Baixo Amazonas, ainda que a pesca seja praticada nos moldes da produção familiar, ela incorpora uma nova racionalidade, a do mercado, que pressupõe, no caso dos pescadores pantaneiros, mudanças significativas no antigo sistema de pesca.

Se antes o pescado destinava-se à “subsistência” ou para um mercado informal, sendo a pesca praticada com instrumentos confeccionados pelo próprio pescador, como a canoa de tronco de madeira, movida a remo e a malha tecida com fios de algodão, o crescimento do mercado de peixes nas grandes cidades e o conseqüente interesse de grandes frigoríficos em explorar os rios pantaneiros, resultou em mudanças significativas nesse sistema artesanal que permaneceram, muitas delas, mesmo após o término da ação desses frigoríficos no Estado.

Como lembra Silva (1986) “a partir dos anos 70, alguns comerciantes de peixes, em sua maioria de São Paulo, iniciaram exploração intensiva da pesca no Pantanal, principalmente nos rios Cuiabá, Paraguai e Taquari. A tecnologia local, bastante rudimentar se comparada à dos pescadores estrangeiros, sofreu uma concorrência desleal, pois “nesse período apareceram grupos de pescadores ‘de força’, utilizando-se de arrastões, redes-de-lance, redes-de-espera e tarrafões” (1986: 20). Os pescadores artesanais, sem condições de competir com essa nova tecnologia, sucumbiram aos interesses dos atravessadores e donos de frigoríficos e passaram a trabalhar em suas embarcações. Desse modo, não apenas transformaram-se as relações de trabalho na atividade pesqueira, resultando na perda de autonomia do pescador artesanal sobre sua produção, como também mudaram as técnicas e instrumentos de captura do pescado que, se antes permitiam a extração de poucos exemplares

por pescaria, mantendo uma relação de equilíbrio com o ambiente, tornaram possível o uso de malhas e barcos com grande capacidade de armazenagem, facilitando a captura de enormes quantidades de peixes.

Diegues (1989), ao estudar a relação entre tradição e mudança nas comunidades pesqueiras do Brasil, irá identificar tal processo de capitalização da produção pesqueira como um padrão recorrente no país, sobretudo nas áreas costeiras. Comentando os trabalhos relativos à pesca na região amazônica, o autor afirma que diversos estudos que tratam do impacto da pesca empresarial capitalista apontam para

“ o mesmo processo de transformação da economia pesqueira tradicional pela ação das indústrias pesqueiras, em geral vindas do sul do país. Esta, depois de exaurirem os recursos vivos do mar de alto valor do mercado, como o camarão, deslocam-se com frotas e fábricas de processamento para o norte onde se situam grandes bancos pesqueiros. Esse processo de ‘modernização e pilhagem da natureza’, iniciada já nos anos 60, acentuou-se nas décadas subseqüentes numa violência nunca antes constatada neste país. Se num primeiro momento essas indústrias usaram suas próprias embarcações para a pesca intensiva de espécies comerciais voltadas para a exportação (camarão, piramutuba etc.), num segundo momento passaram a explorar também as áreas reservadas para a pequena pesca. Por motivos de sobre-exploração dos estoques pesqueiros dessas áreas, as empresas passaram a incorporar diretamente a produção artesanal”(Diegues, 1989: 16).

Processo semelhante ocorre no Estado, a ponto de gerar atritos entre pescadores profissionais locais e pescadores vindos de fora da região com o intuito de sobre-explorar a pesca nos rios pantaneiros. De acordo com um informante, a proibição do uso de tarrafá e redes nos rios do Estado teve não apenas a aprovação por parte de muitos pequenos pescadores, como resultou de um movimento incitado por eles próprios. Conforme relata, a ação dos pescadores que trabalhavam para os “lancheiros” vindos de Jupiá era extremamente predatória e desleal. Dispondo de dezenas de barcos com motores potentes (35 HP), esses

pescadores ao encontrarem um cardume, cercavam-no com os barcos, dando cavalos-de-pau no rio, e quando os peixes se encontravam presos, jogavam as tarrafas para capturá-los às centenas. “Era uma covardia”, conclui.

A promulgação sucessiva, sobretudo a partir da década de 1990, de diversas legislações pesqueiras restritivas⁴⁰, que proibiam o uso de petrechos como as redes e tarrafas, bem como a publicação de um decreto acabando com a chamada pesca com finalidade comercial no Mato Grosso do Sul (Decreto N.º 8.056, de 12 de dezembro de 1994), puseram fim às atividades empresariais da pesca no Estado e serviram, ainda que não para eliminar completamente, para coibir muitas das atividades ilícitas praticadas na pesca regional.

Terminada a atividade empresarial, a pesca artesanal já havia sofrido modificações significativas, como a mencionada absorção de uma racionalidade mercantil e a necessidade de adoção de instrumentos e técnicas mais sofisticados de trabalho. Como relatam alguns pescadores, na disputa pelo peixe⁴¹ a pesca com canoa a remo não compensa, sobretudo no rio Miranda onde o peixe é “passador”, sendo necessário, para capturá-lo, acompanhar os cardumes em sua trajetória através do rio. Aqueles que não possuem embarcações rápidas e apropriadas dificilmente sobrevivem nesse mercado.

Assim, ocorre no Pantanal fenômeno semelhante ao apontado por Diegues (1989) ao tratar da incorporação de trabalhadores artesanais em embarcações destinadas à pesca da sardinha no litoral brasileiro. Findo o processo de exploração da pesca comercial, há um retorno do trabalhador à produção autônoma e familiar. No caso dos pescadores do rio Miranda, esse retorno pressupõe a incorporação, além da lógica de mercado, de técnicas e instrumentos que anteriormente não compunham seus petrechos habituais. Somado a isso, há que se ressaltar que fatores externos, como poluição e assoreamento dos rios, o turismo

⁴⁰ . Decreto Estadual N.º 5.642, de 28/09/90, que proíbe o uso de alguns petrechos e regulamenta tamanho de captura de algumas espécies, entre outras providências; Decreto Estadual N.º 7.363, de 18/08/93, que proíbe o uso de tarrafas e redes nos rios do Estado; entre outros dispositivos legais.

pesqueiro, entre outros, estimularam em algumas situações pescadores profissionais para a prática da pesca predatória, através do uso de petrechos proibidos, tais como, rede, garatêia, espinhel, tarrafã, entre outros. Isso fica evidente ao se observar os boletins de apreensões da Polícia Militar Ambiental. No ano de 1998, por exemplo, foram capturados entre, profissionais e turistas, 326 tarrafas, 863 espinhéis e 387 redes de pesca (Cf. dados da Polícia Militar Ambiental).

A despeito das práticas ilícitas é importante ressaltar que, no geral, o pescador profissional não deixou de atuar de forma responsável e equilibrada nos rios pantaneiros, nem mesmo perdeu o domínio de um saber social e historicamente produzido sobre a pesca. Como diz Cunha (1989), a apropriação do espaço da pesca é simultaneamente um ato produtivo e cultural, pois pressupõe experiência, conhecimento do ambiente e dos instrumentos e condições de sua utilização, adquiridos através dos anos de convívio com o rio. É esse conhecimento e essa vivência que fazem da pesca profissional uma atividade pouco impactante, ainda mais se comparada à pesca amadora. Conforme demonstram Catella et al. (2001), a participação dos pescadores esportivos na captura de pescado nos rios do Estado tem sido muito mais significativa que a dos pescadores profissionais. Segundo os dados do SECPECA-MS, em 1998 os pescadores profissionais capturaram 193.018 Kg de pescado, o que corresponde a 20% do total, enquanto que a pesca amadora foi responsável pela captura de 1.236.635 Kg de pescado, ou seja, 80% do total de peixes apresados no Estado. Segundo Catella (2002), o peixe mudou de mão, sendo o turista o maior responsável por sua captura.

Desse modo, a chegada do turismo, nesse contexto de mudanças, vai produzir efeitos e reações contraditórios na atividade pesqueira. Em primeiro lugar, como demonstrado acima, a presença dos turistas em número crescente nos rios do Pantanal, dispondo de barcos com motores potentes e de equipamentos sofisticados, acabou por se constituir em forte

⁴¹ . Agora travada entre profissionais e turistas e entre pescadores brasileiros e paraguaios, já que estes últimos, fora do alcance da legislação brasileira, mantêm o uso de petrechos de malha e a prática predatória da pesca.

concorrente para a pesca profissional e, mais ainda, para a pescador ribeirinho, ou seja, aquele que pratica a pesca com pequenas canoas e cujo produto é destinado ao auto-consumo ou ao mercado informal. Esse processo ocorreu no Pantanal como um todo, seja no Mato Grosso, seja no Mato Grosso do Sul. Silva e Silva (1995) apontam a existência de conflitos entre pescadores artesanais e turistas no rio Cuiabá – MT, em função destes últimos invadirem áreas destinadas ao trabalho dos pescadores. No Mato Grosso do Sul, a pressão exercida pelo turismo sobre o estoque pesqueiro é apontada como a responsável por tornar a pesca profissional uma atividade menos rentável⁴². Na medida em que os barcos de pesca são obrigados a percorrer uma distância maior a fim de se conseguir o mesmo volume de pescado, já que este se torna cada vez mais escasso, e no instante em que aumentam os gastos com gelo e combustível, diminui a rentabilidade da pesca. Este problema ainda é mais grave pois ao turista interessa um número reduzido de espécies, sobretudo aquelas consideradas nobres, exatamente as de mais fácil comercialização e as que proporcionam maior rendimento ao pescador profissional. De outro lado, os turistas também são acusados de práticas ilícitas nas pescarias. Não são poucos os relatos sobre pescadores esportivos que capturam mais peixes do que o permitido e simplesmente descartam o produto da pesca para evitar problemas com a fiscalização. Outros utilizam petrechos proibidos, como garatêa, colher e tarrafa. Há aqueles que pescam à noite, quando as “voadeiras” são proibidas pela Marinha de circular nos rios. Enfim, são muitas as acusações que os profissionais dirigem aos turistas da pesca, seja diretamente a seu comportamento, seja aos problemas indiretos que causam no contexto do turismo, como por exemplo a denúncia que fazem de hotéis que se utilizam da pesca com rede

⁴² . A quantidade de pescado que o turista tem direito de retirar do Pantanal está limitada por uma cota, definida pelo Decreto Estadual N.º 10.634, de 24/01/2002 (atualmente 12 Kg mais um exemplar de qualquer peso, porém, com reduções anuais sucessivas até que, no ano de 2005, será possível o transporte de apenas um exemplar de qualquer peso) e pelo tamanho mínimo do pescado. Mesmo com todas essas regras, como o número de turistas é muito grande e seus equipamentos eficientes, eles acabam por interferir de forma significativa nos rios pantaneiros.

ou com espinhel para, nos períodos críticos da pesca, poder oferecer peixe aos hóspedes como iguaria nas refeições ou como complemento de cota de pescado.

Desse modo, o turismo da pesca aparece como um elemento perturbador da pesca profissional no Estado. Porém, ainda que haja muitas críticas e muitas acusações dos profissionais em relação aos turistas, a maioria dos pescadores entrevistados, ao contrário do que se poderia esperar, demonstrou estar satisfeita com a presença do turista. Acontece que o pescador esportivo, ainda que apareça como um sério concorrente no rio, é um consumidor em potencial do pescado dos profissionais. Ele adquire peixes para consumir quando chega aos pontos de pesca ou, então, para levar consigo quando não consegue completar sua cota. Como o valor pago pelo turista ao peixe do profissional supera consideravelmente o da Colônia ou das peixarias – pelo pintado, por exemplo, o pescador profissional recebe R\$ 2,00 por Kg na Colônia e R\$ 3,50 ao vendê-lo para o turista – o comércio de pescado com o turismo representa um bom acréscimo na renda do pescador. De outro lado, a necessidade de pilotos para conduzir os turistas nos rios abre uma nova frente de trabalho para esses pescadores. Mesmo os proprietários de lanchas⁴³, que comercializam grandes quantidades de pescado, tendem a considerar positiva a presença dos turistas, pois nos momentos de baixa produtividade dos rios, o turismo também é uma opção de trabalho para eles.

Há pescadores que resolvem abandonar completamente a pescaria tradicional para tentar a sorte no turismo e, assim, alguns dedicam-se à captura de iscas, enquanto que outros, a maioria dos que deixam a atividade, se voltam para a pilotagem, pois além dessa ocupação oferecer rendimentos atraentes, não implica em riscos e desconfortos como ocorre com a isca. Geralmente o pescador profissional que atua no turismo realiza não apenas a pilotagem ou a

⁴³ As lanchas pesqueiras são embarcações que possuem de 12 a 15 metros de comprimento, com grande capacidade de armazenando de pescado, bastante utilizadas na pesca profissional nos rios pantaneiros. Os pescadores que não possuem lanchas podem trabalhar para seus proprietários, alugá-las, ou ainda utilizar-se de “voadeiras” (barcos de alumínio com até seis metros de comprimento e com motor de 15 a 25 HP), muito rápidas e bastante utilizadas na pesca amadora, que também exigem o dispêndio de soma considerável para serem adquiridas, não estando ao alcance de qualquer pescador.

captura de iscas, mas associa todas essas atividades, desenvolvendo-as alternadamente conforme as oportunidades. Assim, dependendo da época do ano, do volume de pescado no rio ou da demanda do turismo, são pescadores profissionais, comercializando o pescado com hotéis e com turistas, ou “isqueiros”, ou ainda, piloteiros. O conhecimento que esses profissionais possuem do rio faz deles a mão-de-obra mais adequada para servir ao turismo pesqueiro, pois sabem localizar os cardumes, conhecem os hábitos alimentares dos peixes, seu ciclo reprodutivo, períodos migratórios, entre outros aspectos importantes para o sucesso de uma pescaria.

Para se ter uma idéia do rendimento da pilotagem, de acordo com alguns informantes o trabalhador recebe em média R\$ 20,00 por dia de trabalho, sendo que nos períodos de muito movimento chega a ganhar entre R\$ 900,00 e R\$ 1.000,00 por mês. As despesas com combustível e com aluguel da embarcação (que varia entre R\$ 50,00 e R\$ 80,00 por dia) ficam por conta do turista. Se a pesca ocorrer no período noturno o piloteiro dobra o seu preço, o mesmo não acontecendo com o aluguel dos barcos. Alguns turistas permanecem toda a noite pescando, enquanto outros retornam para os hotéis e *campings* entre meia noite e duas horas da madrugada, sendo que o piloteiro permanece com ele em qualquer dos casos.

Quando a pilotagem se destina a passeios ecológicos, o valor fica em média em R\$10,00, por duas horas de viagem, o que é mais lucrativo para o piloteiro. Da mesma forma, um piloteiro que presta serviço para um hotel específico, na alta temporada chega a ganhar R\$ 35,00 por dia, além de, em alguns casos, receber alimentação e dormitório gratuitos. Tudo isso torna a atividade muito atraente para os trabalhadores da pesca.

Há que se ressaltar, porém, que apesar dos riscos serem menores que o da captura de iscas, não deixa de ser árduo o trabalho do piloteiro. Ele tem que ser o primeiro a se levantar, pois, por mais cedo que os turistas saiam para pescar, e geralmente as pescarias se iniciam de madrugada, o barco deve estar preparado para recebê-los, inclusive com as iscas vivas que ele

tem que pegar junto ao fornecedor ou nos tanques dos hotéis. Durante as pescarias, o piloteiro atua como uma espécie de escudeiro, suprindo de iscas os anzóis descarnados, desenroscando as linhas presas nos entulhos do rio, retirando os peixes capturados da água e do anzol, cuidando para que não escape nenhum cardume, medindo os exemplares capturados e soltando os que estão fora de medida, recolhendo o lixo jogado imprópriamente na água e aceitando, resignado, as críticas à sua “incapacidade” de encontrar os melhores locais para a pesca. De volta ao hotel, geralmente no final da tarde, próximo ao escurecer, cabe ele a função de limpar os peixes e acondicioná-los nos freezers. Finda essa atividade, que não é realizada em menos de uma hora, vão eles se lavar, fazer a refeição noturna e se deitar, pois a pescaria do dia seguinte já está bem próxima.

1.4.10. Considerações Preliminares

A presença do turismo no Pantanal, para ser melhor compreendida, precisa estar referida ao contexto mais amplo da realidade sócio-econômica regional. O processo de migração do homem do campo para a cidade, decorrente da crise na pecuária e da mecanização da lavoura; as mudanças no sistema pesqueiro, que passa a ser regulado pelo interesse de frigoríficos e atravessadores; a carência de estrutura das pequenas cidades para comportar a massa de trabalhadores sem ocupação no campo definem o contexto no qual o turismo pesqueiro está se desenvolvendo na região.

O Pantanal do Mato Grosso do Sul ingressa no mercado turístico sobretudo pela via da pesca esportiva. O turismo pesqueiro é o que mobiliza o maior afluxo de visitantes e o que gera o maior volume de divisas no Estado. Por intermédio desta atividade diversas frentes de trabalho têm sido abertas, contribuindo para incrementar o comércio nas pequenas e médias cidades da região. No entanto, a absorção da mão-de-obra regional ligada diretamente à

atividade turística tem se dado de forma marginal. Os trabalhadores envolvidos com os serviços de hotelaria, pilotagem, com a coleta de iscas, pesca, entre outros, são os que apresentam o menor índice de renda e os que enfrentam maior grau de dificuldades e instabilidade no emprego. Mesmo assim, para muitas famílias de trabalhadores, a chegada do turismo foi a melhor oportunidade que encontraram para empregar sua força de trabalho, numa região que dispõe de reduzida oferta de empregos.

A baixa rentabilidade das ocupações do turismo tem contribuído, por sua vez, para o surgimento de pequenas vilas e povoações, junto aos rios e baías pantaneiros, com infraestrutura urbana extremamente precária, não dispendo de saneamento básico, energia elétrica ou água tratada e nas quais a qualidade de vida é consideravelmente deficitária. Se esta estrutura, constituída de forma apressada e muitas vezes sem planejamento adequado, atende às necessidades do turismo pesqueiro, ela vai, no entanto, de encontro aos interesses de outras modalidades de turismo, que poderiam vir a se desenvolver na região, como é o caso do turismo ecológico. Desse modo, ao desconsiderar as condições de trabalho e de vida das pessoas que se dedicam sobretudo às atividades de apoio à pesca esportiva, como a captura de iscas e a pilotagem, o turismo, de forma paradoxal, cria os entraves para seu próprio crescimento na região.

Este é, aliás, um dos grandes problemas vivenciados pelo turismo no Pantanal, pois a necessidade de se incrementar novas formas de exploração turística aumenta na medida em que os recursos naturais, que são a base da pesca esportiva, começam a demonstrar sinais de esgotamento. Por estar concentrada nas espécies consideradas nobres, tanto por parte do pescador esportivo quanto do profissional, a pesca acaba por provocar a superexploração da ictiofauna, pondo em risco o estoque regional. Do mesmo modo, a degradação dos rios, provocada pelo desmatamento das cabeceiras em função da agricultura intensiva, com o conseqüente assoreamento e contaminação das águas por agrotóxicos, bem como a destruição

dos barrancos e poluição das águas decorrentes do tráfego intenso de barcos de turismo equipados de motores potentes, acabam por interferir negativamente no ambiente, provocando, da mesma forma, a redução do estoque pesqueiro a cada ano.



Foto 20. Lanchas pesqueiras aportadas na vila dos pescadores em Miranda, utilizadas para a pesca profissional.



Foto 21. Canoas de ribeirinhos às margens do rio Paraguai, no Mato Grosso, utilizadas para a pesca de subsistência.

2. Antropologia e turismo⁴⁴

Este capítulo discute o modo como vem se constituindo o debate sobre turismo na Antropologia Brasileira, tendo como parâmetro o desenvolvimento do tema no contexto internacional. Partindo do modelo formulado por Jafar Jaffari, que aponta distintas tendências do debate sobre turismo no mundo, procura abordar, a partir da análise de alguns estudos sobre o tema, o modo como o turismo tem sido considerado na Antropologia Brasileira, sua atualidade teórica e os principais problemas enfocados.

2.1. Turismo nas Ciências Sociais

A viagem, tal como apontou Crick (1989), gerou representações contraditórias e ambivalentes tanto na literatura quanto no meio acadêmico, sendo vista com desconfiança, quando não com preconceitos e fanatismo (Cf. 1989: 307). Em sua manifestação moderna, o turismo, a perspectiva acadêmica sobre a viagem tem se repetido, com a atividade sendo freqüentemente abordada segundo um rótulo depreciativo, como uma experiência alienante e inautêntica.

O debate sobre o turismo nas Ciências Sociais nasceu exatamente em meio a esta controvérsia sobre a natureza do turismo como pseudo-acontecimento ou como evento autêntico, que alimenta as discussões sobre o tema até os dias de hoje. De acordo com Boorstin, o “turismo é uma forma de experiência empacotada que serve para prevenir o contato real com os outros, um modo manufaturado, trivial, inautêntico de ser, uma forma

⁴⁴ Este trabalho, em sua primeira versão, foi apresentado na XXII Reunião Brasileira de Antropologia, Brasília, 15 a 19 de julho de 2000, tendo sido publicado na coletânea “Turismo e identidade local: uma perspectiva antropológica”, Ed. Papirus, organizado por Banducci Jr., A. e Barretto, M.

emasculada de viagem, feita segura pelo comercialismo”⁴⁵ (In: Crick; 1989: 308). Contrário a esta visão, MacCannel (1999) defende que, numa sociedade estruturada na experiência fragmentadora da divisão do trabalho, o turismo aparece como uma busca pela autenticidade, a ser encontrada em outras culturas. Conforme ressalta Urry, na visão de MacCannel o turista “é uma espécie de peregrino contemporâneo, procurando autenticidade em outras ‘épocas’ e em outros ‘lugares’, distanciados de sua vida cotidiana” (Urry, 1996: 24-25).

Na esteira deste debate, Mckean (1995) entende que o turismo “pode ser visto não como sendo inteiramente uma busca de prazer banal ou escapismo [tal como colocado por MacCannell], mas como um profundo, amplamente compartilhado desejo humano de conhecer ‘outros’, com a possibilidade recíproca de nós podermos vir a conhecer a nós mesmos” (1995: 133)⁴⁶. Turner e Ash, de outro lado, no livro *The Golden Hordes* (Cf. Urry, 1996), argumentam que o modo como o sistema turístico está estruturado na sociedade contemporânea insere o turista num mundo extremamente circunscrito. Os viajantes são protegidos da realidade com a qual mantêm contato pelos agentes de turismo. O contato superficial com as culturas, mais do que revelar, intensificam a visão estereotipada dos visitantes. Como afirmam os autores, o turismo transforma em uniformidade a busca do diverso (Cf. Urry, 1996: 24).

O turismo, na verdade, tem se demonstrado um fenômeno mais complexo do que querem fazer parecer os estudos mais apressados. Tendo em vista a quantidade de pessoas envolvidas, o número de países que têm essa atividade como fonte significativa de divisas de sua economia, os inúmeros tipos de comunidades afetadas, o turismo não é um fenômeno fácil de ser apreendido em suas múltiplas manifestações. Os teóricos do turismo, particularmente

⁴⁵ . “Tourism is a form of experience packaged to prevent real contact with others (10:91), a manufactured, trivial, inauthentic way of being, a form of travel emasculated, made safe by commercialism (10:109)” (Crick; 1989: 308), no original.

⁴⁶ . “Tourism can be viewed as not an entirely banal pleasure-seeking or escapism (MacCannell, 1976), but as a profound, widely shared human desire to know ‘others’, with the reciprocal possibility that we may come to know ourselves”, no original.

aqueles que o analisam sob o ponto de vista das Ciências Sociais, concordam em um aspecto: o turismo é um fenômeno extremamente complexo, mutável, que opera de múltiplas formas e sob as mais diversas circunstâncias, sendo difícil apreendê-lo, em sua totalidade, por meio de uma única perspectiva teórica ou mesmo de uma única Ciência. É necessário pois, para estudar o fenômeno, diferenciar os seus diversos tipos. Como afirma Cohen (1974 e 1979), o turista enquanto tal não existe, mas sim diferentes modalidades de turistas ou de experiências turísticas. Da mesma forma, é preciso atentar para que tipos de interferência e reações esses diferentes tipos de turismo provocam nas culturas em que atuam.

2.2. O turismo na Antropologia

A partir da segunda metade do século XIX as viagens cuja motivação fosse o descanso e o lazer, e não mais trabalho e negócios, deixam de ser privilégio das elites para se tornarem, em alguns países da Europa e na América do Norte, atividades comuns a um número crescente de trabalhadores. Conforme assinala John Urry (1996), em seu estudo sobre o desenvolvimento do turismo de grande escala na Inglaterra, o processo de urbanização, a regularização do trabalho, com a conquista gradativa do tempo livre, e a melhoria dos meios de transporte são alguns dos fatores básicos que contribuem para a transformação do turismo em fenômeno de massa. A “democratização” das viagens de lazer torna-se ainda maior quando, já neste século, se dissemina o uso do automóvel e do avião, enquanto os trabalhadores conquistam aos poucos o direito ao descanso remunerado. No período que sucede a Segunda Guerra Mundial a noção de que as viagens de férias são importantes para a renovação pessoal já havia se difundido. No dizer de Urry, “as férias quase haviam se tornado marca de cidadania, um direito ao prazer” (1996:47); além de indicação de *status*.

Apesar de sua magnitude e importância no mercado mundial, apenas recentemente o turismo tornou-se tema das Ciências Sociais. Foi na década de 1960 que surgiram os primeiros trabalhos sobre esta atividade na Sociologia e na Antropologia, sendo que nesta última o artigo pioneiro, tratando do turismo de fim de semana em uma vila mexicana, foi escrito por Theron Nuñez em 1963 (Cf. Nash, 1996). Em outras áreas do conhecimento, como a Geografia, cedo se realizaram incursões ao tema, tanto que a expressão “Geografia do Turismo” foi empregada pela primeira vez já em 1905, por J. Stradner (Cf. Rodrigues, 1997a: 40). Porém, mesmo nesta disciplina, será apenas nos anos de 1960 que o tema ganhará destaque. Acontece que esta década é marcada por grande euforia internacional quanto ao crescimento do empreendimento turístico e as possibilidades de desenvolvimento advindas de sua implantação. Neste período a atividade cresceu à impressionante taxa de 10% ao ano. O Banco Mundial e as Nações Unidas passaram a recomendar e a incentivar a implantação desta indústria nos mais diversos recantos do mundo, sobretudo nos países ditos em desenvolvimento, enquanto a ONU decreta 1967 como o Ano Internacional do Turismo (Crick, 1989). A atividade passa a ser encarada como agente do entendimento internacional e como a grande alternativa econômica capaz de promover a superação da condição de pobreza e de dependência de países subdesenvolvidos frente às economias centrais. Alguns especialistas em economia chegaram a defender a idéia de que “certos países do Terceiro Mundo poderiam, via o turismo, avançar de uma situação fundada no setor primário para uma baseada no setor de serviços em expansão, suprimindo a fase industrial do crescimento econômico”⁴⁷ (Crick, 1989: 315). O modo como ocorreu a implantação deste empreendimento em muitos países não desenvolvidos, demonstrou resultados contrários, conduzindo muitas vezes à pobreza e maior dependência econômica em relação aos países ricos.

⁴⁷ ... “certain Third World countries might, via tourism, advance from a primary sector-based situation to one based on an expanding service sector, omitting the normal industrial phase of economic growth” (Crick, 1989: 315).

Mesmo sendo este o período em que o turismo torna-se tema de debate mundial, na Antropologia a demora na publicação de artigos referentes a esta atividade aconteceu, de acordo com Nuñez (1995: 265), não em função dos antropólogos estarem inconscientes do papel do turismo na sociedade moderna e mesmo do impacto que ele exerce sobre as sociedades pré-industriais nas quais realizam seus estudos, mas em decorrência sobretudo de fatores internos à academia, que considerava a temática “pouco apropriada” ao debate antropológico. Conforme sugere Dennison Nash (1981 e 1996), alguns fatores, nem sempre fundados em razões objetivas, podem ter contribuído para esta postura de descaso em relação ao tema. Em primeiro lugar, no momento em que nasce o turismo de larga escala, no fim do século passado e início deste, a classe média, de onde os antropólogos costumam ser recrutados, tende a atribuir ao trabalho o valor supremo da vida. Ócio e lazer eram vistos com restrições e o estudo do turismo podia assim estar relacionado com aspectos pouco sérios da sociedade, “o tema pode invocar uma área frívola da cultura (diversão) que eles desejam evitar” (1981: 461)⁴⁸.

Em segundo lugar, os antropólogos sempre estudaram povos distantes, exóticos. Suas pesquisas envolvem sacrifícios pessoais e visam produzir trabalhos científicos que façam justiça ao povo estudado. Os antropólogos se vêem como pesquisadores de campo comprometidos com estes povos tanto quanto com a Ciência e, neste sentido, não querem ser confundidos com os turistas, preocupados sobretudo com seu prazer pessoal e detentores de uma visão superficial do povo com o qual mantêm contato. Na medida em que compõem o quadro da indústria do turismo (agências de viagens, empresas aéreas, hotéis etc.), os turistas podem ser tomados por exploradores inconscientes dos nativos, fazendo com que os antropólogos tenham ver seus trabalhos associados a esta condição.

⁴⁸ ... “the subject may conjure up a frivolous area of culture (play) that they want to avoid” (Nash, 1981: 461).

A estes fatores Crick (1989) acrescenta que o turismo tem a ver com o “nós”, objeto recente da antropologia, e não com “eles”, ainda que os estudos nesta área tenham se preocupado sobretudo com as conseqüências do turismo para as comunidades receptoras. O autor se pergunta se uma das justificativas da ausência de estudos sobre o tema não decorreria do fato dos antropólogos verem nos turistas parentes distantes (Cf. 1989 : 311).

Se estes fatores contribuíram para manter por um longo período o tema afastado da academia, principalmente no que diz respeito às Ciências Sociais, hoje é possível vislumbrar uma produção consistente sobre o assunto. No caso da Antropologia, o turismo se tornou não apenas um objeto a mais de investigação científica, mas fonte mesma de reflexão sobre a sociedade e a cultura modernas.

2.2.1. As distintas abordagens do turismo

O debate acerca do turismo por muito tempo orientou-se pela questão dos efeitos da atividade sobre o meio em que se realiza. O dilema que o norteou, e ainda hoje é a base de grande parte das discussões sobre o tema, diz respeito aos benefícios e prejuízos da atividade para as comunidades receptoras do turismo e para o ambiente natural em que ocorre⁴⁹. Em meio a este embate o antropólogo norte americano Jafar Jafari (1990) identificou quatro posturas básicas por meio das quais, segundo ele, pode ser ordenado o debate sobre turismo após a Segunda Guerra Mundial.

Os trabalhos que advogam o caráter positivo do empreendimento turístico se agrupam no que denominou “plataforma de defesa”. Nesta abordagem se enquadram sobretudo os trabalhos de planejadores, especialistas e economistas envolvidos com o turismo. A perspectiva de mercado em expansão conduz a uma visão otimista da atividade, como fonte

⁴⁹ . Conforme diz Nash (1996), o turismo muito freqüentemente tem sido “considerado como algo bom ou ruim, não como um tema a ser estudado simplesmente, a ser entendido de um ponto de vista científico” (1996: 81).

de riqueza, trabalho e renda, em detrimento de uma perspectiva crítica, seja em relação aos problemas sociais e ambientais gerados pelo empreendimento turístico, seja em relação aos problemas econômicos que traz para os países do Terceiro Mundo.

Contrários a esta perspectiva surgiram reflexões que se agrupam na “plataforma de advertência”, definida por uma postura extremamente crítica, que aponta para graves problemas sociais advindos do empreendimento turístico, tais como prostituição, dependência econômica, desestruturação de valores e práticas culturais e degradação de ambientes naturais. Nesta linha de pensamento enquadram-se não apenas trabalhos de pesquisadores, principalmente das Ciências Sociais, como também movimentos religiosos, organismos públicos e até a mídia. Como lembra o Jafari, “a mensagem da plataforma de advertência não tem se limitado à economia, porém, inclui todas as influências turísticas: que o turismo gera a maioria dos empregos sazonais e não especializados; que ele beneficia apenas as firmas de turismo e as grandes corporações; que ele destrói a natureza e as formações econômicas; que ele mercantiliza as pessoas e suas culturas; que ele rompe a estrutura da sociedade receptora” (Jafari, 1990: 34-5)⁵⁰. Um exemplo de trabalho que se enquadra nesta plataforma é o de Jordan (1980), no qual analisa o processo de implantação do turismo em uma pequena vila norte americana, situada em Nova Jersey. O autor ressalta que para os moradores do lugar o turismo aparece como um fardo que a comunidade deve suportar. Os turistas que afluem para a região no verão interferem de forma significativa no cotidiano de seus habitantes, acostumados a uma vida pacata e centrada na comunidade. Ainda que seja uma importante fonte de renda, o turismo representa, segundo o autor, a perda da tranquilidade e da privacidade da população local.

⁵⁰ . “The message of the Cautionary Platform has not been limited to economics, but includes all sort of tourist influences: that tourism generates mostly seasonal and unskilled jobs; that it benefits only the tourism firms and big corporations; that it destroys nature and scenic formations; that it commoditizes people and their cultures; that it disrupts the structure of the host society” (Jafari, 1990: 34-5).

Do mesmo modo, a presença desconfortável e ameaçadora do turismo em comunidades locais é discutida por Glenn (1989), quando analisa o modo como jovens e humildes mercadores palestinos reagem à presença de turistas estrangeiros em Jerusalém. À superioridade inerente à condição de riqueza do visitante, contrapõem o poder de sua juventude e virilidade e, mediante a sedução das mulheres dos turistas, seu bem mais valioso, procuram demonstrar que apesar de sua condição social inferior são capazes de suplantar suas qualidades negativas e submeter o mais forte a seus encantos e poder.

De acordo com Nash (1996), na Antropologia grande parte dos estudos sobre turismo, sobretudo aqueles das décadas de 1970 e 1980, podem ser enquadrados nesta plataforma. A primeira preocupação dos Antropólogos foi demonstrar o modo como o turismo interfere nas culturas locais e no ambiente em que ele opera, impondo mudanças significativas à vida da população nativa. Em trabalhos mais recentes percebe-se uma relativização dessa postura. Não apenas o turismo, mas outros fatores do mundo globalizado são apontados como agentes de mudança das culturas locais. Da mesma forma, os autores percebem que o turismo não induz apenas a impactos negativos, mas pode trazer benefícios para as comunidades hospedeiras. A segunda edição da coletânea "Hosts and Guests" (Smith, 1995) é um exemplo nítido de como ocorre a revisão da postura típica da plataforma de advertência. O estudo de Greenwood (1995), nesta coletânea, é revelador desta mudança. Em seu ensaio, publicado na primeira edição do livro, o autor havia se proposto, através do acompanhamento do ritual do "Alarde", em Fontanerravia, Catalunha, demonstrar como a mercantilização dos valores nativos, decorrente do fenômeno turístico, pode trazer problemas para uma cultura, seja descaracterizando muito de seus significados intrínsecos, seja impondo novos e desarticuladores conflitos políticos.

Passados dez anos, ao fazer sua reavaliação do fenômeno, Greenwood traz novas reflexões acerca da relação turismo e cultura local. Para o autor, tal como argumenta na

segunda edição de “Hosts and Guests”, seria improcedente imputar ao turismo a causa de todas as mudanças que ocorrem nas culturas, já que a modernização, a mídia, a urbanização, entre outros fatores, têm contribuído para o processo de desestruturação de culturas particulares tanto quanto ou ainda mais que a presença do turismo. Da mesma forma, Mckean (1995) defende que “...a chegada de turistas em Bali tem forçado a sobrevivência do ‘folk’, ‘étnico’, e ‘local’ balinês, mais do que levado à homogeneização do mundo industrializado” (p.124); enquanto que Swian (1995), ao estudar o turismo entre os Kuna, na região de San Blas, costa leste do Panamá, argumenta que o turismo étnico e ecológico que se realiza entre aqueles indígenas é uma prova de que este tipo de empreendimento pode ser ecológica e socialmente sustentável.

A “plataforma de adaptação”, por sua vez, surge no contexto desse debate para questionar se todo tipo de turismo tem o mesmo efeito devastador sobre as comunidades em que opera, conforme indicam os estudos do período. Os trabalhos nesta linha apontam para formas alternativas de turismo que podem ter impacto menor que o turismo de massa. Smith (1995), por exemplo, defende que intervenções apropriadas podem reduzir custos em relação aos benefícios, ao passo que autores como Ceballos-Lascuráin (1996) se esforçam por desenvolver novas concepções de turismo – como o “ecoturismo” – que se propõem modalidades de baixo impacto ambiental e grande retorno social para as comunidades receptoras.

Na prática, a opção entre turismo alternativo e turismo de massa é mais complexa do que pode parecer à primeira vista. Isto fica claro no trabalho de Hill (1990), que trata do paradoxo em torno da política de turismo em Costa Rica. O autor demonstra que a opção por qualquer desses modelos de turismo pode trazer tanto vantagens quanto prejuízos para a população e a economia do país. Se, em nome da conservação ambiental, a escolha recai sobre o turismo “seletivo”, que implica em visitas controladas (com número restrito de

visitantes), pode representar uma queda significativa na receita do país e, ao contrário, se em nome do equilíbrio econômico a opção for pelo turismo de massa, mais lucrativo, pode haver um grau tamanho de depredação da natureza, o principal atrativo local, e alienação do trabalho, que chega ao ponto de colocar em risco toda a atividade turística de Costa Rica, atualmente a sua terceira fonte de receita. Da mesma forma que Hill, autores como Urbanowisk (1995) e Crystal (1995) apontam um paradoxo semelhante imposto pelo turismo em locais como Tonga e Toraja (Indonésia), no qual ao mesmo tempo em que o turismo é fonte de importantes divisas é também responsável pela pressão sobre o modo de vida tradicional. Os autores, no entanto, acreditam que através do planejamento e da participação comunitária é possível evitar os danos ou controlar os prejuízos provocados pelo turismo de massa nestes locais.

Por fim, há a "plataforma de conhecimento", cujo objetivo principal é a "formação de um corpo científico do conhecimento sobre turismo" (Jafari; 1990: 36). Os autores que se enquadram nesta plataforma buscam superar a perspectiva maniqueísta vigente nos primeiros anos de debate através de um "tratamento holístico do turismo, [visando] não apenas seus impactos ou forma, mas o turismo como um todo" (1990: 36). Nesta linha estão os trabalhos de MacCannel (1999), Jafari (1987), Nash (1981 e 1996), Crick (1989), Nuñez (1995), Graburn (1995), Urry (1996), entre outros, preocupados em desenvolver uma análise mais ampla do turismo, capaz de revelar sua natureza e significado no contexto da sociedade ocidental moderna e das comunidades pré-industriais em que ocorre.

2.2.2. Antropologia brasileira e turismo

Excetuando-se a área específica de Planejamento, os estudos sobre o turismo no Brasil são ainda bastante escassos. Apesar disso, é possível encontrar ensaios sobre o tema em

distintas áreas técnicas e do conhecimento, tais como: História, Biologia, Planejamento Urbano, Marketing, entre outras. Mas, é sobretudo na Geografia que o debate sobre turismo tem encontrado terreno fértil para seu desenvolvimento. A partir da década de 1980 começam a se consolidar nesta disciplina linhas de reflexão sistemática sobre turismo, estimuladas, inclusive, pela realização de encontros e seminários⁵¹, que resultaram na publicação de inúmeras coletâneas de ensaios sobre tópicos variados, tais como: turismo e desenvolvimento local, turismo e globalização, entre outros (V. Lemos, 1996; Yázigi et al., 1996 e Rodrigues, 1997b; 1997c; 1997d). São diversos os temas que fundamentam os trabalhos sobre turismo na Geografia brasileira; no entanto, como ressalta Rodrigues, "...em face do grande e avassalador processo de produção e consumo do espaço turístico do litoral brasileiro, está surgindo uma preocupação muito grande com o impacto ambiental do fenômeno, considerando-se o ambiente no sentido amplo, que inclui, no caso, também a avaliação do impacto social do turismo nas comunidades locais, em particular nas comunidades pesqueiras" (1977a: 55)⁵².

Da mesma forma, os efeitos dos empreendimentos turísticos nas comunidades litorâneas têm se constituído em preocupação crescente das Ciências Sociais brasileiras. Na Antropologia muitos dos estudos sobre comunidades pesqueiras do litoral acabam por se referir às conseqüências, geralmente desastrosas, da implantação do turismo nas regiões habitadas pela população caiçara. A grande maioria destes trabalhos, no entanto, não tem como motivação o turismo em si. Este surge, com uma intensidade crescente nas pesquisas, em função da presença determinante dos empreendimentos turísticos nas comunidades pesqueiras litorâneas.

⁵¹. Encontros como "Sol e Território" (1995) e o "1º Encontro Nacional de Turismo com Base Local" (1997), que está em sua VI edição, aconteceram por iniciativa de geógrafos que recentemente se voltaram para o estudo do turismo.

⁵². Sobre a produção e os enfoques dos estudos de turismo na geografia brasileira ver "Geografia e turismo, reflexões preliminares", in: Rodrigues (1997a).

Mesmo sendo um fenômeno recorrente nestas pesquisas, o volume de trabalhos em que o turismo aparece como tema central na Antropologia brasileira é ainda bastante reduzido, principalmente se comparado a outras disciplinas e a outras linhas de pesquisa no interior da própria Antropologia. A temática começa a despertar o interesse dos antropólogos brasileiros sobretudo na década de 1990, quando aparecem as primeiras dissertações e ensaios preocupados em compreender o fenômeno turístico e suas manifestações no país. Apesar de seu pequeno número, estes trabalhos já demonstram uma tendência na produção antropológica brasileira que nos permite um primeiro exercício analítico. Para tanto, se tomará como parâmetro o esquema proposto por Jafari acerca do debate internacional sobre a atividade turística.

Antes de proceder a este exercício vale ressaltar, no entanto, que o esquema de Jafari, como todo modelo analítico, além de se fundamentar em parâmetros específicos definidos pelo autor, ao pretender abarcar um universo amplo e diverso do pensamento, acaba por se tornar um tanto genérico. No caso de Jafari, seu objetivo básico é expor, através de tendências gerais, a trajetória do debate internacional sobre o turismo desde seu início, na década de 1960, quando prevalece uma visão maniqueísta dos efeitos da atividade, até chegar à tendência atual, preocupada em pensar o turismo em si mesmo, ou seja, como fenômeno social complexo que, como outros temas da Antropologia, tem muito a dizer acerca das sociedades e culturas nas quais se realiza. A fim de destacar esse processo é que o autor define suas quatro plataformas básicas referidas no item anterior.

Desse modo, se tomado em suas categorias estritas, o esquema proposto por Jafari não comporta plenamente o caso brasileiro. Ainda que a “plataforma de defesa” possa ser facilmente identificável no discurso de agentes governamentais e empreendedores do turismo, que demonstram um grande entusiasmo com os índices de crescimento do setor, o mesmo não ocorre em relação às demais plataformas. Por serem bastante recentes, os trabalhos sobre

turismo na Antropologia brasileira tendem a incorporar algumas das críticas feitas ao debate ocorrido nas décadas de 1970 e 1980 e, ainda que preocupados em apontar os efeitos negativos do turismo sobre muitas das comunidades em que opera, geralmente superam a perspectiva maniqueísta que norteava o pensamento da época.

Os trabalhos que, por sua abordagem estritamente crítica, mais se aproximam do que Jafari denominou “plataforma de advertência” são exatamente aqueles que tratam das comunidades pesqueiras sem contudo ter no turismo a sua temática central. Estudos como o de Nascimento (1995) e de Moreira & Martins da Rocha (1995), que denunciam o grau de interferência do empreendimento turístico em comunidades de pescadores na amazônia, apontam tão somente para os efeitos negativos da atividade para a população ribeirinha, não se atendo a questões mais amplas, como por exemplo o significado do turismo para aquelas comunidades e o modo como são afetados por outros agentes externos.

A ressalva feita pelos estudiosos do turismo a este tipo de perspectiva é que, apesar de suas críticas serem válidas, elas fornecem apenas uma visão parcial do fenômeno. Greenwood (1995: 182 e seg.) salienta que os valores e práticas culturais não são estáticos; a cultura se realiza como processo. Saber, neste sentido, o grau de interferência da atividade turística numa dada comunidade, se ela está desagregando os valores e costumes da cultura local ou se as mudanças estão ocorrendo “sob pressão das circunstâncias e a partir da própria dinâmica interna [da cultura]” (1995: 182), é um aspecto importante para que a pesquisa não se perca em meio a expressão de juízos de valor em lugar de ater-se às evidências científicas. Porém, como ressalta o próprio autor, ainda que não se possa ser moralista quanto aos efeitos do turismo sobre as comunidades receptoras, aceitar como boa toda e qualquer mudança provocada por esta atividade seria “no mínimo cruel”. Na mesma linha Hitchcock reforça que “os efeitos socioeconômicos que pessoas de fora podem causar em populações locais permanece problemático...” (1990:20).

Ao que tudo indica, os antropólogos que trabalham com o tema no Brasil estão informados desse problema, tanto que em seus estudos se esforçam por ultrapassar a perspectiva apocalíptica segundo a qual o empreendimento turístico traria apenas prejuízos à natureza e à cultura dos locais em que se realiza. No entanto, ainda que superem essa perspectiva, o enfoque dos trabalhos mantém-se prioritariamente no âmbito da economia política, ou seja, as análises procuram revelar sobretudo as contradições econômicas e políticas, com reflexos na cultura, que subjazem à implantação do empreendimento turístico em pequenas comunidades. Desse modo, os estudos que se desenvolvem nesta linha, centrados de um modo geral em comunidades litorâneas, nas quais é marcante a presença da atividade turística, estão preocupados em revelar a lógica do mercado que fundamenta a implantação dos empreendimentos turísticos, que frequentemente resulta em benefícios econômicos para os grandes empreendedores e altos custos sociais e ambientais para as populações nativas.

Como ressaltam Caroso & Rodrigues (1998), em seu ensaio sobre mudanças socioculturais provocadas pelo empreendimento turístico no litoral norte da Bahia, existe um padrão de mudanças imposto pelo empreendimento turístico que, mesmo sob o rótulo de atividade sustentável, representado por modalidades como turismo étnico, turismo cultural, turismo ecológico, entre outras, tem servido para escamotear um sistema de exploração econômica e desestruturação cultural, através da imposição de novos padrões de modernidade que dificilmente podem ser assimilados pela população local.

De acordo com os autores, este padrão de mudanças imposto pelo empreendimento turístico implica em alguma forma de deslocamento, seja físico, com a perda dos antigos locais de moradia e trabalho, ou social, causado pelo empobrecimento e descenso populacional, decorrentes da redução dos recursos naturais disponíveis, como áreas para plantio e estoque pesqueiro, e da falta de qualificação da mão de obra para as atividades

melhor remuneradas pelo turismo (Cf. Caroso & Rodrigues, 1998:66). Desta forma, a implantação desses empreendimentos no litoral norte da Bahia tem representado freqüentemente prejuízo social para as comunidades nativas, que perdem a capacidade de reprodução de seu modo tradicional de vida ao mesmo tempo em que não dispõem de meios para se adaptar à nova lógica que define o mercado.

Nesta mesma linha de análise, preocupado em apontar as contradições sociais e ambientais resultantes do modelo de empreendimento turístico implantado no litoral brasileiro, o trabalho de Luchiari (1997) se volta para as modificações espaciais e suas consequências socioeconômicas para a vida caiçara. Segundo a autora, a chegada do turismo no litoral norte paulista serviu para mudar as relações sociais e econômicas dos nativos. O empreendimento turístico, bem como a criação do Parque Estadual da Serra do Mar (1977), forçou o deslocamento dos antigos moradores para fora de seu território tradicional e lançou-os para a periferia de cidades praianas como Santos ou Guarujá. Sem condições de competir num mercado organizado de acordo com a lógica capitalista, o destino desses caiçaras traçou-se quase que integralmente no sentido da desestabilização econômica e da desagregação cultural.

Com formação na Geografia, tanto quanto nas Ciências Sociais, Luchiari demonstra em seu trabalho uma grande proximidade com as questões da Antropologia, na medida em que procura evidenciar o modo como se dá a interferência dos empreendimentos turísticos não apenas sobre recursos naturais mas na cultura como um todo, atentando para a reconstrução simbólica da paisagem entre as populações tradicionais do litoral norte paulista. Conforme conclui a autora, “para os sujeitos sociais diretamente relacionados à ocupação turística atual, a paisagem natural é um *refúgio* que deve ser preservado para servir como área de lazer da *residências secundárias*. Secundária também se torna, nesta lógica, a relação produtiva do caiçara com a natureza, e na mesma velocidade que a paisagem vai sendo apropriada o

caíçara, sua cultura e os seus mecanismos de sobrevivência vão sendo espoliados. Não é apenas a paisagem que está sofrendo um processo de transformação e degradação, a própria sociedade tradicional caíçara, assim como a maioria das culturas litorâneas tradicionais do país, estão sendo consumidas junto com a paisagem primitiva” (1997: 63-4).

A relação turismo e comunidade caíçara é da mesma forma abordada no trabalho de Martins (1995), cujo propósito é desvendar o modo como se constrói a identidade de jovens surfistas da praia de Santinho, uma pequena vila de pescadores do litoral de Santa Catarina. No momento em que passa a constar do roteiro turístico daquele Estado, Santinho torna-se pólo de atração de turistas do sul do país e de países estrangeiros, principalmente argentinos. A presença desses visitantes impõe um novo ritmo e uma nova configuração à vida dos moradores do local. Em primeiro lugar, como ocorre em outras comunidades do litoral, há um processo de desapropriação do território antes coletivo pelo capital imobiliário, o que afasta os trabalhadores da pesca para longe da praia e do mar, seu local de trabalho. A perspectiva de novos empregos e aumento da renda familiar, advinda das frentes de trabalho na construção civil, nos hotéis e outros empreendimentos turísticos, se a princípio seduz os moradores do lugar, mais tarde demonstra ser um mecanismo de exclusão social. Com exceção das atividades menos qualificadas e de baixa remuneração, como serviços domésticos, jardinagem, reparos, entre outros, os pescadores e familiares não encontram espaço para trabalhar no turismo. Os empresários que atuam na área preferem trazer empregados de fora, pois estes têm mais experiência no trabalho com o turista, a preparar os trabalhadores locais. Estes últimos, com uma inserção marginal no mercado turístico, acabam não encontrando mais condições de reproduzir seu modo e qualidade de vida pretéritos, devendo se adaptar forçosamente à novas regras sociais estabelecidas por aquele mercado .

Por fim, na mesma linha de discussão sobre turismo, meio ambiente e populações litorâneas, o trabalho de Lopes Júnior (1997) analisa a forma como a cidade de Natal – RN é

invadida pelo turismo, que promove uma ocupação anárquica da costa, “devorando” algumas praias com suas casas de veraneio da classe média (Cf. p.38). Além dos prejuízos ao meio ambiente decorrentes da ausência de infra-estrutura sanitária, que provoca a contaminação de mananciais de água, o autor aponta a existência de conflitos decorrentes da apropriação, pela empresa do lazer, de lagoas destinadas à pesca de subsistência de pequenas comunidades locais.

Estes trabalhos têm em comum o fato de tratarem das contradições intrínsecas ao modelo de exploração turística do litoral brasileiro. Se contrapostos ao quadro de Jafari, percebemos que suas análises oscilam entre mais de uma plataforma definida pelo autor. Ao ressaltarem os impactos socioambientais do turismo em pequenas comunidades, atentos à superação dos problemas por ele colocados, os trabalhos aproximam-se da “plataforma de adaptação”. Porém, ao buscar ultrapassar o mero caráter de denúncia para proceder a uma análise mais ampla do fenômeno turístico, revelando suas inúmeras e intrincadas manifestações no seio da comunidade, aproximam-se da “plataforma de conhecimento”. Este é o caso de Martins, cujo trabalho demonstra um esforço por perceber o turismo a partir da perspectiva dos nativos, do modo como reagem à presença de estrangeiros e de outros fatores externos que interagem com sua cultura. Se o contato com os “de fora” impõe mudanças na vida local, Martins aponta para a existência de mecanismos reguladores que a população mobiliza para reforçar seus costumes e práticas culturais, tais como certos rituais e determinadas posturas adotadas diante dos estrangeiros. Como diz o autor, o turismo, com sua gama de personagens e interesses, “ao mesmo tempo em que desestabiliza os processos de socialização característicos do lugar ... implementa algumas situações sociais coletivas que permitem aos nativos assegurarem alguns elementos identitários de sua cultura” (1995: 213). Sendo assim, a cultura nativa se resguarda na medida em que reinventa uma ordem que está sob constante ameaça.

Esta ênfase na resposta local às interferências externas não se reproduz da mesma forma nos demais trabalhos acima citados. Caroso & Rodrigues, Lopes Júnior e Luchiani preocupam-se em sugerir medidas que atenuem o impacto do turismo sobre as comunidades locais; porém, prevalece o enfoque crítico mais voltado para os impactos do turismo que, por sua vez, deixa escapar de suas análises outros aspectos determinantes do processo de mudança imputado às sociedades caiçara.

Se a atividade turística interfere na produção da vida local e na estrutura da cultura tradicional, o mesmo efeito vem causando o processo de modernização desencadeado pelo fenômeno da globalização da economia capitalista; da mesma forma a urbanização crescente que se processa nos países não desenvolvidos e os efeitos dela decorrentes, tais como o aumento da pobreza, a poluição das águas, a expansão da mídia, entre outros, afetam diretamente aquelas comunidades. Smith conta que, certa vez, quando investigava o papel do turismo no processo de mudança cultural em Tana Toraja, colocou para seu guia este problema da relação entre turismo e os valores locais. Esperando que este lhe apontasse pistas quanto ao grau de interferência do turismo na cultura nativa e suas conseqüências negativas, acabou surpreendida pela resposta de seu informante: “O turismo não é importante em nossas vidas – nós vemos o mundo pela televisão todas as noites”, disse ele, demonstrando que a integração com a sociedade ocidental era mais ampla do que poderia proporcionar a atividade turística (Smith, 1995 : 9). Desse modo, ao se preocuparem em apontar os efeitos, quase sempre desastrosos, da implantação do turismo em comunidades tradicionais de pesca, estes estudos têm deixado de abordar o fenômeno em toda sua complexidade, verificando o modo como a população envolvida tem sido influenciada por outras instâncias do mundo globalizado e mesmo como têm pensado este processo e elaborado as respostas às suas investidas.

Uma segunda linha de abordagem da Antropologia, preocupada em analisar o turismo e suas modalidades seja do ponto de vista conceitual, seja através do estudo de suas manifestações nos mais diferentes níveis da cultura, tende a se aproximar do que Jafari denomina “plataforma de conhecimento”. Nesta linha agrupam-se trabalhos como o de Bindá (1995), no qual defende que o turismo não deve ser visto apenas como uma experiência alienante, inautêntica. Segundo a autora, os trabalhos sobre turismo apresentam, de modo geral, uma tendência a privilegiar os aspectos políticos e econômicos da relação turista e comunidades receptoras. Com isto, deixam de abordar outras possibilidades do encontro proporcionado pela experiência turística. Em seu trabalho, que carece de uma base empírica mais sólida para legitimar suas afirmações teóricas, a autora desenvolve a tese de que os “valores mais generalizados do industrialismo podem apresentar-se juntamente a sentimentos outros que não se ligam diretamente com a satisfação imediata de desejos criados pela própria indústria com sua publicidade.” (1994: 3). A autora procura demonstrar que aspectos como troca de valores, vivência emocional e espacial indicam que há outros elementos implícitos na experiência turística que não estão sendo considerados pelos pesquisadores que se debruçam sobre o problema.

Por seu lado, Labate (1997) demonstra que existem diferentes tipos de turistas com distintas motivações para suas viagens e que mantêm relações diversas com os povos que visitam, desde o contato superficial até uma convivência mais próxima e participativa. Tendo por base Urry e Guiddens, Labate argumenta que a viagem, e sua modalidade moderna ou pós-moderna, o turismo, está cada vez mais regulada pela lógica do mundo globalizado que, entre outros fatores, mediatiza, através da imagem, as culturas e a natureza, transformando-as em mercadoria. Mesmo no contexto da globalização e da manipulação das imagens pelo turismo internacional, a autora aponta para a existência de modalidades distintas de turistas, entre as quais aquela que denomina “viajantes-turistas” que, segundo a autora, “reivindicam

para si um *status* e legitimidade diferenciados, através de um discurso relativamente articulado que enfatiza a busca de uma relação de troca menos mediada e mais direta e profunda com o outro e com a natureza. A viagem, portanto, não como uma atividade apenas de lazer ou ruptura com o cotidiano mas como uma experiência de conhecimento do *outro* e da natureza e, ao mesmo tempo, como uma forma de autoconhecimento” (1997: 78-9). A partir da relação entre esta categoria de viajantes e o contexto global a autora combate a idéia, expressa sobretudo por Urry (1996), de que estaríamos caminhando para o fim do turismo. Labate procura mostrar que o turismo não é uma experiência monolítica, mas que, ao contrário, apresenta singularidades e variações que devem ser compreendidas pelo estudioso a fim de revelar sua complexidade e sua relação no mundo globalizado.

As relações entre o local e o global e entre diferentes tipos de agentes interagindo num mesmo contexto turístico são analisadas, de forma coerente e instigante, no trabalho de Daisy Justus. A autora, preocupada em desvendar a construção da identidade social em Armação de Búzios, define a cidade como o lugar das antíteses. Uma pequena vila de pescadores, que a partir da década de 1970 se transforma num núcleo turístico integrado aos principais roteiros internacionais, Búzios se caracteriza pelos pares de opostos, mantém o clima de uma aldeia de pescadores ao mesmo tempo em que possui traços de cosmopolitismo. A cidade convive com as tensões entre a natureza e a cultura, o rústico e o sofisticado, o regional e o internacional e entre o local e o global. De acordo com Justus, “falar de Búzios é dizer de imediato que uma de suas características básicas é a coexistência de diferentes estilos de vida e visões de mundo, marca fundamental das cidades complexas. Talvez se possa falar até de um alto grau de complexidade, já que a cidade porta traços de primitivismo ao mesmo tempo em que é extremamente atual, moderna. Búzios sustenta complexidade e heterogeneidade, trazendo em sua própria estrutura movimentos inteiramente diferentes” (1996: 38).

Em função de sua exuberante beleza natural a cidade atraiu não apenas turistas do país mas também estrangeiros, sobretudo argentinos, que lá fixaram residência em busca de um local aprazível para morar e atraente para investir. A presença desses estrangeiros imprimiu na provinciana aldeia de pesca as marcas da metrópole, caracterizada pela sofisticação, pela diversidade cultural, pelo convívio ao mesmo tempo próximo e superficial, definido pelo caráter transitório das relações pessoais. Se Búzios atraiu os moradores estrangeiros por representar oposição a suas origens metropolitanas, por ser a anti-metrópole, ao acolher as diferenças, ao imprimir a marca das relações impessoais e transitórias, a cidade definiu seu traço cosmopolita.

De comunidade local Búzios se transformou, no dizer de Justus, em aldeia global. A cidade, na qual convivem o nativo, o estrangeiro e o turista, caracteriza-se por não possuir uma identidade única, mas sim uma simultaneidade de identidades, de *status* e papéis. As relações que se estabeleceram entre estes três elementos humanos, seja com a natureza, com o lugar ou entre si, definem um tipo singular de cultura ao mesmo tempo direcionada para além de suas fronteiras e afeita a características regionais. O grande dilema que vive a cidade atualmente é exatamente este, o da preservação da aldeia global, ou seja, da conservação do estilo pacato e bucólico da vila de pescadores e, ao mesmo tempo, da manutenção de sua característica de cidade globalizada, conectada ao mundo, cultural e economicamente, e marcada pela estrangeirização. Esta não é uma tarefa fácil de se executar. O turismo sofisticado, que permeou a transformação de Búzios de vila a núcleo turístico, está cedendo lugar ao turismo de massa. A cidade, no momento em que começa a sofrer a pressão do volume maior de visitantes, perde grande parte do seu encanto. A violência, a sujeira nas praias, ausência de saneamento, entre outros problemas, começam a se tornar parte do cotidiano da cidade. Alguns moradores querem a volta do antigo turista, outros entendem que precisam se preparar para receber um novo tipo de visitante com diferentes demandas. A

solução deste dilema ultrapassa a mera escolha pelo melhor investimento, aquele que garante maior retorno financeiro, para centrar-se, como demonstra Justus, em tensões entre memória, ambiente e identidade social.

Somado a esses estudos, encontros e seminários de Antropologia passaram a contar com fóruns específicos sobre a temática turismo⁵³. Os trabalhos neles apresentados demonstram que o debate tem se diversificado e aprofundado questões teóricas importantes como autenticidade da prática turística; a relação turismo e peregrinação; turismo em áreas indígenas, entre outros. A importância desta desses encontros e dos debates aí realizados, bem como de pesquisas como as de Labate e Bindá, está no fato de ultrapassarem o âmbito dos meros efeitos do turismo sobre pequenas comunidades, apontando no sentido da compreensão mais ampla desta atividade, seja como processo, seja como fenômeno social capaz de gerar relações sociais específicas que trazem conseqüências, ainda por serem conhecidas, tanto para os indivíduos quanto para suas culturas.

Outro aspecto que merece destaque nesses estudos é o fato de alertarem ou mesmo mostrarem que o turismo não é o único responsável por todas as mudanças que ocorrem numa determinada cultura, pois, se esta não é estática, os elementos que provocam suas alterações provêm tanto de fatores internos quanto das mais diversas modalidades de influências externas. O turismo, como agente desse processo amplo, pode tanto destruir como estimular respostas positivas, que venham a reforçar a identidade do grupo ou outros aspectos da cultura local. Como diz Greenwood, “algumas das coisas que nós [antropólogos] vemos como destruição é construção; muito é o resultado da falta de qualquer outra opção possível; e algumas outras o resultado de escolhas que podem ser feitas de forma diferente” (1995:

⁵³. Esse é o caso da “Reunião de Antropologia do Mercosul”, em sua III e IV edições, respectivamente nos anos de 1999 e 2001, e da XXII Reunião Brasileira de Antropologia, no ano de 2000. Desta última, resultou a publicação de uma coletânea de artigos sobre turismo e antropologia, organizada por Banducci e Barreto (2001).

182)⁵⁴. Cabe ao antropólogo discernir o grau de influência e o sentido destas mudanças nas culturas locais.

2.3. Turismo no Pantanal

A principal modalidade turística no Pantanal, tal como se demonstrou anteriormente, apesar de todo o potencial ecológico e cultural da região, tem sido a pesca esportiva. Como é a atividade que mais atrai visitantes, que gera mais empregos e renda, bem como a que produz maiores impactos e conflitos no Pantanal, acabou por concentrar o interesse dos estudiosos do turismo na região, ainda que, o turismo de natureza, tal como praticado na região de Bonito, no entorno pantaneiro, tem atraído, de forma crescente, a atenção dos pesquisadores.

Se poucos são os trabalhos no campo das Ciências Sociais sobre turismo no Brasil, as investigações sobre esta atividade na região do Pantanal são ainda mais raras, sendo a Geografia a área pioneira e predominante destes estudos⁵⁵. É de um geógrafo, Garms (1993), um dos primeiros estudos sistemáticos sobre o turismo pesqueiro no Pantanal. Neste trabalho o autor analisa a relação turismo da esca e mercantilização do ambiente pantaneiro. Ele procura demonstrar que, com o turismo, o Pantanal sofre um processo de “mistificação”, ou

⁵⁴ . Some of what we see as destruction is construction; some is the result of a lack of any other viable options; and some the result of choices that could be made differently” (Greenwood, 1995: 182).

⁵⁵ . Alguns aportes sobre o turismo pesqueiro no Pantanal podem ser encontrados em trabalhos com abordagens multidisciplinares ou distintas da Geografia. Silva e Silva (1995), em sua pesquisa sobre pequenas comunidades ribeirinhas do rio Cuiabá, no Mato Grosso, fazem referência aos conflitos entre pescadores artesanais e pescadores desportivos na disputa pelos melhores locais de pesca nos rios da região. As autoras, de formação em Biologia e Antropologia, ressaltam o descontentamento dos pescadores artesanais em relação à presença dos turistas em seus locais de pesca, competindo com eles pelo mesmo recurso cada vez mais escasso. O Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai – PCBAP (1997), realiza um levantamento e procede a uma avaliação da infra-estrutura e do potencial turísticos da planície pantaneira, nos Estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, com um enfoque multidisciplinar. Tratando das contradições do turismo da pesca no Pantanal, Banducci Jr. (1999) analisa as condições de vida e trabalho dos coletores de “iscas vivas” na região de Miranda e Corumbá, numa primeira reflexão sobre o tema que é abordado de forma mais extensiva neste estudo.

Ademais dos estudos sobre o turismo pesqueiro e do turismo de atrativos naturais, tal como realizado no município de Bonito – MS, o ecoturismo e a questão da sustentabilidade também são temas de alguns estudos sobre a atividade turística no Pantanal. Um diagnóstico do potencial turístico e do desenvolvimento do ecoturismo na região pantaneira é realizado por Ziffer e Lourival (1993), enquanto que Vargas (1998) analisa a

melhor, a sua imagem passa a ser veiculada de forma distorcida, “encantada”, a fim de seduzir o visitante. A idéia de paraíso natural, entretanto, como demonstra o autor, está longe de se concretizar, já que a precariedade da infra-estrutura turística e a exploração desenfreada do ambiente, desencadeada pelo próprio empreendimento turístico, contribuem para distanciar o produto oferecido ao turista da imagem que lhe é vendida. Uma grande contribuição deste trabalho está na caracterização da infra-estrutura turística do Pantanal e do perfil dos pescadores esportivos.

Os impactos socioambientais do turismo da pesca numa pequena comunidade pantaneira, cuja economia esteve tradicionalmente ligada à pecuária e à agricultura familiar, são evidenciados por Fernandes (1999) em seu estudo sobre o turismo pesqueiro na vila de Albuquerque (Corumbá-MS). A questão que permeia todo o seu trabalho é a da sustentabilidade do atual modelo de turismo pesqueiro adotado na região. Ainda que não se preocupe em esclarecer detidamente sua concepção de sustentabilidade, o autor aponta que o turismo praticado em Albuquerque tem sido extremamente predatório do ponto de vista ambiental, e injusto do ponto de vista social. Dentre outros problemas, o autor aponta que as construções destinadas ao turismo (hotéis pesqueiros, ranchos de pesca e campings), geralmente irregulares, pois não guardam distância adequada das margens dos cursos d’água e não contam com um sistema apropriado de tratamento de esgotos e lixo, provocam sérios danos ao ambiente ribeirinho. Da mesma forma, os desmatamentos provocados por estes empreendimentos contribuem para um alto índice de degradação do ambiente pantaneiro. Quanto ao aspecto social, apesar da criação de novas frentes de trabalho, a inserção tangencial da população de baixa renda no mercado turístico, a exploração dos trabalhadores marginais e o não aproveitamento da força de trabalho local no fornecimento de bens de consumo e alimentos para o empreendimento turístico são alguns fatores que contribuem para a exclusão

relação coturismo e desenvolvimento sustentável em Bonito e Boggiani (2001), o papel dos guias de turismo na formulação de políticas de controle da atividade turística na região.

social e para a baixa qualidade de vida de grande parte da população vinculada ao turismo. Tendo em vista esses e outros problemas, Fernandes aponta para a insustentabilidade do atual modelo de exploração turística da pesca nessa região pantaneira.

Numa perspectiva mais abrangente, Moretti aponta seus estudos para o processo de implantação do empreendimento turístico no Pantanal a partir da perspectiva da inserção do “local” na economia “globalizada” e, em decorrência disso, do processo de consumo da cultura e da natureza pelo mercado turístico. Em seu artigo “*Atividade turística no Pantanal e as transformações no trabalho*” (Moretti, 1999), o autor analisa as condições de vida e de trabalho dos empregados do turismo da pesca no Pantanal. Nesse estudo irá demonstrar que o padrão internacional de ocupação do espaço pelo empreendimento turístico se reproduz na região, gerando, no contexto pantaneiro, situações críticas como o subemprego e a perda da capacidade de manutenção de modos tradicionais de vida.

Em trabalho posterior (Moretti, 2000), o geógrafo avança em suas premissas e procura demonstrar que a chegada do turismo no Pantanal, seguindo as regras do mercado internacional, desencadeia um processo de mudanças significativas não apenas no universo do trabalho, mas também nas relações sociais e no modo do homem local relacionar-se com o ambiente pantaneiro. Essas mudanças ocorrem em meio a uma série de contradições. O “lugar” passa a dispor de distantes faces: o mundo real, em que se desenrola a trama concreta das relações sociais, e o mundo artificial, construído para ser comercializado no universo do turismo. A contradição básica, segundo Moretti, está no fato de que “para a construção deste ambiente vendável, transformam-se as relações sociais que permitiram a existência dos elementos da natureza e da cultura local que são considerados atrativos turísticos” (2000: 04). Assim, destroem-se as condições sociais que permitiram a conservação do ambiente tal como ele se encontra hoje e que o torna objeto de desejo do mercado turístico.

Não apenas isso, mas, ao ocultar-se da paisagem a miséria e a pobreza, gerados justamente por esse modelo globalizado de desenvolvimento, artificializa-se o espaço. O ambiente natural é transformado em paisagem para o consumo. Em seu lugar, e para atender às demandas de viajantes que não abrem mão de seus hábitos e conforto citadinos, constrói-se um ambiente com características urbanas, artificial e espetacularizado. Como diz o autor, “o espaço é transformado em um espetáculo, vendido através de imagens construídas a partir do olhar do homem urbano. Ao produzir este espaço, os elementos naturais, sociais e culturais que compõem a paisagem são transformados, criando-se outro espaço, homogeneizado e inserido no mercado global...” (2000: 173).

Em suma, para Moretti, o turismo é responsável por desencadear no Pantanal uma série de transformações sociais e espaciais, orientadas pela lógica do mercado, que ocorrem em detrimento da conservação da natureza, dos interesses dos trabalhadores locais e de sua cultura e tradições.

Contrapondo-se aos argumentos desse autor, este estudo parte do pressuposto de que o turismo pode tanto ser um mecanismo de inserção do Pantanal no mercado internacional, com as conseqüências negativas que porventura isto acarreta para a vida na planície, quanto um meio de valorização da cultura regional e de conservação do ambiente. Nesse sentido também apontou, de alguma forma, a coletânea de artigos intitulada “Qual Paraíso? Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal”, importante exatamente por demonstrar tanto os impactos negativos quanto alguns dos aspectos positivos da presença do turismo no Pantanal e seu entorno. Além de proceder a uma análise dos efeitos do turismo na região o trabalho aponta algumas perspectivas de desenvolvimento do empreendimento turístico em Bonito e no Pantanal do Mato Grosso do Sul, demonstrando que a atividade possui aspectos positivos, que sobressaem da abertura de novas frentes de trabalho; do incremento da consciência ambiental,

tal como ocorre em Bonito, motivado sobretudo pela ação dos guias de turismo da cidade; do fomento de pesquisas sociais e ambientais e da constituição de novas opções de lazer.

Ainda que em estágio inicial, estas investigações são importantes por permitirem, de um lado, a formulação de um padrão recorrente de implantação do turismo pesqueiro no Pantanal, que ocorre comumente de forma improvisada e excludente do ponto de vista social, resultando numa série de problemas no âmbito do trabalho e do ambiente. De outro lado, contrariando os efeitos anteriores, os estudos demonstram que o turismo de natureza na planície pantaneira e seu entorno, juntamente com novas perspectivas de emprego e renda para a população local, tem permitido a formulação de uma nova mentalidade conservacionista e a valorização da cultura regional.

Conforme foi dito anteriormente, os estudos sobre turismo na Antropologia brasileira seguem basicamente duas vertentes. A primeira delas é a político-econômica, que situa o turismo local no contexto da lógica de mercado capitalista e procura demonstrar as contradições regionais do empreendimento, ressaltando seus efeitos negativos sobre a cultura e o ambiente nos quais opera. A outra vertente, que se desenvolve paralelamente à primeira e está mais próxima do que Jafari denominou “plataforma do conhecimento”, focaliza os sujeitos envolvidos no processo turístico e busca compreender o fenômeno em toda sua complexidade, traduzida não apenas nas relações impostas pela lógica do mercado, mas também pelas respostas culturais engendradas pelas comunidades inseridas no processo. É exatamente este o interesse do estudo que aqui se propõe. Ainda que preocupado em situar o turismo pantaneiro no atual contexto da globalização da economia e da cultura, e, desta forma, ressaltar as conseqüências da modernização no universo dos trabalhadores da pesca da região, este trabalho busca aproximar-se da segunda vertente de estudos sobre turismo, na medida em que procura focalizar o modo como os personagens locais interagem no universo do turismo e

de que forma a presença desta atividade interfere em sua relação com o ambiente e com o “outro”.

A premissa que o norteia é a mesma que defende Greenwood (1995), ou seja, a de que não se pode imputar ao turismo a causa de todas as mudanças que ocorrem numa cultura, pois, se esta não é estática, os elementos que provocam suas alterações provêm tanto de fatores internos quanto das mais diversas modalidades de influências externas. O turismo, como agente desse processo amplo, pode tanto destruir como estimular respostas positivas, que venham a reforçar a identidade do grupo ou outros aspectos da cultura local.

2.4. Paradigmas da Antropologia do Turismo

Ademais das linhas em que se desenvolvem os estudos do turismo temos ainda que considerar as perspectivas teóricas que norteiam os trabalhos na Antropologia. O antropólogo norte americano Dennison Nash define três grandes paradigmas com base nos quais se desenvolvem os trabalhos sobre o tema na disciplina, quais sejam: o da aculturação e desenvolvimento; o da transição pessoal e o do turismo como superestrutura. Ainda que se refira a estas perspectivas como paradigmas, Nash ressalta que o termo não é totalmente apropriado para descrevê-las, na medida em que não compreende sofisticado e expressivo corpo de teorias acerca do fenômeno turístico capaz de guiar as reflexões sobre o tema na Antropologia. O mais apropriado é falar em grandes perspectivas que moldam os estudos sobre turismo na disciplina. Ao ressaltar essas abordagens o autor tem como objetivo mostrar as tendências teóricas que têm norteado o trabalho dos antropólogos.

A primeira perspectiva, que define o turismo como um fato de “aculturação e desenvolvimento”, tem como base a questão da mudança sociocultural, sendo resultado justamente da percepção, por parte de alguns antropólogos, de que as sociedades que

estudavam estavam sendo modificadas em decorrência do contato cultural com o Ocidente. Este contato, de caráter assimétrico, com domínio das sociedades ocidentais, é visto como o promotor da dependência econômica e cultural dos povos nativos. Tal perspectiva resultou na noção de turismo como uma forma de imperialismo (V. Nash, 1995), mais tarde criticada por reduzir a complexidade da experiência transcultural proporcionada pela experiência turística à questão do domínio de uma cultura por outra. Além disso, grande parte do contato turístico internacional praticado hoje ocorre entre sociedades, como no caso da América do Norte e Europa, em que a relação de subordinação não se aplica de forma imediata e automática (Cf. Nash, 1996: 28). Mesmo quando o contato envolve sociedades do Primeiro e Terceiro mundos, é preciso ter claro que a aculturação consiste numa via de mão dupla e que a natureza das mudanças culturais vai depender em muito do tipo de turismo envolvido neste contato.

Para Nash, o enfoque da “aculturação e desenvolvimento” tende a ampliar sua contribuição ao estudo do turismo na Antropologia na medida em que incorpora em seus objetivos o estudo do “processo que gera o turismo e os turistas [...], o que ajudará os antropólogos a descobrir a causa, ou causas, do turismo mais do que apenas suas conseqüências” (Nash, 1996: 38).

A perspectiva do “turismo como transição pessoal” se volta para a análise da natureza da experiência turística e suas conseqüências para pessoas e sociedades envolvidas em suas transações. Esta perspectiva, fundamentada nas investigações de Van Gennep e Victor Turner sobre rituais de transição, busca compreender o turismo como uma modalidade de ritual cujo significado se assemelharia, nos dias de hoje, ao dos ritos religiosos nas sociedades não modernas. Graburn (1995) que, tal como Maccannell (1997) e Jafari (1987), explora este ponto de vista, ressalta que o turismo tem por objetivo satisfazer necessidades de renovação semelhantes àquelas dos rituais de peregrinação. Com base nas teorias do sagrado de

Durkheim, Mauss e Leach, Graburn defende que o turismo é a contrapartida “sagrada” da vida ordinária, “profana”. Para o autor, o turismo vem satisfazer uma necessidade universal do ser humano pelo rompimento do cotidiano. Ele representa a quebra ritualizada da rotina ordinária que, por sua vez, produz uma inversão da realidade, transportando o indivíduo de um mundo regido por normas bastante rígidas de conduta para um contexto totalmente distinto em que as regras parecem ter se estabelecido exatamente para satisfazer seus desejos de ócio e prazer.

Muitas são as críticas dirigidas a este enfoque. Crick argumenta que na prática “alguns tipos de turismo, tais como os pacotes de turismo inclusivos, envolvem menos liberdade e mais estrutura do que a vida normal”(1989: 334) e, desse modo, é difícil a pessoa encontrar na atividade uma “reversão imediata do tempo ordinário para a *communitas* sem estrutura” (1999: 334). De acordo com Nash (1996), a maior debilidade deste enfoque está justamente na dificuldade de se identificar, e como tal, de se aceitar a existência de uma necessidade universal pela inversão da realidade que o turismo, entendido como ritual de transição, tenderia a satisfazer (Cf. 1996: 49). Ao se concentrar nesta questão os pesquisadores deixam de considerar que outras modalidades de experiências cotidianas, como uma festa entre amigos, um passeio de domingo, podem, tal como o turismo, estar suprindo essa necessidade. De outro lado, o turismo pode envolver inúmeras outras motivações que não a sublimação do real, tal como aponta Cohen (1974 e 1979). Para Nash a abordagem do turismo como transição pessoal parece orientar as pesquisas mais no sentido das necessidades que a atividade supõe satisfazer do que as influências sociais que a constituem. Nesses termos, seus resultados podem ser tanto mais relevantes na medida em que os pesquisadores aprofundem suas análises no sentido de compreender as motivações dos turistas e as conseqüências de sua experiência para as sociedades de origem.

Por fim, há a perspectiva do “turismo como superestrutura” que, partindo de um referencial teórico marxista, busca revelar as condições sociais nas quais o turista e o turismo são produzidos, isto é, a relação entre as diferentes modalidades de experiências turísticas e a estrutura das sociedades que as criou. Esta abordagem é fundamental no momento em que serve para alertar os antropólogos da necessidade da compreensão do processo histórico no qual se desenvolve o turismo e as sociedades que o produzem. Da mesma forma, ela é importante por abrir a reflexão no sentido de entender a existência de suas diferentes modalidades, já que relacionadas ao contexto que as produz.

Ao definir estas três grandes perspectivas Nash tem como objetivo não apenas apontar os referenciais que orientam a pesquisa sobre turismo na Antropologia, mas indicar em que sentido cada um deles contribui para o avanço na compreensão deste fenômeno no interior da disciplina, sugerindo, inclusive, caminhos para superar suas limitações, alertando para a possibilidade de exploração de novos conceitos e campos de investigação. Para o autor, “questões sobre qualquer tema que os antropólogos desejam investigar, derivado de teorias relevantes, podem ser argüidas e respondidas a partir de qualquer um dos três pontos de vista antropológicos para o estudo do turismo que parecer apropriado. Cabe ao pesquisador encontrar o ponto de vista mais propício para indagar e responder as questões que guiam sua pesquisa” (1996: 93).

Na medida em que o problema colocado por este estudo refere-se às relações sociais desencadeadas pelo turismo no contexto da pesca e sua influência no modo do homem local conceber e se relacionar com o ambiente, o trabalho tende a se aproximar da perspectiva da “aculturação e desenvolvimento”. A análise da pesca esportiva como uma forma de ritual pode, no entanto, revelar alguns aspectos significativos do tipo de turista que visita a região e do tipo de relação que mantém com o meio ambiente local. O processo de separação do turista pescador do contexto de sua sociedade, a sua introdução num universo diferenciado, o modo

de comportar-se nesse universo e, mais tarde, seu retorno, correspondem muito proximamente à idéia de Graburn (1995) e Jafari (1987) do turismo como a quebra ritualizada da rotina diária. A pesca esportiva, principalmente aquela praticada por grandes grupos de pescadores do sexo masculino, exibe muitos desses elementos. Os preparativos da pesca ocorrem durante todo o ano e é grande a expectativa da chegada do momento da viagem. Os pescadores, geralmente da mesma cidade ou região, formam consórcios ou fazem poupanças coletivas com o que obtêm recursos para realizar suas pescarias. Os gastos não são poucos e incluem desde a aquisição de equipamentos como barcos, motores, barracas, freezers e instrumentos para *camping*, até despesas com a pescaria propriamente dita, envolvendo combustível, alimentos, isca viva, motorista (quando alugam veículos como ônibus e caminhões para chegarem aos locais de pesca), entre outros. No momento em que deixam as cidades rumo ao rio os pescadores ingressam num universo distinto daquele que vive em seu cotidiano. Muitos dos comportamentos coibidos ou reprimidos no dia-a-dia passam a ser permitidos e até mesmo incentivados. Muita bebida, piadas, gritarias, abraços etc., passam a ser a norma. Como no carnaval, aqueles poucos dias de pesca são vivenciados como uma inversão da realidade diária. Como declara um turista:

“... pescaria é uma paixão. É um jogo... Além do visual todo [do Pantanal], a pescaria ela é uma espécie de um vício, é gostoso demais, porque é descontração. Você vê, a gente fala tanta besteira, a gente fica tão à vontade. Na realidade você volta ao tempo de criança....Cinco pescadores que voltaram aos quinze anos de idade, quatorze anos, você rompe com o trabalho, sem malícia nem uma...” (E, turista, 40 anos).

Tarefas geralmente à cargo de mulheres, como cozinhar, lavar louças, limpeza do acampamento, entre outras, são democraticamente divididas entre os companheiros do grupo. Ali a diversão, o companheirismo, e não a concorrência do trabalho nas cidades, imperam absolutos.

“A primeira vez que você vem é por causa do peixe. Ai você aprende que o peixe não é o mais importante e não pará de vim por causa do grupo. Por exemplo, eu vim uma vez convidado por um amigo porque alguns tinham desistido, aí sobrou uma vaga e ele me convidou, no primeiro ano. No segundo, eu vim novamente nesse esquema. Do terceiro ano em diante, eu nunca mais deixei de montar o grupo. Eu procurei não depender de alguém me convidar, eu já procurei reunir um grupo que a gente já tinha afinidade, todo ano a gente vem.”
(B, turista, 48 anos).

Mesmo a disputa que existe pela captura da maior quantidade de peixes ou pelo exemplar de maior tamanho, que é o sonho de todo pescador, condiz com o lado lúdico da pesca e não com o desejo de eliminar adversários, tanto que o que vale é a história que resultou da pescaria e não o tamanho do peixe em si. Quando o pescador esportivo retorna para sua casa costuma sentir-se diferente, renovado, com energia suficiente para enfrentar suas obrigações cotidianas.

Se esta é uma forma de abordar a pesca, ela, entretanto, não é suficiente para nos permitir compreender toda a complexidade da experiência propiciada pela presença do pescador esportivo no Pantanal. O rumo que o turismo da pesca vem tomando no Pantanal, atraindo novas modalidades de pescadores, e não apenas grupos de homens dispostos a praticar um turismo aventureiro, indica que está havendo uma mudança nas relações entre visitante e população local. Hoje existem aqueles pescadores mais exigentes, que se hospedam em hotéis, ao invés de acampamentos, buscando o mesmo conforto de que desfruta em sua casa. As famílias começam a acompanhar esses pescadores esportivos com frequência crescente. A presença de mulheres e crianças, se não interfere no caráter ritualístico da pesca, ao menos lhe confere outros detalhes. Se permanece a inversão do cotidiano: urbano x rural, trabalho x lazer etc., algumas características das pescarias tradicionais deixam de ocorrer, como a existência de grupos totalmente masculinos, as bebedeiras incontroladas, a inversão

de tarefas, entre outras. De outro lado, esses novos personagens trazem consigo outras demandas que se somam às dos pescadores. Passeios pelo rio e pelas matas, diferentes tipos de lazer além da pesca, conforto, são algumas das necessidades desses grupos e os hotéis e pousadas pesqueiros não necessariamente estão preparados para satisfazê-los. A sua presença, no entanto, é importante não apenas por permitir a expansão do empreendimento turístico, mas também por trazer novos interesses em relação ao ambiente pantaneiro, que não apenas o de extrair pescado, e novas sensibilidades, que podem desencadear uma preocupação maior com a cultura local, dos pescadores, isqueiros e da população ribeirinha em geral.

Por fim, o turismo da pesca, da forma como vem sendo praticado, provoca impactos ambientais na planície pantaneira, seja diretamente, através da pesca predatória, do lixo deixado junto aos rios, da interferência em ninhais, perturbando, com a simples presença do homem, a reprodução de aves; seja indiretamente, ao permitir a exploração do trabalhador local, a criação de vilas precárias em locais antes desabitados, entre outros. O turismo também provoca impactos culturais ao levar para aquele contexto uma visão diferenciada de natureza, ao impor costumes, ao interferir nas relações familiares afastando trabalhadores de sua famílias, ao criar novas demandas antes inexistentes na região, entre outros fatores. Porém, a presença do turismo apresenta também aspectos positivos no Pantanal. Ele gera empregos, divisas para o Estado e pode estar dando início, no contexto da pesca, em função da presença constante dos familiares dos pescadores esportivos, a um processo de valorização da cultura local e da natureza, em decorrência das novas demandas que esses turistas trazem para o Pantanal.



Foto 22. Ônibus de turista em *camping* no Passo da Lontra.



Foto 23. Turistas vistoriam o produto pesca do dia.

2.5. Considerações Preliminares

Os estudos sobre turismo na antropologia brasileira começam a surgir de forma sistemática a partir da década de 1990. Ainda que preocupados em focar os efeitos da atividade sobre pequenas comunidades locais, sobretudo de pescadores do litoral, os trabalhos demonstram estar nutridos da crítica aos enfoques de caráter “maniqueísta” que caracterizaram as primeiras abordagens antropológicas sobre o turismo internacional. Se retomarmos o esquema proposto por Jafari (1990) para classificar a produção sobre turismo no Brasil veremos que, com exceção dos trabalhos que abordam esta temática de forma tangencial, como é o caso dos estudos sobre comunidades pesqueiras da amazônia e seu contato com o turismo, não existem trabalhos que se enquadrem plenamente no que o autor denominou “plataforma de advertência”. Ainda que não identificados com esta plataforma, muitos autores analisam o turismo a partir de um enfoque político-econômico, o que acaba por privilegiar uma vertente preocupada em situar o turismo local no contexto da lógica de mercado capitalista e em demonstrar as contradições regionais do empreendimento, ressaltando seus efeitos negativos sobre a cultura e o ambiente nos quais opera.

Mais próxima do que Jafari (1990) denomina “plataforma de adaptação”, estes trabalhos tanto se preocupam em indicar padrões de ocupação turística e seus impactos, socioculturais e ambientais, quanto medidas mitigadoras dos efeitos nocivos do turismo, como é o caso dos trabalhos de Caroso & Rodrigues, Lopes Júnior, entre outros. Este tipo de abordagem, no entanto, conforme salienta Nash (1996), costuma desconsiderar o próprio turista como objeto de análise, da mesma forma que as sociedades e os processos que o geraram, impedindo, assim, que os antropólogos descubram as causas mesmas do turismo e não apenas suas conseqüências.

Ainda que seja apenas um projeto de investigação sobre turismo e não o resultado de uma pesquisa mais ampla, o trabalho de Labate (1997), ao mostrar que diferentes tipos de turistas produzem distintas modalidades de experiências turísticas, já aponta nesta direção indicada pela crítica de Dennison Nash (1996). Como ele, os estudos de Bindá (1995) e Justus (1996) podem ser enquadrados na vertente que Jafari (1990) denomina “plataforma do conhecimento”. Aqui os trabalhos procuram focalizar mais de um sujeito envolvido no processo turístico e revelar sua complexidade, traduzida não apenas nas relações impostas pela lógica do mercado, mas também pelas respostas culturais engendradas pelas comunidades inseridas no processo.

Temas inerentes ao conhecimento antropológico, tais como aculturação, interação cultural, identidade social, entre outros, que adquirem novas dimensões no contexto do turismo e da mobilidade a que estão sujeitas as populações no mundo moderno, estão presentes, em maior ou menor grau, nas análises com este enfoque. Trabalhos como os de Bindá (1995), Labate (1997) e Justus (1996) apontam, em maior ou menor grau, para a necessidade de se ultrapassar a análise dos efeitos da atividade turística para se produzir um conhecimento mais amplo do turismo como fenômeno social, para a compreensão do lugar e do papel desta atividade no contexto das relações sociais e culturais numa sociedade cada vez mais marcada pela globalização, pelo deslocamento e pela interação cultural entre povos distintos.

3. Turismo e sustentabilidade

O grau de intervenção da atividade turística sobre os ecossistemas pantaneiros, as mudanças que impõe nas relações de trabalho e seus impactos sociais, já despertaram a atenção de pesquisadores que se voltaram para o seu estudo na região. Ao retomar o modelo de Jafari (1990), para classificar o debate sobre o turismo que se desencadeou no mundo após a Segunda Grande Guerra, poderíamos enquadrar os estudos sobre o turismo pesqueiro no Pantanal na categoria que denominou como “plataforma de advertência”. A questão central desses trabalhos é o impacto negativo da atividade turística sobre o ambiente e a sociedade local. O turismo como fator de reprodução de um modelo global de expansão do capital (Moretti, 2000); como falsa mercadoria, que seduz o consumidor com a ilusão do “paraíso”(Garns, 1993), ou o turismo como mecanismo de exploração do trabalho e como processo desarticulador dos padrões de vida local (Banducci, 1999; Fernandes, 1999 e Moretti,1999), são os enfoques privilegiados nesses estudos.

Na medida em que este trabalho tem se voltado para a compreensão dos impactos do turismo da pesca, é importante reforçar que seu trajeto analítico tem conduzido para um terreno delicado e complexo da prática turística, no qual ela se mostra construída em meio a contradições, pois, se de um lado cria novas oportunidades de trabalho e emprego para a população local, de outro a mantém prisioneira de baixos salários e péssimas condições de vida; se atua de forma a degradar o ambiente em que se desenvolve, possibilita o acesso à natureza e a conseqüente perspectiva de construção de uma consciência conservacionista. Ao mesmo tempo em que promove a inclusão é agente de exclusão social.

O enfoque deste trabalho recai na análise da possibilidade de implantação de uma experiência turística ambientalmente responsável, de baixo impacto, e socialmente inclusiva no contexto da pesca e do universo ribeirinho do Pantanal Mato-grossense. No momento em

que a economia mundial conduz a um processo de supressão das barreiras espaciais, em que a distância temporal existente entre as nações é consideravelmente comprimida pela facilidade de acesso de capital, de informações e de pessoas aos mais remotos lugares do mundo – seja por intermédio de meios de transporte ou de meios de comunicação extremamente avançados e eficientes –, a problemática do desenvolvimento e do equilíbrio socioambiental do planeta, a ela diretamente relacionada, tornam-se tema de debate permanente das sociedades industrializadas. Num cenário de globalização da economia e da cultura, questões como democracia, equidade social e ambiente começam a fazer parte da agenda de debates de cientistas, de agências públicas de política internacional, de partidos políticos e da sociedade civil organizada. Novos paradigmas emergem em meio a esses debates e trazem consigo, senão um caminho para a superação das crises que se avolumam, ao menos a visibilidade necessária para que sejam encaradas em sua complexidade, ou seja, como problemas inerentes às economias contemporâneas, cuja solução implica em mudanças estruturais.

O conceito de desenvolvimento sustentável é um desses conceitos-chave que vem ganhando evidência no debate sobre as perspectivas para a crise socioambiental de âmbito planetário. A discussão acerca do turismo responsável, de baixo impacto, passa, assim, pelo debate sobre o modelo de desenvolvimento que orienta o crescimento das sociedades modernas, os agentes que o mobilizam e pela revisão das críticas que se contrapõem à sua lógica.

Desse modo, faz-se necessário ater-se por um momento ao debate sobre a pertinência – teórica e política – da relação turismo e desenvolvimento sustentável, e então verificar seus efeitos práticos no contexto pantaneiro. De acordo com Rodrigues (1997 e 1999), sustentabilidade e desenvolvimento são termos excludentes, ou seja, possuem significados distintos, como manutenção e mudança, que os torna logicamente incompatíveis. Assim, o turismo, como manifestação da moderna sociedade capitalista, não poderia isoladamente

promover a sustentabilidade já que compartilha do mesmo substrato lógico que movimenta a economia, que é a busca constante do lucro, através da produção e comercialização em massa de mercadorias. Para a autora, por mais que o empreendimento turístico tenha o rótulo de “ecológico”, “sustentável”, ele sempre conduzirá a alguma forma de destruição ambiental, alienação do trabalho ou expropriação de riquezas.

Esta noção difere daquela formulada por Milton (1997), que entende a sustentabilidade como uma meta passível de ser atingida, e a Antropologia como tendo um papel importante neste processo. Segundo a autora, no momento em que a sua Ciência supera a posição mais extremada do relativismo cultural, ela abre espaço para que os antropólogos participem do debate público e, mais que isto, que sua “participação na reforma social e cultural é coerente com a teoria antropológica” (1997: 36). Para Milton,

“mientras los estudios ecológicos pueden determinar qué prácticas humanas son ambientalmente benignas y cuáles perjudiciales, los análisis antropológicos pueden revelar qué formas de ver el mundo fomentan prácticas benignas o perjudiciales a la vez que son fomentadas por ellas. La antropología puede por lo tanto ayudar a desarrollar una comprensión de lo que podría implicar un modo de vida sostenible no sólo desde el punto de vista del trato físico que recibe el ambiente sino desde el punto de vista de qué tipos de valores, creencias, estructuras de parentesco, ideologías políticas y tradiciones rituales podrían contribuir a estas prácticas sostenibles” (1997: 39).

A partir dessas distintas perspectivas, a discussão que se segue pretende verificar se procede a idéia de turismo alternativo ou sustentável no contexto da pesca no Pantanal, entendendo por esta atividade a que busca minimizar os impactos ambientais e maximizar os benefícios sociais. Conforme foi dito anteriormente, os conflitos e contradições que envolvem o turismo da pesca na região demonstram que a resposta não será única ou mesmo definitiva. É preciso atentar para o contexto mais amplo em que se desenrolam os contatos

desencadeados pela atividade turística no Pantanal. Em última instância, será tratado neste capítulo o alcance e a pertinência do conceito de desenvolvimento sustentável na compreensão e na formulação de um modelo pouco impactante de turismo. Para isso, no entanto, faz-se necessário considerar antes o modo como vem se constituindo o atual modelo de desenvolvimento que orienta a economia capitalista no mundo contemporâneo.

3.1. A noção de Desenvolvimento

Findos os grandes conflitos bélicos que abalaram o Ocidente a partir de meados do século XX, e atenuado o antagonismo com o bloco soviético, o ideal de reconstrução inundou o horizonte das economias capitalistas (Cf. Castoriadis, 1987). O ‘crescimento’ tornou-se a panacéia para solucionar os mais diversos problemas da humanidade. Crescer, porém, de acordo com os padrões definidos pelo capitalismo mostrou-se uma condição inatingível para muitas economias do globo. O incremento econômico não era um atributo natural a toda e qualquer nação, como o demonstravam os países do Terceiro Mundo. A meta dos países industrializados, que se incorporou à sua política internacional, tornou-se, então, promover o ‘desenvolvimento’ dos países que ainda não houvessem atingido um estágio de crescimento auto-sustentado. Como ressalta Castoriadis:

“.. o termo ‘desenvolvimento’ começou a ser empregado quando se tornou evidente que o ‘progresso’, a ‘expansão’, o ‘crescimento’ não eram virtualidades intrínsecas, inerentes a todas as sociedades humanas, cuja efetivação (realização) se pudesse considerar como inevitável, mas propriedades específicas – dotadas de um ‘valor positivo’- das sociedades ocidentais. Estas foram consideradas, então, como sendo sociedades ‘desenvolvidas’, entendendo-se com isso que elas eram capazes de produzir um ‘crescimento auto-sustentado’; e o problema parecia consistir unicamente nisto: conduzir as demais sociedades à famosa ‘etapa de decolagem’. Desse modo, o Ocidente se concebia, e se propunha, como modelo para o restante do mundo” (Castoriadis, 1987 : 140).

Assim, o termo desenvolvimento, “graças a seu caráter fluido e a seus objetivos humanistas, assimilou – no dizer de Almeida – uma conotação positiva, de pré-julgamento favorável: ele seria em si um bem, pois ‘desenvolver-se’ seria forçosamente seguir em uma direção ascendente, rumo ao *mais* e ao *melhor*” (Almeida, 1997:18) Neste sentido, “como construção inédita do futuro” (idem: 18) impôs-se como meta global, como parâmetro de “evolução” permanente cujo modelo a ser alcançado ou, ao menos, perseguido é aquele, conforme foi dito, representado pela economia dos países do capitalismo central. Como afirma Almeida, “na década de 60 a via de desenvolvimento para os países do terceiro mundo foi tomada de empréstimo das nações ocidentais. De um modo geral as teorias desenvolvimentistas se inspiraram nas sociedades ocidentais para propor modelos para o conjunto do mundo” (idem, *ibidem*: 18).

Calcado, no entanto, em indicadores problemáticos, como o tamanho do Produto Nacional Bruto de um país, sua renda *per capita*, entre outras medidas de grandeza econômica, a noção de desenvolvimento capitalista, estruturada na lógica da reprodução crescente e constante do capital, enfatiza meramente o aspecto quantitativo do desempenho de uma economia, desconsiderando em seus cálculos fatores sociais, políticos, ambientais, de trabalho, entre outros, que dizem respeito ao bem estar, à justiça social, à cidadania e ao convívio harmonioso do homem com o ambiente.

Se do ponto de vista social esta estratégia de desenvolvimento já havia demonstrado seu lado perverso (substituição crescente de mão de obra, aprofundamento das diferenças socioeconômicas entre nações do Primeiro e Terceiro Mundos, entre outros aspectos), no final do século XX começa a se evidenciar sua incompatibilidade com a questão do equilíbrio do ambiente. Nesta virada de século vivenciamos uma crise ambiental sem precedentes na história da humanidade, de tal proporção que a nossa própria existência enquanto espécie

torna-se ameaçada pelo modo como o homem está interferindo no planeta, impelido pela lógica de crescimento econômico da sociedade capitalista. De acordo com Rampazzo o uso indiscriminado dos recursos naturais, errônea e perigosamente tomados como eternos e infinitos, ameaça seriamente o equilíbrio do planeta: "... o lençol freático se contamina, a área florestal diminui, os desertos se multiplicam, o clima sofre profundas alterações, a camada de ozônio se depaupera, o ar se torna irrespirável, o patrimônio genético se degrada, abreviando os anos que o homem tem para viver sobre o planeta" (1997, p. 158).

De outro lado, o capitalismo engendra uma nova dinâmica de expansão, em escala mundial, conhecido como processo de globalização, em que universaliza e potencializa a lógica da produção para o mercado de consumo, da maximização do lucro, da cultura do desperdício e do acirramento das diferenças sociais e a crise ambiental. Esse processo tem um vasto rol de conseqüências para as sociedades e as culturas do globo, impondo uma nova dinâmica na vida das mais distintas comunidades e aprofundando as diferenças sociais entre países do Primeiro e do Terceiro Mundos.

3.2. Globalização e a nova ordem internacional

O processo de industrialização, gestado segundo os princípios de organização da produção e as inovações tecnológicas de inspiração fordista, representou, segundo Harvey (1993), não apenas um novo impulso para o capitalismo mundial, sobretudo após a Segunda Grande Guerra, mas a formação de uma nova mentalidade produtiva que se traduz na constituição de distinto papel para o Estado; na emergência de um trabalhador diferenciado, adaptado a métodos de trabalho inovadores; e num modo específico de vida, culturalmente massificado e com um padrão elevado de consumo. Nesse sentido, o sistema de produção em massa consolidado no início do século XX representou não apenas um impulso na economia

dos países capitalistas, mas uma transformação total no modo de vida, incluindo uma nova perspectiva cultural e a mercantilização da cultura (Harvey, 1993).

Capitaneado pelo capital norte americano, que visava expandir seu mercado através do mundo, ao mesmo tempo em que investia no crescimento das nações aliadas e continha o avanço das economias socialistas, o comércio e o investimento internacionais tiveram um impulso significativo no pós-guerra. Com a expansão do modelo produtivo americano, que disciplinou o trabalho e o consumo através do mundo capitalista, começou a se formar um mercado de massa global. A abertura das nações não industrializadas aos investimentos estrangeiros e o incremento de sua participação no comércio internacional, mediante a oferta de matérias-primas para as nações do Primeiro Mundo, representou um processo significativo de internacionalização do capital. Da mesma forma, a propagação de atividades como seguros, financeiras, transporte rápido, turismo, trouxe consigo uma “nova cultura internacional e se apoiou fortemente em capacidades recém-descobertas de reunir, avaliar e distribuir informação” (Harvey, 1993: 131).

Nesse processo de consolidação de um mercado internacional o Estado detinha funções importantes, como fornecer a infra-estrutura adequada para o perfeito crescimento do capital industrial. Investimentos em transporte, energia, saneamento e outros equipamentos públicos, eram garantidos pelo Estado, da mesma forma que os gastos sociais como seguridade, educação, saúde etc. Ao Estado também cabia o papel de regular o equilíbrio da economia, mediante o controle fiscal e monetário. Os investimentos públicos, em obras e infra-estrutura serviam também como meio de incrementar o mercado de consumo na medida em que se traduziam na criação de postos de trabalho e distribuição de salários. A função repressiva do Estado também foi importante para disciplinar as massas trabalhadoras e para conter movimentos de protesto ou de oposição mais enfática que ameaçassem o *status quo*.

A ideologia desenvolvimentista, que proclamava o crescimento auto-sustentado dos países do Terceiro Mundo, mediante industrialização e modernização da economia, não demonstrava sinais de efetivar-se na prática, exceção feita a alguns setores dominantes das elites locais. Nesse sentido, começa a se tornar alvo de críticas de economistas e governos de países periféricos, insatisfeitos com seus resultados. Juntamente com essas críticas, um processo de enfraquecimento da hegemonia americana no mercado internacional começa a se manifestar, quando o cenário econômico internacional passa a ser disputado por países da Europa Ocidental e o Japão. Ao mesmo tempo, empresas multinacionais começam a se dirigir para locais em que as relações trabalhistas e o contrato social com o trabalho eram bastante frágeis. Por fim, o aumento no preço do barril de petróleo, por volta de 1970, e o embargo da exportação árabe para o ocidente (V. Harvey, 136) desencadearam uma grave crise do sistema que obrigou governos e empresas a investirem em novas técnicas e alternativas de produção de energia, em novas formas de racionalização do trabalho e na busca de nichos diferenciados de mercado e áreas de controle mais estreito do trabalho. A profunda recessão de 1973 acabou por minar o sistema fordista e, a partir daí, novas experiências de acumulação começam a tomar forma, resultado de mudanças na organização industrial e na vida cotidiana.

Harvey irá denominar esse novo regime de “acumulação flexível”, contrapondo-o à rigidez do modelo fordista. Segundo o autor,

“[a acumulação flexível] se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais complementares novos em regiões até então subdesenvolvidas” (Harvey, 1993: 140).

A flexibilização da economia compreende, da mesma forma, um processo de crescente interdependência das nações e seus mercados e a emergência de um sistema financeiro globalizado que re-escreve o papel dos Estados nacionais, limitando sua soberania, e que dita as normas para o mercado de trabalho.

A existência de uma economia global pressupõe, entre outras coisas, o fim do Estado-nação como organização territorial e política capaz de regular as atividades econômicas nacionais. O Estado tem seu papel reduzido à proteção, à implantação e controle da infraestrutura e dos bens públicos. Com isso, crêem os defensores da ideologia do “livre mercado”, “libertados das distorções das intervenções do Estado e dos constrangimentos da política, o livre comércio, as corporações transnacionais, e os mercados mundiais de capitais [(...) teriam capacidade de gerar] conseqüências benéficas de prosperidade e bem-estar a todas as nações do planeta, através de um investimento, financiamento, comércio, inovação tecnológica e consumo de produtos baratos e de qualidade” (Gómez,2000: 130). Na prática, o que se assiste na economia mundial, entretanto, é a perda de autonomia dos Estados-nação na mesma proporção em que cresce a interferência das companhias transnacionais na produção local e na modificação dos padrões produtivos nacionais. Os países não desenvolvidos têm suas diretrizes econômicas definidas cada vez mais pelos interesses do capital internacional que, seja através dos investimentos na produção, seja através das políticas ditadas pelos organismos internacionais – tais como Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio e Fundo Monetário Internacional –, acabam por influir nos sistemas de crédito e nos gastos públicos dos países endividados, na desvalorização de suas moedas, sem deixar-lhes saída para o tão almejado crescimento auto sustentado (Cf. Casanova, 2000).

O discurso favorável à globalização demonstra ser, desse modo, uma retórica neoliberal conservadora que propõe para os países capitalistas, diante da inevitabilidade do

processo globalizante, a abertura das economias nacionais, privatização das empresas públicas, corte nos gastos sociais, entre outras medidas de ajuste econômico e social. De acordo com Chomsky, pautado nas concepções neoconservadoras de mercado, a ideologia do “livre mercado” possui, desse modo, dois lados: “proteção estatal e subsídio público para os ricos [através de incentivos diretos na produção e medidas fiscais regressivas]; disciplina de mercado para os pobres [com corte de gastos sociais, tais como saúde, educação, assistência social, entre outros]”. (Chomsky, 2000:30). Para ele, “a globalização da produção, [...] tem oferecido aos empresários a instigante perspectiva de fazer recuar as vitórias em direitos humanos, conquistadas pelos trabalhadores” (idem, ibidem: 36)

De fato, para os trabalhadores dos países capitalistas, a globalização tem representado uma série de ameaças e retrocessos no que se refere aos benefícios sociais, tais como: taxas relativamente altas de desemprego, declínio do poder sindical e ganhos modestos de salários reais, além de contratos de trabalho mais flexíveis, que acentuam os prejuízos precedentes. Os trabalhadores devem estar atentos às novas regras de mercado, que põem fim aos benefícios conquistados através de uma longa história de lutas. Aceitar “salários mais baixos, jornadas mais longas, benefícios e segurança reduzidos e outras ‘inflexibilidades’ dessa natureza” (Chomsky: 36) torna-se uma condição vital para trabalhadores que se vêem diante da ameaça constante de perder seu emprego, tanto mais pela facilidade das grandes empresas em deslocarem sua produção e seu capital para países em que o custo da mão-de-obra seja muito menor do que aquele praticado nos locais em que as conquistas sociais dos trabalhadores sejam mais avançadas. Com isso, também os Estados nacionais são afetados em sua autonomia e vêm-se envolvidos numa situação paradoxal. De um lado, devem atender aos interesses locais, sejam as demandas sociais ou do capital nacional. De outro, devem adequar-se às demandas externas, isto é, criar as condições para atrair os investimentos internacionais

e evitar fugas de capital, o que, em muitos aspectos, vai de encontro às necessidades internas ou, de forma direta, aos interesses da grande massa trabalhadora.

Nesse sentido, Casanova alerta para a necessidade de se atentar para o velho que subsiste no novo da globalização. E o que permanece, segundo ele, é o colonialismo, a exploração dos países pobres por um política neoliberal. (Casanova, 2000: 50-2). Conforme diz,

“o discurso da globalidade não só obedece a uma realidade epistêmica legítima. Está sendo usado também para uma ‘reconversão da dependência’. Frequentemente contribui para ocultar ou ocultar-se dos efeitos da política liberal neo-conservadora nos países do Terceiro Mundo e os problemas sociais cada vez mais graves dos quatro quintos da humanidade. Nas linhas essenciais do mundo atual é indispensável ver o novo da globalidade, mas também o velho, e no velho se encontra o colonialismo da idade moderna⁵⁶, um colonialismo global que hoje é também neoliberal e pós-moderno. A reconversão é, em grande parte, uma recolonização” (2000: 50).

O aspecto dramático inerente à política neoliberal conservadora, no que diz respeito ao Terceiro Mundo, é que ela acabou por beneficiar grandes empresas de capital internacional, que passaram a ditar as regras do crescimento local, em detrimento dos interesses e das economias daquelas nações, de seus trabalhadores e da assistência à população. A privatização e desnacionalização de empresas públicas e riquezas naturais coincidiram, no dizer de Casanova, com uma nova política de cortes do gasto público para equilibrar o orçamento e para dedicar ao pagamento do serviço da dívida o que antes se destinava à saúde, educação e desenvolvimento, afetando a renda direta da população (Cf. Casanova, 2000: 55).

⁵⁶. A globalização como nova forma de colonização aparece também na interpretação de Bourdieu (2001: 28-35), que a entende como uma imposição ao mundo de um modelo econômico, cultural, ético e político próprio dos norte-americanos.

3.3. Efeitos da internacionalização do capital na estrutura sócio econômica do Pantanal

Do ponto de vista local, na região da planície pantaneira e seu entorno, os efeitos do processo de globalização começam a se fazer sentir de modo efetivo a partir da década de 1960. A política agrícola do Estado, visando o mercado internacional, privilegiou sobretudo os investimentos na monocultura de grande escala. A mecanização da lavoura, o emprego de defensivos agrícolas, a liberação de mão-de-obra, aliados aos avanços técnicos de adaptação de espécies e correção de fertilidade do solo, tornaram as terras planáltinas do entorno pantaneiro, antes solos pobres de cerrado, em atraentes áreas de plantio de soja e de arroz.

A existência de muitas terras agricultáveis e de baixo custo e a possibilidade de adequação do solo quanto a acidez e nutrientes, atraíram para a região uma infinidade de produtores, em grande parte vindos do sul do país, que, detentores de técnicas avançadas de cultivo e munidos de incentivos fiscais, imediatamente desencadearam um processo de ocupação e exploração das terras, com plantio em grande escala, que alterou significativamente a estrutura produtiva da região, assentada anteriormente no uso coletivo da terra, na pequena lavoura e na criação extensiva de gado.

Esse modelo de ocupação deu-se tanto no Estado do Mato Grosso quanto no Mato Grosso do Sul, afetando comunidades ribeirinhas, pequenos proprietários, colônias agrícolas, além de comunidades indígenas, seja nas terras do planalto, seja na planície pantaneira (V. PCBAP, 1997b, Banducci, 2000). Esta última, mesmo não havendo a exploração direta de suas terras pela monocultura de grande escala, foi afetada pelo assoreamento de rios, que inundaram permanentemente colônias de agricultores, como as do rio Taquari, no Mato Grosso do Sul, e pelo lançamento de resíduos tóxicos da lavoura nos leitos dos rios, causando danos gravíssimos à vida nesses ambientes aquáticos e, conseqüentemente, àqueles que deles dependem para sua sobrevivência, sejam animais – aves, répteis, anfíbios – sejam os seres

humanos, como acontece com a população ribeirinha que vive da pesca ou encontra nela uma forma complementar de renda. Essa interferência drástica no ambiente e na sociedade locais fica melhor dimensionada se atentarmos para o fato de que apenas na bacia do alto Taquari, no início da década de 1970, foram desmatados 1,8 milhão de hectares para o plantio da soja e a criação de gado (Bucher et al.: 27). Com isso, desencadeou-se um processo erosivo das terras do planalto que lançou grande volume de sedimentos nos rios, sobretudo nesse que é um dos mais piscosos da região. O assoreamento trouxe graves conseqüências para os agricultores da colônia São Domingos, que tiveram suas terras e roças permanentemente invadidas pelas águas do Taquari. Restaram poucas áreas de cultivo e a comunidade, que possui aproximadamente 140 famílias (Cf. Ecoa, 1997), sem muitas alternativas de sobrevivência, teve que empregar seus jovens como peões nas fazendas vizinhas. No caso dessa comunidade específica, os problemas são ainda mais graves porque, ademais da área restrita de cultivo, os moradores enfrentam dificuldades para inserir seus escassos produtos no mercado a um preço compensador. Sem meios próprios de chegar até a cidade mais próxima, Corumbá, distante aproximadamente 6 horas de barco à motor, os agricultores de São Domingos são obrigados a comercializar seus produtos, principalmente a banana, com atravessadores, que dificilmente pagam um preço justo pela mercadoria. Da mesma forma que esses pequenos agricultores, pescadores e pessoas ligadas ao turismo da pesca foram diretamente afetadas. De acordo com depoimento do comandante da, então, Polícia Florestal do MS, o número de pescadores que visitam a cidade de Coxim, no rio Taquari, caiu de uma média de 25.000 a 30.000 por ano para 5.000 em 1992 (Bucher et al.; 1994:28).

Muito da mão-de-obra dispensada dos serviços do gado e da lavoura dirige-se para as cidades pantaneiras, empregando-se em trabalhos temporários como limpeza de terrenos nas cidades e de campos em fazendas, construção civil, consertos gerais, carvoarias e, conforme

tem mostrado esse estudo, no turismo, seja em atividades hoteleiras, com funções menos qualificadas, na pilotagem ou na captura de iscas.

Grandes projetos estão sendo arquitetados para implantar-se na região, tais como a Hidrovia Paraguai-Paraná e a intensificação da exploração mineral na região de Corumbá. Todos esses projetos afinam-se à política de desenvolvimento traçada pelo política liberal do Estado, que visa dar prosseguimento ao processo de expansão da fronteira agrícola com mecanização da lavoura, ocupação de áreas com reservas naturais e reordenamento fundiário. Tais projetos incidem diretamente sobre a estrutura produtiva da região e, como tal, sobre os trabalhadores e suas atividades tradicionais. Da mesma forma, o turismo, que tem enfoque sobretudo no ambiente, seja o de atrativos naturais, seja o turismo da pesca, tende a ser diretamente afetado. A redução do pescado, os desmatamentos, queimadas, expulsão da fauna, entre outros desastres ambientais, tendem a desestimular o empreendimento turístico na região.

3.4. Crise ambiental e as críticas ao modelo capitalista de desenvolvimento

A ideologia do desenvolvimento – e com ela a noção de crescimento auto-sustentado – que serviu para justificar a expansão do capital e sua lógica através do mundo, bem como o desencadeamento de um processo de globalização da economia, sofreu uma série de críticas, tanto no círculo dos pensadores sociais e políticos quanto por parte da sociedade civil organizada, como movimentos estudantis e organizações não governamentais⁵⁷, tão cedo se percebeu que o crescimento ininterrupto da economia acarretava sérias conseqüências socioambientais.

⁵⁷. Segundo Castoriadis, “limitadas, no início, ao interior de um círculo bastante estreito de pensadores sociais e políticos heterodoxos, essas críticas vieram a difundir-se amplamente, dentro de poucos anos, junto aos jovens, e começaram a influenciar tanto os movimentos estudantis dos anos sessenta como o comportamento efetivo de

Na década de 1960 já se começava a vislumbrar sinais de esgotamento deste modelo desenvolvimentista (ou, o que seria o mesmo, uma situação de crise profunda de produtividade decorrente da escassez e mau uso de recursos naturais) ao mesmo tempo em que se assistia a um esforço teórico e político crescentes no sentido de se propor novos paradigmas de desenvolvimento que harmonizassem as necessidades econômicas com o equilíbrio ambiental. No entanto, tal movimento de superação do modelo capitalista de desenvolvimento é, em si mesmo, contrário ao processo de expansão global do capitalismo. Na verdade, vivencia-se um momento paradoxal e dramático de nossa história. De um lado existe, no dizer de Amstalden, “uma crise grave, que demonstra o esgotamento de um sistema produtivo em termos ambientais e a necessidade de sua substituição por uma outra forma de organização produtiva, sócio-econômica e cultural” (1996: 65). De outro lado, a dinâmica de expansão da lógica de produção capitalista tende a agravar os problemas impostos por esse modelo de desenvolvimento econômico e a expandir seu campo de incidência.

A reação dos poderes estabelecidos à crise que se anunciava foi, no dizer de Castoriadis (1987), tão imediata quanto ineficaz. Tratou-se de criar organismos burocráticos voltados para discutir a questão social ou a qualidade de vida, que pouco realizaram efetivamente para solucionar o problema. Como diz o autor, “mesmo as reações mais ‘radicais’ que vieram à luz no interior das camadas dominantes não questionavam, de fato, as premissas mais profundas das perspectivas oficiais. Uma vez que o crescimento criava problemas incontroláveis e que qualquer processo de crescimento exponencial devia inevitavelmente chocar-se mais cedo ou mais tarde com limites físicos, a resposta que se deu foi ‘não ao crescimento’, ou ‘crescimento zero’”. (1987: 138).

Esta resposta – formulada pela primeira vez no estudo “Limites do Crescimento” (1972), realizado por um grupo de pesquisadores liderados por Dennis L. Meadows, que ficou

diversos indivíduos e grupos, que decidiram abandonar a ‘corrida de ratos’ [a tentativa de subir na hierarquia e na escala de consumo] e buscaram estabelecer para si mesmos novas formas de vida comunitária” (1987: 136-7).

conhecido como Clube de Roma – resultava dos debates sobre os riscos do crescimento ininterrupto dos países de economia capitalista e seu efeito sobre o ambiente, que teve início na década de 1960 e que culminou com a Conferência de Estocolmo, um debate internacional sobre o tema, ocorrido em 1972. A tese do crescimento zero, que propunha congelar o crescimento populacional do planeta e do capital industrial, representou uma crítica direta à ideologia do crescimento contínuo da economia global. Porém, se de um lado os ideólogos do *desenvolvimentismo* questionavam os prognósticos pessimistas do relatório, de outro, a solução por ele formulada esbarrou na crítica pungente de alguns economistas de países não desenvolvidos, que vislumbravam na proposta uma forma de impedir o crescimento de nações pobres quando as sociedades capitalistas avançadas já haviam promovido o salto industrial. De fato, do modo como a questão é colocada pelo Clube de Roma, isto é, a necessidade de se conter o crescimento devido ao risco iminente do colapso do sistema que teria atingido o limite de exploração dos recursos naturais, conduz a uma situação de paralisia que, entre outros aspectos, mantém inalterados os desequilíbrios sociais inerentes à sociedade capitalista e não aponta para a redução das distâncias que separam as economias do Primeiro e do Terceiro Mundos. Conforme Santos, “trata-se, portanto, de procurar ‘mudar’ de modo a garantir que ‘tudo’ ou o fundamental permaneça como está” (1996 : 17).

Por seu lado, o estudo *Limites do Crescimento* e a Conferência de Estocolmo, que acontecem no momento da explosão ambientalista, tiveram importância considerável ao marcar, a partir da crítica à ideologia do crescimento contínuo da sociedade industrial e seus efeitos deletérios, a afirmação teórica do novo referencial ecológico no debate sobre o desenvolvimento. O custo ambiental, a queda da renda agrícola, a superprodução aliada à má distribuição de alimentos (Cf. Vargas, 1997: 217), impõem, em âmbito mundial, uma reflexão, pelo viés ambiental, que atente para as ameaças que rondam não apenas a economia das sociedades ocidentais, mas a sobrevivência da humanidade. Os anos de 1970, aliás, foram

pródigos nesse debate e na difusão de publicações versando sobre o modelo de desenvolvimento capitalista e os problemas ambientais dele decorrentes. Em 1974, uma conferência que reuniu a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio-Desenvolvimento) e UNEP (Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas) resultou na publicação da Declaração de Cocoyok que, entre outros aspectos, alertava para a necessidade de se conter o consumo e diminuir o nível de poluição da biosfera nos países industrializados. No ano seguinte, 1975, a Fundação Dag-Hammarskjöld publica um relatório em que relaciona o problema da degradação ambiental ao crescimento desenfreado dos países industrializados⁵⁸.

Em 1987 foi publicado o Relatório Brundtland, “Nosso Futuro Comum”, produzido pela Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), liderada por Gro Harlem Brundtland, como texto preparatório para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (Eco - 92). Neste documento fica explícita a relação entre o subdesenvolvimento, as condições de pobreza e os problemas ambientais. De acordo com Alves, “as populações pobres em sua luta pela sobrevivência são impelidas ao sobreuso dos recursos naturais e do meio ambiente em geral, minando as próprias bases para um desenvolvimento sustentável a longo prazo” (1996: 102). Nesse sentido, o crescimento dos países pobres é condição básica para se atingir uma relação de equilíbrio da humanidade com o ambiente do planeta, fazendo com que as necessidades dessas nações recebam a máxima prioridade. Surge, então, a proposta de um desenvolvimento diferenciado, sustentável, cuja característica básica seja a de suprir as “necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (Nosso Futuro Comum, 1988: 46). Ao mesmo tempo em que pensa o futuro da humanidade, aponta para a

⁵⁸. Para maiores detalhes sobre estes estudos V. Brüseke (1996) e Vargas (1997).

necessidade de superação de suas mazelas do presente, como as desigualdades sociais, a pobreza e a marginalização dela decorrentes.

A noção de sustentabilidade, no entanto, tal como expressa no documento, possui, no dizer de Santos, uma natureza genérica que corre o risco de transformar-se em discurso vazio, “em peça de retórica humanista”, pois, apesar de apontar para os limites e iniquidades do atual padrão de desenvolvimento, tem como sujeitos “todos os homens” ou o “Estado” e a “sociedade”, ou, do ponto de vista social, ninguém (Cf. Santos: 1996: 17). Da mesma forma, em outro momento do relatório, o crescimento dos países subdesenvolvidos é condicionado ao dos países industrializados, o que, segundo Brüseke (1996), traz dúvidas quanto a compatibilidade dessa proposta com a perspectiva ecológica defendida pelo documento, já que a pressão sobre o ambiente, traduzida no consumo elevado de combustíveis fósseis, no desperdício e na conseqüente poluição ambiental, continuariam a existir. O mesmo autor acrescenta que, comparado à declaração de Cocoyok e o relatório Dag-Hammarskjöld, o documento reserva pouco espaço às críticas aos países industrializados e à sociedade industrial, ainda que seja bastante mais realista em relação àqueles (Cf. Brüseke, 1996). Um aspecto importante a se ressaltar desse relatório é que ele coloca um imperativo ético, que não apenas se torna referência nos debates sobre desenvolvimento, mas que alerta para a existência de novos parâmetros de avaliação que a sociedade deve necessariamente se colocar para pensar seu modelo de crescimento. A noção de desenvolvimento sustentável, que a partir desse relatório torna-se de uso corrente, consolida o aparecimento de uma nova filosofia do desenvolvimento, preocupada em combinar “eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica” (Brüsseke, : 108). No próximo item serão discutidos o alcance e as conseqüências práticas do uso desse conceito de sustentabilidade.

3.5. “Sustentabilidade”: novo paradigma do desenvolvimento ou mero clichê?

A tomada de consciência da inadequação do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas, no sentido de sua incompatibilidade relativa à demanda e ao estoque de recursos naturais, aos problemas sociais que desencadeia, aos desequilíbrios estruturais que polarizam as nações, além de outros aspectos, fez surgir, no contexto do debate ambientalista, o conceito de sustentabilidade, que emerge como novo paradigma do desenvolvimento das sociedades ocidentais. De acordo com Lélé (1991), o conceito originou-se, no âmbito do trabalho com recursos renováveis, no contexto da pesca e do reflorestamento, e foi se expandindo a ponto de tornar-se um *slogan* do movimento ambientalista. “A maioria dos proponentes da sustentabilidade”, afirma Lélé, “tomou-a como significando ‘a existência de condições ecológicas necessárias para suportar a vida humana num nível específico do bem-estar através de gerações’” (Lélé, 1991: 609), motivo pelo qual ela prefere denominar a sustentabilidade como “sustentabilidade ecológica”. Nesses termos, a expressão sustentabilidade incorpora as idéias de Ignacy Sachs que propunha, no final dos anos de 1970 e início de 1980, a noção de ecodesenvolvimento, que seria o desenvolvimento em harmonia com o ambiente.

Apesar de sua conotação crítica e contribuição analítica bastante positivas, o conceito adquiriu significados os mais diversos, muitas vezes conflitantes, sendo empregado tanto por ecologistas (preocupados com a conservação ambiental), quanto por empresários (atentos às demandas do mercado e aos novos mecanismos de reprodução do capital), ou por políticos, de direita ou de esquerda, agências de desenvolvimento e bancos internacionais, tornando-se ambíguo e, exatamente por possuir múltiplas definições, correndo o risco de permanecer indefinido, constituindo-se em ferramenta analítica vaga e pouco eficaz.

A primeira contradição, ou aparente paradoxo, do termo desenvolvimento sustentável, se destaca de imediato, segundo Rodrigues, no aspecto semântico. De acordo com a autora, desenvolvimento significa aquilo que não tem limites, pois, a cada estágio atingido (de avanço tecnológico, de aumento de produtividade, entre outros) tem-se como meta alcançar um outro que acrescente ao anterior. Por seu lado, sustentabilidade significa manutenção das condições presentes (Cf. Rodrigues, 1999: 52). Assim sendo, como é possível promover a mudança sem a alteração dos elementos que a pressupõem e desencadeiam⁵⁹? Para ser sustentável, e a expressão ser coerente, o desenvolvimento não poderia promover a exploração desenfreada daquilo que deveria conservar, como os recursos naturais, o que é improvável numa sociedade estruturada na produção sempre crescente de mercadorias.

Assim, desenvolvimento sustentável, antes de implicar em conservação de recursos escassos e em qualidade de vida, pode significar apenas uma forma continuada de desenvolvimento que, se aplicado ao atual padrão econômico das sociedades ocidentais, traduzir-se-ia na manutenção do crescimento do consumo material. Ainda que o conceito não se resume a isso, ele tem sido visualizado nessa perspectiva por muitos economistas que abordam a questão ambiental a partir dos custos que acarreta no processo produtivo e dos rendimentos que porventura gera. A questão que se colocam diz respeito à maneira de internalizar os custos do controle da poluição e de atribuir aos produtos o rótulo verde, ou seja, de torná-los adequados às exigências de um consumidor cada vez mais preocupado com os problemas ambientais. Nesses termos, as estratégias do desenvolvimento sustentável seriam confiadas à lógica do mercado, que assume um papel planejador em lugar do Estado. Os problemas gerados pelo mercado teriam no próprio mercado os mecanismos para sua suplantação, dizem esses economistas. No entanto, tendo necessidades imediatas bastante definidas – como reprodução do capital, incremento da produtividade, manutenção dos

⁵⁹ . Questão semelhante havia sido colocada por Héctor Espinosa quando se perguntava sobre “o que é aquilo

padrões de lucratividade através de avanços tecnológicos e substituição de mão-de-obra, entre outras – o mercado possui capacidade muito limitada para promover o equilíbrio entre a produção material e a conservação dos recursos naturais e para desencadear mudanças no sentido de um desenvolvimento consoante com as necessidades ambientais e a equidade social.

Ademais dessa perspectiva econômica, que vincula o alcance da sustentabilidade à lógica do mercado, existe um outro aspecto pouco consistente em muitas vertentes teóricas do desenvolvimento sustentável que tende a banalizar a problemática ambiental e a atenuar os efeitos da crise que em torno dela se evidencia. A leitura feita por Vargas (1997) da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio 92, do relatório *Nosso Futuro Comum*, entre outros documentos, aponta para a simplificação – e, como tal, para a limitação teórica e prática – do conceito de desenvolvimento sustentável. De acordo com o autor, na perspectiva de alguns pensadores, a crise ambiental seria resultado de um padrão elevado de consumo das sociedades ocidentais que, no momento em que fosse controlado por uma nova racionalização, pautada na consciência da escassez dos recursos naturais não-renováveis, poderia encetar um novo modelo de desenvolvimento, mais sustentável do ponto de vista ambiental. É o que Guimarães (Citado por Amistalden, 1996: 51) aponta como o “enverdecimento” do discurso, ou seja, acredita-se que soluções ambientais possam advir sem que se tomem medidas mais concretas no plano estrutural, seja tecnológico, social, político etc., que lhes dêem consistência. A esse respeito, Vargas acrescenta que é

“... justamente esta perspectiva ‘naturalista’, ambientalista, ecologizante, segundo a qual bastaria apenas uma melhor utilização dos recursos para que tudo se resolvesse, para que se alcançasse um presumido desenvolvimento ‘justo e ideal’, que deve se fazer objeto de crítica, não para abandonar de todo esta

que pode sustentar-se e desenvolver-se ao mesmo tempo?” (Citado por Miotto, 1996: 86), apontando para a contradição inerente ao termo.

proposta desenvolvimentista, mas sim para colocá-la nos termos em que realmente possa se viabilizar enquanto proposta de preservação não somente da natureza, mas acima de tudo do homem” (Vargas, 1997: 223).

Vargas reclama uma abordagem menos “romântica” do problema. Para ele não é possível discurtir sustentabilidade de forma abstrata. Pelo contrário, deve-se buscar a força que determina ou a lógica que define a dinâmica do modo de produção capitalista, para então discutir sobre a sua sustentabilidade ou a impossibilidade dela. Tomando como parâmetro a agricultura alternativa, o autor diz que as decisões quanto às mudanças no método produtivo, as inovações tecnológicas, entre outros, antes de serem uma resposta às exigências ambientais, são resultado da própria dinâmica de acumulação e reprodução do modo de produção capitalista. As relações que os homens estabelecem com o ambiente resultam das relações dos homens entre si. Desse modo, inserido na proposta da sustentabilidade e de seus conceitos derivados, como por exemplo agricultura alternativa e “capitalismo verde”, estaria presente apenas o interesse em “organizar a anarquia inerente à produção capitalista, dos monopólios e oligopólios modernos” (Vargas, 1997: 230). Em outros termos, a idéia de preservação dos recursos naturais não passaria de uma estratégia para a manutenção das relações de produção existentes. Assim, o discurso da sustentabilidade transforma-se numa químera, em pura ilusão, numa noção funcional ao sistema capitalista (Cf. Vargas, 1997: 234). O autor conclui que

“o problema (...) não está na ‘insustentabilidade do atual padrão de desenvolvimento do sistema’, mas sim no próprio sistema, tal qual está dado. O atual sistema capitalista, escorado na pura lógica do mercado, na financeirização da riqueza, sob a forma monetária, pode ser tudo, menos insustentável. Deve-se, isso sim, questionar as bases a partir das quais tais características se dão. Pois, ao se tentar conciliar dinheiro (crescimento equilibrado) e natureza (desenvolvimento sustentável), ‘sobre o pano de fundo de um mercado global pautado pela

eficiência econômica e pelo desafio ecológico' (...), estar-se-á apenas e inutilmente tentando conciliar lobo e cordeiro" (Vargas, 1997: 236).

A questão colocada por Vargas, e compartilhada por outros pensadores⁶⁰, é que a estrutura das organizações sociais vigentes é a responsável por provocar os efeitos indesejáveis da destruição sistemática dos recursos naturais. Mais que isso, porém, tal como irão alertar, entre outros, Santos (1996) e Miotto (1996), esses efeitos são consequência de comportamentos próprios da racionalidade ocidental, que há séculos vem procedendo à polarização entre sociedade e natureza, resultando numa forma equivocada dos homens relacionarem-se com o ambiente. Desse modo, ainda que a perspectiva ambientalista possa conduzir, da forma como é adotada por alguns teóricos e organismos internacionais, a uma abordagem de certo modo superficial ou ingênua do desenvolvimento sustentável, é inegável que a indissociabilidade entre os fenômenos sócio econômico e ambiental tornou-se um princípio inequívoco nas últimas décadas e que estas instâncias tendem a ser não apenas interdependentes, mas mutuamente reforçadoras (Cf. Lélé, 1991: 612). Do ponto de vista teórico ela reclama, unidas numa mesma dimensão, novas concepções de natureza e de sociedade. No aspecto sócio político, como ressalta Leis (1998), o ambientalismo viria impor uma nova ética nas relações sociais. O movimento e o debate ambientalistas passam a desempenhar um papel determinante na constituição de uma perspectiva diferenciada de sociedade, implicando aí uma postura política, social e ideológica inovadoras.

A crise que se abate sobre a modernidade acaba por estimular uma revisão de conceitos e paradigmas da sociedade ocidental. Nesse aspecto, a emergência do debate sobre desenvolvimento sustentável é relevante justamente porque vem externar, através do esforço teórico e político, a existência e a gravidade dessa crise sócio ambiental. De outro lado, vem

⁶⁰. Rodrigues, por exemplo, ao discutir a especificidade do turismo sustentável, lembra que "pensar então o tal de desenvolvimento sustentável é ter que pensar no modo de produção de mercadorias e não apenas no local onde se gera a poluição e a destruição das matas" (1999: 51).

marcar, no dizer de Giddens (1991), um tempo de transição. Mesmo não se sabendo ainda o sentido e a direção exatos para os quais aponta, trata-se de um processo inexorável de construção de um novo paradigma da sociedade, do confronto inadiável com questões fundamentais para a existência humana e, como tal, de uma crítica permanente ao modelo produtivo que rege as sociedades contemporâneas. A importância da tomada de consciência da problemática ambiental é que, mesmo que ela traga consigo algumas vezes uma perspectiva pouco consistente da crise que se abate sobre a modernidade⁶¹, sugere, por outro lado, “...algo além de simples rearranjos e deslocamentos conceituais e comporta uma dimensão epistemológica, melhor dizendo, ontológica, porquanto não se reduz ao debate em torno de ‘métodos’ e ‘procedimentos’ da ciência mas sim a um debate acerca dos próprios fundamentos dos paradigmas da ciência, um debate que se volte sobre a própria essência do *ser social e do ser natural*” (Santos; 1996: 39).

Desse modo, o conceito de desenvolvimento sustentável reacende a necessidade de se discutir, além do problema ambiental, questões como pobreza estrutural, equidade social, o papel do Estado, a sociedade de consumo, entre outras. De um modo geral, os teóricos remetem à necessidade de uma retomada do papel do Estado e da coletivização dos recursos naturais. Para Vargas (1997), a solução para a crise sócio ambiental passaria, antes de tudo, pela democratização do Estado, pela retomada de seu papel ordenador do social em lugar do mercado. Numa perspectiva semelhante, Almeida (1997) entende que para se tornar viável, a noção de sustentabilidade deve promover a democratização do controle sobre os recursos naturais e a desprivatização do meio ambiente comum. Gomez (1997), por seu lado, quando discute a viabilidade de uma agricultura sustentável no atual quadro da sociedade capitalista,

⁶¹. Muitas das propostas de superação dos problemas colocados pelo dilema crescimento econômico e conservação ambiental adquirem, na perspectiva de Amstalden, um caráter subjetivo. Em Sachs, por exemplo, e sua noção de ecodesenvolvimento, o autor critica a sua proposta de ações espontâneas – como a diminuição do superconsumo por parte dos mais ricos e a solidariedade entre países, regiões, grupos sociais e pessoas em busca de soluções para os problemas locais – por demandarem um exercício de vontade que, por si só, é incapaz de opor-se à lógica do mercado competitivo (Cf. Amstalden, 1996).

diz que a sociedade sustentável só será possível quando a racionalidade das necessidades sociais substituir a racionalidade econômica do capitalismo.

Tal como a retomada da importância do Estado, como agente ordenador da lógica do processo produtivo, o papel da sociedade civil organizada nesse processo de mudanças e nas discussões em torno do desenvolvimento sustentável é determinante. Se o movimento operário e o sindicalismo de um modo geral são colocados numa situação delicada, de quase paralisia, frente às ameaças das políticas neoliberais em meio ao processo de globalização, os movimentos sociais, o terceiro setor, os meios de comunicação, entre outros, são vistos como agentes fundamentais na investida contra os avanços nocivos do neoliberalismo. Casanova (2000) considera um problema moral, político e social de difícil e urgente solução a superação do Estado neoliberal, e percebe na força dos movimentos sociais democráticos um novo caminho, juntamente com as ciências sociais, para suplantá-lo. Segundo o autor, a alternativa para esse Estado será uma democracia global, plural, transparente, diferente do Estado benfeitor, do populista e do socialismo real. “A única coisa que sabemos, diz ele, é que será uma alternativa democrática que lute pelo poder da maioria e para uma economia da maioria em cada nação e em nível mundial. É esse o projeto que devemos pensar e realizar” (Casanova; 2000: 61). Percebendo, do mesmo modo, um novo contexto de ação e um novo papel para a sociedade civil, Leis acrescenta que “a construção de um futuro sustentável... não depende do livre movimento do mercado, mas, a rigor, das ações dos contramovimentos da sociedade civil planetária dirigidas a reestruturar a economia e a política global e transformar drasticamente os valores e estilos de vida consumistas e reprodutivistas...” (Leis; 1998: 39).

Na mesma linha de pensamento, Ferreira diz que “estilos alternativos de desenvolvimento só podem ser alcançados sob regimes políticos de democracia participativa, que garantam a criatividade e a gestão autônoma da sociedade” (Ferreira; In: Hogan e Vieira, 1995: 31). Em suma, o aspecto positivo do debate em torno do conceito de desenvolvimento

sustentável está, além do alerta para a necessidade de se buscar o equilíbrio na relação homem e ambiente, em trazer para o centro do debate a constituição de uma sociedade mais democrática. Se esta, por sua vez, para tornar-se factível, reclama mudanças estruturais, o conceito de sustentabilidade tem se mostrado uma ferramenta importante para que tais mudanças sejam objeto permanente de pensamento e de discussão.

Se a eficácia do conceito de sustentabilidade está em grande parte em trazer estas grandes questões para a ordem do dia, ela corre o risco, conforme foi dito, de se perder na generalidade, podendo ocultar interesses os mais diversos, pouco legítimos do ponto de vista social e ambiental. Referindo-se ao aspecto particular das propostas do debate sobre a sustentabilidade, Lélé (1991) ressalta que o desenvolvimento sustentável pode, no entanto, ganhar força política e maior aceitação social, sem se tornar mais um modelo de desenvolvimento resultante de modismos, se os seus proponentes se esforçarem por articular melhor conceitos, termos, métodos analíticos e princípios políticos. É preciso, diz a autora, concordar com a existência de causas estruturais, tecnológicas e culturais da pobreza e degradação ambiental. Assim, o enfoque sobre o crescimento econômico como meio necessário e suficiente para remover a pobreza deve ser relativizado e questões como arranjos sócio políticos locais e valores culturais devem ser considerados na análise dos desequilíbrios nas relações do homem com o ambiente.

Algumas vezes, ressalta Lélé, a pobreza é tomada como bode expiatório de problemas cujas causas encontram-se em outros setores. A destruição florestal, por exemplo, é comumente considerada como resultante da pobreza, ignorância e superpopulação característicos de países economicamente atrasados. Desconsideram, no entanto, grandes esquemas de comércio internacional e a necessidade permanente do Terceiro Mundo em expandir suas divisas através da exportação de produtos primários.

É preciso, pois, compreender que a sustentabilidade possui múltiplas dimensões e estar atento para desenvolver medidas, critérios e princípios específicos para elas, além de explorar padrões e níveis de demanda e uso de recursos compatíveis com diferentes formas ou níveis de sustentabilidade ecológica e social. Por fim, para Lélé, “ ... se o desenvolvimento sustentável é para ser realmente ‘sustentado’ como um paradigma do desenvolvimento, são necessários dois esforços aparentemente divergentes: fazer o desenvolvimento sustentável mais preciso em suas bases conceituais [e] ao mesmo tempo [permitir] maior flexibilidade e diversidade de abordagens no sentido de desenvolver estratégias que permitam conduzir a uma sociedade que viva em harmonia com o ambiente e consigo mesma”⁶² (Lélé; 1991: 618).

3.5. O debate acerca da sustentabilidade do turismo

As críticas, formuladas sobretudo pelos teóricos das Ciências Sociais, que apontaram para os prejuízos causados pelo turismo ao ambiente e às comunidades receptoras, combinaram com a emergência do debate ambientalista e das discussões contrárias à ideologia desenvolvimentista, disseminados ainda na década de 1960. Nesse momento, os estudos já indicavam que o crescimento do turismo dificilmente poderia manter-se nos níveis elevados em que se encontrava sem causar maiores danos às populações locais e aos recursos naturais.

A partir da elaboração do relatório Brundtland, em meados dos anos de 1980, a discussão sobre os impactos do turismo ganha nova dimensão. De um lado, há o esforço visando construir, derivado da noção de sustentabilidade, o conceito de turismo sustentável que, como aquela, parte do pressuposto da manutenção, através de gerações, do bem-estar das

⁶² . “... if SD is to be really ‘sustained’ as a development paradigm, two apparently divergent efforts are called for: making SD more precise in its conceptual underpinnings, while allowing more flexibility and diversity of approaches in developing strategies that might lead to a society living in harmony with the environment and with itself” (Lélé; 1991: 618).

populações mediante a conservação dos recursos naturais e da justiça social. De outro lado, desencadeia-se uma busca por alternativas à superação das influências negativas e dos efeitos nocivos comumente associados ao empreendimento turístico, uma tarefa que ocupa técnicos, teóricos e planejadores do turismo.

Inúmeras definições foram construídas a fim de dar consistência à idéia de turismo sustentável, mas, a despeito do rol de conceitos elaborados, quando transposto o debate da sustentabilidade para o contexto do turismo, reaparecem ali as mesmas dificuldades decorrentes das imprecisões que permitiram, conforme dito anteriormente acerca da noção de desenvolvimento sustentável, interpretações contrastantes e a manifestação de interesses antagonicos abrigados sob uma mesma base conceitual. Mckercher (In: Garrod e Fyall, 1998), ao discutir o desenvolvimento do turismo na Austrália, argumentou que estratégias conflitantes do modo como implementar o turismo sustentável foram defendidas tendo como base a mesma e aparentemente consensual definição do termo. Uma delas é sustentada pela indústria do turismo enquanto a outra encaixa-se numa perspectiva ecológica. Na visão do autor a sustentabilidade tem sido usada, seja pela indústria ou pelo movimento conservacionista, muito mais para legitimar e justificar suas políticas e a própria existência de suas atividades do que para resolver conflitos concernentes à questão do desenvolvimento e da conservação (Cf. Garrod e Fyall, 1998: 201). Mckercher sugere ainda que “a ameaça ao futuro do turismo não é tanto a sua falta de sustentabilidade, mas o perigo de que o imperativo do turismo sustentável continue a ser perseguido sem que se encontre antes um consenso do modo como ele possa ser implementado” (Garrod e Fyall, 1998: 201).

Esse problema é ressaltado em estudos como o de Berry e Ladkin (1997), que neles analisam o modo como proprietários de pequenos empreendimentos turísticos, do condado de Sussex, na Inglaterra, interpretam e traduzem para a prática os conceitos de turismo sustentável. Os autores demonstram que há uma dificuldade por parte desses pequenos

empresários em concretizar ações em torno dos princípios vagos que norteiam o conceito de turismo sustentável. Por outro lado, Joppe (1996) argumenta que a dificuldade está em ampliar o espaço de ação da sociedade civil nas decisões sobre as políticas do turismo. Apesar dos esforços por incrementar o enfoque na participação e envolvimento das comunidades locais, o turismo continua a ser dirigido pelas políticas e iniciativas governamentais mais do que pelo interesse das comunidades. Para Garrod e Fyall (1998), mais do que buscar definições amplas de turismo sustentável, é preciso considerar como esses conceitos podem ser atualmente implementados na prática. Esse é, aliás, seu principal objetivo no artigo “Beyond the rhetoric of sustainable tourism?”, em que procuram definir parâmetros e medidas para tornar operativo o conceito de turismo sustentável. Como eles, muitos planejadores, economistas e administradores ligados ao turismo dedicam-se a estabelecer critérios e a realizar cálculos que indiquem o grau dos impactos da atividade⁶³. Essas medições, no entanto, geralmente pecam por desconsiderar as complexidades dos arranjos sociais locais e por não definir responsabilidades, centrando sua análise na questão dos cálculos econômicos.

Sem desconsiderar a importância de se estabelecer medidas e parâmetros para operacionalizar o conceito de turismo sustentável, a análise que se segue não se esforça exatamente por torná-lo uma ferramenta prática. Ao contrário, procura evidenciar, a partir de uma perspectiva mais abrangente, em que momentos o empreendimento turístico estaria atuando no sentido de melhorar as condições de vida da população local e sua inserção no ambiente pantaneiro. A sustentabilidade, tal como se entende aqui, é um processo, uma construção permanente. Implica desde o desenvolvimento de atitudes responsáveis para com o outro e o ambiente, até o questionamento de valores sociais e culturais mais amplos e a crítica à sociedade de consumo e à lógica que a sustenta. Nesse sentido, o turismo tende a ser

⁶³. Sobre os esforços por operacionalizar a noção de turismo sustentável – e conceitos derivados, tais como ecoturismo e turismo responsável –, V. Ascanio (1994); Dachary (1996); Blasco (1997) e Lindberg e Hwkins (ed.) (1995).

sustentável na medida em que contribuí para promover mudanças com vistas ao equilíbrio nas relações do homem com o ambiente, à equidade nas relações sociais e de produção, bem como quando contribui para a valorização das comunidades locais, de sua história e de sua cultura, e as conduzem para o centro do debate sobre os problemas da sociedade industrial. Ao final, este trabalho pretende propor, não medidas específicas para regular a presença do turismo no Pantanal, mas reflexões acerca de alternativas que possam promover a participação e o envolvimento da comunidade na solução de seus problemas e o resgate da memória e da identidade cultural da população pantaneira.

Em seus trabalhos sobre turismo e sustentabilidade, incluindo algumas observações sobre o espaço pantaneiro, Rodrigues entende como impropriedade o uso do conceito de turismo sustentável. Para a autora, o turismo, como todas as demais atividades industriais produtoras de mercadorias, é, em essência, insustentável. Se considerarmos que “toda produção é ao mesmo tempo destruição”, ao produzir territórios, o turismo produz alguma forma de destruição. (Cf. Rodrigues, 1997: 84). Analisando o empreendimento turístico da perspectiva da espacialidade e do território, enfatizando as formas como se apodera dos espaços naturais, a autora afirma que o ambiente, objeto de exploração do turismo, não é apropriado apenas como recurso a ser extraído, mas também como paisagem, como valor de troca (Cf. Rodrigues, 1999: 53). Nesse sentido, o turismo é atividade de produção, circulação e consumo de mercadorias e, como tal, sujeito às regras do mercado. Mesmo quando produzindo baixos impactos num ambiente específico, a sua presença implica em desencadear todo o processo produtivo centrado na lógica do capitalismo.

Quando transpõe essa crítica para o contexto pantaneiro, Moretti (2000), tendo como parâmetro o universo do trabalho no setor turístico, procura demonstrar que novas regras de mercado, impostas pela atividade turística, têm implicado em prejuízos para o trabalhador local e sua relação com o ambiente. Referindo-se às novas relações de trabalho desencadeadas

pelo turismo, o autor afirma que, deslocado de sua atividade de origem o trabalhador perde referências tradicionais de produção da existência Segundo ele :

“passa-se da valorização do trabalho junto à natureza para a valorização das necessidades do turista. A luta cotidiana passa a ser a tentativa de garantir o emprego ou para conseguir um emprego, ou seja, as relações passam a ser o domínio dos trabalhadores empregados e, uma grande parcela da sociedade, excluída, é forçada a trabalhar à margem do ‘oficial’, esta situação é um dos fatores que garante os baixos custos e a inserção do local no mercado global competitivo...” (Moretti, 2000 : 173).

Há que se observar, antes de mais nada, que, em muitos casos, a passagem entre o trabalho ligado diretamente à natureza e o trabalho com o turista não ocorre de forma mecânica. Como se demonstrou na primeira parte deste estudo, muitos trabalhadores da pesca e das fazendas, que desfrutavam de um convívio permanente e equilibrado com a natureza antes mesmo de iniciarem suas atividades junto ao turismo, tiveram que vender sua força de trabalho no mercado urbano, longe do ambiente rural, das práticas tradicionais de produção da existência e sob novas regras trabalhistas, com contratos regulados por assalariamento ou por normas próprias desse regime.

No caso da pesca, muitos dos trabalhadores que se empregaram no turismo não necessariamente perderam sua condição de trabalhadores autônomos, como foi explicado anteriormente. A pesca profissional nos rios pantaneiros esteve dominada, por um longo período de tempo, pelos frigoríficos sediados na cidade de Corumbá-MS, que mantiveram nos rios, a seu serviço, grandes barcos pesqueiros, com os quais os ribeirinhos dificilmente conseguiam competir na captura do pescado. Ao contrário, tinham de empregar-se como mão-

de-obra assalariada nestas embarcações. Em outros termos, a condição de trabalhador livre – com domínio sobre as técnicas e os instrumentos de trabalho, a que se refere Moretti (2000) –, o pescador profissional, em muitos casos, já havia perdido, estando empregado em barcos pesqueiros e operando com equipamentos sofisticados que não lhes pertenciam. Isso não retira daquele trabalhador o domínio das técnicas, o conhecimento do rio e sua tradição de pesca. Da mesma forma, não significa que não tenha havido um processo contrário, de retorno à condição de autônomo com a proibição da pesca comercial. Mas não se pode dizer que o turismo estaria provocando essas mudanças. O que ocorre com sua chegada é a constituição de um novo contexto de “conflito”, em que turista e profissional disputam o mesmo recurso que tende a se tornar cada vez mais escasso no Pantanal, ao menos as espécies de peixes consideradas nobres.

Mesmo desconsiderando as mudanças que se processam no universo da pesca profissional antes da chegada do empreendimento turístico, Moretti, irá ressaltar que alterações significativas têm sido provocadas na relação homem e natureza em função da presença do turismo na região. O trabalhador que deixa sua atividade tradicional para se empregar no turismo, deixa também de lado uma estrutura secular de convívio com o ambiente pantaneiro. Como diz, o geógrafo:

“os trabalhadores pantaneiros (peão de fazenda, pescador etc.) e os trabalhadores urbanos atraídos para o Pantanal, para trabalharem no consumo deste espaço via atividade turística, perdem sua condição de existência junto ao ambiente natural. Mesmo trabalhando junto à natureza, sua existência é baseada no trabalho com o turista e não mais na sua relação particular com a natureza, ou seja, o que conta são as necessidades da atividade turística de maneira geral e, no cotidiano, o que importa são as necessidades do turista que passa a definir a relação do trabalhador com a natureza.

Esta condição retira do trabalhador a possibilidade de definir sua relação com a natureza a partir de suas necessidades de existência, o fruto de seu trabalho

não provém mais do ambiente natural, estar empregado ou não depende de sua capacidade de relacionar-se com os turistas, portanto, sua subsistência não depende mais dos conhecimentos sobre o ambiente e as melhores formas de atuar neste ambiente, mas sim da sua capacidade de comunicação com o outro” (Moretti, 2000: 168)

As observações feitas no decorrer desse trabalho, acerca da pesca profissional, indicam que a permanência do trabalhador em sua atividade de origem, em muitos casos, não depende apenas de sua vontade. Da mesma forma, ainda que o turista represente um novo referencial para esse trabalhador – e de fato ele impõe novos parâmetros de relacionamento e novas concepções de mundo – a sua presença pode significar, muitas vezes, ao invés de um distanciamento das práticas costumeiras e do contato com a natureza, a manutenção de atividades tradicionais e dos conhecimentos sobre o ambiente da planície. Em seu trabalho, Moretti (2000) chama a atenção para esse aspecto ao tratar das comitivas de gado nas fazendas pantaneiras. Segundo o autor, as comitivas, o transporte do gado em pé entre fazendas ou dessas para as cidades, realizado por pequenos grupos de vaqueiros, estão desaparecendo do cenário da planície em decorrência da melhoria das estradas pantaneiras e do uso crescente de caminhões boiadeiros no transporte do gado. Em alguns locais, porém, esta atividade tem se perpetuado em função da presença de turistas de aventura, que acompanham os peões, para conhecer seu cotidiano e desfrutar de costumes e valores da vida pantaneira.

Conforme argumenta, entretanto, no momento em que o turista surge naquele meio, o trabalho dos peões deixa de pautar-se por parâmetros próprios de sua cultura – medidos pelo domínio técnico, pela temporalidade específica da lida com o gado e pelo conhecimento da natureza – para mercantilizar-se, para tornar-se algo próximo à prestação de serviço, “uma encenação que não é mais [própria] da vida tradicional das pessoas que estão representando aquele espetáculo, mas que é comprado pelos chamados ‘turistas ecológicos’” (Moretti, 2000:

118). O autor questiona até que ponto tal “encenação” – como denomina a atitude do peão perante o turista – estaria contribuindo para a valorização da cultura local e para a conservação do ambiente, já que a atividade perde seu caráter original e desfaz-se a lógica que fundamenta sua inserção naquele contexto. A pergunta somente procede se for possível demonstrar que ocorre de fato tal “encenação”. Para isso, deve estar precedida de outras indagações, tais como: o grau de interferência da presença do turista nas comitivas de gado; o modo como os peões percebem e se relacionam com esse novo personagem presente em seu universo; que costumes e valores estariam se perdendo em função desses contatos com o ‘outro’ e como os peões avaliam e processam essas mudanças.

Ainda que não seja esse o espaço para aprofundar essas reflexões específicas sobre o turismo no contexto das fazendas de gado pantaneiras, há alguns aspectos desse debate que podem ser aqui indicados, não necessariamente como resposta às indagações, mas como forma de revelar a multiplicidade de fatores envolvidos no drama que compõe o universo do turismo no Pantanal. Numa visita de caráter investigativo, realizada no ano de 1994 na fazenda Caiman, no município de Miranda, por ocasião da 7ª Festa do Peão Pantaneiro, foram feitas algumas observações importantes no sentido de esclarecer esse debate. A propriedade, que tem na pecuária sua principal atividade econômica, mas que há algum tempo desenvolve também o turismo, é um local privilegiado para se observar o sentido do contato entre turistas e trabalhadores locais, sobretudo para aqueles interessados em compreendê-lo no contexto pastoril. Quando por ocasião da visita, foi possível observar algumas atitudes singulares que distinguiam os peões da fazenda dos demais vaqueiros da região. Não se tratava da vestimenta, nem do linguajar ou de seu comportamento padrão, ainda que demonstrassem eles maior grau de descontração e sociabilidade que o comum da peonagem pantaneira, geralmente tímida, introspectiva e desconfiada quando diante de estranhos. O que de imediato chamou a atenção foi a preocupação e o cuidado insistentes com os cigarros, as fagulhas, os

fósforos acesos que, por descuido pudessem ser atirados ao solo coberto com o capim ressequido pela estiagem prolongada. A vegetação seca e altamente inflamável constituía-se em perigo constante de incêndio descontrolado. Naquela propriedade, portanto, queimada demonstrava ser palavra proibida. A vegetação queimada não atrai o visitante; árvores e animais mortos o afugentam. Contrastando com o hábito do peão regional, que no campo costuma atear fogo às macegas, para dali nascer capim novo e revigorado, mas que, em decorrência desse propósito não raro provoca sérios acidentes ambientais, a atitude dos peões da Caiman, depois de inseridos no contexto do turismo significou, ao menos em termos ambientais, uma mudança positiva. Se tem sido o ambiente o grande atrativo do Pantanal e se a conservação de seus ecossistemas é tão importante para a humanidade, evitar impactos como os causados pelas queimadas demonstra ser uma mudança fundamental de atitude, e o turismo tem um papel decisivo em sua promoção⁶⁴.

⁶⁴. Na mesma ocasião, foi possível conhecer dois novos personagens naquele contexto: o Sr. Celestino, um antigo caçador de onças do Pantanal, e a “loira de biquíni”, uma representação da figura do turista no imaginário local. O primeiro, havia se transformado numa espécie de guia de turismo da fazenda, mostrando que mecanismos legítimos de absorção da mão-de-obra “marginal” existem e que o turismo tem condições de implementá-los. É certo que absorção não implica em inclusão, ou seja, não se traduz, necessariamente, em criar condições favoráveis de vida para o trabalhador, mas, nesse caso, a despeito de como o antigo caçador se insere naquele mercado, pode-se dizer que através do turismo ele encontrou condições de abandonar atividades ilícitas praticadas na região.

A “loira de biquíni”, por sua vez é uma manifestação do sobrenatural, que aparece aos peões trajada apenas com um pequeno “biquíni” na beira das baías, atraindo para si a atenção dos vaqueiros. Quando estes se aproximam, ela simplesmente desaparece: “o peão arrepiá”, comenta um informante. As representações sobrenaturais são comuns no contexto das fazendas pantaneiras. A presença da “loira de biquíni” vem mostrar que, mesmo com o turismo, o diálogo da população local com o outro mundo mantém-se ativo. A loira é a encarnação da figura de uma turista e a sua aparição como entidade sobrenatural naquele meio pode representar, de um lado, a assimilação por parte dos vaqueiros da figura estrangeira, tal como um mito indígena incorpora a presença desconfortável do branco em seu meio, uma forma de domesticá-la, de dar-lhe sentido. Por outro, pode conter em essência a representação desse medo do desconhecido que, sob a forma de um personagem inusitado, toma conta de seu espaço. Qualquer que seja a alternativa é importante notar que a presença do estrangeiro está estimulando muitos dos padrões locais de se representar do mundo. No caso da “loira” é uma forma que encontram de expressar, em linguagem local, os seus desejos ou temores mais íntimos.

Assim, ainda que o turismo possa ser a causa de mudanças estruturais no contexto socioambiental pantaneiro, deve-se estar atento para os mecanismos de reprodução dos padrões locais de convívio social e representação de mundo. No caso das comitivas de gado, a atividade turística, mais do que interferindo nos costumes do trabalhador local, pode estar contribuindo para conter mudanças impostas pelos avanços da lógica capitalista no campo e pelo assédio da cultura globalizada. Novas demandas os peões certamente tendem a acalantar após o contato com o turista; porém, não se deve esquecer que não se trata de um indivíduo isolado, pois possui rádio, tem contato com os centros urbanos e possui interesses que estão além do universo campeiro. Por outro lado, o transporte do gado continua a ser realizado segundo as técnicas, os instrumentos e o conhecimento que são de domínio do vaqueiro, que poderá, inclusive, vir a se sentir mais valorizado no momento em que tudo isso se revela de interesse do agente estrangeiro.

Como ficam, então, essas relações no contexto do turismo da pesca? Que transformações estariam se processando na cultura desses grupos em função do contato com o turista? Que interferências estaria o turismo promovendo na relação dos trabalhadores da pesca com o ambiente pantaneiro? E, por fim, uma questão que precede todas as outras, por ser mais abrangente e determinante na compreensão dos impactos do turismo, quem é esse trabalhador que estaria perdendo seus valores e rompendo relações “tradicionais” com o ambiente e seu grupo no contexto local?

Algumas dessas indagações já foram abordadas no decorrer do trabalho. No entanto, vale ressaltar que, quando formulados a partir da antropologia, esses questionamentos reclamam um pouco mais de cautela por parte do investigador, pois, em se tratando do estudo de culturas, categorias como mudança, interação e dinâmica devem ser permanentemente consideradas, já que constituem o seu fundamento lógico. Os catadores de iscas, objeto primeiro desse estudo, têm se mostrado, senão personagens fugidios, já que compõem um

grupamento recente de trabalhadores, ao menos uma categoria complexa pela multiplicidade de origens, de interesses e formas de inserção no âmbito do turismo pesqueiro. Se no início deste trabalho o “isqueiro” foi apresentado a partir de suas atividades de origem, de sua condição social e de seu conhecimento técnico, é preciso dizer que há um elemento complicador quando os parâmetros são as práticas ditas “tradicionais”, os valores e os costumes que definem a condição de “ser” “isqueiro”. A pergunta que surge de imediato diz respeito à possibilidade de se classificar esses trabalhadores, procedentes de diferentes regiões e contextos, colocados em contato numa circunstância determinada da história socioeconômica da região, numa categoria específica. Em que medida, o pescador de isca poderia ser considerado, do ponto de vista antropológico, um “nativo”, naquilo que o termo tem de mais clássico, ou seja, o pertencer a um grupo e a um lugar determinados e ser detentor de uma identidade que o singulariza?

Os acampamentos de “isqueiros”, devido ao caráter de improviso, ao fluxo descontínuo de trabalhadores, decorrente da sazonalidade da profissão, não se assemelham aos bairros rurais, tão bem descritos por Candido (1987), em que a integração neles se dava a partir das relações de parentesco e de proximidade entre os moradores e das atividades que desenvolviam coletivamente, fosse o trabalho, fossem as festividades. A convivência perene e o exercício da coletividade resultavam numa consciência de mundo comum. Em seu estudo sobre os caipiras negros do Vale do Ribeira, Queiroz (1983) identifica esses mecanismos de inserção do bairro rural nas comunidades negras; porém, aponta mais um, “a cor, critério de mútua identificação, fator de integração mais profunda e de solidariedade maior entre seus componentes, fonte de identidade do bairro” (Queiroz, 1983: 31). Entre os “isqueiros”, entretanto, não há critérios marcantes, tais como cor, convívio permanente, existência coletiva para demarcar a identidade e a noção de pertencimento desses trabalhadores a um grupo determinado. Não são mais trabalhadores da lavoura, ainda que almejem voltar a ela;

muitos não vivem mais da pesca, ainda que mantenham um vínculo esporádico com a atividade; não entendem os acampamentos como seu lugar de pertencimento, ainda que ali passem muitas vezes a maior parte do ano. Os mecanismos que definem sua condição de grupo social devem ser buscados em outras instâncias.

3.6. “Nativos” em trânsito

James Clifford (1998), ao analisar a construção do discurso etnográfico no decorrer do século XX, demonstrou, através da noção de “autoridade etnográfica”, que o fazer antropológico se desencadeia através de construções textuais, histórica e culturalmente determinadas, resultantes de proximidades, tensões e de ambigüidades que subsistem ao encontro do etnógrafo com seu tempo e dele com o nativo. O autor chama a atenção para as mudanças que vêm se processando na relação entre antropólogo e seu objeto, e daí na própria concepção de cultura – percebida cada vez mais como lugar de interação e movimento – no momento em que a prática antropológica começa a ser questionada em relação ao alcance e resultados de seu método – a pesquisa de campo. Esta última define-se cada vez menos, segundo Clifford, como a relação tradicional entre um etnógrafo viajante em visita aos nativos localizados. Ao contrário, o “antigo e fixo” local de campo abre-se em complexas histórias de viagens e assentamentos, em “experiências cosmopolitas” que desencadeiam diálogos entre personagens em constante movimento. De acordo com Appadurai (1995), o informante imobilizado, confinado a seu lugar, talvez nunca tenha existido. O que há são interações transregionais, tanto mais intensas e intrincadas quanto nos aproximamos do universo globalizado dos dias de hoje. Como diz ele próprio, “é cada vez mais evidente que no complexo e altamente interconectado mundo contemporâneo, dominado pela mídia, restam cada vez menos culturas nativas” (Appadurai, 1995: 37). Oprimidas pelo mercado

internacional, elas são empurradas pelas forças de desenvolvimento e nacionalização através do mundo. Por conseguinte, “nativos, como os antropólogos gostam de imaginá-los (...) estão desaparecendo rapidamente” (Idem: 37).

O “isqueiro” como nativo, como categoria detentora de identidade⁶⁵, existe apenas como personagem em processo. E o turismo surge como o contexto possível de sua expressão. Sua identidade constrói-se e reconstrói-se nessa zona de contato intercultural, a partir do encontro (ou dos desencontros) com o “outro”, seja também ele um “isqueiro”, turista, pescador ou trabalhador estrangeiro translocalizado. O contato com o turista, ou melhor, o espaço do turismo, induz a novas experiências que tendem a ser tanto de exploração quanto de inclusão, pois possibilitam o exercício da construção de uma identidade desses trabalhadores deslocados e despossuídos. Como assinalam Clifford e Appadurai, trata-se de uma identidade por si mesma dinâmica.

Para Clifford, a etnografia, que no decorrer de sua história privilegiou as relações de moradia sobre as de deslocamento, depara-se cada vez mais com informantes que se constituem num misto de nativos e viajantes (Cf. 1997: 19). Este autor não propõe que se exclua a figura do primeiro, substituindo-a por este último; porém, alerta para a existência de mediações concretas entre ambos, para a necessidade de se estar atento às dinâmicas específicas que existem entre moradia e viagem, entre localização e deslocamento (Cf. 1997: 24).

As críticas de James Clifford e de Appadurai são úteis para a compreensão do modo como se constitui a categoria dos “isqueiros” no Pantanal, seja como unidade social, seja como grupo culturalmente definido. Esses indivíduos enquadram-se integralmente nas definições desses autores, que Gosh sintetizou como sendo “moradores-em-trânsito ” (Gosh,

⁶⁵. Aqui se fala em identidade pois os trabalhadores da isca de fato se percebem como distintos dos trabalhadores da pesca profissional e de outras categorias de trabalhadores locais. Assim, têm desenvolvido mecanismos para reforçar sua condição de “isqueiros”, sejam eles políticos, diante dos poderes públicos ou das colônias, sejam sociais, como redes de solidariedade e regras de comportamento no contexto das baías.

citado por Clifford, 1997: 2), tal o sentido e a força do deslocamento na determinação de suas vidas.

Conforme demonstrou-se anteriormente, nos levantamentos efetuados por essa pesquisa as atividades de origem dos “isqueiros” são as mais diversas. A principal revelou-se a atividade rural (cabe lembrar que 32% dos “isqueiros” entrevistados tinham como atividade de origem a lida no campo – pastoreio, lavoura ou empreita –, enquanto apenas 15% atuavam na pesca); contudo, os trabalhadores desempenhavam funções muito distintas antes de ingressar na pesca, como as de mecânicos, motoristas de caminhão, trabalhadores da indústria, entre outras. Vindos do campo, de pequenas cidades ou grandes metrópoles, o que os caracteriza de forma determinante é o processo de deslocamento no qual estão inseridos.

“Trabalhei na segurança de uma fábrica de papel, lá na Celulose do Irani, fica no Oeste catarinense, perto de Juaçava, Chapecó. Aí o salário tava meio pouco, a gente num tinha casa também, num tinha nada, daí eu peguei cabeí saindo do serviço, né? Vou lá pro Norte de Mato Grosso, vou trabalhar com serraria, caminhão, porque eu sou motorista também, né? Aí fui lá, mas é muito sem recurso lá, né? Dava muita malária e tal. Daí eu comecei, daí eu descí prá cá. Daí em Campo Grande me informaram que aqui no Pantanal era muito bom trabalhar com o turismo, né? Tinha muito jeito de ganhar dinheiro aqui. Daí foi onde que eu vim parar aqui. Daí cheguei, comecei a fazer uma ficha num lugar, no outro, daí comecei a pescar aí, até aguardar emprego, né? Vê se arrumava serviço. Fiz uma inscrição no INCRA também, prá ver se pegava uma terra por aí, prá trabalhar, né? Daí até que comecei a me dedicar mais na pesca, a gente já gostava de pescar também, né? E foi onde eu comecei a ganhar dinheiro, começou a aparecer turismo, também, turista, eu fui, comecei a trabalhar. Fui pegando conhecimento com o dono do restaurante aí e começou a acampar turista aí, bem no porto da balsa, e foi onde eu comecei a trabalhar. Daí me entrosei, fui me entrosando cada vez mais e, costumei também, e agora, graças a Deus tá bom, né?” (N., pescador, piloteiro e isqueiro, 39 anos).

Mesmo os trabalhadores originários do próprio Estado, e saídos do ambiente rural, têm histórias de vida que demonstram não se tratar de personagens localizados espacialmente, mas sim de pessoas em constante interação com o universo transregional. Este é o caso de um informante que, ao narrar sua trajetória de vida, ilustra o quanto a idéia de viagem, de deslocamento, e com ela a de distintos níveis e graus de inter-relações, está presente no universo desses trabalhadores.

“Eu, antes... eu tive braça... eu trabalhava na roça, trabalhava nessas fazendas, era de formador de pasto. Então a gente derrubava o mato, prantava roça e... prantava capim, era o tempo de forma, né? E aí, aí eu me casei em 72, aí eu tive, eu fui pra São Paulo. Em São Paulo eu fiquei trabalhando de servente de pedreiro, trabaiei de cobrador de ônibus, e aí num me dei em São Paulo, voltei pra cá, voltei pra fazenda outra vez, fui trabaia de retireiro de leiteria, tirar leite. Não me dei bem também, quer dizer, era acostumado só na roça, aí voltei, vim prá Miranda. Aí eu saí da fazenda vim prá Miranda... Em 75 eu voltei lá pra Morraria [MS] e ainda toquei uma lavoura. Toquei uma lavoura de café que tinha lá, fui tocar uma lavoura dum gerente de fazenda que tinha lá e eu tocava o cafezal dele e prantava pra mim ali naquele cafezal. Toquei só um ano também. Aí em 76 eu voltei prá terra da minha ex-esposa, que é lá de Mundo Novo [MS]. Tive lá no terreno do meu sogro, trabalhei um ano. De lá eu saí. Aí em 77 eu tava em Rondonópolis [MT], um cunhado meu, daqui de Miranda, foi prá Rondonópolis pescar. Encontrei com ele na rodoviária, eu vinha de Mundo Novo, encontrei com ele lá. Ah, vamos, larga mão desse negócio de roça, vamos pescar, pescaria é que dá dinheiro, eu to indo prá Rondonópolis montar uma pescaria lá e tal. Eu fui mais ele prá lá. Chegemo lá, demos mal. Fiquemos lá uns sete meses. Daí eu construí uma lanchinha prá ele lá e mais um barco e descemos de rodada⁶⁶. De lá de Rondonópolis nós saímos aqui, aqui na barra do Paraguai com o São Lourenço. Nós viajamos 41 dias, de rodada pelo... rio Vermelho e aí, 40 dias nós rodamos só no rio São Lourenço.

⁶⁶ De acordo com o informante, a lancha era movida a um pequeno motor a gasolina que, logo no início da viagem, deixou de funcionar. A quase totalidade do percurso foi feita sem motor, à força de remo, de rodada, como se diz.

...Então, aí eu peguei... A gente vinha rodando e pescando, pescando pacú, né? Batendo pacú. Puxamo 7 saco de sal, viemos salgando. [...] Aí chegô na barra do S. Lourenço com o rio Paraguai, em vez de nós descê, a gente encontrou umas pessoas lá, que levou nós pruma fazenda, na beira da Gaíva, que é na divisa com a Bolívia. E lá eu fui trabalhar em fazenda. Trabalhei na fazenda Acurizal, trabalhei mais 7 meses e aí vim. E aí, quando cheguei... Aí, minha mulher adoeceu, ficou muito mal lá, quase morreu lá. Aí eu vim embora. Vim até de vapor. Aquele vaporzinho boieiro, puxa de Cáceres prá cá. Eu vim com ele até Corumbá. De Corumbá eu vim aqui prá Miranda e de Miranda eu fui prá São Paulo. Fiquei um ano e sete meses em São Paulo. Aí, em 79 foi que eu voltei, pr'aquí, prá Miranda.

E final de 79 eu passei a trabalhar em serraria, de fita, ajudante de fita. Aí eu trabalhei o resto de 79, 80 e 81. Quando foi 82 aí eu entrei definitivo, né? Na pesca, aí eu num saí mais". (S. M., isqueiro, 57 anos)

O depoimento ilustra, antes de mais nada, o drama de um trabalhador rural que, a despeito de todo seu esforço e de seu desejo mais íntimo, não encontra espaço para se fixar no campo. A vida o transforma num trabalhador "itinerante" e a mobilidade, para ele, antes de representar uma escolha pessoal, constitui-se numa imposição. Partir, mover, delocar-se são ações que induzem paradoxalmente a uma espécie de "localização forçada", aquela estabelecida por uma condição obstinadamente intransponível, a da pobreza. Nesse sentido, se há uma definição capaz de abranger a categoria dos "isqueiros" – e, como tal, a de diversos outros segmentos do turismo pesqueiro no Pantanal – é a de exclusão.

De acordo com Bauman (1999), hoje em dia estamos todos em movimento. Mesmo quando fisicamente parados, percorremos canais de televisão, navegamos pela internet, enfim, nos ligamos ao restante do mundo em tempo real. A mobilidade tornou-se um valor altamente cobiçado na moderna sociedade globalizada e, como tal, a liberdade de movimentos constituiu-se num determinante fator de estratificação social. A oportunidade de escolher onde estar e o grau de mobilidade de um indivíduo, num contexto de desigualdades e

segregação, define seu lugar e sua condição na hierarquia da sociedade de consumo. Alguns viajam, afirma o sociólogo, de acordo com suas necessidades e segundo seus desejos, outros porque são impelidos, obrigados, expulsos. Aos primeiros Bauman denomina “turistas”, aos outros “vagabundos”; não no sentido de pessoas ociosas ou avessas ao trabalho, mas como aqueles que estão alijados do poder de decisão e de consumo e cuja experiência do tempo é *monótona e vazia*. Como explica Bauman,

“os turistas ficam ou se vão ao seu bel-prazer. Deixam um lugar quando novas oportunidades ainda não experimentadas acenam de outra parte. Os vagabundos sabem que não ficarão muito tempo num lugar, por mais que o desejem, pois provavelmente em nenhum lugar onde pousem serão bem-recebidos. Os turistas se movem porque acham o mundo a seu alcance (global) irresistivelmente *atraente*. Os vagabundos se movem porque acham o mundo ao seu alcance (local) insuportavelmente *inóspito*. Os turistas viajam porque *querem*; os vagabundos porque *não têm outra opção suportável*. (Bauman, 199: 111)

O turismo, nesse sentido, está contribuindo para reproduzir a condição de pobreza a que esses trabalhadores estão indelevelmente associados. Ao empurrar os pescadores de iscas para o exercício de atividades insalubres e mal remuneradas, como ocorre com a captura de iscas, ao excluí-los dos processos decisórios sobre os rumos da atividade na região, o empreendimento turístico contribui para segregar ainda mais esses trabalhadores. A captura de iscas, nesse sentido, surge como uma experiência extrema, à qual são impelidos pela falta de perspectiva e cujo ingresso demanda grandes esforços pessoais, como demonstram os relatos a seguir.

“Qué dizer enfrento isso aqui porque é uma, que é difícil, é sujo, vocês tão vendo, aqui no mosquito, o perigo da cobra, o perigo do jacaré, a dificuldade! Passa dias às vez não faz nada. Mas, por quê? Porque eu não tenho, num tenho... Mas, é que nem eu falo, se no Brasil as coisas fosse mais fácil... Eu num tenho condições de enfrentar muito as dificuldades aqui. A gente enfrenta porque é

único meio que ainda, com todas as dificuldades, ainda é o meio que tô encontrando prá mim sobreviver. (M. isqueiro)

“Ah eu, do jeito que tá os fazendeiro hoje eu num... Porque o meu serviço mais é de fazenda mesmo, né? Salário muito pouco e num compensa, a responsabilidade da gente é demais, né? Assim memo num sendo peão, né? Sendo peão é só obrigação do dia. Agora o cara prá tomá conta da traia dos outros é responsabilidade, né? Então isto que eu já num... num agüento por causa disso”. (A., ex-peão de fazenda, isqueiro)

“Eles fala que eu sou loco. Minha tia mesmo ela fala “não vai, não, você é maluco de i prum mato desse aí”. (R., isqueiro)

De outro lado, porém, mesmo nesse meio conturbado, marcado pela exclusão e pela imposição de condições extremas de trabalho, o turismo emerge como uma oportunidade de se construir uma vida alternativa. Não a melhor, não a ideal, nem a mais justa, mas um espaço possível de se produzir a existência. Ele gera, antes de tudo, algum benefício econômico. Como diz um trabalhador, “o turista aqui prá nós é tudo, ... Cabô turista, cabô nossa sobrevivência” (J. R. – isqueiro). Porém, mais que isso, os dias despendidos junto às baías, o contato com outros trabalhadores envolvidos com a captura de iscas e com os turistas e atravessadores, as demandas próprias do grupo, têm propiciado a esses trabalhadores novas experiências profissionais e de interação social que, por sua vez, têm estimulado algumas práticas de caráter associativo e a definição de uma postura política como grupo – manifestadas através de ações junto ao CONPESCA-MS e às Colônias de pescadores, mediante contatos entre distintas comunidades de “isqueiros”, através da extensão das redes de sociabilidade etc. – que começa a se constituir em elemento aglutinador e identificador da categoria dos “isqueiros”.

Nesse novo espaço, os catadores de iscas começam a desenvolver mecanismos de afirmação social e de construção de novas identidades, que se integram àquelas que construíram durante seus trajetos de vida. O contato com o estrangeiro, redes de parentesco, opções religiosas, hábitos de consumo, se somam para regular uma nova experiência de vida. O lugar, o território a que pertencem e no qual circulam no Pantanal, constitui-se, assim, não como local de “confinamento”, compreendendo território e tradição, porém, mais que isso, como a *localização* de idéias provenientes de muitos lugares (Cf. Apparurai, 1995: 44). Rompidos esses mecanismos, resta-lhes a “tradição”, que, no caso desses trabalhadores, se traduz na mobilidade permanente e forçada. É nesse sentido que políticas de integração e de consolidação de mercado para os “isqueiros” tornam-se urgentes. Ao invés de expulsá-los das baías, como querem muitos empresários do turismo e agentes públicos, devem criar condições para que nelas trabalhem com segurança e salubridade. Ao invés de acusá-los de impactar o ecossistema das baías, é necessário propiciar condições técnicas de manejo, ou mesmo de criação de iscas em cativeiro. A captura poderia se transformar, da mesma forma, em atração para os turistas que, sob orientação dos trabalhadores e com equipamentos adequados, como vestimentas de borracha, luvas e chapéu, poderiam vivenciar novas experiências de pesca, a de sua própria isca viva nas lagoas do Pantanal. Informações sobre os ecossistemas das baías, sobre a biologia dos animais e plantas poderiam ser transmitidas pelos trabalhadores aos turistas nesses encontros. Enfim, possibilidades de integração existem e o turismo se constitui num espaço privilegiado para concretizá-las .

3.7. Pesca e ambiente

O turismo no Pantanal, visto da perspectiva da sustentabilidade, demonstra ser uma experiência ainda longe de estar concluída, como fica claro ao se observar os impactos que

provoca, mas que revela um grande potencial de realização. Verificou-se acima que, do ponto de vista da cultura, ele cria circunstâncias de integração. Resta saber como se articula em relação ao ambiente.

É preciso ter em conta que a pesca, por si mesma, é uma atividade impactante. Não apenas são extraídos por meio dela milhares de exemplares de peixes de seu *hábitat* natural, a ponto de colocar em risco algumas espécies mais perseguidas, como são descartados uma infinidade de peças e equipamentos poluentes nas lagoas e rios⁶⁷, além de, indiretamente, incrementar a demanda por suvenires próprios do ambiente selvagem, como é o caso das piranhas embalsamadas, muito apreciadas pelos turistas. Da mesma forma, a elevada potência dos motores das voadeiras provocam muitas ondas que, ao chocarem-se com as margens arenosas dos rios pantaneiros, causam desbarrancamentos, contribuindo para o assoreamento do leito desses rios.

As sucessivas legislações pesqueiras do Estado (como o Decreto N.º 5.646, de 28/09/90 e Decreto N.º 8.133, de 10/01/95), estipulando cotas para o transporte na pesca amadora e o tamanho mínimo dos peixes a serem capturados, além de proibirem os acampamentos nas margens dos rios, serviram para restringir de alguma forma esses impactos, bem como a ação dos pescadores esportivos pioneiros na região do Passo da Lontra, que demonstravam possuir quase nenhuma sensibilidade para a questão ambiental, preocupando-se apenas em levar consigo a maior quantidade possível de pescado.

⁶⁷. Em seu estudo sobre o impacto ambiental da caça e pesca recreativas, Edington e Edington (1986) chamam a atenção para uma série de efeitos “colaterais” que uma simples pescaria pode causar na natureza. Restos de linhas, de malhas, abandonados nos rios ou árvores nos quais costumam se enroscar, podem se constituir em armadilhas para aves que nelas prendem pés e asas, vindo a morrer estressadas e de inanição. Quando tomados como material para a construção de ninhos, esses petrechos passam a ameaçar não apenas os adultos mas também seus filhotes. Em levantamentos feitos em pesqueiros da Inglaterra, foram encontrados mais de 900 metros de linhas em lagos de pesca mais intensa. Do mesmo modo, as chumbadas que servem de peso para as linhas, quando soltas no ambiente natural, podem ser confundidas com alimento pelas aves, envenenando-as pelo efeito do chumbo. Como mostram eles, “nos Estados Unidos, o ‘Fish and Wildlife Service’ estimou que entre 1,6 a 2,4 milhões o número de patos selvagens que morrem por ano em função de consumirem essas chumbadas” e balas de espingarda de caçadores. (Edington e Edington, 1986: 72). Segundo os pesquisadores, há como minimizar esses impactos substituindo o chumbo de que são feitos os pesos por aço e tungstênio, substâncias não tóxicas.

Se a legislação serviu para controlar suas atitudes perante a natureza, não eliminou, contudo, o desejo intenso de levar consigo quantos peixes forem permitidos.

“Eu acho que a cota... Em primeiro lugar, eu acho que devia mudar o tamanho do peixe, porque nós tamos pescando, nós solta 60, 70%... Hoje o peixe pegado com vara tá tudo fora de medida. ...Então o que que acontece? Vamos supor, nós tamos pegando pintado de 78 [cm] e tamos soltando. É oitenta a medida. Então nós somos obrigados a soltar. Então, o que que fazia? Se abaxasse prá uns 60, 70, a gente tinha condições de levar algum peixe bom” (B, turista, 49 anos).

“Nós fomos para Ayolas [Paraguai] e trouxemos em nove pessoas, em nove pessoas trouxemos 600 Kg de peixe. Nossa, tive que comprar um freezer prá guardar os peixes e distribuir, né?” (E., turista, 40 anos).

A enorme distância de suas cidades de origem em relação ao Pantanal, comumente ultrapassando os 1000 Km, o costume de agraciar parentes e amigos com o produto da pesca, os gastos com as viagens, que em média ficam em R\$ 500,00 por pessoa, colocam a posse do maior número possível de exemplares como uma condição necessária para a realização de pescarias no Pantanal.

“... Você vê, nós andamos basicamente 1000 Km prá vim aqui no Pantanal, prá chegar aqui levar 25 Kg de peixe cada cota. Como o rio tá enfeitado de piranha, eu acho ela podia ser liberada, ou a mesma quantidade que você leva de peixe, levaria de piranha” (Bv., turista, 37 anos).

Tamanho é o apelo desse pescador esportivo que, hoje em dia, diante da redução significativa do número de turistas na região, os empresários locais acusam justamente a cota reduzida do pescado como sendo a principal responsável por tal diminuição de visitantes e agem junto ao poder público, sobretudo através do CONPESCA-MS, no sentido de retornar a

cota de 25 kg mais um exemplar. Porém, como fazer voltar uma cota mais generosa quando não se está encontrando peixe suficiente nos rios?

De acordo com Catella et al. (2000; 2001) não é estoque pesqueiro que está decrescendo, mas o esforço de pesca que tem se distribuído por um número cada vez maior de pescadores. Seja como for, é patente a diminuição do pescado “com medida” nos rios pantaneiros. Ou seja, continuam pescando, porém apenas exemplares muito jovens sem medida suficiente para ser transportado e, da mesma forma, a concentração da pesca em algumas espécies tem contribuído para a redução do estoque de peixes esportivos, como o pacu, o pintado e o dourado. Como declarou a maioria dos turistas (84,6% dos entrevistados), no ano de 2000 não foi possível completar a cota com peixes dentro da medida, à época 15 Kg mais um exemplar.

Nos anos de 2000 e 2001, quando a cota reduz-se consideravelmente, de 25 kg mais um exemplar de qualquer tamanho, para 15 Kg mais um exemplar e posteriormente para 5 Kg e um exemplar, o número de pescadores também diminui nessas regiões⁶⁸. Os dados da pesquisa demonstram, no entanto, que, ao contrário do que insistem em afirmar empresários e alguns trabalhadores da região de Miranda – que reclamam a volta da cota de 25 Kg –, os pescadores esportivos apontaram, não a cota, sempre inatingível, mas a falta de peixes como o principal motivo para não retornar ao Pantanal (38,5%). Outro argumento bastante ressaltado foi o preço elevado do turismo na região (17,5%), seja dos hotéis, seja dos piloteiros ou das iscas, que desestimula o pescador a percorrer grandes distâncias e, no final, não conseguir pescar o peixe tão almejado. O estado de conservação dos rios também aparece como um fator a dificultar o retorno do turista à região, sendo que 15,3% dos entrevistados entendem

⁶⁸. De acordo com os dados do SECPESCA-MS (no prelo), no ano de 2000 o número de pescadores esportivos em visita ao rio Miranda foi de 9.441 e no ano de 2001, foi de 7.501. Comparando com anos anteriores – 1997, com 17.023 turistas (Catella et al, 2000) e 1998, com 18.325 turistas (Catella et al 2001) – percebe-se uma redução drástica na quantidade de pescadores esportivos na região, uma queda de quase 50%.

que a redução do pescado se deve à degradação que afeta os ambientes aquáticos, decorrente de diversos fatores, inclusive a pesca profissional, como insistem em colocar⁶⁹.

Se a resposta dos turistas à diminuição do pescado é a busca de outros locais de pesca, a sua atitude serve de alerta para que empresários do turismo e para que o Estado atentem para o modo como o equilíbrio dos rios pantaneiros tem sido desconsiderado. Apesar das acusações mútuas – turistas aos pescadores profissionais; destes aos turistas; Estado à pesca em geral; empresários às legislações pesqueiras – o fato é que a pesca depende diretamente da boa conservação das condições de vida no ambiente aquático e isso não vem sendo observado nos rios do Estado.

De qualquer modo o fluxo decrescente de turistas já preocupa empresários e trabalhadores no município de Miranda. Muitos pescadores estão abandonando a captura de iscas para dedicar-se a outras atividades, enquanto aguardam a reversão do cenário desfavorável. Isso não significa o fim do turismo pesqueiro na região, nem da atividade de coleta de iscas, pois permanece a exportação e a queda do fluxo de turistas em outras regiões, como o rio Paraguai, ainda que se manifeste, não é tão significativa como no rio Miranda. A instauração da crise pode ser o momento adequado de se promover uma mudança nos padrões de exploração turística da pesca no Pantanal.

As facilidades de acesso, a existência de uma infra-estrutura mínima para receber o pescador e a popularização da pesca estimularam a vinda não só dos grupos de pescadores esportivos, como também de suas famílias⁷⁰. Com isso, uma nova clientela passa a frequentar os locais de pesca e a trazer novas demandas para o turismo da região. A natureza se torna um

⁶⁹. Outro fator a se considerar em relação a esse debate, conforme lembra Catella (2002), diz respeito às variações sazonais de cheia e seca próprias do ecossistema pantaneiro. Desde a histórica cheia de 1974 o Pantanal vive um período de grandes cheias, o que é bom para a reprodução da vida aquática. A partir de 1997, no entanto, as cheias têm sido menos intensas que as anteriores, configurando um período mais seco, com a conseqüente redução do estoque pesqueiro (Cf. Catella, 2002: 07).

⁷⁰. A publicação de uma série de reportagens, em 1997, num jornal de circulação nacional (Cf. Valente, 1997), denunciando a presença de boates flutuantes nos rios do Pantanal, em que garotas menores ofereciam seus serviços para os pescadores esportivos estimulou algumas mulheres, conforme depoimentos de turistas de ambos os sexos, a acompanhar os maridos nas pescarias, acabando por tornar-se, elas também, pescadoras esportivas.

importante atrativo para esses novos freqüentadores da região, que reclamam outras formas de lazer e cuidados que o pescador esportivo anteriormente não reivindicava. Nos questionários aplicados aos turistas da pesca alguns aspectos dessa mudança puderam ser registrados.

Quando perguntados sobre que fator poderia estimular uma nova visita ao Pantanal, a natureza e seu elevado grau de conservação aparecem em primeiro lugar, com 56% das respostas; enquanto a existência de uma infra-estrutura satisfatória corresponde a apenas 8% das respostas. Muitos turistas, nas entrevistas gravadas, diziam que a pesca no Pantanal valia mais por proporcionar o contato com a natureza da região do que propriamente pelo prazer da pescaria que, segundo argumentavam, vinha diminuindo a cada ano justamente pela redução do número de peixes no rio.

Do mesmo modo, o turista demonstra, ao menos nas respostas às entrevistas, que está aberto à prática de uma pescaria menos impactante, como é o caso do sistema pesque e solte. De acordo com as respostas, 69,2% dos entrevistados continuaria pescando no Pantanal se esse sistema fosse instituído – que já está prestes a acontecer, pois a lei determina que no ano de 2005 o pescador somente poderá levar consigo um único exemplar de pescado –, desde que, como contrapartida, haja peixes em abundância nos rios.

Enfim, existe uma demanda considerável por um turismo diversificado que reclama investimentos no Pantanal. A crise no turismo pesqueiro pode ser benéfica na medida em que aponta para novas práticas turísticas menos impactantes na região. A presença de outras modalidades de turistas que não apenas o pescador esportivo nas áreas ribeirinhas, com sua demanda por atrativos naturais, pode vir a estimular novas sensibilidades por parte dos moradores locais que, compreendendo o interesse do turista pelo ambiente, e percebendo a importância da conservação ambiental, mais não seja para a manutenção de sua própria atividade, tende a desenvolver novos mecanismos de conservação ambiental no contexto pantaneiro.

Quanto à relação do turista com a população ribeirinha, há que se observar que no Pantanal o turismo da pesca, antes de desintegrar comunidades locais, como denunciam muitos dos estudos de cientistas sociais sobre a implantação da atividade turística no litoral brasileiro, tende a criar novos espaços de convivência. Em muitos aspectos, esses locais se constituem em territórios de exclusão; porém, criam-se aí mecanismos de sobrevivência e, *mais que isso*, instrumentos de organização política, novas formas de relações sociais e canais de reprodução de antigas redes de solidariedade. Dessa forma, é fundamental que se constitua o debate em torno de uma prática turística sustentável, que transforme o trabalhador em sujeito do processo turístico, de tal forma que essas manifestações possam resultar em experiências de integração social e de incorporação dos benefícios econômicos e sociais advindos do empreendimento turístico.

Turismo e memória nos rios do Pantanal: uma possível conclusão

Este “capítulo”, síntese das idéias até aqui discutidas sobre o turismo pesqueiro no Pantanal, ao mesmo tempo em que pretende ser uma conclusão busca apontar alternativas para os dilemas que estão colocados para a atividade turística na região. A partir da retomada dos temas analisados durante o trabalho e da discussão de outros aspectos relativos ao turismo no Pantanal, pretende demonstrar que, apesar das contradições que envolvem a prática turística na região, existe um potencial para se implementar um modelo menos impactante e com maior alcance social de turismo no universo ribeirinho do Pantanal.

Desse modo, entende-se aqui que modalidades alternativas ao turismo pesqueiro e de atrativos naturais, como o turismo étnico e o cultural, entendidos como mecanismos de construção da memória e de afirmação da identidade regional, no momento em que se tornam parte de uma política efetiva de desenvolvimento turístico regional, têm condições de promover o crescimento econômico e a inserção social, ampliando a participação dos trabalhadores no mercado e contribuindo para valorizar as culturas regionais e a conservação da natureza.

Os dados aqui apresentados, que não foram tratados no decorrer do trabalho, são fruto das investigações realizadas durante a viagem de pesquisa ocorrida no rio Paraguai, em novembro de 1999, quando se percorreu o trecho de 1200 Km entre as cidades de Cáceres – MT e Porto Murtinho - MS.

Viagem: o futuro do pretérito

A idéia da sociedade pós-industrial como fundada no consumo e na alienação, e do turismo como sua expressão emblemática, serviram para engendrar uma visão negativa da

atividade turística nas Ciências Sociais e, mais especificamente, na Antropologia. Conforme discutido no decorrer deste trabalho, na década de 1970, Boorstin já havia chamado a atenção para o caráter estandardizado e alienado da prática turística. Na visão de MacCannell (1999), a artificialidade, tida como inerente ao turismo, mobiliza os homens numa busca constante pelo autêntico. Assim, o turismo consistiria numa tentativa de se encontrar em outros lugares, junto a outros povos, em diferentes culturas, a experiência genuína que os turistas não mais vivenciam em sua sociedade. Em última instância, o turismo se constituiria “na linguagem pela qual se articularia um conjunto importante de valores da vida moderna, por meio do qual se estaria vivenciando a possibilidade de ir ao encontro do outro” (Araújo, 2001: 60).

Na esteira deste debate, Ortiz (1995) aborda a viagem, e mais especificamente o turismo, a partir da perspectiva do processo de mundialização da cultura. De acordo com ele, no mundo globalizado as culturas se desterritorializam, penetram e são penetradas, pela modernidade que institui, com os aparatos tecnológicos – aviões, automóveis, computadores – e costumes estandardizados – jeans, *fast-foods*, *shoppings centers* – um padrão civilizatório mundializado. Nesse contexto, a viagem, que não conduziria senão ao mesmo, perde a sua aura aventureira, desaparecem os riscos e a excitação, os contatos com os povos visitados passam a ser mediatizados por agentes e dispositivos codificados de informações, tais como guias turísticos, mapas, folderes etc. A viagem, diz Ortiz, deixa de ser um rito de passagem para tornar-se meramente lazer.

Esse caráter trivial da atividade turística contribui para que os etnólogos, mesmo sendo eles próprios viajantes, freqüentemente recusem-se a ser associados à figura do turista e à sua prática aparentemente descompromissada e alienante. Foi demonstrado que, na opinião de Crick (1989), muito dessa dificuldade, por parte da academia, está em considerar seriamente uma área de estudo cujo fenômeno se mostre demasiadamente relacionado ao lazer e ao hedonismo. De modo semelhante, Augé (1999) entende como justificativa para esta

resistência dos antropólogos o fato deles experimentarem a mesma vertigem e as mesmas tentações vivenciadas no contexto do turismo: uma prática de deslocamento cujo impulso de partida encontra sentido em sua causa final, o retorno, isto é, nas recordações e memórias que dela se constroem, e que mais tarde podem ser desfrutadas lenta e saborosamente, como se fosse, no dizer do autor, uma experiência vivida no futuro do pretérito.

A viagem não se esgota na vivência de experiências sensíveis, de emoções inusitadas e excêntricas, mas, para além do momento presente, ela se objetiva num fim que é o seu relato. A narrativa, diz Augé (1999), é o que dá sentido à experiência do viajante, é o que torna o deslocamento, e tudo aquilo nele implicado – a aventura, o desconforto e, ao mesmo tempo, o contato com o inusitado, o prazer e o deslumbramento –, referência para o espírito, animação dos sentidos e possibilidade de conhecimento, seja de si mesmo ou do outro. As lembranças, na forma de memórias escritas, de anotações etnográficas ou de imagens congeladas, são a razão de ser da viagem, ou seja ela existe em função dessas diferentes formas de relatos.

Se persiste uma diferença de qualidade entre as narrativas do turista, do escritor viajante e do etnólogo – visto que este último não é um autor que se escuta por si mesmo, mas que formula seu relato e revive suas memórias sem fazer abstração da verdade objetiva daquilo que diz (Cf. Augé, 1999) – a prática do turista fundamenta-se na mesma lógica desses viajantes, a de engendrar um relato futuro, ou, como diria Geertz (1979), de produzir interpretações. É justamente essa dimensão da experiência turística que nos interessa analisar aqui. Conforme Augé, a viagem do turista “ganha sentido numa narrativa que tem necessidade de audiência. Esta narrativa permite uma recomposição do passado que é também uma recomposição daquele, daquela ou daquilo que viveram: é uma afirmação do eu que passa pela palavra” (Augé, 1999: 15). Essa afirmação do eu, por seu lado, e na medida em que se constitui como resultado de um encontro, pode ser também uma afirmação da alteridade, no

instante em que a torna visível, e da coletividade, na medida em que a experiência pode remeter à memória de um povo.

Turista: participe do passado

A cidade de Cáceres – MT, com suas ruas estreitas e o casario colonial bastante preservado, registra uma parte significativa da história de ocupação do Norte pantaneiro pelo empreendimento português. Fundada em 1778, Cáceres conta hoje com aproximadamente 80.000 hab. (PCBAP, 1997) e tem na pecuária a base de sua economia. Há alguns anos, no entanto, a cidade, que se localiza às margens do rio Paraguai, tem atraído turistas da pesca de diversos Estados brasileiros, principalmente de Goiás, São Paulo e Minas Gerais, fazendo da pesca esportiva uma atividade que rapidamente se consolida e se impõe como importante setor da economia local.

Conforme depoimento de um agente de turismo, a cidade dispunha, até 1985, de 30 motores de popa e 5 lanchas pesqueiras à serviço dos pescadores esportivos. Hoje, são aproximadamente 3.000 motores de popa e dezenas de lanchas que trabalham diretamente com o turismo da pesca. Apesar desse crescimento, a infra-estrutura para acolher o turista ainda é bastante precária. Até meados da década passada, o município dispunha de 12 hotéis, 3 pousadas e 2 campings, sendo que, desses estabelecimentos, apenas um recebia classificação da EMBRATUR e na categoria de 1 estrela (Cf. PCBAP, 1997: 57).

Se a pesca esportiva é o carro-chefe do turismo local, existem numerosos outros atrativos que podem despertar a atenção do visitante estrangeiro. No entanto, é ínfimo o aproveitamento do potencial turístico da região, inexistindo investimentos em modalidades turísticas tais como: turismo rural, turismo ecológico e agroturismo (PCBAP, 1997). Mesmo a natureza pantaneira, considerada uma atração ímpar no cenário mundial, com sua fauna diversificada, sua flora exuberante e a singularidade de seus recursos hídricos, tem sido

comumente negligenciada pelo empreendimento turístico. Poucos são os locais com infraestrutura adequada para receber o visitante interessado em conhecer o ambiente pantaneiro. Os hotéis e pousadas, dispostos à margem do rio Paraguai, além de raramente contarem com uma arquitetura característica da região, costumam ser instalados em locais pouco apropriados, destruindo justamente o atrativo que singulariza o Pantanal, sua natureza. Dificilmente estes estabelecimentos encontram-se aparelhados para atender ao turista interessado nos atrativos naturais. Praticamente não há hotéis que ofereçam trilhas através de matas, passeios com guias especializados em fauna e flora locais, postos de observação de aves e mamíferos, entre outros. Os pacotes costumam constituir-se dos mesmos roteiros e contar com a mesma infra-estrutura montados para os turistas da pesca – ou seja, passeios de barco através do rio – com a diferença de que a atenção dos piloteiros ao invés de centrada nos cardumes que sobem o rio, voltam-se para os animais que porventura aproximam-se das margens.

Além das riquezas naturais, o patrimônio arqueológico e histórico existente às margens do rio Paraguai, desde a cidade de Cáceres até Porto Murtinho, é suficientemente amplo e valioso para justificar investimentos no setor do turismo histórico e étnico, absolutamente inexistentes no presente. Nas cercanias de Cáceres encontram-se importantes marcos do processo de ocupação do extremo Oeste brasileiro. Um deles é a fazenda Jacobina, que no século XIX concentrou o poder econômico e político da região Norte pantaneira, sendo, à época, uma propriedade totalmente autônoma, com grandes áreas de lavoura, muito gado e, inclusive, com milícia própria. De lá partiram os primeiros colonizadores não índios para a região da Nhecolândia, no Centro-Sul pantaneiro. A Fazenda Jacobina, que abrigou a expedição Langsforff em 1827, foi retratada por Hércules Florence em seu livro “Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas”, que deixou um testemunho do poder exercido pelos grandes coronéis desta região distante do País. O fim da escravidão, a concorrência de outros centros

açucareiros e as leis trabalhistas da era Vargas, contribuíram para a decadência da propriedade, que preserva ainda hoje, em seus edifícios, a memória desse período de opulência.

Tal como a Jacobina, a Fazenda e Saladeiro Descalvados, distante aproximadamente 140 Km da cidade de Cáceres, às margens do rio Paraguai, é outra grande propriedade que preserva viva a história da ocupação econômica da região pelo homem branco. Fundada em 1874, por João Carlos Pereira Leite, a fazenda, que contava com 350 mil léguas quadradas, chegou a abrigar um rebanho de 600 mil cabeças de gado. No mesmo local foi montado um saladeiro, pelo argentino Rafael Des Sar, que abatia as reses da propriedade para a fabricação e exportação de charque.

O apogeu da fazenda deu-se na década de 1880, quando, arrematada por um empresário uruguaio, nela foi instalada uma fábrica de extrato de carne destinada a abastecer o mercado europeu. Em meados do século XX a fazenda foi desmembrada e adquirida por fazendeiros brasileiros. A crise que se abateu sobre a pecuária na região, aliada a outros fatores técnicos e de mercado, levaram ao declínio da propriedade. Muito do maquinário da fábrica, sua caldeira, as oficinas e marcenaria, um antigo caminhão, encontram-se ainda hoje dispostos na sede da fazenda, mas, a despeito de seu significado histórico e interesse turístico, tudo isso está abandonado à ação do tempo. O edifício da casa grande, com escadaria de metal inglesa, piso de ladrilho hidráulico e grandes janelas que vão quase até o chão, está sendo parcialmente ocupado com uma pousada destinada ao turismo pesqueiro. Muitos galpões de trabalhadores, a pequena igreja com imagens de santos, também estão, paulatinamente, deteriorando-se por obra do tempo e do descaso.

Ao se percorrer a história desses patrimônios percebe-se que essa região viveu, entre fases de apogeu e de decadência, uma série de ciclos socioeconômicos que testemunham um esforço permanente de ocupação que nos legou, não apenas registros arquitetônicos e

testemunhos escritos, mas também um diversificado contingente humano, que acabou por se estabelecer definitivamente na região. O encontro desses distintos grupos engendrou um grande processo de miscigenação, que resultou na constituição de tipos sociais característicos da região. Hoje, o habitante local, traz em si as marcas do negro que saiu das minas de ouro de Cuiabá e Poconé; dos descendentes de índios que sobreviveram aos massacres impetrados pelos portugueses e bandeirantes, bem como por fazendeiros que queriam ver suas terras “limpas” de elementos nativos; dos brancos, descendentes de portugueses colonizadores e de paulistas, gaúchos e nordestinos que vieram ocupar a região mais tarde, no decorrer do século XX; além do elemento estrangeiro, sobretudo paraguaio, que tradicionalmente dividia o espaço com os nativos e conquistadores brasileiros.

A história desses povos – o processo de ocupação, os contatos interétnicos, as relações de fronteira – e sua cultura ainda estão por ser plenamente conhecidos e propagados. O turismo pode ser, nesse aspecto, um importante mecanismo no resgate dessa memória e dos saberes locais, e, desde que apropriadamente implantado, pode servir como instrumento de afirmação da identidade regional e de inserção da população, em grande parte marginalizada, num mercado mais amplo de trabalho. Importa saber de que maneira o empreendimento turístico poderia contribuir para desencadear um processo semelhante, de resgate da memória e de valorização cultural, quando, em muitos aspectos, é justamente esta atividade que promove a descaracterização dos costumes e que produz desequilíbrios dos ambientes em que se desenvolve.

Ao analisar a instalação, em 1993, de um centro de tradição na ilha de Skye, nas Hébridas Escocesas, MacDonald (1997) aponta que empreendimentos dessa natureza, apesar de constituírem-se em representações “projetadas” do passado, podem estar intensamente comprometidos com a autenticidade e a identidade de um povo. Por utilizar-se de réplicas e não de produtos do passado, como um museu tradicional; por empregar meios técnicos da

indústria para explicar acontecimentos da história e por criar espaços “míticos” em lugar de perseguir um passado “verdadeiro”, esses centros de tradição costumam ser considerados locais estandardizados e inautênticos.

MacDonald (1997) demonstra, no entanto, que, no caso de Aros – o empreendimento da ilha de Skye –, as narrativas ali formuladas são parte de uma estratégia de resgate da história e de afirmação da identidade da população local. Em primeiro lugar, Aros não se pretende a expressão da história oficial dos povos da ilha. Pelo contrário, os projetistas do lugar entendem que estão produzindo uma versão alternativa da tradição local. Os acontecimentos históricos são conhecidos através de versões oficiais que são elas próprias “mitos”. Nesse sentido, o que se pretende em Aros é propor uma nova e mais radical leitura desses fatos. Em segundo lugar, o empreendimento não se destina apenas aos turistas, mas também, e sobretudo, à população local. Assim, o centro de tradição tem por objetivo constituir-se numa fonte de informações que visa mobilizar as pessoas para que se envolvam com sua própria história. Por último, como o empreendimento emprega jovens trabalhadores do local, são eles que narram a história para a sua comunidade.

Em suma, o empreendimento pretende contar uma história da galicinidade a partir de um ponto de vista alternativo e radical. Trata-se de uma visão local, contada por jovens da região, destinada, dentre outros, à população local. Como diz MacDonald, apoiando-se em Geertz (1979), trata-se de uma história que os habitantes de Aros contam sobre si mesmos. Mais que isso, é uma interpretação contemporânea que fazem de sua história, uma maneira de afirmar antigas concepções e formular novas imagens de si e dos outros.

Na relação turismo e comunidade local, a autora ressalta que o primeiro não pode ser tomado exclusivamente como um dispositivo desencadeador de processos de desestruturação cultural. A cultura, diz ela, não existe em estado puro e original. A sua história não se inicia em decorrência do contato com o turista e a conseqüente deturpação dos valores tradicionais.

Nesse sentido, não se pode entender a população local como um recipiente passivo das imposições do mundo exterior. Os “nativos” não se resumem a objeto do olhar do turista, pelo contrário, esses indivíduos “não apenas podem estar muito conscientes das imagens que deles fazem os de fora, como também podem tentar ativamente contrapor-se a essas imagens e construir visões alternativas de sua história e cultura” (MacDonald, 1997: 175). O turismo, então, pode servir como “estratégia de apropriação”, seja da memória de um povo, seja a de sua identidade cultural.

Ao retomar-se o contexto do rio Paraguai, percebe-se que existe ali uma longa história a ser resgatada e recontada. Assim, o turismo pode constituir-se numa alternativa viável para se permitir que a população local tenha acesso a esse passado e que participe ativamente de sua reconstituição e valorização, seja como trabalhadores, empregados em atividades como o turismo histórico, étnico e ambiental, seja como sujeitos a quem essas modalidades de turismo se destinam, isto é, como turistas eles próprios.

Nesse processo, de resgate da memória regional e até mesmo nacional, o rio Paraguai, com o vasto patrimônio arquitetônico, arqueológico e étnico que abriga, constitui-se numa referência histórica e cultural inesgotável. A guerra do Brasil com o Paraguai está viva nas edificações do Forte de Coimbra, no Mato Grosso do Sul, que foi construído entre os anos de 1775 e 1792 com o objetivo de estabelecer e guarnecer os limites do domínio português numa fronteira tênue, sobre a qual pairava tanto o interesse português quanto espanhol e o indígena. Da mesma forma, a guerra sobrevive no cotidiano da população local, seja no imaginário, através da crença nos “enterros” (tesouros enterrados por fazendeiros que, fugindo apressados da guerra, procuravam proteger assim suas riquezas), prontos para serem encontrados por pessoas afortunadas, seja nos costumes e no sangue castelhano que percorre as veias e inunda os hábitos e o linguajar dos descendentes dos migrantes da guerra.



Foto 24. Ruínas do saladeiro da Fazenda Descalvados (MT), às margens do rio Paraguai.



Foto 25. Casa de índio Chamacoco, no Paraguai, construída com tronco da palmeira carandá

A cidade de Corumbá, fundada no final do século XVIII, guarda, com seu “Casario do Porto”, a memória de um período de opulência do comércio regional que, na passagem para o século XX, fazia circular intensamente produtos de extração vegetal, como a borracha e a poaia, o charque e peles de animais, destinados à exportação, enquanto fazia chegar até o extremo Oeste produtos finos da indústria européia.

Corumbá foi também o palco de partida de muitos viajantes e expedições exploradoras, que nos legaram através de registros gráficos, crônicas e estudos científicos, a memória dos povos indígenas e dos pioneiros brancos que se aventuraram na região. Por ali passaram expedições como a de Langsdorff, que percorreu os sertões brasileiros entre os anos de 1821 e 1829 rumo ao Amazonas; viajantes como Guido Boggiani, artista plástico, comerciante de peles e uma espécie de etnógrafo amador, que viveu entre os índios Cadiuéu no final do século XIX; e pesquisadores, como o antropólogo Lévi-Strauss, que, na década de 1930, partiu de Corumbá rumo às aldeias Bororo, no Mato Grosso, tendo nos legado não apenas impressões de viagens, mas uma série de estudos etnológicos fundamentais para a compreensão de importantes aspectos da cultura de alguns dos diversos grupos indígenas que vivem na região.

Da mesma forma que esses viajantes, a Comissão Rondon percorreu as terras de Corumbá e o caminho natural constituído pelo rio Paraguai, no início de 1900, empenhada em expandir a rede telegráfica nacional. O objetivo da Comissão era permitir o avanço da República aos sertões inóspitos, habitados por “populações arredias”, e servir como elemento alavancador do progresso no interior do País. Como diz Maciel, “é evidente que, [comissões como essa] além de ‘levarem’ a civilização, ferrovia e telégrafo eram, também, ‘criadoras de terras’, produziam valor para o espaço, tornavam rentável, comercializável algo que antes era apenas espaço vazio e improdutivo” (Maciel, 1981: 170). Após o empreendimento bandeirante e monçoneiro, a Comissão Rondon representava mais um esforço por promover a

ocupação dos limites extremos do País, a partir da abertura, juntamente com a linha telegráfica, de um mercado de terras, já que o espaço ao longo dos trajetos era quase sempre reservado para o assentamento de colonos (Cf. Maciel, 1981: 170). Hoje, na localidade do Porto da Manga (MS), ainda existe um posto telegráfico, desativado, que foi ali instalado pela Comissão Rondon e que representa, em sua arquitetura singela, um marco desse esforço expansionista e da constituição fundiária da região.

Se muitos dos povos com os quais os primeiros exploradores tiveram contato desapareceram, em decorrência da investida do colonizador, seus vestígios ainda podem ser encontrados hoje às margens do rio Paraguai e nos capões mais distantes. Nesses locais, sítios arqueológicos guardam, na forma de cemitérios indígenas e aterros com vestígios cerâmicos e conchas, o registro material da presença desses povos por todo o território pantaneiro. Alguns grupos, remanescentes dessas comunidades indígenas, ainda permanecem na região, como é o caso dos índios Cadiuéo, Guató, Chamacoco, Terena, entre outros povos habitantes do território paraguaio e boliviano. A eles interessa tanto mais a história presente quanto a passada. Oprimidos, massacrados, discriminados em seu próprio território, esses povos lutam ainda hoje por manter sua integridade cultural e material mediante a garantia da posse da terra. A escassez desse bem, fundamental para existência dos grupos, leva-os, muitas vezes, a viver em condições de miséria, fazendo com que o turismo surja como importante alternativa de renda para essas famílias. Assim acontece com os Ayoréo, no Paraguai. Sem condições de reproduzir seu modo de vida no território original, devido a carência de recursos, esses indígenas se transferiram para junto do rio Paraguai, próximo à cidade de Porto Murtinho e ali vivem de pequenas roças e da captura de iscas vivas, sendo os grandes fornecedores de iscas para o turismo local e para exportação.

Ademais do turismo pesqueiro, existem projetos de implantação de “turismo ecológico” na área Guató, localizada na Ilha Ínsua, ao Norte do Mato Grosso do Sul, no rio

Paraguai. Da mesma forma, os índios Caduêu, tradicionalmente grandes fornecedores de artesanato cerâmico para o turismo regional, começam a lidar diretamente com turistas, na medida em que sua área passa a ser freqüentada, ilegalmente, por grupos de turistas, conduzidos por guias, em busca de cachoeiras e outros atrativos naturais na região de Bodoquena (MS). Os Caduêu querem regularizar as visitas e partilhar da renda obtida pelo acesso dos turistas a suas terras. Por fim, em território paraguaio, os índios Chamacoco têm demonstrado grande interesse na presença do turismo, pois ele representa uma receita importante no pequeno orçamento familiar, cada vez mais limitado pelo esgotamento de solo fértil para o cultivo tradicional de roçados. Além da produção artesanal e de alguns pequenos museus mantidos pelas próprias comunidades, as vilas dos Chamacoco são, por si mesmas, um grande atrativo turístico. As moradias, feitas inteiramente do tronco do carandá, uma palmeira típica e abundante na região, constituem um atraente conjunto arquitetônico que, por sua singularidade e singeleza, pode despertar o interesse do turista atento aos costumes dos povos nativos.

É necessário, pois, observar o modo como vem ocorrendo a inserção desses povos no mercado turístico da região. Se o turismo já é uma realidade na vida das comunidades indígenas pantaneiras, elas ainda estão longe de ser contempladas com seus benefícios. Tal como a população ribeirinha marginalizada, os indígenas são ocupados comumente pelo empreendimento turístico em atividades de baixa remuneração e alto risco, como a captura de iscas vivas, ou se vêem aliçados de um mercado que explora recursos naturais existentes em suas próprias reservas.

Sem autonomia para decidir se desejam o turismo em suas áreas, a forma como deveriam se inserir nesse mercado e quais investimentos deveriam ser feitos para minorar seus impactos e maximizar seus resultados, as populações indígenas permanecem à mercê dos interesses dos empreendedores do setor turístico. A ausência de uma política para o turismo

nessas comunidades, de investimentos e de planejamento faz da atividade, como costuma acontecer em outras áreas indígenas e em comunidades de pequeno porte, uma ameaça constante de desencadeamento de rupturas internas, atritos e sérios desequilíbrios socioculturais.

As contradições do presente

Quando se deixa os campings e hotéis pesqueiros para embarcar numa lancha de pesca esportiva, percebe-se de imediato que os problemas e contradições do turismo da pesca ali se reproduzem. Os relatos de marinheiros e de trabalhadores dessas embarcações demonstram que os turistas detêm plenos direitos no barco. Seus desejos devem ser realizados a despeito de qualquer adversidade. Não há como evitar, dizem, disporem-se ao serviço de suas vontades. As excursões são programadas com meses de antecedência e os grupos costumam ser fiéis aos pacotes oferecidos pelos proprietários das embarcações. Desse modo, no turismo da pesca, é muito difícil para as equipes que atendem aos turistas deixar de praticar algum ato ilícito, desde que por eles solicitado. A negativa pode implicar na perda do cliente na estação de pesca seguinte.

Assim, agressões contra a natureza (animais silvestres de pequeno porte não são raros no cardápio desses clientes ávidos pelo sabor local, da mesma forma que soltar rojões junto de ninhais para apreciar e registrar com fotos o vôo das aves costumam ser prática comum nesses passeios, tal como no de turismo ecológico), artifícios para proteger os pescadores da ação fiscalizadora da Polícia Militar Ambiental, a permissão de visitas de prostitutas nos barcos, entre outras atitudes, são quase que uma rotina, imposta pelo turismo da pesca, pela concorrência que se avoluma entre as embarcações e pela precária fiscalização levada a efeito pelos agentes públicos encarregados do controle ambiental.

De outro lado, a presença constante de pescadores esportivos nos rios da região implica em redução dos recursos pesqueiros, dos quais dependem muitos moradores ribeirinhos para a complementação da renda familiar ou para o auto-abastecimento. Em contrapartida, o turismo se constitui, ele próprio, numa alternativa de renda para as famílias locais. A dimensão desse processo se torna tanto mais evidente quando se ultrapassa a foz do rio São Lourenço entrando em território sul-mato-grossense. Logo após a desembocadura do São Lourenço no rio Paraguai, o visitante imediatamente se depara com assentamentos de trabalhadores ribeirinhos. Diferente do Estado vizinho, em cujo trecho o rio possui poucos ajuntamentos humanos – existindo apenas sedes ou retiros de fazendas, moradas de pequenos proprietários de terras, além de hotéis e pousadas turísticos – no Estado do Mato Grosso do Sul, a presença dos ribeirinhos denota um processo mais intenso de ocupação humana. A razão de ser dessa diferença pode estar na regulamentação pesqueira que, conforme foi dito, proíbe a captura de iscas no Estado do Mato Grosso, induzindo à formação de núcleos recentes de trabalhadores, próximo às margens do rio Paraguai, voltados para o atendimento do turismo pesqueiro.

Por toda a extensão do rio Paraguai, a partir da foz do São Lourenço até o rio Apa, ao Sul de Porto Murtinho, é possível encontrar pessoas que se dedicam à captura de iscas. Muitas vezes, a coleta é praticada como segunda fonte de renda, por capatazes de fazendas, pequenos proprietários, empregados de hotéis, entre outros. No entanto, muitos desses trabalhadores abandonam totalmente seus locais e atividades de origem, como a lavoura e o extrativismo vegetal, para exercer essa atividade específica. Mudam-se famílias inteiras para junto do rio. Não apenas famílias nucleares, mas grupos de irmãos com esposas e filhos, primos, compadres e agregados, que reforçam e recriam, na beira dos rios, as redes de parentesco e de solidariedade que existiam em seus locais de origem, fossem estes as pequenas propriedades rurais da região ou as periferias urbanas.

Diversas vilas nasceram no Pantanal e muitas retomaram seu crescimento em decorrência desse fluxo humano em busca de novas oportunidades de emprego no turismo da pesca. Assim, além dos núcleos anteriormente referidos no rio Miranda, pequenas vilas surgem e retomam o crescimento de sua economia às margens do rio Paraguai, tal como acontece com a localidade de Porto Morrinho, que nasce com o turismo, e o distrito de Albuquerque, que se transforma a partir dele, deixando de ser uma pequena vila de emigrantes expulsos pela crise na pecuária, para se transformar em pólo de atração de mão-de-obra para o turismo.

Verificou-se no decorrer do trabalho que, apesar de criar novas oportunidades de emprego, o turismo não está preocupado com a inserção social e a valorização dessa mão-de-obra. Os trabalhadores comumente exercem atividades de baixa remuneração, muitas vezes insalubres, e raramente contam com garantias trabalhistas. Muitas foram as situações de penúria e insegurança, a que estão submetidos esses trabalhadores, tratadas nesse estudo. A elas, Moretti (1999) acrescenta as dificuldades enfrentadas pelos empregados de hotéis e restaurantes no Pantanal. Na alta temporada de pesca, muitos funcionários de hotéis chegam a trabalhar entre 12 e até 14 horas por dia. Quando tem início o período da piracema, em que a pesca é proibida, eles são simplesmente dispensados de suas atividades, sem qualquer indenização ou direito legal, para serem recontratados na temporada seguinte. Os trabalhadores que se empregam em grandes barcos pesqueiros, além de estarem à disposição dos turistas durante as excursões, que costumam durar entre 5 e 6 dias, praticamente não têm oportunidade de encontrar-se com as famílias, pois assim que as embarcações chegam ao seu destino, a cidade de Corumbá, têm que ser limpas e reabastecidas para a viagem seguinte, que imediatamente se inicia. É comum as mulheres, juntamente com os filhos, dirigirem-se ao porto para encontrarem-se com os maridos, pois, envolvidos totalmente com o trabalho, não têm eles oportunidade de visitar suas casas por períodos de meses.

Situações como essas servem para demonstrar que o modelo de exploração turística que se processa na região é excludente, ou seja, não tem como propósito oferecer condições favoráveis de trabalho e, menos ainda, de ampliar a participação do trabalhador local no mercado turístico e nas decisões quanto aos rumos da atividade no Pantanal. Essa condição torna-se ainda mais complexa no momento em que o turismo da pesca começa, por razões as mais diversas – tais como concorrência de outros pólos pesqueiros, redução do pescado, alto custo para da atividade para o turista, entre outras – a mostrar sinais de esgotamento. O fluxo decrescente de turistas tende a desencadear um processo de demissões que empurra de volta às cidades pantaneiras trabalhadores que dali saíram por não encontrar oportunidades de emprego e que retornam, da mesma forma, sem perspectivas de trabalho e sem direitos sociais garantidos.

Se existem problemas estruturais que dificultam o desenvolvimento do turismo pesqueiro no Pantanal, a exploração desordenada das terras em seu entorno tem se constituído em ameaça crescente tanto para a pesca esportiva quanto para a pesca profissional. Foi dito que as lavouras de soja, que se implantaram à custa de desmatamentos de milhares de hectares no planalto, desencadearam um processo gigantesco de erosão do solo agrícola, o que acarretou o assoreamento dos rios e sua poluição por agrotóxicos, comprometendo seriamente a vida aquática nesses ambientes. Da mesma forma, o uso indiscriminado de agrotóxicos nas lavouras de arroz irrigado nas terras da planície tem provocado, segundo informações de pescadores profissionais, grande mortandade de peixes.

Aliado a esses fatores, existem outras sérias ameaças à vida no ambiente pantaneiro, dentre elas a Hidrovia Paraguai-Paraná e as indústrias de extração mineral existentes na cidade de Corumbá. Apesar do projeto de implantação da Hidrovia estar suspenso no Brasil, segundo declaração em 1998 do então presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Eduardo Martins (Cf. Banducci Jr., 2000: 64), na

prática os rebocadores com seus comboios de chatas estão subindo o rio Paraguai até a cidade de Cáceres para transportar, em escala e intensidade altamente dimensionadas, produtos como a soja proveniente das lavouras de Mato Grosso.

Na localidade conhecida como Morro Pelado (aproximadamente 100 Km da cidade de Cáceres) está prevista a construção de um grande porto que deverá concentrar o embarque da produção agrícola. Essa mesma região, conforme depoimento da arqueóloga Maria Clara Migliasio (IPHAN)⁷¹, possui diversos sítios arqueológicos, que deverão ser diretamente impactados com a realização da obra. Além desse patrimônio, a estrada que liga as fazendas ali localizadas à sede do município, conhecida como Estrada Colonial, e que servirá para o escoamento da produção agrícola do Norte pantaneiro, abriga uma série de propriedades que, como a fazenda Jacobina, foram implantadas no período colonial e encontram-se ainda conservadas, constituindo-se em importante referencial histórico regional.

Os efeitos danosos do tráfego das barcaças sobre o patrimônio arqueológico já se faz sentir próximo à fazenda Descalvados (140 Km a jusante de Cáceres). Ali o IPHAN está realizando prospecção no sítio Jatobá e uma operação de salvamento no sítio Índio Grande, cemitério indígena com vestígios de distintas fases de ocupação. O barranco no qual se encontra este cemitério está sendo destruído pelo choque das barcaças ou pelo impacto, nas margens argilosas, das ondas provocadas pelos rebocadores e barcos de turistas. Entre os anos de 1997 e 1999 o sítio perdeu dois metros de extensão. Quem se aproxima da margem percebe detalhes de ossadas, expostas no barranco.

De acordo com os levantamentos das arqueólogas Maria Clara Migliasio (IPHAN) e Nanci Vieira (UERJ), existem, ao longo do rio Paraguai e nas baías próximas, área em que realizam prospecção, mais de 100 sítios arqueológicos entre a cidade de Cáceres e a Estação

⁷¹. Depoimento coletado em campo, durante a realização da expedição pelo rio Paraguai.

Ecológica Taiamã, distantes pouco mais de 150 Km⁷². Segundo dados do relatório “Retrato da Navegação no Alto Paraguai” (WWF, 2001), os sítios encontrados na região de Cáceres são extremamente importantes, pois neles “ocorrem vestígios arqueológicos de populações ceramistas que se estabeleceram em grandes aldeias e apresentam características ainda não encontradas em nenhuma outra região do território brasileiro” (WWF, 2001: 41).

Se o patrimônio arqueológico está sofrendo danos irreparáveis, a Hidrovia também atinge o “patrimônio ecológico” do rio Paraguai, ao destruir as matas existentes em suas margens e interferir no ambiente aquático. De acordo com o mesmo relatório da WWF, “existem mais de 100 quilômetros de matas ciliares ao longo do rio Paraguai destruídos por ação de comboios de empurra, principalmente nas curvas situadas no trecho Bracinho, na área da Estação Ecológica de Taiamã (do IBAMA), até a lagoa Guaíba” (WWF, 2001: 9), no Estado de Mato Grosso. Além das barcaças, as “voadeiras”, os pequenos barcos utilizados pelos pescadores, têm contribuído para o desbarrancamento das margens argilosas do Paraguai, aumentando os prejuízos ambientais sofridos pelo rio.

Percebe-se assim que o turismo está longe de ser o único ou mesmo o grande responsável pelas mudanças sociais e pelo impactos ambientais no espaço pantaneiro. A diferença entre esta atividade e outras implantadas recentemente na economia local, como se pretendeu mostrar no decorrer desse trabalho, é que, por mais que o modelo de turismo desenvolvido na região seja excludente e impactante, ele requer, para sua própria sobrevivência no mercado, uma atenção crescente com a natureza e as populações locais. A degradação ambiental, como começa a acontecer nos rios da região, representa uma séria ameaça ao turismo pesqueiro. O descaso ou mesmo a destruição das práticas cotidianas e do saber do ribeirinho pode resultar no empobrecimento do produto turístico, quando a demanda do visitante é justamente pela cultura local.

⁷². Os demais trechos do rio ainda demandam levantamento para, através dos vestígios encontrados, obter-se

Futuro do turismo no rio Paraguai

Avesso aos relatos de viagens, o antropólogo Lévi-Strauss registrou, ele próprio, numa mescla de crônica de viagem e ensaio etnográfico, sua passagem pelos sertões do Extremo-Oeste brasileiro (Lévi-Strauss, 1986). Recentemente publicou-se no Brasil uma coletânea de imagens fotográficas das expedições realizadas na década de 1930. Ainda que declare sentir-se duplamente distanciado dessas imagens, pois elas retratam um País que não mais existe e, segundo afirma, não lhe trazem a sensação intensa da experiência vivida (Cf. Lévi-Strauss, 1994), esses registros, suas recordações, suas narrativas, enfim, continuam nos servindo de referência para, através delas, como diz Manuela C. da Cunha (In: Lévi-Strauss, 1994), termos acesso a uma memória coletiva em construção, a nossa memória como brasileiros.

Nesse sentido é que se levanta a indagação central desse estudo: não poderia o turismo, no rio Paraguai, com as narrativas que dele decorrem, produzir efeito semelhante, ou seja, estimular nossa memória e, com ela, nosso sentimento de coletividade, nossas tradições e identidade cultural?

Existem, seguindo os argumentos aqui desenvolvidos, dois caminhos que permitiriam exercitar, através do resgate da memória, a experiência histórica local e estimular as referências que singularizam a identidade regional. O primeiro conduz a uma viagem pela literatura, mais precisamente pelos relatos de cronistas e pesquisadores que, no passado, visitaram a região pantaneira e que hoje nos avivam a memória com suas impressões pretéritas da cultura e da natureza regionais. O segundo promove uma viagem pelo espaço, tal como se encontra no presente, equivalente às jornadas que estes cronistas efetuaram no passado.

informações sobre a dimensão do patrimônio arqueológico e, com ele, dados sobre o tipo de ocupação e da diversidade dos povos indígenas que habitaram a região.

Na primeira possibilidade percorre-se o espaço pelo viés do tempo, ou seja, através do olhar e das impressões dos primeiros aventureiros e viajantes que exploraram os caminhos do rio Paraguai pode-se conhecer a região e os personagens que ali viveram. Os relatos de viagem – crônicas, etnografias, diários, imagens etc. – constituem, nesse sentido, um material importante para se acessar o passado e, através dele, refletir sobre as experiências e as relações sociais do presente. Uma forma de colocar a população regional em contato com sua história e suas origens. No segundo momento, percorre-se o tempo pela perspectiva do espaço, ou seja, mediante o contato com os vestígios arqueológicos e históricos, com a natureza exuberante e pouco descaracterizada, e com as diversas comunidades locais, pode-se vislumbrar um pouco da história e das raízes do povo pantaneiro, bem como da multiplicidade étnica e cultural que delas resultou. É uma forma de estimular, no contato com a alteridade (seja o “outro” histórico ou contemporâneo), significados próprios das culturas locais, uma maneira de provocar, mediante o contato com o estrangeiro, o encontro da população pantaneira com sua história e sua cultura.

A viagem, vivenciada através dos registros do passado, e o turismo como experiência de constituição de um relato futuro, podem, nesse sentido, ser elementos afirmadores da identidade na medida em que desencadeiam, reforçam e reproduzem impressões, sentimentos e conhecimentos dos grupos nativos sobre si mesmos e sobre o “outro”. Para que isso ocorra, no entanto, a experiência turística deve ser, como nos mostra MacDonald em seu trabalho sobre Aros, um processo aberto a todos. Ela deve visar tanto os viajantes quanto a população local. Deve ser uma experiência de inclusão, em que os próprios trabalhadores do turismo tenham a oportunidade de participar do processo turístico como agentes, dotados de respeito e autonomia, e como “viajantes” eles próprios. Se, como dizem Urry e Rojek (1997), o turista não consome apenas objetos e serviços, mas também signos e, através deles, produz interpretações, ao permitir que as populações “nativas” vivenciem seu passado, seus valores e

costumes como turistas, esse processo desencadeará um diálogo das culturas consigo mesmas, leituras e reinterpretações da história que tendem a se enriquecer através do diálogo inter-regional e com as culturas estrangeiras. Desse modo, o turismo desencadeia nos grupos locais um processo de reconhecimento de si e de abertura para o diálogo com o “outro”, com o turista estrangeiro, atraído para a região pela possibilidade de vislumbrar a singularidade das culturas regionais tanto quanto as belezas naturais.

Não se pode esquecer, por fim, que a identidade é um mecanismo em constante construção. Ela, tal como a cultura, é dinâmica. Se num determinado momento se afirma de forma perene, em outro pode modificar-se sem deixar vestígios. Aceitar essa dinâmica é fundamental para que se compreenda o modo como a população local vem organizando suas vidas nos dias de hoje. Respeitar as idiossincrasias culturais desses povos, oferecer-lhes oportunidade de ser partícipes desse processo, de propiciar o reencontro com práticas e costumes tradicionais, de propiciar a reafirmação da identidade regional e da cidadania, são questões fundamentais na construção de uma experiência turística socialmente justa e ambientalmente equilibrada. É preciso que o turismo se constitua numa oportunidade para que estas pessoas contem suas histórias e, mais que isso, como afirma MacDonald, uma forma de garantir que elas sejam ouvidas.

Bibliografia

- AB'SABER, Aziz Nacib. *O Pantanal Mato-Grossense e a teoria dos refúgios*. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, n. 50, t. 2, 1988, p. 9-57
- ALHO, Cleber J. R. et al. *Environmental degradation in the Pantanal ecosystem*. BioScience, v. 38, n. 3, mar. 1988, p. 166-171.
- ALMEIDA, Jalcione. *A problemática do desenvolvimento sustentável*. In: BECKER, Dinizar Fermiano. (org.). *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade*. Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 1997. Pp. 17-26
- AMSTALDEN, Luis Fernando F. *Desenvolvimento sustentável e pós-modernidade*. In: RODRIGUES, Arlete Moysés (org). *Desenvolvimento Sustentável: teorias, debates, aplicabilidades*. Campinas (SP) : IFCH/UNICAMP, n. 23, maio de 1996. Pp. 49-72.
- APPADURAI, Arjun. *Putting hierarchy in its place*. In: Marcus, George E. (ed.). *Rereading cultural anthropology*. 2.ed. Durham, London : Duke University Press. 1995, pp. 34-47.
- ARAÚJO, Silvana Micele de. *Artifício e autenticidade : o turismo como experiência antropológica*. In: Banducci Jr, A. & Barreto, M. *Turismo e identidade cultural: uma visão antropológica*. Campinas – SP : Papyrus, 2001, pp. 49-64.
- ASCANIO, Alfredo. *El turismo y los impactos ambientales*. Estudios y Perspectivas en turismo. Buenos Aires : CIET, v. 3, n.4, out. 1994, pp. 325-335.
- AUGÉ, Marc. *Voyage et ethnographie, la vie comme récit*. L'Homme, 151, jul-set, 1999, pp 11-20
- AZZAN JR., Celso. *Antropologia e Interpretação. Explicação e compreensão nas antropologias de Lévi-Strauss e Geertz*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

- BANDUCCI JR., Álvaro. *Antropologia e hermenêutica: subsídios para o debate sobre o novo paradigma do pensamento antropológico*. Intermeio, Revista do Mestrado em Educação da UFMS, Campo Grande-MS : Editora da UFMS, V.3, n. 6, 1997. Pp. 26-35
- _____. *Ecoturismo no município de Corumbá – MS*. In: Desenvolvimento do Ecoturismo no Pantanal, Corumbá/MS. Centro de Ação Ambiental do Pantanal / W. Alton Jones Foundation, 1998, p. 9-18 (relatório de pesquisa).
- _____. *Hidrovia Paraguai-Paraná: ameaça às comunidades pantaneiras*. Revista Ciência Hoje, SBPC, n.159, abr/ 2000. Pp. 62-6.
- _____. *Os catadores de iscas das baías do Lontra*. In: Revista de Geografia da UFMS. Campo Grande – MS : Editora UFMS, ano 5, n. 9, jan-jul/1999. p. 55-62
- _____. *Sociedade e natureza no pensamento pantaneiro; representação de mundo e o sobrenatural entre os peões das fazendas de gado na "Nhecolândia" (Corumbá/ MS)*. São Paulo : USP, 1996. 200 p. (Dissertação, Mestrado em Antropologia Social)
- BANDUCCI JR., Álvaro & BARRETTO, Margarita. *Turismo e identidade local, uma visão antropológica*. Campinas, SP : Papirus, 2001.
- BASTOS, Alexandre Assis. *A coleta de ostra Crassostrea brasiliana e manejo sustentado em áreas de manguezal (Mandira – Cananéia)*. São Paulo – USP, 1997 (Dissertação, mestrado em Ciência Ambiental).
- BAUMAN, Zigmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1999.
- BERRY, Sue & LADKIN, Adele. *Sustainable tourism: a regional perspective*. Tourism Management, v.18, n.7, 1997, pp 433-440.
- BINDÁ, Andréa H. *Viajar é mais...* Brasília : UNB, 1995 (Dissertação, Mestrado em Antropologia Social)

- BLASCO, Elies F. *Turismo y medio ambiente. El caso valenciano (España)*. Estudios y Perspectivas en turismo, Buenos Aires, v. 6, 1997, pp. 38-52.
- BOGGIANI, Paulo C. & Coimbra, Armando M. *A planície e os pantanais*. In: Antas, P. T. Z. & Nascimento, I. L. S. Tuiuiú – sob os céus do Pantanal – biologia e conservação do Tuiuiú. Empresa das artes. 1996, p. 18-23.
- BOGGIANI, Paulo C. Ciência, meio ambiente e turismo em Bonito: a combinação que deu certo? In: Banducci Jr., A & Moretti, E. C. Qual paraíso? Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal. São Paulo : Chronos e Campo Grande – MS : Editora UFMS, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 2001.
- BRETON, Yvan & Plante, Steve. *Espaço, pesca e turismo em Trindade*. São Paulo: NUPAUB / Pró-Reitoria de Pesquisa da USP, Série: documentos e relatórios de pesquisa N.º 23, 1977. 76p.
- _____. *Pescadores y turistas a Sámara y El Coco: ¿un amor de temporada?*. Québec : Département d'anthropologie, Dinámica social y comunidades pesqueras en el Pacifico costarricense. Université Laval 1, 1991.
- BRITSK, Heraldo A, Silimon. Keve Z. de S. e Lopes, Balzac. *Peixes do Pantanal, manual de identificação*. Brasília : Embrapa-SPI; Corumbá : Embrapa-CPAP, 1999.
- BRUHNS, Heloisa Turini. *Turismo e lazer: viajando com personagens*. In: Luchiari, M. T. D. P. (org.) Turismo e Meio Ambiente. Campinas : IFCH/Unicamp, Textos Didáticos, n. 31 (2), dez/1997, pp: 5-29.
- BRÛSEKE, Franz Josef. *Desestruturação e Desenvolvimento*. In: Ferreira, Leila da Costa & Viola, Eduardo (orgs). Campinas, SP : Editora da UNICAMP, 1996.

- BUCHER, Enrique H. et al. *Hidrovia: uma análise ambiental inicial da via fluvial Paraguai-Paraná*. Massachusetts: Woods Hole Research Center / Buenos Aires: Humedales para las Américas, 1994
- CALHEIROS, D. F. et al. *Perspectivas de estudos ecológicos sobre o Pantanal*. Corumbá, MS: EMBRAPA-CPAP, 1996, 41 p.
- CALVENTE, Maria del Carmen M. H. *Ilhabela: turismo e território*. In: Diegues, A. C. (org). *Ilhas e sociedades insulares*. São Paulo : NUPAUB-USP, 1997
- CÂMARA, Evandro P. Leal & McGrath, David G. *A viabilidade da reserva de lago como unidade de manejo sustentável dos recursos da várzea amazônica*. Belém : Boletim do Museu Paraense Emílio Goeld, Série Antropologia, v. 11(1), jul/1995. p.87 – 132
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 7.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1987.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPQ, 1988.
- _____. *A dupla interpretação na Antropologia*. Anuário Antropológico/ 94. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1995
- CAROSO, Carlos & Rodrigues, Núbia. *Nativos, Verenistas e Turistas: identidades, mudança e deslocamentos sociocultural no litoral norte da Bahia*. In: Turismo em Análise, São Paulo, 9 (1), maio 1998, pp. 61-75.
- CASANOVA, Pablo G. Globalidade, neoliberalismo e democracia. In: Gentili, Pablo (org.). *Globalização excludente, desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. 2.ed., Petrópolis : Vozes; Buenos Aires : CLACSO, 2000. Pp. 46-62.
- CASTORIADIS, Cornelius. *Encruzilhadas do labirinto II – domínios do homem*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.

- CATELLA, Agostinho Carlos. *O monitoramento da pesca no Pantanal do Mato Grosso do Sul*. In: Informativo Peixe Vivo, Brasília : Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora, fev/ 2002.
- CATELLA, Agostinho Carlos; Peixer, Janice e Palmeira. Shirley da Silva. *Sistema de Controle de Pesca de Mato Grosso do Sul – SCPESCA/MS – I*. Corumbá, MS : EMBRAPA – CPAP / SEMADES-MS, doc. 16, 1996. 49 p.
- _____ e Albuquerque, F. F. *Sistema de Controle de Pesca de Mato Grosso do Sul – SCPESCA/MS – 3*. Corumbá, MS : Embrapa Pantanal / SEMA - FEMAP, 2000a. 48 p.
- _____ e Albuquerque, F. F. *Sistema de Controle de Pesca de Mato Grosso do Sul – SCPESCA/MS – 4*. Corumbá, MS : Embrapa Pantanal / SEMA - FEMAP, 2000b. 52 p.
- _____, Albuquerque, F. F. de. e Campos, F. L. *Sistema de Controle de Pesca de Mato Grosso do Sul – SCPESCA/MS – 5*. Corumbá, MS : Embrapa Pantanal / SEMA - FEMAP, 2001. 72 p.
- CEBALLOS-LASCURÁIN, Héctor. *Tourism, ecotourism, and protected areas*. Gland, Switzerland and Cambridge, UK: IUCN – The World Conservation Union, 1996.
- CERRI, Cláudio. *O bercário do Brasil (Especial/Pantanal)*. Revista Globo Rural. Ano 13, n. 144, out. 1987. p. 60-78.
- CHOMSKY, Noam. *Democracia e práticas de mercado na nova ordem mundial*. In: Gentili, Pablo (org.). *Globalização excludente, desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. 2.ed., Petrópolis : Vozes; Buenos Aires : CLACSO, 2000. Pp. 7-45.
- CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 1998.
- _____. *Routes; travel and translation in the late Twentieth Century*. Cambridge - London : Harvard University Press, 1997

COHEN, Erick. *Who is a tourist? A conceptual clarification*. In: *Sociological Review*, 22, 1974, pp 527-55.

_____. *A phenomenology of tourist experiences*. In: *Sociology*, 13, 1979, pp: 179-202.

CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE CONSERVAÇÃO DO PANTANAL, 1. Anais...
Campo Grande: SEMA-MS, 1989.

CRICK, Malcolm. *Representations of international tourism in the social sciences: sun, Sex, sights, savings, and servility*. *Annu. Rev. Anthropol.* , 1989, 18: 307-44

CRYSTAL, Eric. *Tourism in Toraja (Sulawesi, Indonesia)*. In: SMITH, Valene L. *Hosts and Guests, the Anthropology of tourism*. 2 ed, Philadelphia : University of Pennsylvania Press, 1995, pp: 139-168.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. *Espaço e territorialidade no universo da pesca artesanal*. In: Diegues, A C. (org). *Encontro de Ciências Sociais e o mar*, 3, São Paulo : NUPAUB / IOUSP / F. FORD / UICN, 1989, pp.21 -8.

DACHARY, Alfredo C. *Desarrollo sustentable, turismo y medio ambiente en el Caribe*. Una opción válida? *Estudios y Perspectivas en turismo*, Buenos Aires, v. 5, 1996, pp. 18-51.

DEITH, Lewis I. *The impact of tourism on the arts and crafts of the indians of the Southwestern United States*. In: SMITH, Valene L. *Hosts and Guests, the Anthropology of tourism*. 2 ed, Philadelphia : University of Pennsylvania Press, 1995, pp: 223-35.

DIEGUES, Antônio Carlos (org). *Ilhas e sociedades insulares*. São Paulo : NUPAUB-USP, 1997

_____. *Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima*. São Paulo : NUPAUB-USP, 1995

- DIEGUES, Antônio C. *Tradição e mudança nas comunidades de pescadores do Brasil: por uma sócio-anthropologia do mar*. In: Diegues, A. C. (org). Encontro de Ciências Sociais e o mar, 3, São Paulo : NUPAUB / IOUSP / F. FORD / UICN, 1989, pp. 1-20.
- ECOIA, Ecologia e Ação. *O extrativismo e as populações tradicionais em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, mar. 1994. (texto mimeo.)
- EDINGTON, John M. & EDINGTON, M. A. *Ecology, recreation and tourism*. Cambridge : Cambridge University Press. 1986
- FERNANDES, José Irani de Souza. *Os impactos socioambientais da atividade turística no Pantanal Sul-Matogrossense: o caso de Albuquerque*. Presidente Prudente – SP : UNESP, 1999 (Dissertação, mestrado em Geografia).
- FURTADO, Lourdes Gonçalves. *Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica*. Belém : Museu Emílio Goeldi, 1993.
- GARMS, Armando. *Pantanal: o mito e a realidade*. São Paulo, USP, 1993 (Tese de Doutorado em Geografia).
- GARROD, Brian & FYALL, Alan. *Beyond the rhetoric of sustainable tourism?* Tourism Management, v. 19., n.3, 1998, pp 199-212.
- GEERTZ, Clifford. *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro : Zahar, 1979.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. 2.ed., São Paulo : Editora da UNESP, 1991.
- GLENN, Bowman. *"Fucking tourists: sexual relations and tourism in Jerusalem's old city"*. In: Critique of Anthropology. v IX, n. 2, outono de 1989, pp 77-93
- GOMES DE SOUZA, Lécio. *História de Corumbá*. Corumbá-MS, s/ ed., s/d.
- GÓMEZ, William H. Desenvolvimento sustentável, agricultura e capitalismo. In: BECKER, Dinizar Fermiano. (org.). Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade. Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 1997. Pp. 95-116.

- GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Lei N.º 1.826, de 12 de janeiro de 1998 (Dispões sobre a exploração de recursos pesqueiros e estabelece medidas de proteção e controle da ictiofauna e dá outras providências).
- GRABURN, Nelson H. H. *Tourism: the sacred journey*. In: SMITH, Valene L. *Hosts and Guests, the Anthropology of tourism*. 2 ed, Philadelphia : University of Pennsylvania Press, 1995, pp: 22-36.
- GREENWOOD, Davydd J. *Culture by the pound: an anthropological perspective on tourism as cultural commodization*. In: SMITH, Valene L. *Hosts and Guests, the Anthropology of tourism*. 2 ed, Philadelphia : University of Pennsylvania Press, 1995, pp: 170-185.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo : Edições Loyola, 1993.
- HILL, Carole. *The Paradox of Tourism in Costa Rica*. *Cultural Survival Quarterly*, v. 14 (1), 1990, pp. 14-9.
- HITCHCOK, Robert K. & Brandenburgh, Rodney L. *Tourism, conservation, and culture in the Kalahari Desert, Botswana*. In: *Cultural Survival Quarterly*, 14 (2), 1990, pp: 20-24.
- HOGAN, Daniel J. & Vieira, Paulo Freire (orgs). *Dilemas Socioambientais e desenvolvimento sustentável*. 2. ed. Campinas- SP : Ed. da UNICAMP, 1995.
- JAFARI, Jafar. *La Cientifizacion del turismo*. *Estudios y Perspectivas en Turismo*. Buenos Aires : CIET, v.3, n.1, jan/ 1994, pp: 7-36.
- _____. *Research and Scholarship. The basis fo tourism education*. *The Journal of Tourism Studies*, v.1, n.1, maio 1990. P 33-41.
- _____. *Tourism models: the sociocultural aspects*. *Tourism Manegement*, jun/1987, 151-9.
- JOPE, Marion. *Sustainable community tourism development revisited*. *Tourism Management*, v. 17, n.7, 1996, pp 475-479.
- JORDAN, James William. *The summer people and the natives, some effects of tourism in a Vermont Vacation Village*. *Annals of Tourism Research*. v. 7, n.1, 1980, pp. 34-55.

- JORNAL CORREIO DO ESTADO, Campo Grande, 21 de junho de 1999.
- JORNAL FOLHA DO POVO, Campo Grande, ano 1, n.35, 29 março de 1999.
- JORNAL GAZETA MERCANTIL CENTRO OESTE. Suplemento: Pesca no Centro Oeste, Brasília, 20 de julho de 1999.
- JUSTUS, Daisy. *A cidade natural; imagens e representações de Armação dos Búzios*. Rio de Janeiro : UFRJ/Museu Nacional, 1996, 167 p. (Dissert., Mestrado Antropologia Social).
- LABATE, Beatriz Caiuby. *A antropologia e o tema das viagens*. In: Luchiari, Maria Tereza D. P. (org.) Turismo e Meio Ambiente. Campinas: IFCH/UNICAMP, Textos Didáticos, n. 31 (1), nov de 1997. p. 80-102.
- LEIS, Héctor Ricardo. *Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial*. In: Viola, E. J. et alii. Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais, 2.ed., São Paulo : Cortez; Florianópolis : Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.
- LÉLÉ, Sharachchandra M. *Sustainable Development: a critical review*. World Development, vol. 19, n. 6, 1991, pp. 607-621.
- LEMOS, Amália Inês G. de (org.). *Turismo; impactos socioambientais*. São Paulo : Hucitec, 1996.
- LINDBERG, Kreg & HAWKINS, Donald E. *Ecoturismo, um guia para planejamento e gestão*. São Paulo : Ed. SENAC, 1995.
- LOEB, Laurence D. *Creating antiques for fun and profit: encounters between Iranian Jewish merchants and touring coreligionists*. In: SMITH, Valene L. Hosts and Guests, the Anthropology of tourism. 2 ed, Philadelphia : University of Pennsylvania Press, 1995, pp: 237-45.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Saudades do Brasil*. São Paulo : Companhia das Letras, 1994.

- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Lisboa : Edições 70, 1986.
- LOPES JÚNIOR, Edmilson. Sombras sobre o reino tropical de Dionísio: população, meio ambiente e urbanização turística no litoral do RN. In: Luchiari, M. T. D. P. (org.) *Turismo e Meio Ambiente*. Campinas : IFCH/Unicamp, Textos Didáticos, n. 31 (2), dez/1997, pp: 53-82.
- LUCHIARI, Maria Tereza D. P. (org.). *Turismo e meio ambiente*. Campinas : IFCH/Unicamp, Textos Didáticos, n. 31 (2), dez/1997.
- _____. *Turismo e cultura caiçara no litoral norte paulista*. In: Luchiari, Maria Tereza D. P. (org.) *Turismo e meio ambiente*. Campinas: IFCH/UNICAMP, Textos Didáticos, n. 31 (2), dez/1997, p.53-82
- MACCANNELL, Dean. *The tourist; a new theory of leisure class*. Berkeley e Los Angeles : University of California Press, 1999.
- MACDONALD, Sharon. *A people's story, heritage, identity and authenticity*. In: Urry, John & Rojek, Chris. *Touring cultures, transformations of travel and theory* (ed.). Londres e Nova Iorque : Routledge, 1997.
- MACIEL, Laura Antunes. *A comissão Rondon e a conquista ordenada dos Sertões: espaço, telégrafo e civilização*. In: Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. N. 0 (1981). São Paulo: EDUC, 1981, pp 167-190.
- MARTINS, João Batista. *Marolas Antropológicas: identidades em mudança na Praia do Santinho*. Florianópolis: Univ. Fed. de Santa Catarina, 1995 (Diss. Mestrado em Antropologia Social), 241p.
- MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado e Meio Ambiente. Centro de Controle Ambiental. *Proposta de enquadramento dos corpos de água das sub-bacias dos rio Miranda, Taquari e Imbiruçu*. Campo Grande, MS, 1994. 74 p.

- MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Planejamento, Ciência e Tecnologia – SEPLANCT - MS. *Sistema de informações estatísticas*. Banco de dados do Estado / PRODASUL, 1999.
- MCKEAN, Philip Frick. *Toward a theoretical analysis of tourism: economic dualism and cultural involution in Bali*. In: SMITH, Valene L. *Hosts and Guests, the Anthropology of tourism*. 2 ed, Philadelphia : University of Pennsylvania Press, 1995, pp: 119-138
- MILTON, K. *Ecologias: antropologia, cultura y entorno*. Revista Internacional de Ciências Sociales. UNESCO, n. 154, dez. 1997 (versão eletrônica)
- MOREIRA, Edna S. & Martins da Rocha, Rossilan. *Pesca estuarina: uma contribuição ao estudo da organização social da pesca no Pará*. Belém : Boletim do Museu Paraense Emílio Goeld, Série Antropologia, v. 11(1), jul/1995. p.41-56
- MORETTI, Edvaldo C. *Atividade turística no Pantanal e as transformações no trabalho*. In: Revista de Geografia da UFMS. Campo Grande – MS : Editora UFMS, ano 5, n. 9, jan-jul/1999. p. 41-46
- _____. *Relatório de pesquisa*. In: Desenvolvimento do Ecoturismo no Pantanal, Corumbá/MS. Centro de Ação Ambiental do Pantanal / W. Alton Jones Foundation, 1998, p. 19-24
- _____. *Pantanal, paraíso visível e real oculto: o espaço local e o global*. Rio Claro - SP : UNESP, 2000. (Tese: Doutorado em Geografia).
- MOURA, C. F. *A expedição Langsdorff em Mato Grosso*. Cuiabá : UFMT, 1984.
- NASCIMENTO, Ivete. *Tempo da natureza e tempo do relógio – tradição e mudança em uma comunidade pesqueira*. Belém : Boletim do Museu Paraense Emílio Goeld, Série Antropologia, v. 11(1), jul/1995. p.5-18
- NASH, Dennison. *Anthropology of Tourism*. New York : Pergamon, 1996.

- NASH, Dennison. *Tourism as a form of imperialism*. In: SMITH, Valene L. Hosts and Guests, the Anthropology of tourism. 2 ed, Philadelphia : University of Pennsylvania Press, 1995, pp: 37-52.
- _____. *Tourism as an Anthropological Subject*. *Current Anthropology*, v. 22, n. 5, outubro, 1981, p. 461-81.
- NOSSO FUTURO COMUM. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro : Editora Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- NUÑEZ, Theron. *Touristic studies in Anthropological perspective*. In: SMITH, Valene L. Hosts and Guests, the Anthropology of tourism. 2 ed, Philadelphia : University of Pennsylvania Press, 1995, pp: 265-79 (epílogo de James Lett).
- ORTIZ, Renato. *A viagem, o popular e o outro*. In: Encontro/Congresso ANPOCS, 1995, Caxambu. , 17 a 21 out., , 22 pp (Ensaio)
- PECK, John Gregory and Lepie, Alice Shear. *Tourism and development in three North Carolina coastal towns*. In: SMITH, Valene L. Hosts and Guests, the Anthropology of tourism. 2 ed, Philadelphia : University of Pennsylvania Press, 1995, pp: 203-22.
- PETRESE JR., Miguel et al. *Comentários sobre a situação atual da pesca no Pantanal*. Corumbá-MS: EMBRAPA-CPAP, dez. 1993.
- PI-SUNIER, Oriol. *Changing perceptions of tourism and tourists in a Catalan resort town*. In: SMITH, Valene L. Hosts and Guests, the Anthropology of tourism. 2 ed, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1995.
- PLANO DE CONSERVAÇÃO DA BACIA DO ALTO PARAGUAI (PANTANAL) - PCABAP/ Projeto Pantanal, Programa Nacional do Meio Ambiente. Brasília : PNMA. vol II, tomo V-B, 1997a.

- PLANO DE CONSERVAÇÃO DA BACIA DO ALTO PARAGUAI (PANTANAL) - PCBAP/ Projeto Pantanal, Programa Nacional do Meio Ambiente. *Análise integrada e prognóstico da Bacia do Alto Paraguai*. Brasília : PNMA, v.3, 1997b
- PONCE, Victor M. *Hydrologic and Environmental Impact of the Paraná-Paraguai Waterway on the Pantanal of Mato Grosso do Sul, Brazil. A referency study*. California: San Diego State University, 1995.
- PROENÇA, Augusto C. *Pantanal, gente, tradição e história*. Campo Grande: Edição do Autor, 1992.
- QUEIROZ, Renato da Silva. *Caipiras e negros no Vale do Ribeira: um estudo de Antropologia Econômica*. São Paulo, FFLCH/USP, 1983.
- RAMPAZZO, Sônia E. *A questão ambiental no contexto do desenvolvimento econômico*. In: BECKER, Dinizar Fermiano. (org.). *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade*. Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 1997. Pp. 157-188.
- RESENDE, Emiko K. et al. *Alimentação de peixes carnívoros da planície inundável do rio Miranda, Pantanal do Mato Grosso do Sul, Brasil*. Corumbá, MS : Embrapa – CPAP, 1996. 36 p. (Boletim de Pesquisa)
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). *Turismo e Espaço; rumo a um conhecimento transdisciplinar*. São Paulo : Hucitec, 1997a.
- _____. *Turismo e ambiente: reflexões e propostas*. São Paulo : Hucitec, 1977b.
- _____. *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo : Hucitec, 1977c.
- _____. *Turismo; modernidade; modernização*. São Paulo : Hucitec, 1977d.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. *Desenvolvimento sustentável e atividade turística*. In: Luchiar, Maria Tereza D. P. (org.) *Turismo e Meio Ambiente*. Campinas: IFCH/UNICAMP, Textos Didáticos, n. 31 (1), nov de 1997. Pag. 83-101

- RODRIGUES, Arlete Moysés. *Turismo e Sustentabilidade*. In: Revista de Geografia / UFMS, a.V, n. 9, jan-jun, 1999, p. 47-54.
- SANTANA, Neuza Maria. *TV, a escola dos pobres. Ações da escola e da televisão sobre os filhos dos pescadores artesanais da Colônia Z-1, (Corumbá-MS)*. Campo Grande: UFMS, 1996 (Dissertação, mestrado em Educação).
- SANTOS, Maria E. Pereira dos. *Algumas considerações acerca do conceito de sustentabilidade: suas dimensões política, teórica e ontológica*. In: RODRIGUES, Arlete Moysés (org). *Desenvolvimento Sustentável: teorias, debates, aplicabilidades*. Campinas (SP) : IFCH/UNICAMP, n. 23, maio de 1996. Pp. 13-48.
- SERRRANO, Célia M de T. e BRUHNS, Heloisa Turini. *Viagens à natureza: Turismo, cultura e ambiente*. Campinas-SP : Papyrus, 1997.
- SILVA, Carolina Joana da & Silva, Joana A. F. *No ritmo das águas do pantanal*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1995.
- SILVA, Miguel Vieira da. *Mitos e verdades sobre a pesca no pantanal sul-matogrossense*. Campo Grande (MS) : Fiplan/MS, 1986.
- SMITH, Valene L. *Hosts and Guests, the Anthropology of tourism*. 2 ed, Philadelphia : University of Pennsylvania Press, 1995, pp: 170-185.
- _____. *Eskimo tourism: micro-models and marginal men*. In: SMITH, Valene L. *Hosts and Guests, the Anthropology of tourism*. 2 ed, Philadelphia : University of Pennsylvania Press, 1995, pp: 55-82.
- STANTON, Max E. *The Polynesian Cultural Center: a multi-ethnic model of Seven Pacific Cultures*. In: SMITH, Valene L. *Hosts and Guests, the Anthropology of tourism*. 2 ed, Philadelphia : University of Pennsylvania Press, 1995, pp: 247-62.

- SWAIN, Margaret Byrne. *Gender roles in indigenous tourism: Kuna Mola, Kuna Yala, and Cultural Survival*. In: SMITH, Valene L. *Hosts and Guests, the Anthropology of tourism*. 2 ed, Philadelphia : University of Pennsylvania Press, 1995, pp: 83-104.
- URBANOWICZ, Charles F. *Tourism in Tonga revisited: continued troubled times?* In: SMITH, Valene L. *Hosts and Guests, the Anthropology of tourism*. 2 ed, Philadelphia : University of Pennsylvania Press, 1995, pp: 104-117
- URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo : Studio Nobel : SESC, 1996.
- URRY, J & ROJEK, Chris. *Transformations of travel and theory*. In: Urry, John & Rojek, Chris. *Touring cultures, transformations of travel and theory* (ed.). Londres e Nova Iorque : Routledge, 1997, pp 1-19.
- VALENTE, Rubens. *Pantanal entra na rota do sexo*. In: Folha de São Paulo, Caderno Cotidiano, 14/09/97, , pp. 3-4.
- VARGAS, Icléia Albuquerque de. *Ecoturismo e desenvolvimento sustentável em Bonito-MS: elementos de análise para uma educação ambiental*. Campo Grande-MS : UFMS, 1998. (Dissertação: Mestrado em Educação).
- VARGAS, Paulo Rogério. *O insustentável discurso da sustentabilidade*. In: BECKER, Dinizar Fermiano. (org.). *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade*. Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 1997. Pp. 207-238
- VIEIRA DA SILVA, Miguel. *Mitos e Verdades sobre a pesca no pantanal sul-matogrossense*. Campo Grande: FIPLAN-MS, 1986.
- VIEIRA, Gustavo Haralampidou da Costa. *Diagnóstico dos locais de coleta e conhecimento dos métodos e instrumentos empregados na coleta de iscas no Pantanal*. (Relatório Parcial n.1). Campo Grande/MS : Projeto Alto Paraguai (SRH/GEF/PNUMA/OEA), 2000.

WWF. *Retrato da navegação no Alto Rio Paraguai*. Relatório da expedição técnica realizada entre os dias 3 e 14 de novembro de 1999 no rio Paraguai entre Cáceres (MT) e Porto Murtinho (MS), 2001, 63 pp.

YÁZIGI, Eduardo et al. (org.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo : Hucitec,

ZIFFER, Karen & Lourival, R.. *Diagnostic of ecotourism development in the Brazilian Pantanal*. OEA/ Conservation International, nov. 1993. 78 p. (relatório de pesquisa)